

**Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz
Anderson Pereira Portuguese
Giovanni de Farias Seabra
Clauciana Schmidt Bueno de Moraes
(organizadores)**

A NATUREZA E O PATRIMÔNIO NA PRODUÇÃO DO LUGAR TURÍSTICO



**ODALÉIA TELLES MARCONDES MACHADO QUEIROZ
ANDERSON PEREIRA PORTUGUEZ
GIOVANNI DE FARIAS SEABRA
CLAUCIANA SCHMIDT BUENO DE MORAES**

(organizadores)

A NATUREZA E O PATRIMÔNIO NA PRODUÇÃO DO LUGAR TURÍSTICO

Ituiutaba, MG

2016



© Odaleia Telles Marcondes Machado Queiroz; Anderson Pereira Portuguese; Giovanni de Farias Seabra; Clauciana Schmidt Bueno de Moraes, 2016.

Editor da obra: Leandro Pedro.

Arte da capa: Anderson Pereira Portuguese.

E-Books *Barlavento*

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Alaketu Asé Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Cidade Jardim, CEP: 38.307-854, Ituiutaba, MG.

Tel: 55-34-3268.9168

barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial da E-books Barlavento:

Dra. Mical de Melo Marcelino (Editor-chefe).

Dr. Antônio de Oliveira Junior.

Profa. Claudia Neu.

Dr. Giovanni F. Seabra.

Dr. Hélio Carlos Miranda de Oliveira.

Msc. Leonor Franco de Araújo.

Profa. Maria Izabel de Carvalho Pereira.

Dr. Jean Carlos Vieira Santos.

A natureza e o patrimônio na produção do lugar turístico / Odaleia Telles Marcondes Machado Queiroz; Anderson Pereira Portuguese; Giovanni de Farias Seabra; Clauciana Schmidt Bueno de Moraes. Ituiutaba: Barlavento, 2016, 178 p.

ISBN: 978-85-68066-28-7

1. 1. Turismo. 2. Meio Ambiente. 3. Geografia. 4. Patrimônio.

I. QUEIROZ, Odaleia Telles Marcondes Machado **II.** PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **III** SEABRA, Giovanni De Farias. **IV.** MORAES, Clauciana Schmidt Bueno de.

Todos os direitos desta edição reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da E-Books Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.



SUMÁRIO

Turismo e patrimônio socioambiental no mundo contemporâneo. <i>Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz, Clauciana Schmidt Bueno de Moraes e Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro.....</i>	06
Potencialidades del turismo de salud en cuba a partir del aprovechamiento de los recursos de aguas minero-medicinales. <i>Isabel Valdivia Fernández e Yuney Sosa Triana.....</i>	22
Banhos, termalismo e turismo: a água como patrimônio. <i>Tatiana Heidorn Alvarez de Aquino Pereira e Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz.....</i>	36
Considerações sobre o patrimônio cultural no ecoturismo de base local. <i>José Pedro Da Ros e André Riani Costa Perinotto.....</i>	58
Patrimônio natural em áreas de protegidas: Consensos e dissensos no uso turístico. <i>Lia Vasconcelos, Márlisa Rodrigues Coelho e Vanice Selva.....</i>	72
Turismo rural comunitario, desarrollo sostenible y patrimonio biocultural en la Isla de Chira, Golfo de Nicoya, Costa Rica. <i>Carlos Cruz Chaves e Giovanni de Farias Seabra.....</i>	86
Turismo, patrimônio e a atuação do Condephaat no Estado de São Paulo. <i>Patrícia Fino e Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz.....</i>	97
Valoração do patrimônio socioambiental de Piracicaba, SP. O caso do Tanquã. <i>Roberto Arruda de Souza Lima, Lucas Arantes Garcia, Ana Caroline Kato, Geovana Carvalho dos Reis, Joyce Stenico, Julia Antedomenico Cardoso de Moraes, Letícia Carvalho de Sousa, Karen Beneton e Rebeca Cristine Silva.....</i>	110
Turismo no parque estadual da Cantareira: patrimônio cultural e ambiental do estado de São Paulo. <i>Alessandra Freire dos Reis e Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz</i>	123
A pesca recreativa como prática cultural e a produção do espaço turístico em Tupaciguara, MG. <i>Bruno Fernando Borges Sant' Ana e Anderson Pereira Portugal</i>	139
Patrimônio cultural rural: fazendas de café do Estado de São Paulo. <i>Cibele Marto de Oliveira, João Carlos Geraldo e Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira</i>	160
Sobre os autores.....	174

TURISMO E PATRIMÔNIO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.

*Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz
Clauciana Schmidt Bueno de Moraes
Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro*

Introdução

Escrever sobre as relações entre o turismo e o patrimônio socioambiental no mundo moderno é um verdadeiro desafio. O fenômeno turístico tem uma profunda relação com o patrimônio socioambiental na atualidade, marcando o modo de vida da sociedade contemporânea. Entretanto, entender este contexto, as suas diferentes relações no mundo complexo em que vivemos é tarefa árdua.

O objetivo deste capítulo é discorrer sobre o aproveitamento do patrimônio socioambiental pela atividade turística, suas características e desdobramentos. As bases teóricas estão voltadas para o multidisciplinar e o interdisciplinar, envolvendo distintas áreas do saber, entre elas a geografia, a ecologia da paisagem e a antropologia do turismo, considerando que o setor espalha seus tentáculos pelas mais variadas esferas da realidade. Assim, este texto procura contribuir para reflexão sobre o assunto, ainda carente de análises mais apropriadas.

Por meio de levantamento e revisão de bibliografia, com abordagem qualitativa, busca-se aqui discutir como ocorrem as experiências dos visitantes em áreas patrimoniais propagadas pela mídia e apelos comerciais como deslumbrantes, e capazes de provocar fortes emoções, talvez até como imagens do eden. As consequências deste movimento de massa vivido nos dias de hoje pode ser devastador para espaço dos núcleos receptores e suas comunidades.

Da sua “pré-história” elitista e incipiente, anotada a partir de fins do século XIX, até sua viragem massiva após a Segunda Guerra Mundial, proporcionada por um conjunto de disposições econômicas, tecnológicas e sócio-culturais que foram se constituindo paulatinamente nesse lapso temporal, o turismo se espalhou pelos mais diversos rincões do mundo, reconfigurando e re-localizando os mais distintos espaços sociais (PÉREZ, 2009, p.1).

Abordagem preliminar sobre Turismo e Patrimônio

Turismo é um fenômeno social com muitas definições. Buscaremos aqui elencar algumas delas para iniciar a discussão sobre assunto. Uma das definições mais difundidas é a da OMT (Organização Mundial do Turismo) afirmando que turismo

enquanto fenômeno impulsionado pela demanda, refere-se às atividades dos visitantes e a seu papel na aquisição de bens e serviços. [...] Um visitante é uma pessoa que viaja a um destino principal diferente ao de seu entorno habitual, com duração inferior a um ano, com qualquer finalidade principal (lazer, negócios ou outro motivo pessoal) que não seja ser empregado por uma entidade residente no país ou lugar visitado. [...] O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico [...] tem efeitos na economia, no entorno natural e em zonas edificadas, na população local dos lugares visitados e nos turistas propriamente ditos (NU / OMT / CCE / OCDE, s/d, p. 1).

Esta definição é voltada para estatística e segundo Pakman (2014) objetiva contabilizar e medir o turismo quantitativamente, assim como controlá-lo por meio da legislação. Por outro lado, o estudioso de antropologia sociocultural Pérez (2009, p.8) afirma que o turismo é uma atividade complexa e mutável, multifacetada e multidimensional e não apenas um negócio. O processo de turistificação de um lugar evolui, muitas vezes, de maneira imprevisível, com impactos imponderáveis. Tal acepção coloca o turismo como um fenômeno que propicia intercâmbio sociocultural, bem como experiências modernas, destacando ser a atividade uma prática de consumo diferencial, podendo ser, ao mesmo tempo, instrumento de poder político-ideológico.

O turismo é um veículo de intercâmbio cultural entre pessoas e grupos humanos, entre “nós” e “outros”; um jogo de espelhos entre uns e outros, umas vezes actuando como espelho côncavo, pelo que nos magnifica, e outras como convexo, pelo que nos minora. Para a antropologia, o turismo é um facto social total e também um processo social, económico e cultural no qual participam vários agentes sociais, sendo fundamentais os mediadores, isto é, políticos, planificadores, profissionais do marketing, hotéis, transporte, guias, agências de viagem, escritores e investigadores. [...]

[...] ao contrário de outros tipos de viagens e deslocações, como por exemplo as migrações, o turismo é uma deslocação voluntária na procura de algo – não estritamente material.

[...] O turismo é uma forma de contacto intercultural do tipo “aculturação”. A aculturação é um mecanismo de mudança que consiste no contacto entre duas ou mais culturas.

[...] Os receptores de turistas acabam, por vezes, por imitar os turistas, produzindo-se mudanças no sistema de valores, atitudes, linguagem, formas de comer e vestir, e na procura de bens de consumo. Também pode acontecer que o turista imite os locais (PÉREZ, 2009, p.10 e 11).

Por outro lado, Trigo (2001) descreve o turismo como uma atividade que se organizou com as características conhecidas hoje, a partir de meados do século XIX, como consequência do desenvolvimento tecnológico iniciado pela Revolução Industrial e do surgimento de parcelas da burguesia que tinha tempo, dinheiro e disponibilidade para viajar. O autor considera que o turismo de massa pode ter como marco inicial o ano de 1950, quando as tecnologias desenvolvidas durante a Segunda Guerra são aproveitadas para fins pacíficos, como no caso da aviação comercial e das viagens marítimas. O crescimento da atividade turística após esse período tem como causas a instituição de férias pagas aos trabalhadores, a elevação do nível de renda, a valorização da mentalidade do direito ao lazer, e a mudança dos hábitos de consumo nas sociedades que, aos poucos, vão se transformando em “pós-industriais”, com o crescimento do setor terciário ou de serviços. As pessoas conquistam o direito ao tempo livre. O turismo e as viagens tornam-se um objeto de consumo do ser humano contemporâneo.

Ruschmann (2009) afirma que o turismo é uma atividade oriunda de uma série de diversas e profundas necessidades do ser humano de espaço, movimento, bem-estar, expansão e repouso longe das tarefas impostas pelo trabalho cotidiano, quando tenta-se escapar da rotina, conhecer novos prazeres, descobrir novos horizontes. O turismo é uma prática social que envolve um sistema de valores, estilo de vida, produtor, consumidor e organizador de espaços, indústria, comércio, rede imbricada e aprimorada de serviços.

Certamente, os deslocamentos para fora do local habitual de residência com finalidades de recreação e lazer configuram-se, geralmente, como experiências que trazem

satisfação ao turista. Nos dias de hoje, este tipo de viagem estabelece um novo segmento, o “turismo de experiência”. Segundo Graburn (1977 apud PÉREZ, 2009), o turismo é uma invenção cultural do ocidente industrializado, com motivações psicológicas relacionadas às experiências pessoais.

Então podemos afirmar que sendo o turismo uma invenção cultural, depende bastante do que é divulgado sobre seus atrativos e em menor escala da verdadeira realidade dos lugares visitados, nos levando a pensar que, hoje, os turistas viajam por diferentes motivos e também para satisfazer uma necessidade criada pela modernidade, para obter um status de acordo com o valor atribuído ao sítio visitado.

Se o turismo é entendido enquanto produção e consumo de bens simbólicos com significação social, então, praticar turismo desenvolve as identidades sociais [...]. O tempo de lazer é, hoje [...] um tempo de consumo [...] o turismo é um sistema de produção e consumo de tempo de lazer, socialmente conotado de signos e atributos sociais. O turismo é uma produção e consumo de bens simbólicos com significações sociais. [...]. (PÉREZ, 2009, p.15).

O turismo pode ser também um instrumento de poder político e ideológico compreendido como um mecanismo de afirmação. Na atualidade as pessoas e o capital migram pelas mais diversas áreas do mundo com maior facilidade. A tendência observada no setor turístico é o maior afluxo de visitantes em regiões mais equipadas para receber, com prestação de serviços de restauração e hospitalidade e é nestas que [...] toda uma superestrutura ideológica se expressa em diversos elementos como narrativas, imagens, literatura de viagens, brochuras e património cultural [...] (PÉREZ, 2009, p.16).

Outras autoras como Menezes e Guedes (2011) pesquisam a mídia das empresas de turismo e governamental, assegurando que estas usam a persuasão para convencer pessoas

a viajar em busca da satisfação de necessidades criadas nesses discursos midiáticos. [...] a ideologia do turismo se organiza por meio da mídia que é o instrumento que permite [...] que imagens e discursos sejam construídos e disseminados [...] e [...] o discurso ideológico do turismo na mídia ganha [...] espaço, especialmente no setor governamental, lançando novos destinos e reproduzindo a ideologia das classes dominantes, manipulando os fetiches e imaginários das classes dominadas e influenciando em suas escolhas relativas ao que consumirão em seu tempo livre, seus desejos e necessidades (MENEZES e GUEDES, 2011, p.95).

Dessa forma, dizemos que o turismo, por meio da mídia, pelas facilidades de transporte para os deslocamentos, pelos financiamentos oferecidos parcelando-se o custo das viagens para aqueles que têm poder aquisitivo e tempo livre para isso, tornou-se, nos últimos anos, um desejo a ser satisfeito com mais facilidade para uma faixa maior da população.

Os mais diversos segmentos estão sendo desenvolvidos para além daqueles mais tradicionais como o de sol e mar. A frente relacionada ao turismo cultural se fortaleceu muito ultimamente, destacando-se a apreciação dos patrimônios cultural e socioambiental, no sentido amplo das palavras, em suas múltiplas facetas. Inúmeras são as possibilidades de interpretação para os bens culturais de um lugar, das edificações históricas às manifestações tradicionais, especificidades gastronômicas e artísticas.

Patrimônio é uma construção social idealizada pela sociedade nos diferentes períodos históricos em diferentes lugares, com certas finalidades que podem mudar no decorrer do

tempo e das necessidades daqueles que se apropriam deste. O patrimônio representa simbolicamente uma identidade, representa uma ideologia (PRATS, 1997).

Completando-se o raciocínio, Prats (1997) afirma que patrimônio é um artifício idealizado por uma sociedade em processo coletivo, em algum lugar e em certo momento, com determinadas finalidades, o que indica ser mutável de acordo com novos interesses e critérios que podem definir novas funções em novas circunstâncias. Dessa forma, o autor diz que aconteceu a “invenção” do patrimônio como símbolo cultural.

Várias linhas de investigação contribuíram para os estudos do patrimônio cultural como bens materiais e imateriais produzidos, que circunscrevem culturas passadas ou presentes, de modo a lhes conferir identidade e mesmo legitimação sobre seus territórios. Os estudos sobre patrimônio cultural oferecem um referencial analítico na caracterização do espaço, seus usos e representações.

Os processos de transformação pelos quais passam as culturas são também possibilidades de reflexão sobre as categorias cultura/natureza, elaboradas numa relação dialética de oposição e complementaridade pelos grupos humanos com o meio em que vivem. São espaços que se produzem e reproduzem num contexto material e simbólico da historicidade do grupo, preservando uma identidade coletiva, reforçada pelo exercício de práticas e representações grupais.

O patrimônio cultural não se desvincula do meio ambiente no qual se insere, ao contrário, reforça a importância do debate sobre as bases sustentáveis de sua manutenção. A noção de patrimônio permite a definição de fronteiras socioculturais com as quais é possível delimitar territórios, constituir fisicamente espaços de reprodução econômico-social de grupos étnicos, ou de outras coletividades inspiradas por valores, costumes, crenças, etc. Nesse sentido, as propostas de preservação e destinação dos bens culturais, materiais e imateriais, devem levar em conta o contexto histórico, social e natural no qual esses bens estão inseridos.

O território deve corresponder também à espacialização da identidade de um povo, envolvendo sua história, passado-presente-futuro, compondo um referencial de valores que os integre como grupo, como iguais para diferenciar de outros. Caracterizam diferentes territorialidades, portanto, os espaços de localização e representação dos bens materiais (e imateriais), passíveis de preservação, não podem estar separados de seus conteúdos vivos, materializados nos indivíduos e grupos sociais. Do mesmo modo que as “marcas” da cultura estão inscritas nos contextos naturais, nas paisagens.

A ideia de paisagem aqui referenciada parte da definição de Denis Cosgrove (2002) em seu artigo sobre os modos de ver e sua relação com as formas de perceber o espaço, trazendo uma contribuição importante para o entendimento de paisagens culturais como patrimônio:

Pero el estudio geográfico hoy en día abarca variadas expresiones de espacio relativo definidas por coordenadas de experiencia e intención humanas culturalmente diversas. De igual modo, la vista, la visión y el propio acto de ver —como implican estas palabras tan variadas— traen consigo mucho más que una simple respuesta de los sentidos, es decir algo más que la huella pasiva y neutra de las imágenes formadas por la luz en la retina del ojo. La vista humana es individualmente deliberada y está culturalmente condicionada (COSGROVE, 2002,p. 66).

A interpretação de Cosgrove reinscreve no âmbito da Geografia Cultural, o debate sobre a “ideia” de paisagem dentro de um contexto histórico que nos permite conhecer sua

gênese e seu desenvolvimento, circunscrita ao conceito de formação social, o que implica em uma concepção integrada entre território e cultura (COSGROVE, 2002).

Em termos normativos, a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1972, classificava de forma separada o patrimônio natural e o cultural. Em 1992, durante a 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial em Santa Fé (Novo México) foi elaborada a definição de paisagens culturais levando em conta a interação entre natureza e cultura (CASTRIOTA, 2009). O Comitê do Patrimônio Mundial adotou então três categorias de paisagem cultural:

- (i) "uma paisagem planejada e criada intencionalmente pelo homem";
- (ii) uma "paisagem que se desenvolveu organicamente" que pode ser uma "paisagem relíquia (ou fóssil)" ou uma "paisagem com continuidade";
- (iii) uma paisagem cultural "associativa" que pode ser valorizada por causa das "associações religiosas, artísticas ou culturais dos elementos naturais" (CASTRIOTA, 2009, p.5).

Como exemplo de patrimônio material, podemos tomar a definição de sítios históricos, considerando esses bens como conjuntos que levam em conta a organização social de um povo, sua evolução, caracterizando a morfologia e seus conteúdos enquanto aspectos da cultura, história e arte. Patrimônio cultural e território são inseparáveis na formação identitária de um povo. Um sítio histórico é delimitado como conjunto segundo critérios técnicos-objetivos a fim de que se possa estabelecer um padrão de classificação e identificação arquitetônica que guarda valor simbólico significativo inscrito numa dada cultura, mas também marca espacialmente sua transformação histórica.

Em um estudo sobre a evolução urbana e fundiária de Paraty, Isabelle Cury (2002) caracterizou algumas fases que demonstraram o processo histórico pelo qual passou a cidade:

Na primeira fase do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional), diferenciavam-se os lotes grandes e lotes pequenos os espaços vazios ou lacunas das cidades monumento e a ocupação se dava com diferentes arquiteturas. Harmonia do conjunto remetia à manutenção de uma homogeneidade arquitetônica e estilística. Numa segunda fase, a ambiência e a autenticidade levaram ao estabelecimento de critérios em Parati, até então não adotados, de neutralizar os vazios com muros. Hoje, entendemos que preservar a cidade, inclui a valorização do seu caráter histórico e do conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem e lhe conferem identidade. Esses valores caminham junto com a preservação da forma urbana, que é definida pelo traçado e pelo parcelamento; nas relações entre os diversos espaços urbanos - espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes; na forma e no aspecto das edificações (interior e exterior), definidos - por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais cor e decoração; nas relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem e nas diversas vocações da cidade, adquiridas ao longo de sua história (CURY, 2002, p. 227/228).

As intervenções no meio urbano afetam diretamente a paisagem do entorno de sítios históricos, causando impactos que interferem em sua preservação. A valoração das expressões culturais na arquitetura, festas, comidas, artesanato, sistemas de crenças e concepções de mundo, permite atualizar no tempo os conteúdos das coisas. Os objetos criados pelos homens expressam em sua materialidade, seu tempo e momentos de sua história, estabelecendo comunicação entre o passado e o presente.

Um ponto a destacar é a especulação imobiliária dentro dos centros históricos, coloca os imóveis tombados num ranking comercial permitindo mais a valorização do capital investido do que a valoração dos bens históricos, contribuindo para uma alta rotatividade desses bens como mercadorias de consumo, não como bens de patrimônio.

No exemplo citado de Paraty, RJ, o turismo cultural aparece como o baluarte do desenvolvimento local através do qual as políticas públicas fazem seus slogans nem sempre levando em conta a participação dos setores que compõem a sociedade local. Nesse caso, criam-se espaços nitidamente segregados em áreas com forte vocação turística – quanto maior a vocação, maior a segregação - em muitos casos, terminando com a expulsão das populações locais das áreas privilegiadas por uma economia predatória do turismo.

O planejamento participativo do turismo poderia fornecer dados significativos para o planejamento de ações e programas que permitiriam adequar o consumo dos bens culturais do município com a sua preservação (CURY; 2006).

No processo de organização do Turismo Cultural a comunidade tem papel fundamental, principalmente na revelação de aspectos ainda não registrados ou que não constam na história oficial. A vivência histórica das comunidades, ao ser valorizada pelo turismo, enriquece a experiência do turista e reforça o sentimento de pertença local. (MTUR; 2006: 16).

Entretanto, não se trata de pensar patrimônio cultural apenas como edificações, sítios históricos e obras de arte, mas ir, além disso – considerar os saberes e a produção simbólica - bens não-materiais construídos por grupos sociais e mantidos por esses, seja através de ritos ou representações; sistemas de crenças ou memória; pelas práticas sociais informadas pela tradição e os modos de ser.

O patrimônio imaterial, por sua vez, traz consigo a diversidade de modos de fazer e representar a cultura, atualiza narrativas e lhes atribui novos significados.

Nessa nova categoria estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida. Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens, listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido "registrar" essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações (GONÇALVES, 2003. p. 24).

A mundialização do capital e do trabalho trouxe um novo contexto para o patrimônio cultural em países emergentes cuja diversificação do consumo da cultura se mostrou acelerada, como no caso do Brasil, aumentando as possibilidades de acesso a bens culturais e de informação. A distinção que precisa ser feita é a de que o consumo da cultura é estratificado e marca profundamente os limites entre as classes sociais, separando os consumidores dos bens culturais daqueles que são privados desse consumo. Nas reflexões de Pierre Bourdieu (2007) sobre "os museus de arte na Europa e seu público", a noção de "necessidade cultural" aparece claramente como aspiração do lazer culto, daqueles que foram preparados para esse tipo de consumo.

María José Pastor Alfonso (2003) ao analisar a opção turística de visitantes de Alicante, no litoral mediterrâneo (Espanha), aponta para o interesse dos mesmos em visitar museus, parques naturais e monumentos como forma de buscar a especificidade dos lugares.

El turismo cultural tiene la facultade de revelar y de valorizar uno de los componentes esenciales de la cultura viva: la identidad de uno territorio (Cluzeau, 2000, p.122). Por tanto, aquellos que se dedican a practicar el turismo cultural consumen aspectos del patrimonio de un determinado emplazamiento con la intención, es de suponer, de comprender tanto el lugar como a quienes viven o vivieron en él.... (ALFONSO; 2003: 104).

A relação com o outro, objetos, lugares, pessoas e paisagens, é construída de modo a produzir sentido para os sujeitos que demandam conhecer, ver, ouvir e registrar esse outro - uma forma de comunicação de significados.

As práticas rituais como as devoções, constituem um amplo campo de recursos simbólicos que podem ser mobilizados no sentido de garantir pertencimento. Capelas e terreiros, festas de santo, cantos e contos e outras manifestações da cultura se consagram em repertórios de um vasto patrimônio no sentido de bens coletivos. Não são apenas reminiscências do passado inscritas na paisagem urbana ou rural, mas guardam potencialidades.

Nas últimas décadas, houve uma progressiva integração do patrimônio como atrativo, ou seja, o turismo se apropriou da oferta cultural, principalmente em centros urbanos, expandindo suas atividades. Muitas áreas consideradas Patrimônios da Humanidade (ou Nacional ou Local) têm investido na realização de eventos e formatação de sua infraestrutura, buscando no turismo uma alternativa de desenvolvimento. De acordo com Troitiño Vinuesa e Troitiño Torralba (2009), é o caso de muitas cidades consideradas Patrimônio da Humanidade como Castilla y León, Ávila, Salamanca y Segovia, na Espanha, apreciadas como grandes expoentes de uma nova visão de relação entre o patrimônio e o turismo, ressaltando que há necessidade de implementação de instrumentos de gestão transversal adequados para controlar os processos decorrentes, evitando impactos indesejáveis e saturação. Este contexto envolve uma dinâmica entre diversos fatores como o turístico, o urbano, o cultural, o patrimônio e o econômico, entrelaçados.

Observando o movimento contemporâneo de reafirmação da riqueza dos patrimônios cultural e natural, pode-se concordar com Troitiño Vinuesa (2009a) quando afirma que o turismo visualiza a dimensão econômica do patrimônio e suas conservação, promoção e valorização objetivando arrecadar dividendos, impactando fortemente o setor. Assim, o patrimônio ultrapassa a dimensão cultural e se converte em recurso produtivo.

Embora tendo impactos indesejáveis em alguns casos e ocasionando conflitos, a atividade turística tem um papel importante para o processo de recuperação patrimonial, mudanças urbanísticas e dinamização dos lugares, principalmente, naqueles onde há uma gestão pública ativa e multifuncional (TROITIÑO VINUESA e TROITIÑO TORRALBA, 2009).

Assim, o turismo pode estimular a “revitalização do acervo arquitetônico, e da valorização de festas e celebrações tradicionais, contribuindo, sobremaneira, para a dinamização econômica de diversas regiões” (CARNEIRO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2010, p.9).

Turismo e Patrimônio Socioambiental

O turismo é uma atividade que cresce constantemente nas mais variadas regiões do planeta e no Brasil, principalmente, vem se estabelecendo nos municípios e em empreendimentos que buscam uma alternativa economicamente viável de desenvolvimento, aproveitando, muitas vezes os recursos culturais e paisagísticos privilegiados existentes na área. De acordo com Pérez (2009), o turismo, nos moldes que conhecemos hoje, teve um início elitista no final do século XIX, massificando-se depois do término da segunda Grande Guerra Mundial, em função de uma conjuntura econômica favorável e de inúmeros avanços tecnológicos, espalhando-se pelo mundo todo, reorganizando os mais diversos espaços (PÉREZ, 2009).

De maneira geral, o turismo aproveita os recursos naturais e culturais existentes nos núcleos receptivos, transforma-os em atrativos que encantam os visitantes, tendo certas características que o diferenciam das outras atividades econômicas. “Uma delas é o fato de o turismo ser [...] uma prática social. A outra é o fato de ser o espaço seu principal objeto de consumo.” [...] (CRUZ, 2006. p.338).

Os recursos naturais e/ ou construídos aparecem como matéria prima do turismo a serem consumidos, sendo estes que sustentam e atraem o visitante para uma determinada área. Porém, os recursos devem ser vistos como bens a serem não só explorados, mas principalmente conservados. Diante disso, ocorre o aumento na importância de estudos voltados a questão ambiental relacionadas ao turismo e, direta ou indiretamente, ligados às questões sociais, econômicas, dentre outras correlatas. O reconhecimento dos aspectos sociais, físicos e ambientais de uma determinada área passa a ser um instrumento indispensável para o uso do solo para qualquer tipo de atividade econômica. Na atividade econômica voltada para o turismo os aspectos socioeconômicos e ambientais devem estar interligados ao reconhecimento das necessidades das comunidades locais e visitantes, subsidiando assim um planejamento e gestão adequados a manutenção e proteção de todos os elementos e agentes envolvidos com a questão turística no município (MORAES; QUEIROZ; MAUAD, 2016).

O planejamento e gestão do espaço passam a ser não só uma forma de auxílio para administração e manejo da área, bem como de organização do espaço adequado às necessidades das populações local e visitante, mas especialmente às características gerais da localidade.

As diretrizes políticas voltadas ao setor turístico de uma localidade devem propiciar não somente um desenvolvimento sustentável da comunidade em questão, mas também definir responsabilidades civil e jurídica respectivas à proteção ambiental, num efetivo exercício de cidadania concernente à tutela do seu patrimônio natural e cultural (MORAES & GUIMARÃES, 2001).

Decorrente disso, a valorização de um determinado recurso paisagístico, ou seja, o reconhecimento deste como um bem, um patrimônio, dependerá das experiências individuais e/ ou coletivas, que definem a importância de cada recurso, e da importância dada pela sociedade - populações local e visitante (MORAES; QUEIROZ; MAUAD, 2016).

É importante destacar que recursos paisagísticos segundo Burle Marx (1977, p. 40) “são aquelas paisagens que, devido as características específicas, de ordem estética, científica ou histórica, constituem bens culturais de uma comunidade”.

No turismo a valorização pode ser dada semelhantemente como ocorre na ecologia da paisagem. Porém, devemos acrescentar a valorização dada pelo mercado e pelo próprio turista. A população local passa a valorizar, e consequentemente, a proteger determinado recurso quando vê neste uma oportunidade para a atratividade turística, mas também ocorre em alguns casos a questão da valorização pelo processo de identificação do patrimônio com a história, a cultura, seja do proprietário, da população local ou até mesmo do poder público (MORAES; QUEIROZ; MAUAD, 2016).

Torna-se necessário ressaltar não só a importância do reconhecimento e valorização dos recursos paisagísticos naturais ou culturais, mas também a conscientização direcionada às ações conservacionistas para cada recurso. A proteção dos patrimônios paisagísticos deve envolver conjuntamente “o patrimônio natural, composto pelo meio físico e biológico e do patrimônio cultural, representado pelos monumentos, festas religiosas, tradições, folclore, dentre outros” (DONAIRE, 2000, p.81).

Com relação a legislação e a proteção dos recursos naturais ou construídos, o artigo 24 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) cita que, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, histórico, turístico e paisagístico.

Fica evidente a preocupação com os recursos paisagísticos turísticos, ou seja, os patrimônios que são utilizados pela atividade turística. “Os atrativos turísticos aparecem como recurso de exploração e atratividade; como um produto de consumo, e também podem ser utilizados como instrumentos de conhecimento, educação e conservação da sociedade frente ao meio ambiente” (MORAES, 2002, p.27).

Segundo Sachs (2002), o planejamento do desenvolvimento voltado para a sustentabilidade deve considerar alguns principais aspectos como: social, cultural, ecológico, ambiental e territorial, descritas a seguir:

- Sustentabilidade social: aquela em que se alcança um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais;

- Sustentabilidade cultural: a que se refere às mudanças no interior da comunidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno e alta confiança combinada com abertura para o mundo. Implica ainda na necessidade de se buscar solução de âmbito local, utilizando-se das potencialidades das culturas e do modo de vida da cidade, assim como da participação da população residente nos processos decisórios e nas formulações de programas e do desenvolvimento turístico;

- Sustentabilidade Ecológica: a que decorre da preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis, da limitação do uso de recursos não renováveis, da limitação em como do respeito da capacidade de carga máxima de suporte dos ecossistemas;

- Sustentabilidade Ambiental: aquela que respeita e realça a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;

- Sustentabilidade Territorial: a que se refere às configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público).

Moraes (2002, p. 29), descreve que

a sustentabilidade deve ser vista não apenas como um instrumento na mitigação de danos, mas sim, e principalmente, da prevenção de impactos e prejuízos negativos ao meio ambiente, sendo ainda, um processo que considere as expectativas e necessidades do Homem interligadas a capacidade de sustentação do meio físico e biológico.

Todavia, a sustentabilidade de um projeto turístico para ser efetiva precisa ser promovida em todos os níveis, ou seja, considerando-se todos os aspectos de uma área e o seu entorno. Neste tema, Ruschmann (2000) afirma que as definições de desenvolvimento sustentável e do turismo sustentável estão fortemente relacionados à sustentabilidade do meio ambiente.

No turismo, a questão da sustentabilidade vem sendo discutida com fator principal para a manutenção da qualidade das destinações, na tentativa de se garantir uma continuidade e a qualidade satisfatória dos principais elementos que envolvem a atividade, ou seja, a sociedade e a natureza, proporcionando a conservação do meio ambiente e da vida das presentes e futuras gerações (MORAES, 2006).

O planejamento turístico para Ruschmann (2009) consiste em ordenar as ações do homem sobre o território onde a atividade acontece, ocupando-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade.

A gestão ambiental também é primordial para a atividade turística. Sobre o tema Moraes e Mauad (2001) afirmam que a mesma deve direcionar tais práticas para um plano turístico sustentável, primando pela responsabilidade ambiental dentro da legislação vigente, sempre considerando os aspectos econômicos, sociais, históricos e culturais de uma área, observando a sua conservação.

É fundamental lembrar que o sucesso do destino turístico em longo prazo, deve-se aos processos de implementação da sustentabilidade do lugar, adotando-se estratégias que tornem o núcleo receptor preservado sem comprometer sua sobrevivência ao longo dos anos (BUOSI et al, 2014).

O turista e o patrimônio

O uso de bens culturais e naturais como atrativos turísticos é uma prática comum em locais que possuem bens naturais e culturais suscetíveis à visitação. Principalmente, quando há o reconhecimento da diversidade, incluindo-se os recursos paisagísticos de sítios naturais e construídos, de práticas culturais tradicionais, de conhecimento, evidenciadas na trajetória dos tempos históricos. Três aspectos importantes devem ser frisados quando se fala sobre a construção do patrimônio cultural como fato social: a noção de valor, a noção de poder e pertencimento e a noção de preservação (ZORZI e CERQUEIRA, 2010). Os autores complementam o raciocínio dizendo que “encontrar o equilíbrio durante o processo de reconhecimento, preservação e manutenção de um determinado bem considerando as suas diferentes significações é uma prática complexa” (ZORZI e CERQUEIRA, 2010, p.3).

Complementando, pode-se então dizer que para o aproveitamento turístico dos bens culturais e naturais é necessário que se conheça, verdadeiramente, a sua história, o seu valor e as razões para sua preservação. Neste sentido, o turismo, se conduzido de maneira equilibrada, pode contribuir para fortalecer os sentimentos de pertencimento e identidade para a população local dos destinos receptores. Estes devem ser estimulados a participar do processo de hospitalidade dos visitantes, evidenciando suas peculiaridades culturais e naturais.

O turista que se interessa pelos atrativos culturais e naturais, geralmente, tem como principal motivação a vontade de aprender e entender sobre os patrimônios visitados, interpretando-os de acordo com seu conjunto de valores e percepções por meio da contemplação e admiração. É importante destacar aqui que o “Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 2006, p.13).

É fundamental também dizer que

[...] a cultura continua a ser uma das principais motivações das viagens em todo o mundo e durante muito tempo as destinações eram exclusivamente os grandes conjuntos arquitetônicos, os museus e os lugares que abrigavam os tesouros materiais de culturas passadas. Com o tempo, modificou-se o próprio conceito de cultura, ampliou-se os limites do que os estudiosos e as instituições responsáveis pelas iniciativas de preservação entendiam como patrimônio cultural. As mudanças conceituais e das diretrizes de proteção à cultura tiveram influência direta na caracterização do Turismo Cultural, no perfil do turista cultural e na relação do turismo com a cultura (BRASIL, 2010, p.16).

Na verdade, se pudéssemos generalizar um pouco, não seria equívoco dizer que toda atividade turística tem sua parte cultural. O patrimônio cultural, nos dias de hoje, envolve os ambientes natural e o cultural, considerado como atributo de um espaço simbólico com características singulares específicas de certa comunidade (BOMFIM & ARGÔLO, 2008).

O turismo cultural tem seus desdobramentos com motivações próprias, que podem estar relacionadas aos aspectos de religião, ao espiritual ou esotérico, ao étnico, ao gastronômico, ao arqueológico entre outros. Muitos deslocamentos turísticos são direcionados a locais e a participação em eventos como romarias e festas religiosas e celebrações relacionadas à evangelização de fiéis (BRASIL, 2010).

Uma das motivações mais observadas é a relação entre o turismo e a gastronomia que é bem definida e significativa, e, em muitos lugares, evidencia a cultura do território. Conforme Gândara (2009) este segmento é “uma vertente do Turismo Cultural no qual o deslocamento de visitantes se dá por motivos vinculados às práticas gastronômicas de uma determinada localidade”.

A Embratur em parceria com a Unesco, realizou uma pesquisa no Brasil, em 2008, para caracterizar o perfil do turista internacional que visita o país para conhecer a cultura brasileira. Os dados obtidos mostram o interesse crescente neste segmento, com de mobilização de diferentes públicos oriundos de países distantes. Constatou-se, na investigação, que o turista cultural que vem ao Brasil tem: Alto índice de escolaridade; Utilizam especialmente os meios de hospedagem convencional; Viajam acompanhados (amigos, família, casal); A cultura é o fator de motivação da viagem (musicalidade, as danças e a hospitalidade; as manifestações populares; o artesanato e a gastronomia). (BRASIL, 2009).

Considerações

Procurou-se aqui explanar sobre o aproveitamento do patrimônio socioambiental pela atividade turística e o seu incremento. As implicações deste movimento vivenciado atualmente pode prejudicar núcleos receptores e suas comunidades. Por outro lado, se o turismo que se apropria do patrimônio cultural e ambiental, com seus símbolos e qualidades específicas, for conduzido por meio de uma política pública que reconheça a importância e a necessidade da preservação dos bens, a atividade tem grandes possibilidades de ser exitosa, configurando-se como uma alternativa econômica viável para as localidades envolvidas.

É fundamental destacar que, num mundo homogeneizado como este do momento atual, observa-se que o espaço é, cada vez mais, fragmentado e muito se perde em velocidade nunca antes vista, se dilui sem ser percebido ou compreendido. Neste contexto, emergem as especificidades locais, as particularidades das comunidades que em movimento de resiliência, resistem ao uniforme. Tais identidades chamam a atenção dos turistas em busca do diferente, procurando experiências mais verdadeiras e significativas para sua vida, fugindo do consumo de massas.

Destaca-se também que a mídia tem papel importante no sentido de influenciar as escolhas e direções a serem tomadas por visitantes voltados para a observação do patrimônio. Os meios de comunicação sensibilizam a opinião daqueles possíveis consumidores voltados para bens culturais (e outros), conduzindo à valorização de certos destinos e produtos.

A atividade turística relacionada à visita de sítios patrimoniais (culturais e naturais) pode, no decorrer do tempo, ser também uma atividade educativa, pois com o contato com testemunhos materiais e imateriais, de diferentes tempos históricos, muitas vezes, há um estímulo à descoberta de sociedades anteriores e sua maneira de viver e fazer, resgatando identidades e memória.

Assim, o turismo, por outro lado, pode estimular a “revitalização do acervo arquitetônico, e da valorização de festas e celebrações tradicionais, contribuindo, sobremaneira, para a dinamização econômica de diversas regiões” (CARNEIRO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2010, p.9).

Finalizando, pode-se afirmar que as relações entre o turismo e o patrimônio no mundo contemporâneo são, cada vez mais, intensas e conflituosas. Mas são relações viáveis e podem colaborar para a recuperação patrimonial e dinamização dos lugares em diferentes aspectos, notadamente aqueles relativos à cultura e economia.

Referências

ALFONSO, M.J. P. El patrimonio cultural como opción turística. *Horizontes Antropológicos*. UFRGS-IFCH. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Ano 9, n.19 (2003). Porto Alegre: PPGAS, 2003.

BOMFIM, N. R.; ARGÔLO, D. S. Relação entre atratividade turística, apropriação do território e patrimônio: uma contribuição para o planejamento sustentável do turismo na Bahia. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v.2, n.3, 2008, p. 41 – 53. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur>. Acesso em: 04 mai. 2016.

BOURDIEU, P.; DARBEL, A. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. *Constituição Brasileira 1988*. José Cretella Jr. (coord). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf. Acesso em: 29 mai. 2016.

BRASIL, Embratur & UNESCO. *Estudo do Comportamento do Turista Cultural Internacional*. Brasília: Embratur, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Cultural: orientações básicas*. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf . Acesso em: 29 mai. 2016.

BUOSI, M. C. A., LIMA, S. H. O., LEOCÁDIO, A. L. *A relação entre desenvolvimento sustentável e imagem de lugar de um destino turístico: proposição de um modelo estrutural*. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo. v.8, n.2, 2014.

BURLE-MARX, R. *Recursos paisagísticos do Brasil*. In: SUPREN. Recursos naturais, meio ambiente e poluição. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. p. 39-46.

CARNEIRO, E.; OLIVEIRA, S.A.; CARVALHO, K.D. Turismo cultural e sustentabilidade: uma relação possível? *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*. Vol 4 no.1. 2010. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/07.1Carneiro.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

CASTELLANO, E. G.; FIGUEIREDO, R. A.; CARVALHO, C. L. (Org.). *(Eco) Turismo, Educação Ambiental: Diálogo e Prática Interdisciplinar*. 1ª edição. São Carlos: Rima, 2007, v. 01, p. 169-178.

CASTRIOTA, Leonardo Barci.– . Paisagem cultural e técnicas agrícolas tradicionais: preservação e sustentabilidade no Serro (MG) in Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS. 2009. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2941/2876>. Acesso em: 05 mai 2016.

COSGROVE, D. *Observando la naturaleza: el paisaje y el sentido europeo de la vista*. Boletín de la A.G.E. N.º 34 - 2002, págs. 63-89.

CRUZ, R.C.A. da. *Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço*. In: LEMOS, A.I.G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M.L. América Latina: cidade, campo e turismo. São Paulo: Clacso, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf>. <acesso02mai2016 >

CURY, I. *A Evolução Urbana e Fundiária de Parati do séc. XVII até o século XX, em face da adequação das normas de proteção de seu patrimônio cultural*. São Paulo: FAU/USP. 2002. Dissertação de Mestrado.

CURY, I. Informação nº 214 /06/DITEC/6ªSR/IPHAN - Protocolo nº 3788/06 de 19/06/2006.

DONAIRE, D. *Considerações sobre a Variável Ecológica, as Organizações e o Turismo*. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (org.) *Turismo: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

GÂNDARA, J. M. G. *Reflexões sobre o turismo gastronômico na perspectiva da sociedade dos sonhos*. In: NETTO, A. Panosso; ANSARAH, M. G. dos R. *Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas*. Barueri, SP: Manole, 2009.

GONÇALVES, J.R. dos S. *O patrimônio como categoria de pensamento*. In: CHAGAS, M. e ABREU, R. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

GRABURN, N. & BARTHIEL-BOUCHER, D. (2001). *Relocating the Tourist*. *International Sociology*, 16(2). P. 147-158

HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

MENEZES, Paula D. L. de. e GUEDES, Joelma A. A ideologia do turismo e o discurso midiático. *Revista de Hospitalidade*. V.VIII, no. 1- junho 2011. p.95-109. Disponível em: <http://www.rev Hosp.org/ojs/index.php/hospitalidade/article/viewFile/388/441>. Acesso em: 02 Dez. 2015.

MORAES, C. S. B., MAUAD, F. F. Etapas preliminares para o planejamento ambiental do turismo. *Revista Turismo e Desenvolvimento*. Campinas: UNOPEC/ Editora Átomo. n. 02, v. 01, p. 137-145, 2001.

MORAES, C. S. B.; GUIMARÃES, S. T. L. Subsídios para implantação do turismo ambiental no município de Charqueada/ SP. *Revista Holos Environment*. UNESP: Rio Claro/ SP, v. 01, p. 28-38, 2001.

MORAES, C. S. B. *Planejamento ambiental do turismo*. São Carlos. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2002.

MORAES, C. S. B. *Planejamento e Gestão Ambiental: uma proposta metodológica*. Tese (doutorado), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 277 p., 2006.

MORAES, C. S. B.; QUEIROZ, O. T. M. M. ; MAUAD, F. F. *Planejamento, gestão e educação ambiental: a importância da inter-relação para a sustentabilidade*. In: CASTELLANO, E. G.; FIGUEIREDO, R. A.; CARVALHO, C. L. (Org.). *(Eco) Turismo, Educação Ambiental: Diálogo e Prática Interdisciplinar*. 1ª edição. São Carlos: Rima, 2007, v. 01, p. 169-178.

MORAES, C. S. B.; QUEIROZ, O. T. M. M.; MAUAD, F. F. Planejamento e Gestão Ambiental Municipal: Uma Proposta Metodológica Visando a Sustentabilidade. Revista Holos Environment. UNESP: Rio Claro, v. 12, p. 1-19, 2012.

MORAES, C. S. B.; QUEIROZ, O. T. M. M.; MAUAD, F. F. *Planejamento e Gestão Ambiental: Uma Proposta Metodológica para o Turismo*. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016 (no prelo).

NU / OMT / CCE / OCDE. (s.d.). *Cuenta satélite de turismo: Recomendaciones sobre el marco conceptual*, 2008. Estudios de métodos. Serie F, No. 80/Rev.1. Luxemburgo/Madrid/Nueva York/Paris: OMT. Disponível em: http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/Seriesm_83rev1s.pdf. Acesso em: 10 nov. 2015.

PAKMAN, Elbio T. *Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico*. Anais XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade do Estado do Ceará – UECE. 2014. Disponível em: http://www.anptur.org.br/novo_portal/anais_anptur/anais_2014/arquivos/DFP/DFP1/034.pdf. Acesso em: 29 nov. 2015.

PÉREZ, Xerardo P. *Turismo Cultural*. Uma visão antropológica. Colección PASOS edita, no. 2. El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC. 2009. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/4613/1/livro%20tc%20xerardo.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

PRATS, Llorenç. *Antropologia e patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel, 1997. Disponível em : https://books.google.es/books?id=zJr1TV_DC_YC&printsec=frontcover&hl=es&source=gs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 02 dez. 2015.

RUSCHMANN, D. V. M. *Gestão da capacidade de carga turístico-recreativa com fator de sustentabilidade ambiental – o caso da Ilha de João da Cunha*. In: LAGE, B. H. G. MILONE, P. C. (org.) *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

RUSCHMANN, D. V. M. *Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente*. 14ª edição. Campinas: Papirus, 2009.

SACHS, I. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, M. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

TRIGO, L. G. *Turismo Básico*. 5ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2001.

TROITIÑO VINUESA, M. A. e TROITIÑO TORRALBA, L. *Turismo y patrimonio en Castilla y León: las ciudades patrimonio de la humanidad (Ávila, Salamanca y Segovia) como destinos turísticos de referência*. POLÍGONOS. Revista de Geografía 2009, nº 19, pp. 145-178. ULE Revistas. Universidade de León. Disponível em:

<http://revpubli.unileon.es/ojs/index.php/poligonos/article/view/74/56> . Acesso em: 17 mai. 2016.

TROITIÑO VINUESA, M. A. *El papel del patrimonio en la sostenibilidad territorial, avanzando hacia nuevos modelos de desarrollo*. En Observatorio de la Sostenibilidad en España-OSE, Patrimonio Natural, Cultural y Paisajístico. Claves para la Sostenibilidad Territorial. Madrid, Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2009a. p.139-148. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/74-239-1-PB.pdf>. Acessado em: 23 mai. 2016.

ZORZI, M.; CERQUEIRA, F. V. *Atrativos Turísticos e Patrimônio Cultural: O Olhar do Poder Público e da Comunidade Local no Município de Jaguarão, RS*. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. SEMINTUR. UCS Universidade de Caxias do Sul, RS. Caxias do Sul, RS. 2010. Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/tplVSEminTur%20/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/gt07/arquivos/07/Atrativos%20Turisticos%20e%20Patrimonio%20Cultural%20O%20Olhar%20do%20Poder%20Publico.pdf. Acesso em: 05 jun. 2016.

POTENCIALIDADES DEL TURISMO DE SALUD EN CUBA A PARTIR DEL APROVECHAMIENTO DE LOS RECURSOS DE AGUAS MINERO-MEDICINALES

*Isabel Valdivia Fernández
Yuney Sosa Triana*

Introducción

Combinar turismo y salud es una fórmula atractiva de interés creciente en el mundo, ya que el descanso y el bienestar físico y mental son argumentos poderosos para los movimientos turísticos actuales.

Esta modalidad turística comenzó con el desarrollo de las actividades de los balnearios, artífices del Turismo de Salud, que son lugares idóneos donde mejorar no tan solo la salud física, sino también aliviar el estrés y los problemas derivados de una vida activa y ajetreada, donde la posibilidad de aprovechar las propiedades de aguas con particulares atributos, a partir del conocimiento científico de la medicina, destaca la importancia del poder curativo de las aguas, ubicados en centros termale que se apoyan en tratamientos fisioterapéuticos y/o terapéuticos. (Martínez, 2012)

Este trabajo investigativo tiene como centro de atención el Turismo de Salud en Cuba de carácter preventivo y terapéutico, a partir del aprovechamiento de las aguas minero-medicinales, la instalaciones termale y su entorno natural.

Cuba, al estar ubicada en el Caribe, región atractiva por su clima y sus costumbres, y contar con recursos naturales atrayentes (fuentes minero-medicinales, productos terapéuticos de origen natural, etc.), destinos turísticos establecidos (naturaleza, históricos, salud, aventura, etc.), instalaciones turísticas con un gran nivel de confort, un sistema de salud integral con credibilidad y prestigio internacional apoyado en un alto desarrollo de la medicina y profesionales de una ética médica elevada, y la presencia de cadenas turísticas extranjeras con experiencia en el mundo y en el Caribe; son factores que unidos al crecimiento mostrado por el segmento turístico de esta modalidad en el mundo, demuestran las potencialidades de este mercado para el desarrollo de la industria turística cubana, lo cual señala la gran importancia del desarrollo de este tema.

Metodología empleada para la elaboración de la investigación.

Para una correcta y plena comprensión del trabajo es necesaria la aclaración de los siguientes conceptos, los cuales sustentan gran parte de la investigación:

Ocurrencias: Las Ocurrencias de Aguas Minerales se dividen en tres grupos por su grado de conocimiento y de aprovechamiento: Punto de Mineralización, Prospecto y Yacimiento (Resolución No.234 del MIMBAS, 17/7/2008)

- *Punto de Mineralización:* Ocurrencia natural de un aguamíneral de la que se puede esperar que en los futuros trabajos de prospección puedan dar resultados positivos. Generalmente están asociados a manantiales o pozos de investigación geológica, y los trabajos realizados son insuficientes para establecer con certidumbre su grado de aprovechamiento.

- *Prospecto*: Ocurrencia de aguamíneral que tiene suficiente caudal y calidad para un aprovechamiento racional. En él han sido realizados suficientes trabajos para establecer la calidad de la materia prima y un estimado preliminar de su caudal (dispone como mínimo de recursos inferidos). Los trabajos futuros precisarán entre otros aspectos los recursos estimados y la calidad de la materia útil, dándoles el grado de certeza necesario para definir la ocurrencia como un yacimiento potencial.
- *Yacimiento*: Ocurrencia de aguamíneral cuyo caudal y calidad son conocidos con adecuada certeza para su potencial puesta en explotación, avalados por un estudio de factibilidad que garantiza su explotación en condiciones de rentabilidad económica. Los mismos pueden estar o haber sido objeto de actividad extractiva en el pasado.



Figura 1. Clasificación de las ocurrencias de aguas minero-medicinales.

Fuente: Elaborada por las autoras a partir de información de la ONRM, 2012

Como resultado de la aplicación de diferentes métodos más la información arrojada por la entrevista, se realizó el análisis para cada una de las ocurrencias de aguas minero-medicinales (yacimientos, prospectos y punto de mineralización) seleccionadas, a través de una serie de indicadores que se muestran a continuación:

1. En el indicador Entorno se tomaron como elementos a considerar en cada ocurrencia de aguas minero-medicinales seleccionada el predominio de lo natural, presencia de vegetación exuberante, contrastes paisajísticos, presencia de cuerpos de agua y cercanía a la costa. Se valoró de forma cualitativa la existencia de ellos en cada una de las ocurrencias y se conformó una escala donde el valor máximo (5) se le otorgaba a partir de la mayor presencia de estos elementos en cada ocurrencia y a medida que iban disminuyendo, su evaluación iba decreciendo. Este indicador se evaluó a partir de investigaciones precedentes y el criterio de expertos.
2. En el segundo indicador denominado Accesibilidad se tuvo en cuenta la existencia de viales y la distancia a la que se encontraban de las ocurrencias. Para ello se crearon áreas de influencia a determinadas distancias alrededor de

las vías de acceso (Autopista, carretera de 1^{er} orden y 2^{do} orden) y según la distancia que presentaban hacia la ocurrencia se clasificó la accesibilidad de muy buena, buena, regular, mala y muy mala, disminuyendo en este sentido el valor del indicador.

3. El indicador Proximidad a infraestructura hotelera se refiere a la cercanía que puede presentar la ocurrencia a determinadas infraestructuras hoteleras. Para ello se crearon áreas de influencias a determinadas distancias alrededor de las ocurrencias de aguas minero-medicinales (yacimientos, principales prospectos y el punto de mineralización) seleccionadas. Según el valor de dichas distancias se clasificó la proximidad de muy buena, buena, regular, mala, muy mala o ausencia de la misma, disminuyendo en este sentido la evaluación del indicador.

4. El indicador Proximidad a asentamientos, se refiere a la cercanía que puede presentar la ocurrencia a determinados asentamientos. Para ello, al igual que en los dos indicadores anteriores, se crearon áreas de influencia a determinadas distancias en este caso alrededor de las ocurrencias de aguas minero-medicinales seleccionadas, clasificándose la proximidad de muy buena, buena, regular, mala, muy mala o ausencia de la misma, disminuyendo en este sentido la evaluación del indicador.

5. El indicador Turistas alojados por provincia, se refiere a la cantidad anual de turistas que se alojaron en los hoteles de dichas provincias, para el año 2011. Este se valoró de muy bueno, bueno, regular, pobre, escaso, o muy escaso, disminuyendo en este sentido su valor respectivamente.

6. El indicador Estancia media anual de turistas alojados por provincia, está relacionado con el indicador anterior. Se consideró para cada ocurrencia de excelente, elevada, muy buena, buena, regular o escasa, disminuyendo en este sentido su evaluación respectivamente.

Es necesario hacer la aclaración que los indicadores Turistas alojados por provincia y Estancia media anual de turistas alojados por provincia fueron analizados a partir de datos ofrecidos por el MINTUR, que no contaban con el total de turistas anuales ni la estancia media anual por provincias, lo que implicó realizar el estudio con los datos con que se contaban.

7. En el indicador Grado de conocimiento de la ocurrencia (yacimiento, prospecto y punto de mineralización), se valoró si era un Yacimiento con información del balance de sus aguas actualizado, un Yacimiento con información del balance de sus aguas desactualizado, un Prospecto con Recursos Disponibles Medidos, un Prospecto con Recursos Disponibles Indicados, un Prospecto con Recursos Disponibles Inferidos o un Punto de mineralización, y en este sentido iba disminuyendo la puntuación respectivamente.

Es necesario aclarar que el informe del balance o estado de los Recursos Disponibles y de Explotación de las aguas minerales, es una de las obligaciones de los concesionarios que permite conocer el estado actual de las aguas desde el punto de vista cualitativo como cuantitativo. Constituye un elemento de gestión muy importante pues las aguas pueden cambiar su composición y calidad en el tiempo, que al constituir un medicamento se debe tener un alto nivel de certidumbre de su inocuidad.

8. En el indicador Presencia y Estado del balneario se combinan la existencia y el estado en que se encuentra la infraestructura balnearia de la ocurrencia. Este indicador se evaluó a partir de investigaciones precedentes y el criterio de expertos. Se tuvo en cuenta si era un balneario bueno, regular, deficiente, rústico, incipiente o no existía presencia de balneario, y en este sentido disminuía su puntuación respectivamente.

9. El indicador Temperatura de la ocurrencia, es una de los elementos físicos que se relaciona con la acción terapéutica de las aguas. Esta se valoró de muy altas, altas, medias, bajas o muy bajas, disminuyendo en este sentido su valor respectivamente.

10. El indicador Presencia de H₂S (sulfhídrico), es uno de los elementos químicos que también se relaciona con la acción terapéutica de las aguas minero-medicinales. Se consideró para cada ocurrencia de muy alta, alta, media, baja o muy baja, disminuyendo en este sentido su evaluación respectivamente.

Para esta fase de la investigación se seleccionaron los indicadores Temperatura de la ocurrencia y Presencia de H₂S para evaluar la calidad de las aguas teniendo en cuenta que son elementos físicos y químicos, que además de su fácil percepción tienen efectos demostrados en la salud, y se encuentran presentes en todas las ocurrencias seleccionadas. No obstante, las aguas pueden contener otros elementos muy importantes para la salud, pero requieren de procedimientos analíticos para definir su presencia, los cuales deben ser tomados en cuenta para futuras evaluaciones.

11. El indicador Recursos Disponibles: Son los volúmenes de agua de un acuífero que pueden extraerse a largo plazo, sin que experimente una reducción de la reserva permanente, expresados en unidad de caudal. Estos recursos dependen fundamentalmente de la alimentación neta del acuífero y se refieren al caudal de escurrimiento subterráneo bajo condiciones de equilibrio natural. (Resolución No.234 del MIMBAS, 17/7/2008)

Se determina a través del volumen de agua entre la unidad de tiempo (V/t). Se mide en L/s o m³/día y se expresa a través de tres categorías: Medido, Indicado e Inferido, donde:

Inferido

Indicado

Medido



12. El indicador Recursos de Explotación: Es la parte o la totalidad de los Recursos Disponibles. Constituyen el volumen de agua que se puede captar de un acuífero a largo plazo sin originar alteraciones indeseables en el régimen de las aguas subterráneas, teniendo en cuenta condiciones técnicas y económicas, expresado en unidad de caudal. En la concepción de estos recursos influye notablemente la obra de captación y el propio efecto de explotación. (Resolución No.234 del MIMBAS, 17/7/2008)

Se mide en l/s o m³/día también y se dividen en Recursos de Explotación Probados y Recursos de Explotación Probables.

Solo se contaron con los Recursos de Explotación Probados que son aquellos que provienen de los Recursos Disponibles Medidos y es el caudal equivalente a una parte o a la totalidad de estos, previa comprobación de la factibilidad técnica y la viabilidad económica de su explotación, mediante la realización de un estudio de factibilidad.

13. El indicador Recursos en Explotación: Son aquellos que realmente se extraen del yacimiento, y generalmente se corresponde con la parte o el total de los recursos de explotación probados. (Resolución No.234 del MIMBAS, 17/7/2008).

Para el caso de los últimos tres indicadores se clasificaron de elevados, suficientes, medios, pocos, limitados, o ausencia de los mismos, disminuyendo en este sentido su evaluación respectivamente.

Los indicadores Recursos de Explotación y Recursos en Explotación solo se evaluaron para los yacimientos pues son los que presentan una infraestructura de extracción, valoración económica y la concesión minera correspondiente.

Finalmente se sumaron estos valores por indicador para cada ocurrencia de agua minero-medicinal seleccionada y se clasificaron en una escala que permitió agruparlos de acuerdo al resultado de la correlación de ellos, dando lugar a tres grupos determinados por la combinación de las condiciones tanto turísticas como del recurso que presentaban estas ocurrencias, permitiendo de esta manera la elaboración de un orden o jerarquía en función de las condiciones citadas.

La escala de valores finalmente quedó de la siguiente forma:

- 1er orden ≥ 42 puntos
- $32 \leq 2do$ orden < 42 puntos
- 3er orden < 32 puntos

Estos órdenes indican las posibles opciones de aprovechamiento de cada una de las ocurrencias.

Resultados de la investigación

Cuba dispone de más de 400 ocurrencias de aguas minero-medicinales distribuidas en todo el archipiélago cubano, de ellas solo 6 constituyen yacimientos concesionados (en explotación) ubicados en la región centro occidental de Cuba, los cuales fueron seleccionados como casos de estudio además de los principales prospectos distribuidos regularmente, así como un punto de mineralización en el municipio especial Isla de la Juventud. (Ver Figura 2)

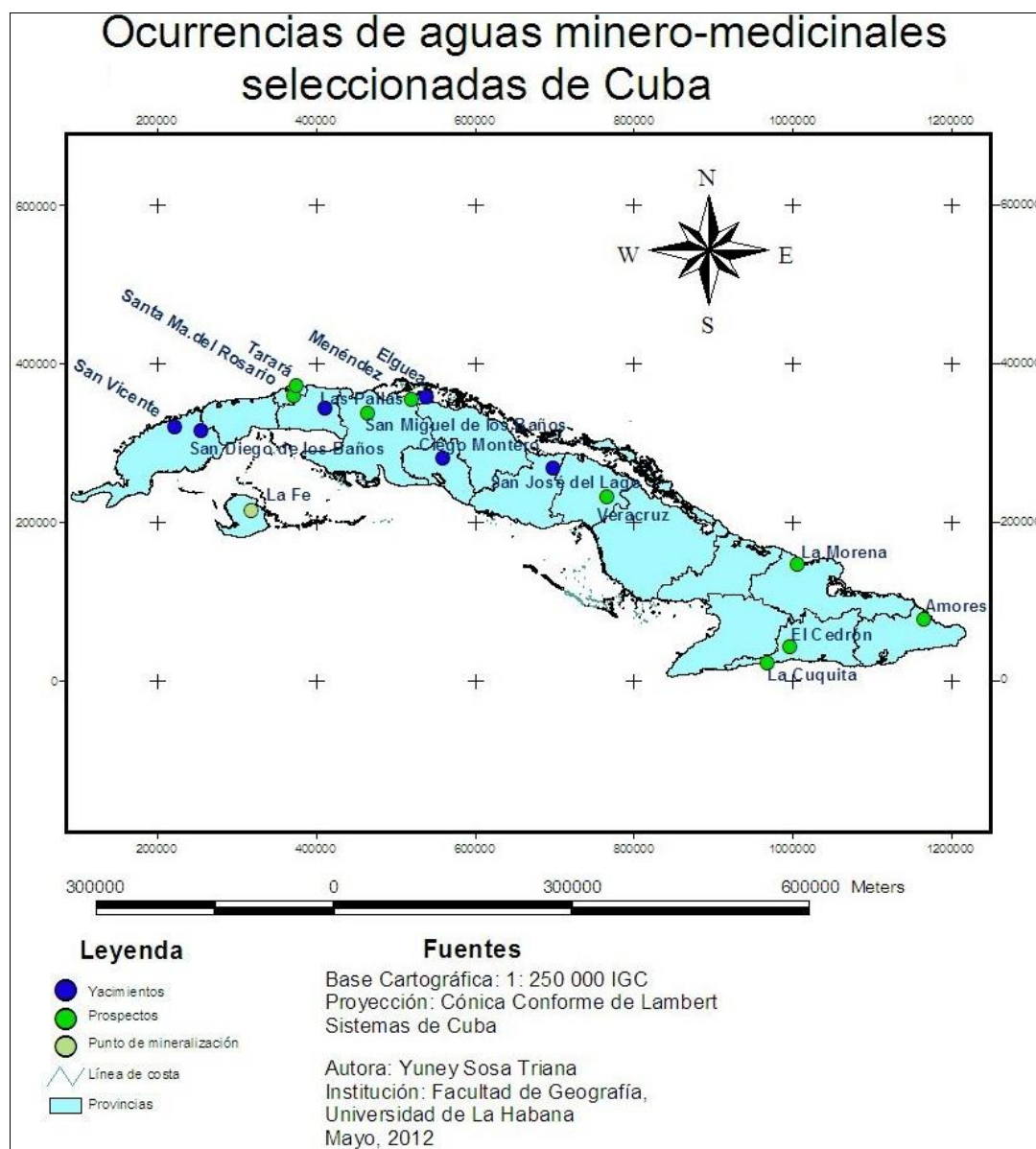


Figura 2: Ocurrencias de aguas minero-medicinales seleccionadas de Cuba.

En las ocurrencias se pudo apreciar que el país dispone de altos volúmenes de Recursos Disponibles de la más variada calidad, sin embargo los Recursos de Explotación son muy bajos (para los yacimientos), y de ellos los que están en Explotación son ínfimos, lo que evidencia un muy bajo aprovechamiento de un recurso hidromineral de probada calidad balneológica, desde el punto de vista de su tipo de agua y acción terapéutica.

Para corroborar la información anterior, para el caso de los yacimientos concesionados se llegaron a los resultados de que el país solo utiliza como Recurso de Explotación el 72,8% de los Recursos Disponibles Medidos, y el 8,4% respecto a los Recursos Disponibles Totales (Medido + Indicado + Inferido). Por otra parte, solo tiene en Explotación el 16,5% de sus Recursos de Explotación y el 1,4% de sus Recursos Disponibles Totales.

Estos resultados muestran una idea cuantitativa de los volúmenes de recursos de aguas minero-medicinales concesionados que pueden ser aprovechados y que no tienen

instalada infraestructura de explotación (el 27,2 y 91,6% de los Recursos Disponibles Medidos y Totales respectivamente), así como que de la capacidad instalada está sin aprovechar el 83,5 %. (Ver Figura 3 y 4).

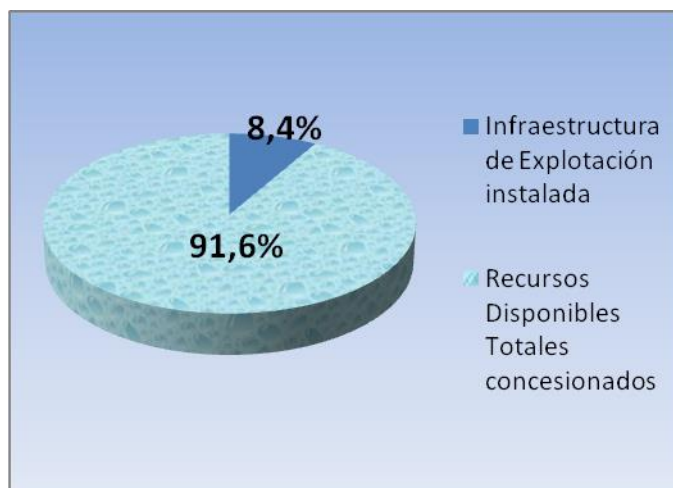


Figura 3. Infraestructura de Explotación instalada (Recursos de Explotación) de los Recursos Disponibles Totales concesionados.

Fuente: Elaborado por las autoras a partir de datos de la Oficina Nacional de Recursos Minerales (ONRM), 2012

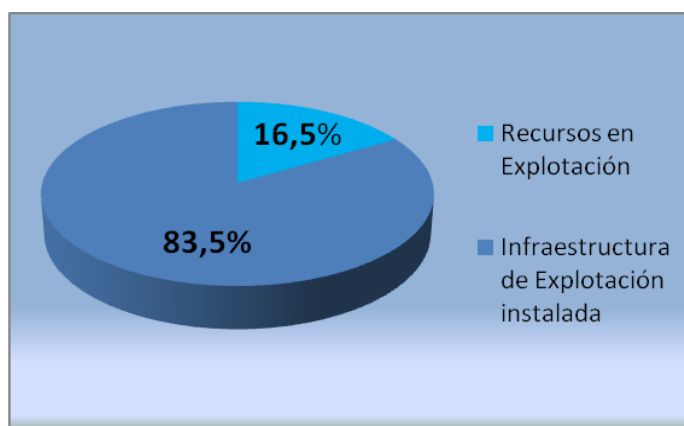


Figura 4. Recursos en Explotación de la Infraestructura de Explotación instalada.

Fuente: Elaborado por las autoras a partir de datos de la Oficina Nacional de Recursos Minerales (ONRM), 2012.

En general están sin aprovechar el 98,6% de los Recursos Disponibles Totales concesionados (Ver Figura 5) y el 100% de los recursos no concesionados correspondientes a los prospectos y a los puntos de mineralización evaluados en el país, estos últimos con determinado nivel de evaluación tanto cualitativa como cuantitativa permitiendo un nivel de certidumbre de la calidad y el potencial aprovechamiento de los mismos. Es bueno aclarar que estas ocurrencias fueron el resultado de investigaciones geológicas e hidrogeológicas financiadas por el presupuesto del estado sin que se haya recuperado dicha

inversión por su no aprovechamiento, todo lo cual se agrava porque las mismas están expuestas a contaminación con una mayor vulnerabilidad ocasionada por las citadas investigaciones (perforaciones) y un mal planeamiento del desarrollo de otras actividades (agrícola, urbano, entre otras).



Figura 5. Recursos en Explotación de los Recursos Disponibles Totales concesionados.

Fuente: Elaborado por las autoras a partir de datos de la Oficina Nacional de Recursos Minerales (ONRM), 2012

Estas cifras resultan desalentadoras, lo que unido a que el producto de salud en Cuba es (según datos del MINTUR, 2012), entre los principales productos turísticos del país, el de más bajo por ciento del total de instalaciones (2,4%), así como a su vez de habitaciones existentes (0,8%), pone en posición desventajosa al producto de salud de carácter preventivo y terapéutico dentro del país y frente a la competencia de la región; y a la vez convoca a una valoración para el aprovechamiento de este recurso y así potenciar el Turismo de Salud, y de esta forma dar cumplimiento a los Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución aprobados en el VI Congreso del PCC, en particular el No. 260 referido entre otros aspectos al desarrollo del Turismo de Salud.

Este escenario contrasta radicalmente con la situación geográfica y los recursos naturales favorables de Cuba, país insular de latitud subtropical, que además de presentar un subsuelo dotado de una variadísima riqueza de los citados recursos minero-medicinales en todo el territorio nacional, cuenta con un clima excelente, hermosas playas, escenarios muy naturales y una seguridad social envidiable; aspectos que le confieren extraordinarias condiciones para la explotación, durante todo el año, de instalaciones termales dotadas de un personal médico calificado y con un sistema de salud de alto desarrollo y prestigio internacional, lo que posibilitará la asistencia a los balnearios no sólo a personas de la tercera edad, sino también de otras edades, pues en estos lugares pueden obtener la cura o mejora de lo que ha dado en llamarse "enfermedades de la civilización".

Asimismo, los estudios por edades de los visitantes a Cuba arrojan cifras importantes sobre los turistas que está recibiendo el país, con una tendencia creciente en los grupos de más de 45 años (se estima entre un 55-56% para el año 2016 según datos del MINTUR), lo que unido al acelerado envejecimiento de la población cubana (2^{do} mercado de turismo en Cuba), constituyen aspectos esenciales a considerar para un cambio estructural imprescindible de la oferta turística del país, lo que indica que se debe potenciar el área del termalismo. A su vez, los principales mercados emisores de turismo al país, incluyendo a

Cuba, se caracterizan generalmente por presentar estancias prolongadas, lo que beneficia también a la actividad termal, contando con que muchos provienen de países con gran tradición en esta actividad.

Esta situación en general pone en evidencia la reacción tardía y lenta que ha presentado el país ante este escenario, de ahí la necesidad de llevar a cabo propuestas para el desarrollo del Turismo de Salud en Cuba, a partir del aprovechamiento de sus recursos de aguas minero-medicinales.

Por tanto, a partir del análisis de los resultados de la Matriz de Evaluación donde se analizaron los indicadores para evaluar las ocurrencias de aguas minero-medicinales seleccionadas, desde el punto de vista tanto del recurso como turístico, resulta que estas no van a presentar las mismas condiciones, lo cual va a proporcionar la formación de determinados órdenes desde las que tienen mayores posibilidades de considerarse en una primera opción de aprovechamiento por su mayor viabilidad al tener las mejores evaluaciones de los indicadores, hasta aquellas que pueden concebirse como otras opciones. (Ver Figura 6).

Ocurrencias	Entorno	Accesibilidad	Proximidad asentamientos	Proximidad infraest.Hoteles	Turistas alojados x Prov.	Estan. Media Turistas alojados x Prov	Grado Conocim del Recurso	Pres. y Estado Balneario	Rec. Dispon	Rec. de Explot Probados	Rec. En Explot	Temp	H2S	TOTAL
San Diego de los Baños	5	4	5	4	1	2	5	4	5	5	0	4	5	49
Las Pailas	1	4	5	3	1	1	4	4	4	2	1	3	3	36
Ciego Montero	2	4	5	3	1	4	5	3	5	1	1	4	4	42
San Vicente	5	5	2	5	1	2	5	4	5	2	2	4	1	43
Elguea	2	4	2	5	3	4	5	4	5	5	5	5	5	54
San J.Del Lago	4	4	5	1	2	3	5	4	5	4	0	4	1	42
Sta Ma.Rosario	3	5	5	4	4	3	2	3	1	0	0	3	5	38
Tará	3	5	5	5	4	3	1	0	1	0	0	4	5	36
San Miguel de los Baños	3	3	5	2	5	3	3	3	2	0	0	3	2	34
Menéndez	2	4	4	2	5	3	3	2	5	0	0	5	5	40
Veracruz	1	3	3	2	3	5	2	2	1	0	0	3	5	30
La Morena	2	3	3	4	3	3	3	1	2	0	0	3	5	32
El Cedrón	4	1	5	5	2	1	3	1	1	0	0	4	4	31
La Cuquita	4	3	5	2	2	1	3	3	5	0	0	4	1	33
Amores	4	3	1	4	0	2	3	0	1	0	0	3	1	22
La Fe	2	4	5	4	2	4	0	3	0	0	0	4	1	29

Figura 6. Matriz de Evaluación del sistema de indicadores.

Fuente: Elaborada por las autoras, 2012

Para determinar estos órdenes primeramente se procedió a la caracterización de cada una de las ocurrencias de aguas minero-medicinales a partir de los resultados de la Matriz de Evaluación, para ello se categorizaron en tres grandes grupos a partir de la evaluación promedio de todos los resultados de sus indicadores como ocurrencia: satisfactoria, regular, e insatisfactoria. Estos valores promedios fluctuaron entre 2 y 4 por lo que se determinó para todos los que alcanzaban el valor de 4 otorgarle categoría de satisfactoria, 3 de regular y 2 de insatisfactoria.

Las que se agrupan en un *1er orden* son los yacimientos (Elguea, San Diego de los Baños, San Vicente, San José del Lago y Ciego Montero), que lógicamente se alzan con los mayores valores en la matriz (a excepción de Las Pailas), al reunir las mejores condiciones tanto desde el punto de vista del recurso como turístico (en su combinación) y ser las que se encuentran actualmente concesionadas en el país (por el MINTUR y el MINSAP), todo lo cual les facilita cualquier inversión o asociación con capital extranjero.

Dentro de este grupo los yacimientos Elguea y San Diego de los Baños son los que presentan los mayores valores de todos, lo que se reafirma por su evaluación de satisfactorio a partir del promedio de todos los resultados de sus indicadores. Los yacimientos San Vicente, Ciego Montero y San José del Lago aunque clasificaron en una categoría de regular, forman parte de este orden, a partir del análisis de algunos atributos que eventualmente se encuentran con baja evaluación o por falta de datos representativos.

Los que se agrupan en un *2do orden* son los prospectos Menéndez, Santa María del Rosario, Tarará, San Miguel de los Baños, La Cuquita y La Morena, además del yacimiento Las Pailas (que por tener más bajos resultados que el resto de los yacimientos, clasificó en el segundo rango establecido, incorporándose a esta agrupación).

Todas las ocurrencias de este orden fueron evaluadas de regular, según el valor promedio de sus indicadores.

Las que se agrupan en un *3er orden* van a ser las ocurrencias de aguas minero-medicinales menos favorecidas según la evaluación de los indicadores. Este está constituido por los prospectos, El Cedrón, Veracruz, Amores y el punto de mineralización La Fe.

Según el valor promedio de sus indicadores, todas las ocurrencias de este orden fueron evaluadas de insatisfactorias

Propuestas para el desarrollo del Turismo de Salud en Cuba de carácter preventivo y terapéutico a partir del aprovechamiento de los recursos de aguas minero-medicinales.

Como resultado de la conformación de estos diferentes órdenes, se va a obtener una jerarquía, donde en el **1er orden** van a estar aquellas ocurrencias (que en este caso coinciden con los yacimientos, exceptuando el caso del yacimiento Las Pailas) que presentan mejores condiciones, tanto desde el punto de vista del recurso como turístico (en su combinación), con mayor viabilidad para ser consideradas en una primera opción donde se potencie el desarrollo de su aprovechamiento, contando con que algunas se encuentran actualmente en explotación como es el caso de los yacimientos Elguea, San Vicente y Ciego Montero, aunque operando muy por debajo de sus capacidades.

En el *2do orden* se encuentran principalmente aquellos prospectos que presentan mayores potencialidades para ser considerados, a partir de los resultados obtenidos de los

indicadores en la Matriz de Evaluación, a desarrollar en una segunda opción de aprovechamiento. En esta agrupación se encuentra además el yacimiento Las Pailas por no estar en el rango establecido del *1er orden* (principalmente por su baja puntuación en los indicadores entorno, turistas alojados por provincia, estancia media anual de turistas alojados por provincia, Recursos de Explotación y en Explotación), por lo que requiere de una gran prioridad para que en un futuro se incorpore al grupo de los yacimientos que se encuentran en primera posición.

En el *3er orden* se encuentran aquellas ocurrencias de aguas minero-medicinales donde se incluyen tres prospectos y el único punto de mineralización seleccionado en esta investigación. Este orden constituye el menos favorecido, conformado por ocurrencias que presentan menos potencialidades que las del *2do orden* a partir del análisis de los indicadores. No obstante, constituyen buenos atractivos turísticos a partir de los atributos particulares de cada una de estas ocurrencias, pero sin lugar a dudas se requeriría de un mayor esfuerzo para su puesta en explotación, para finalmente convertirlas en recursos turísticos.

En resumen, la conformación de estos órdenes favorece la organización de estas ocurrencias en función de las potencialidades que presentan, con lo cual se podrán establecer las pautas para una mejor gestión de este recurso minero-medicinal determinándose cuáles son aquellas más idóneas a aprovechar en una primera instancia, cuáles en una segunda y cuáles en una tercera.

Como es de notar, la inmensa mayoría de los yacimientos se agruparon lógicamente en un *1er orden* por reunir las mejores condiciones. No obstante, es importante hacer énfasis en cómo actualmente los balnearios que están funcionando como Elguea, San Vicente y Ciego Montero (además de Las Pailas aunque pertenezca al *2do orden*), están operando a muy por debajo de su capacidad instalada y del rendimiento de los acuíferos, con un aprovechamiento mínimo del agua a lo que se le suma su baja promoción y clientela. Por otra parte como se expuso anteriormente, se tiene que el resto de los yacimientos como San Diego de los Baños, y San José del Lago se encuentran actualmente fuera de operaciones por diversos motivos.

Este resultado muestra cómo un mejor aprovechamiento, explotación y uso de las ocurrencias (en este caso los yacimientos concesionados) que actualmente se encuentran en explotación, o fuera de operaciones por determinadas circunstancias, constituiría un buen punto de partida para comenzar a mejorar el Turismo de Salud de carácter preventivo y terapéutico en el país, a partir de un mayor aprovechamiento y manejo de lo que ya se tiene creado, de lo que reúne actualmente las mejores condiciones, y a partir del cual se ha hecho muy poco en los últimos años para reanimar el sector. Esta primera acción permitiría un mejor aprovechamiento y la explotación adecuada de los balnearios que se encuentran actualmente concesionados en el país, donde la mayoría son reconocidos nacional e internacionalmente a partir del alto poder curativo de sus aguas. Al ser considerados en una primera prioridad, se podría lograr en un futuro llevar a sus estándares originales, recuperando de esta manera el prestigio de los mismos.

A su vez, según el análisis de los órdenes establecidos con anterioridad, se tiene que a partir de un mejor aprovechamiento, explotación y uso de los yacimientos concesionados (correspondientes al *1er orden*), y posteriormente trabajando para crear las condiciones que permitan elevar las ocurrencias del *2do orden* a yacimientos concesionados, por ser las que presentan mayores potencialidades para ser aprovechadas (después de las de *1er orden*), se lograría una mayor diversificación en las tres regiones del territorio nacional a partir del aprovechamiento de los diferentes tipos de aguas minero-medicinales, permitiendo en un

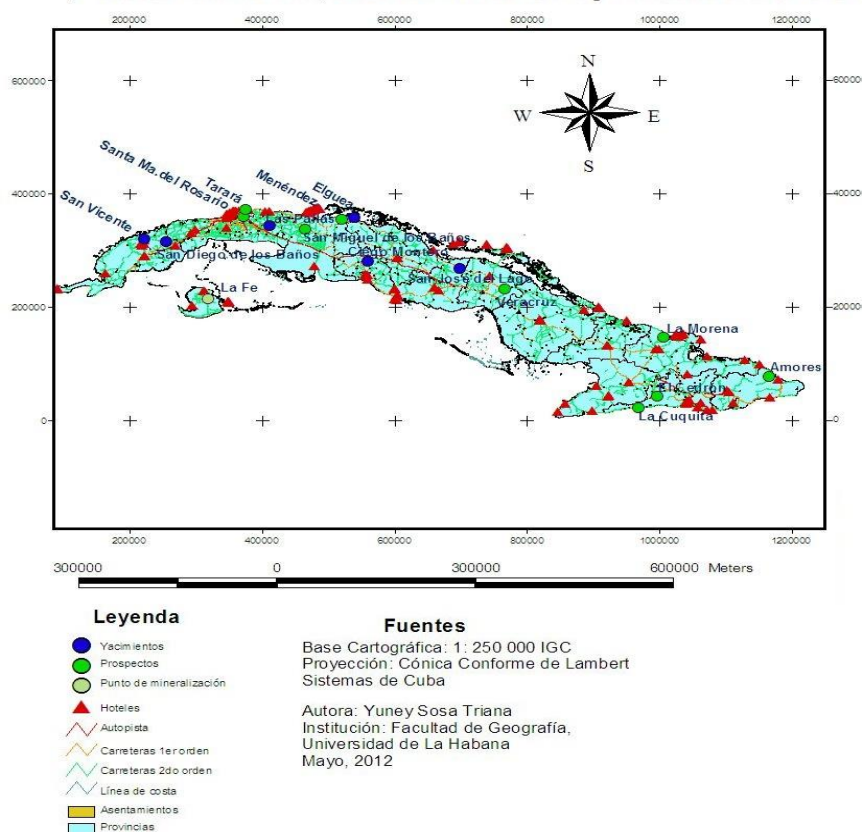
futuro crear las más variadas ofertas turísticas en función de este recurso, y logrando a su vez, una mayor incorporación del territorio nacional a la actividad del termalismo para potenciar cada vez más el Turismo de Salud en Cuba.

Se pudiera pensar además en el desarrollo de las ocurrencias del *3er orden*, que aunque se encuentran en una tercera opción de aprovechamiento, en un futuro favorecerían una mayor diversificación del producto turístico de salud que se pudiera ofertar y a una mayor incorporación de territorios a esta actividad.

También se evidencia cómo las regiones occidentales y centrales del país van a estar más favorecidas por contar con todos los yacimientos concesionados del país y la mayoría de los prospectos que presentan mayores potencialidades para el desarrollo de la balneología, obedeciendo también a la existencia de mejores condiciones de desarrollo existentes históricamente en estas dos regiones, lo cual evidencia una vez más los desequilibrios territoriales existentes en el territorio nacional, donde se favorecen en primera instancia aquellas regiones que presentan un mayor dinamismo económico, convirtiéndose a su vez en regiones luminosas. Por tanto, se requiere cuando el país disponga de mayores recursos económico-financieros, que se potencie también aquellos territorios con un menor grado de progreso y desarrollo, para que se puedan incorporar a la actividad termal, como es el caso del Oriente cubano, que en estos momentos presenta un desarrollo muy limitado de balnearios, a pesar de disponer de prospectos muy interesantes como son, en este caso, La Morena, El Cedrón, La Cuquita y Amores. (Figura 7)

Figura 7.

Ocurrencias de aguas minero-medicinales seleccionadas y accesibilidad, asentamientos y hoteles de Cuba



Conclusiones

Cuba tiene un verdadero potencial en recursos minerales termales con altos volúmenes de Recursos Disponibles y con muy baja infraestructura de explotación y mínimo aprovechamiento. Considerar el potencial de las ocurrencias minero-medicinales seleccionadas de las 400 existentes, permitiría potenciar el Turismo de Salud de carácter preventivo y terapéutico, priorizando el desarrollo de esta modalidad como parte de la actualización del modelo económico cubano.

Los trece indicadores seleccionados para evaluar integralmente las ocurrencias de aguas minero-medicinales, permitieron clasificarlas en tres órdenes:

- ✓ En el *1er orden* van a estar aquellas ocurrencias que presentan mejores condiciones, tanto desde el punto de vista del recurso como turístico (en su combinación), coincidiendo principalmente con los yacimientos concesionados.
- ✓ En el *2do orden* se encuentran principalmente aquellos prospectos que presentan mayores potencialidades para ser explotados, y el yacimiento Las Pailas.
- ✓ En el *3er orden* se encuentran aquellas ocurrencias de aguas minero-medicinales que pertenecen al grupo menos favorecido al presentar menos potencialidades que las del *2do orden*. (tres prospectos y el punto de mineralización)

Actualmente los balnearios que están funcionando están operando muy por debajo de su capacidad instalada y rendimiento, y con un aprovechamiento mínimo del agua, a lo que se le suma su baja promoción y clientela. Esta situación pone en posición aún más desventajosa al producto de salud del país de carácter preventivo y terapéutico.

El producto de salud es, entre los principales productos turísticos desarrollados en Cuba, el de más bajo porcentaje de instalaciones de alojamiento y habitaciones existentes en el país, por ello, un mejor aprovechamiento, uso y explotación de los yacimientos concesionados que actualmente se encuentran en explotación o no, unido a una elevación y/o remozamiento de la infraestructura de alojamiento, constituiría un buen punto de partida para comenzar a elevar dicha modalidad.

Los estudios por edades de los visitantes que arriban a Cuba, el acelerado envejecimiento de la población cubana, así como las estancias prolongadas de los turistas de los principales mercados emisores, unido a que muchos provienen de países con gran tradición en esta actividad, son aspectos esenciales a considerar para un cambio estructural imprescindible de la oferta turística del país, donde se debe potenciar el área del termalismo.

A partir de un mejor aprovechamiento de los yacimientos concesionados (correspondientes al *1er orden*), y posteriormente trabajando para crear las condiciones que permitan elevar las ocurrencias del *2do* y *3er orden* a yacimientos concesionados, se obtendría una mayor diversificación en las tres regiones del territorio nacional, a partir de los diferentes tipos de aguas, lográndose ampliar estos servicios en el país y permitiendo en un futuro crear las más variadas ofertas turísticas.

Referências

Aguado, J. (2010). Preservar la calidad del agua minero-medicinal. Recuperado el 16 de abril de 2012 del sitio web: (<http://www.madrimasd.org>)

Funcia, C. (2009). La contextualización de las Categorías de la Metodología de la Investigación en el Proceso de Mejora y Diseño de Productos Turísticos. Escuela de Hotelería y Turismo de Santiago de Cuba, Cuba.

Ley No. 76. Ley de Minas, Reglamento a la Ley No. 76, Artículo 57-60 del Decreto No.222. MINBAS, (18-9-1987).

Ley No. 76. Ley de Minas, Reglamento a la Ley No.76, Artículos 57 y 58 del Decreto No.222. MINBAS, (30-12-1994).

Martínez, C. (2010). Proyectos de futuro en la recuperación de los balnearios. Balnearios del siglo XXI. Recuperado el 5 de abril de 2012 del sitio web: (<http://aguas.igme.es/igme/publica/pdfart3/proyectos.pdf>)

Martínez, O. (2012). Análisis sociológico de las tendencias recientes del turismo de salud y reposo: origen, evolución histórica y tendencias de futuro. Recuperado el 3 de febrero de 2012 del sitio web: (<http://www.apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/omoure.pdf>)

MINTUR, 2012. Informes de Trabajo. Dirección de Desarrollo. La Habana, Cuba. 25 pág.

MINTUR, 2012. Informes de Trabajo. Departamento Comercial. La Habana, Cuba, 53 pág.

Navarro, E., Ruiz, J.D., Salinas, E., Remond, R., Delgado, J., Cortés, R., Acevedo, P., Fernández, J.M., Luque, A.M., Salinas, E., Fernández, M., García, A., Triana, J. (2008). Turismo, cooperación y posibilidades de desarrollo en Playas del Este (La Habana-Cuba) y su zona de influencia. Málaga: Editorial: Servicio de publicaciones CEDMA.

Norma y guía general para la clasificación de los recursos de aguas minerales y el balance nacional de recursos disponibles y de explotación de las aguas minerales de la República de Cuba .Resolución No.234. MIMBAS, (17-7-2008).

ONRM, 2012. Informes de Trabajo. Dirección Técnica. La Habana. Cuba, 45 pág.

Peloides. Especificaciones. Norma cubana NC 6, (1998).

Requisitos para la clasificación, evaluación, explotación y utilización. Norma cubana NC 93-01-218, (1995).

Romero, J. & León, M.L. (2000). El termalismo cubano. Recuperado el 6 de abril de 2012 del sitio web: (http://bvs.sld.cu/revistas/res/vol13_1_00/res04100.htm)

Sánchez, V. (2009). Aguas mineromedicinales: una ofrenda de la naturaleza para la vida. Recuperado el 12 de febrero de 2012 del sitio web: (<http://www.sld.cu/saludvida/temas>)

BANHOS, TERMALISMO E TURISMO: A ÁGUA COMO PATRIMÔNIO

*Tatiana Heidorn Alvarez de Aquino Pereira
Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz*

Introdução

O objetivo deste capítulo é abordar como a água, patrimônio natural da humanidade, tornou-se indutora da formação de patrimônios histórico-culturais e arquitetônicos. Para tanto, dividimos o texto em duas partes. Primeiramente, faremos uma explanação histórica de como diferentes povos da Europa e da Ásia relacionavam-se com o uso da água, dos banhos e da prática termal, desde a pré-história, passando pela Antiguidade, a Idade Média, o Renascimento, os séculos XVIII, XIX e XX até os dias atuais. Entre o sagrado e o profano, as águas influenciaram os modos de vida, hábitos, crenças, religiões e costumes, impactando diretamente nas construções. A arquitetura é a expressão física de modos de vida ao longo do espaço e do tempo. Este histórico é levantado a partir de extensa pesquisa bibliográfica, dentre livros, artigos, revistas eletrônicas e *sites*, a partir de um discurso descritivo-explicativo.

Na segunda parte trataremos como a herança histórico-cultural e arquitetônica de povos antigos, influenciou a prática termal atual de países como a Itália, a Inglaterra, França, Espanha e Portugal, com foco na atividade turística. Para esta parte do discurso, elaborada em forma de relato, realizou-se entre os meses de setembro e dezembro de 2014, uma viagem à Europa com a finalidade de conhecer diferentes termas nos países já mencionados.

Os lugares relatados no corpo deste texto foram visitados e experienciados. Buscou-se a realização de uma análise empírica, adicionada a conversas e entrevistas com funcionários das termas, bem como a análise de material panfletário, de *folders e outdoors*. Informações obtidas em ônibus turísticos autoguiados, com guias turísticos propriamente, em museus e pontos de informação turística locais também foram utilizados. Assim, foi realizada uma descrição apontando a localização, algumas características histórico-culturais, arquitetônicas e sociais, e como são utilizadas as águas em diversas formas de tratamento, seja para saúde, bem-estar ou beleza. Apresentaremos as cidades termais de acordo com os aparatos turísticos disponíveis para abarcar a clientela que faz uso da prática termal, com indicação de *links* das cidades, termas e hotéis.

Água, banhos e termalismo ao longo do espaço- tempo e a constituição de Patrimônios Histórico-Culturais e Arquitetônicos

Primórdios: desde a pré-história

A prática termal¹ está intrinsecamente ligada à utilização da água como terapia e tratamento de saúde, sobretudo em épocas em que o emprego de remédios de farmácia não existia, apenas a utilização de ervas para a cura. A história do uso da água como terapia pode ser contada a partir da pré-história, quando o homem percebia que animais feridos bebiam águas de fontes com odores e sabores distintos e melhoravam de forma rápida (DÍAZ; ORTA, 2012).

A água era vista como algo divino, local sagrado e adorado, pois o líquido vindo do interior da Terra tinha poder de cura. Estar doente significava que os deuses demonstravam seu descontentamento com o ser humano, era um castigo, porém os efeitos milagrosos das águas também eram uma intervenção divina a favor do homem (PITA, 1998). Neste momento histórico todo o pensamento humano estava arraigado às raízes mitológicas, principal tentativa de explicar os problemas da humanidade.

Alguns pesquisadores acreditam que desde tempos imemoriais todos os povos praticavam alguma forma de higiene pessoal. Os primeiros registros de banhos individuais pertencem ao antigo Egito, por volta de 3000 a.C. Realizavam rituais sagrados na água, e banhavam-se ao menos três vezes ao dia (FEIJÓ, 2007).

Segundo Batistella (2014, p.30), “impressionantes sistemas de abastecimento de água, instalações para banhos, descargas para lavatórios e canalização para o esgoto também estavam presentes no Antigo Egito (3100 a. C.), na cultura creto-micênica (1.500 a.C.) e entre os quéchuas, no Império Inca (1200 d.C.)”.

Antiguidade: gregos e romanos

Os pioneiros nos balneários coletivos foram os babilônios, antes mesmo dos gregos. O que difere as práticas entre os referidos povos é que para os gregos os banhos não eram realizados apenas por motivos de higiene e espiritualidade, mas também como prática esportiva. Entre os anos 800 a.C. e 400 a.C. a natação fazia parte dos três pilares da educação juvenil, em conjunto com letras e música (FEIJÓ, 2007).

Na Grécia os balneários eram chamados de Asclepias por causa de Asclépio, o Deus da medicina. Nesse período a maioria do povo grego acreditava que a cura pela água ocorria pela intercessão dos deuses (DÍAZ; ORTA, 2012). Cnossos e Faístos, na Ilha de Creta, possuem palácios preservados de 1700 a.C. a 1200 a.C., com surpreendentes técnicas avançadas de canalização de água e esgoto. Segundo Georges Vigarello, professor de Ciências da Educação da Universidade de Paris-5, “todo banquete que precisava ser luxuoso incluía uma sessão de banho para os convidados” (FEIJÓ, 2007), o que mostra a importância do banho para a sociedade grega nesse período.

Para Hipócrates (460-370 a.C.), conhecido também como pai da medicina, as doenças eram um desequilíbrio do corpo e de seus quatro “humores”, influenciados por sua vez pelos quatro elementos (Terra, Ar, Fogo e Água). O equilíbrio ou não dos humores

¹ Entende-se a prática termal ou termalismo “como o conjunto de práticas e saberes relativos ao uso das águas minerais com fim terapêutico”, as águas minerais. “As águas minerais são denominadas também minero-medicinais, medicinais, termais” (QUINTELA, 2003).

resultava na saúde (eucrasia) ou na doença (discrasia), portanto, para um ser humano curar-se não adiantava a fé, e sim utilizar-se das águas, luz, dietas e relaxamentos para o restabelecimento do organismo. Assim, Hipócrates acreditava que uma das formas de cura estava na prática da hidroterapia por meio de banhos, vapores, jatos de água e toalhas quentes (PITA, 1998; KAZANDJEVA et al., 2008). Em 124 a.C., Asclepíades sob influência de Hipócrates introduz a hidroterapia em seus pacientes como método de prevenção e cura (ROUTH et al., 2006).

A preocupação com a saúde, o bem estar e o culto ao corpo levam em pouco tempo os gregos mudarem seus banhos privados para banhos públicos, difundindo as práticas balneárias (ROUTH et al., 2006). Os romanos recebem forte influência da cultura grega, e em áreas conquistadas pelo Império Romano surgem várias estações termais (KAZANDJEVA et al., 2008). A água era conduzida às cidades por meio de aquedutos que se transpunham até as populações, os banhos públicos e ginásios, com a finalidade de possibilitar melhor qualidade de vida pela higiene², saúde e prevenção de doenças, além de lugares de convívio e relaxamento (PITA, 1998).

Feijó (2007) explica que as termas eram enormes balneários públicos, as maiores encontravam-se na capital, Roma, as de Caracala, inauguradas em 217, e as de Dioclesiano, datadas de 305. Essas construções possuíam capacidade para receber, respectivamente, 1600 e 3200 pessoas.

As termas possuíam salões decorados com estatuetas e mosaicos, saunas e piscinas, configurando-se como verdadeiros complexos que incluíam jardins, bibliotecas e restaurantes, o que nos remete a *spas* e *resorts* existentes nos dias atuais. Estes espaços de banhos públicos tinham além da função religiosa de adoração à Deusa Minerva³, a sociabilização de todas as classes sociais, onde “boêmios, prostitutas, imperadores, filósofos, políticos, velhos e crianças, se banhavam sem constrangimento”. Os balneários eram pontos de encontro, de troca de informações e uma maneira de medir a sua popularidade, de acordo com a quantidade de cumprimentos recebidos (FEIJÓ, 2007).

Judeus

Os banhos também eram comuns na antiga cultura judaica⁴, principalmente como fonte de purificação espiritual e corporal de homens e mulheres, sacerdotes ou leigos, seguindo as exigências da Lei Mosaica⁵. Os judeus realizavam rituais de limpeza toda a vez que estivessem impuros.

²Sobre a qualidade de vida disseminada entre os romanos pela higiene, é interessante salientar que além da prática de banhos públicos, era comum a utilização de latrinas públicas, que estavam interligadas num sistema de esgoto, chamado “a cloaca máxima” de Roma, cujos dejetos desembocam junto ao rio Tibre (BATIESTELLA, 2014, p. 5; EIGENHEER, 2009, p. 32-34).

³Na mitologia romana a Deusa Minerva era filha de Júpiter, e, segundo a mitologia nascera da cabeça de seu pai, já adulta e revestida de armadura completa. Além de padroeira das artes úteis, tanto dos homens, como na agricultura e na navegação, quanto das mulheres, na fiação, tecelagem e trabalhos com agulha. Também era uma divindade guerreira, porém somente da guerra defensiva (BULFINCH, 1999, p. 130). Muitos templos e termas forma dedicados à ela.

⁴O texto refere-se à uma antiga cultura judaica, também chamada hebraica, por a primeira emigração dos hebreus à Canaã ser datada dos séculos XX a XVII a.C. aproximadamente.

⁵As Leis Mosaicas são, além da referência aos Dez Mandamentos um código de leis formado por 613 disposições, ordens e proibições. A Lei é chamada de *Torá* em hebraico, que pode significar lei como

Jerusalém⁶, capital de Israel, país judaico multiétnico e multi-religioso, abriga grandes sítios arqueológicos. Ao longo da história já encontraram muitas piscinas rituais e poços em escavações.

Uma descoberta arqueológica recente foi uma câmara para banhos medindo 3,5 metros de comprimento, por 2,4 metros de largura e 1,8 metros de profundidade destinada à rituais de purificação judaicos encontrada em Jerusalém enquanto uma família realizava a troca do piso em sua residência⁷. Datada do século I a piscina revela proporções matemáticas da *mikvós* judaicas.

Depois da diáspora⁸, judeus foram para vários lugares do mundo mantendo a tradição da utilização das piscinas. Em Coimbra cidade portuguesa que conserva muito da arquitetura romana e medieval foi encontrada uma estrutura destinada a banhos rituais femininos judaicos. Esta descoberta arqueológica tem grande probabilidade de ser um dos mais antigos banhos rituais judaicos⁹ descobertos na Europa, e ao que tudo indica é uma construção medieval. Acredita-se que a piscina tenha sido usada até os séculos XVII e XVIII (Queirós, 2013).

Stadelmann (2014) explica que “por trás do ritual de banho judaico não há a ideia “sacramental” de um rito santo transportando bençãos espirituais...”, como para os cristãos onde “...lavar-se do pecado em contato com “água da purificação” requer ambos: a ação expiatória do Espírito de Deus e o espírito humano de humildade, retidão obediência e submissão debaixo dos Mandamentos de Deus” pois “o pecador arrependido é purificado por Deus e doravante passa a viver uma vida santificada na presença de Deus santo”, realizando este rito uma única vez na vida. Por outro lado, na *mikvá*, o ato de entrar impuro por uma lado da piscina, submergindo o corpo inteiro com o desejo de ser purificado por Deus, e sair puro do outro lado pode ocorrer sempre que o judeu necessitar purificar-se física ou espiritualmente.

também instrução ou doutrina, constituído de cinco livros. O termo *Torá* é aplicado igualmente ao Antigo Testamento como um todo (RINDLISBACHER, [s. d.]).

⁶ Conhecida como Terra Santa, pela importância histórica para judeus, cristãos e muçulmanos, foi ao longo do tempo referência religiosa para estes povos, e, local de disputas por território, poder e manutenção de cultura, ideologia e identidade. Para os judeus a região foi capital do reino de David há mais de 3000 anos e abriga as ruínas do Templo do Rei Salomão, considerado o local mais sagrado para o judaísmo; para os cristãos Jerusalém foi o lugar onde Jesus foi crucificado e ressuscitado, portanto detém o Santo Sepulcro; já para os muçulmanos, é o local o qual encontra-se a Mesquita de Omar, outrora onde o Grande Templo estava erguido, o terceiro lugar mais sagrado depois de Meca e Medina (MORASHA, 2000).

⁷ Notícia disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/07/troca-de-piso-em-casa-de-jerusalem-revela-banheiro-milenar-escondido.html>> Acesso em 23 de jun. 2015.

⁸ Dispersão do povo judeu que vivia em áreas hoje conhecidas como Israel, partes do Líbano e Jordânia. A primeira diáspora iniciou-se em 586 a.C., quando o imperador babilônico Nabucodonosor II invadiu o reino de Judá e destruiu Jerusalém, assim, judeus partiram para a Mesopotâmia e vários outros lugares do Oriente Médio; a segunda diáspora ocorreu em 70 d.C., quando Jerusalém foi destruída, desta vez, pelos romanos, fazendo com que judeus se dispersassem pela Ásia Menor, África e o sul da Europa (ALBUQUERQUE, [s.d.]).

⁹ Os antigos banhos rituais judaicos são chamados pelo povo judeu de *mikvá*, também grafado *mikvah* ou *mikve* (QUEIRÓS, 2013). Na cultura judaica qualquer motivo de sangramento torna a mulher impura. Após o tempo decorrido de dias impuros, calculado de acordo com as leis mosaicas, seja por término de menstruação, pós nupcias, sangramento de qualquer natureza, durante o parto e no pós parto, a mulher precisa purificar-se em um *mikvá*. Durante o período de impureza o homem nos pode ter relações com sua esposa. Caso não tenha uma *mikvá* em casa, a mulher pode realizar o ritual de purificação em um rio próximo, ou em um lago ou oceano. Precisa estar acompanhada de uma outra mulher para que se tenha certeza de que o ritual foi cumprido (ASHERI, 1995).

Idade Média

Com a queda do Império Romano, por volta de 476 d.C., os banhos e o termalismo são abandonados na Idade Média, pois o ato de banhar-se sem roupas e o culto ao corpo eram hábitos inaceitáveis pela Igreja. Todos os hábitos de higiene e limpeza, bem como a prática de esportes aprendidos como os gregos e os romanos foram repudiados. Nesse período muitas igrejas foram edificadas por cima de antigas termas romanas¹⁰.

Inicia-se o sistema feudal, quando “evidenciaram-se o declínio da cultura urbana e a decadência da organização e das práticas de saúde pública. As instalações sanitárias tanto na sede como nas províncias do antigo Império foram destruídas ou arruinaram-se pela falta de manutenção e reparos” (ROSEN, 1994 apud BATISTELLA, 2014, p.5).

As pessoas que viviam neste período tinham muita dificuldade em manter o asseio com a falta de água corrente. Era comum fazer a limpeza com a fricção de um pano úmido, ritual que se repetia a cada dois dias, mesmo entre os nobres. Cabelos eram escovados com um tipo de pó para manter os fios limpos, e necessitava-se de muito perfume para manter o corpo com menos mau cheiro (FEIJÓ, 2007).

Os castelos tinham um único banheiro exclusivo para os nobres, onde as necessidades fisiológicas eram feitas em uma espécie de privada, cuja canaleta de pedra levava os dejetos até a parede do castelo, a sujeira corria para o fosso (NAVARRO,[s. d.]) . Outras pessoas aliviavam-se em utensílios similares a penicos, e jogavam os dejetos para fora da janela.

A falta de higiene, saneamento básico e recolhimento de lixo abriu portas para epidemias devastadoras, propagadas principalmente por roedores. “A Idade Média (500-1500 d.C.) foi marcada pelo sofrimento impingido pelas inúmeras pestilências e epidemias à população” (BATISTELLA, 2014), conhecida também como Idade das Trevas¹¹.

“Somente no final da Idade Média¹²... foram sendo criados códigos sanitários [...]” e surgiram os primeiros hospitais, originalmente monásticos, buscando acolher pobres e doentes (ROSEN, 1994 apud BATISTELLA, 2014; BATISTELLA, 2014; p. 6).

Turquia e o mundo árabe

Enquanto no Ocidente o Império Romano desmantelava-se, iniciando-se a Idade Média, no Oriente, em Bizâncio¹³ (atual Istambul-Turquia), local não ameaçado pelas

¹⁰ Estas informações foram experienciadas em visita técnica da autora à Europa, entre os meses de setembro a dezembro. Em Catânia, na Sicília-Itália, esta situação ficou muito clara ao visitar a Terma Achilane (Terme Achillane), nos subterrâneos da Igreja de Santa Ágata (Chiesa de Sant'Ágata) e a Terma da Redonda (Terme della Rotonda) abaixo da Igreja Redonda de Santa Maria (Chiesa de Santa Maria della Rotonda). Ao visitar o Complexo Arqueológico do Teatro e do Odeão de Catânia (Il Complesso Arqueológico del Teatro e dell'Odeon di Catania), agora museu, foi possível obter a informação que era comum a prática da retirada de mármore de antigas edificações greco-romanas para a construção de igrejas cristãs.

¹¹ Sobre a Idade das Trevas, Batistella (2014, p. 6), diz que as doenças, em especial a peste foram propiciadas pelas “...viagens marítimas e o aumento da população urbana, que, somados aos conflitos militares, aos intensos movimentos migratórios, à miséria, à promiscuidade e à falta de higiene nos burgos medievais, tornaram o final deste período histórico digno da expressão muitas vezes evocada para descrevê-la...”. Também comenta que foi um período de depósito de sujeira e excrementos jogados nas ruas não pavimentadas e de poluição das águas. Para explicar esta situação, a Igreja atribuía todos os males dessa época ao castigo divino imposto por Deus aos homens por causa de seus pecados.

¹² O Fim da Idade Média deu-se por volta do ano 1500 d.C.

¹³ Bizâncio foi uma antiga cidade colonizada por gregos da cidade de Mégara, em 657 a.C., recebeu este nome dos romanos. Em 330 d.C. o imperador Constantino Magno transfere a capital do Império para

invasões bárbaras, manteve-se a herança da tradição médica greco-romana (BATISTELLA, 2014 p.5). Os banhos foram incorporados como atos de purificação do corpo, pelo restabelecimento da saúde e como medidas higiênicas (PITA, 1998).

Em Antioquia¹⁴, na segunda metade do século IV, a população era conhecida pelo entusiasmo por festivais, jogos¹⁵, espetáculos e festas religiosas (LIEBESCHUETZ, 1972, p.136 apud SILVA, 2012 p.6). Nesse período havia amplo sistema de banhos públicos, locais de encontro e lazer. Escavações feitas pela Universidade de Princeton, entre 1932 e 1939 identificaram apenas seis locais de banho, e, Malalas um cronista bizantino de meados do século IV, chegou a mencionar outros dez, contabilizando dezesseis, segundo a avaliação de Yegül (2001, p. 147 apud SILVA, 2012, p.9), o total deveria ser bem maior em função dos banhos privados não contabilizados (SILVA, 2012, p.9).

Mais tarde, durante as Cruzadas, com as guerras religiosas travadas entre os séculos XI a XIII, alguns europeus redescobriram as maravilhas da água, na aproximação violenta entre os mundos ocidental e oriental. O local que propiciou esta redescoberta foram as *hammans*¹⁶, casas de banho turco-árabes, onde se aproveitava o prazer das práticas de alternância entre águas quentes e frias (FEIJÓ, 2007).

Sessões de banhos completos, massagem, hidratação, branqueamento dos dentes e maquiagem – ritual que, até hoje, é seguido meticulosamente. Os cavaleiros cristãos que partiram para o Oriente com a missão de tomar a Terra Santa dos muçulmanos não se fizeram de rogados (FEIJÓ, 2007), não só passaram a se banhar por lá mesmo, como espalharam pela Europa a prática de jogar água pelo corpo quando retornavam dos combates, ação que posteriormente fez com que alguns banhos públicos reabrissem¹⁷ (ASCHAR; FARIA; 2006 apud FEIJÓ, 2007).

De acordo com Peixoto [s. d.] foi no século VII, que os princípios de fé do Profeta Maomé a respeito de purificação do corpo estimulam muçulmanos ao uso do hammam, banhos a vapor, que ficam associado às abluções obrigatórias determinadas no Alcorão, desta forma os hammans jurgem junto dos locais de oração, as mesquitas. Desde a conquista de Alexandria (642 d.C.), os árabes fazem suas próprias versões dos banhos greco-romanos que encontraram, e, a medida que o Império Romano decaía e se retirava das terras que ocuparam, deixavam estruturas de banhos construídas outrora desfrutada pelos islâmicos.

Peixoto (s.d.) explica que inicialmente os hammans eram reservados apenas aos homens, posteriormente por questões de saúde e recuperação pós parto acabou por tornar-se um direito adquirido pelas mulheres, que bastante limitadas pelos costumes da sociedade da época, viram o local como oportunidade de sociabilização. Como os hammas

Bizâncio, renomeando-a Constantinopla. Foi conquistada pelos turcos em 1453 e passou a fazer parte do Império Otomano. Em 1930 foi nomeada Istambul (AZEVEDO; ZAMORA, 2014).

¹⁴ Hoje parte do sul da Turquia e fronteira com a Síria.

¹⁵ “Ao lado de Elis e Apameia, Antioquia era, à época, a sede dos principais jogos olímpicos da Antiguidade, celebrados a cada quatro anos com pompa e circunstância. Os jogos duravam cerca de um mês e atletas de todo o Império se dirigiam à cidade para tomar parte nas competições desportivas, que incluíam, além da luta livre e do pugilato, campeonatos de retórica e corridas de cavalo. Os jogos tinham lugar em Antioquia e em Dafne, um subúrbio a 8 km no sentido sul, em locais próprios para este fim, como o Plethrion e o Xystos” (LIEBESCHUETZ, 1972, p. 136 apud SILVA, 2012 p.8).

¹⁶ *Hammam* ou *Hammâm* é uma palavra de origem árabe para designar banhos ou fontes. Combina as funcionalidades e estruturas das termas romanos e banhos bizantinos com a tradição turca de banhos a vapor (PEIXOTO, [s. d.]).

¹⁷ Porém, a plena utilização de banhos, e em particular o *hammam*, só retornam à Europa na Época Vitoriana(1837-1901), de acordo com Peixoto[s. d.].

não poderiam, por motivos óbvios, ser ocupados por homens e mulheres, de início limitava-se horários, e depois passaram a construir hammams masculinos e hammams femininos.

Os hammams, além de cumprirem a sua função primária de proporcionar higiene e saúde aos seus frequentadores, transformavam-se igualmente em locais de convívio social. Aliás, esta sociabilização do hammam, particularmente importante no período Otomano, proporcionava aos homens oportunidades de negócio, tramas políticas, serviços de barbeiro, intrigas, etc... Por seu lado, as mulheres encontravam aqui o lugar ideal para descobrirem futuras noras, apreciar música, danças e até guloseimas, e outros entretenimentos (PEIXOTO[s. d.]).

Stacey¹⁸ (2015) explica que os muçulmanos são muito exigentes com os padrões de higiene, pois o Islã enfatiza a necessidade da limpeza e purificação espiritual. Os muçulmanos cuidam da limpeza de seus corpos, roupas e ambiente, pois o profeta Maomé disse que “a limpeza é a metade da fé” e no Alcorão há menção de que Deus estima àqueles que se arrependem e cuidam de sua purificação.

Segundo os eruditos há três tipos de limpeza: a purificação ou lavagem ritual para realizar a oração; manter o corpo, roupas e ambiente limpos; e especificamente a remoção das sujeiras acumuladas no corpo. A palavra árabe para a pureza é *tahara*, que é a chave da oração, sendo importante estar livre da sujeira física e espiritual. Daí a importância da água para obtenção da limpeza física. Ainda de acordo com Stacey:

Antes da oração obrigatória ou voluntária uma pessoa deve se assegurar de que esteja em estado de limpeza e faz isso realizando o *wudu*¹⁹ (geralmente traduzido como ablução) ou *ghusl* (um banho completo). O *wudu* livra o corpo de impurezas menores e o *ghusl* limpa o corpo de impurezas maiores. O *ghusl* deve ser realizado depois da relação sexual ou qualquer atividade sexual que libere fluidos corporais. O *ghusl* também é realizado após o término do período menstrual de uma mulher ou do sangramento pós-parto... Sob certas condições a purificação ritual pode ser feita sem água. É chamada de *tayammum* ou ablução seca. Se não houver água disponível em quantidades suficientes ou se for perigoso usar água, por exemplo se uma pessoa estiver ferida ou muito doente, pode ser usada terra limpa. O *tayammum* é realizado batendo as mãos suavemente sobre terra limpa e, então, passando a palma de cada mão nas costas da outra, a poeira é soprada e as mãos passadas no rosto. Essas ações são realizadas no lugar do *wudu* ou *ghusl*.

Portanto podemos compreender que desde a ocupação grego-romana da região atualmente denominada Turquia, os banhos são de extrema importância para a preservação cultural e religiosa, principalmente por influência do profeta Maomé em meio as palavras sagradas do livro do Alcorão. A prática é realizada por todos os países islâmicos, abarcando Oriente Médio, parte da Ásia Maior, Sudeste Asiático e norte da África. Em vários países islâmicos o *hammam* era usado para banhos e também como

¹⁸Stacey utilizou como referência os livros religiosos de Saheeh Muslim e Saheeh Al-Bukhari, ambos guias da tradição islâmica.

¹⁹ “Limpar ritualmente o corpo através do *wudu* inclui lavar as mãos, enxaguar a boca e o nariz, lavar o rosto, lavar os braços até os cotovelos, esfregar a cabeça (e barba), lavar as orelhas, incluindo atrás das orelhas e lavar os pés até os tornozelos. Uma pessoa não precisa repetir essa ablução para todas as orações, a menos que tenha quebrado seu *wudu* através de um dos seguintes métodos: urinar ou defecar, soltar gases, comer carne de camelo, dormir enquanto estiver deitada, perder a consciência, tocar diretamente a área genital ou excitar-se sexualmente o suficiente para liberar uma secreção” (STACEY, 2015).

prática termal²⁰. Outro fato importante que deve ser mencionado é que em casas de famílias mais abastadas é comum haver um pátio no centro da casa, em geral, bem adornado construído e adornado, com uma piscina ou mais ao centro.

Ressurgimento dos banhos na Europa – do Renascimento aos dias atuais

Ainda nos séculos XVI e XVII, durante a Renascença, havia pessoas muito resistentes à água, acreditando-se que a saúde escaparia pelos poros dilatados, abrindo caminho para o mal, por meio de friagem e de germes. A higiene continuava sendo mantida com panos úmidos e trocas de camisa. Com as Grandes Navegações²¹, nações portuguesas e espanholas surpreenderam-se ao se deparar com indígenas, que tomavam banhos. A privação de água durou até o século XVIII, quando as ideias iluministas celebravam a ciência e a razão, e comprovaram que as doenças não eram provocadas pelos banhos e sim por falta deles. Cientes dos benefícios dos banhos, muitas vezes era necessário que médicos banhassem seus pacientes à força, que reagiam com verdadeiro horror à situação (FEIJÓ, 2007).

Ainda de acordo com o Feijó, em 1837, quando a Rainha Vitória subiu ao trono no Palácio de Buckingham, sede da coroa inglesa, não havia local para banho, e, até 1870 eram raras as casas ocidentais com banheiros.

Em finais do século XVII e início do século XVIII há a popularização do emprego das águas minero-medicinais (PITA, 1998), ocorrendo a expansão das estações termais pela Europa e América do Norte.

Nesse período, a aristocracia britânica passa a frequentar a cidade de veraneio inglesa de Bath, nascida como estação romana. A sociedade utilizava o local para tratamentos termais, e também para passeio e descanso. Lugares como Montecatini e Lucca na Itália, e Varna na Bulgária, passam a ser conhecidos, assim como Baden Baden e Wiesbaden, na Alemanha, áreas de banhos termais. Os franceses passaram a usar o conceito de estância termal um pouco mais tardiamente para Vichy, Avène, Bourbon-Lacy e Aix-le-Bains, as mais destacadas. O termalismo francês tinha, nessa época, entre os séculos XVII e XVIII, grande ênfase nos estudos médicos acerca da hidroterapia e suas contribuições preventivas e curativas à saúde. A chamada balneoterapia era aceita e amplamente praticada na medicina de então (RODRIGUES, 1985; ROUTH et al. 2006; FEIJÓ, 2007).

Naquela ocasião, proprietários de áreas com fontes de águas medicinais utilizavam seus benefícios para a cura, já oferecendo aos curistas alojamentos, alimentação e estadia para a realização da hidroterapia, podendo-se afirmar que houve uma reprodução do termalismo outrora praticado pelos greco-romanos (RODRIGUES, 1985, p.2). Também é viável afirmar que já se configurava como uma atividade de turismo de saúde e lazer.

²⁰ Citaremos dois exemplos de lugares onde se pratica o termalismo mundo islâmico: os banhos termais da Tunísia. Em meio a contrastes de pedra e deserto, o lugar possui mais de 100 estações termais que tratam de múltiplas doenças. “As cidades balneárias mais importantes da Tunísia são a localidade costeira de **Korkobous**, perto de **Hammamet**, com... sete fontes, e o pequeno povoado de **Hamman Mellegue**, entre **Le Kef** e **Mahdia**, com... banhos árabes de origem romana”, Iberostar Hotels & Resorts (2013); e Pamukkale (Castelo de Algodão), na Turquia, com piscinas naturais de calcário em meio as montanhas, revestidas de neve. Em forma de degraus devido a erosão causada pelas águas quentes termais, com propriedades curativas Pamukkale. É Patrimônio Mundial pela Unesco e fica 650 km ao sul de Istambul (GOMES, [s. d.]).

²¹ O período das Grandes Navegações ocorre entre os séculos XV e início do século XVII.

Em 1750, o cientista inglês Richard Russel publicou um estudo sobre a terapia pelas águas do mar, criando a talassoterapia (RODRIGUES, 1985, p.2). Sua tese surge da observação de filhos de pescadores que raramente eram atingidos por uma infecção tuberculosa, chamada “escrofulose”. No período Romântico, transição entre os séculos XVIII e XIX, a talassoterapia foi conciliada à hidrocinestoterapia, fisioterapia pelas águas (PITA,1998).

No século XIX houve uso das águas minero-medicinais com propriedades terapêuticas duvidosas, levando a atividade ao descrédito, principalmente pelos norte-americanos e europeus (ROUTH et al. 2006).

Por volta dos anos 1930, os banhos de rotina são estabelecidos nas casas de grandes cidades, porém ainda com pouca frequência. Nesse período, navios tinham cabines para banho e barcos delimitavam áreas de rios que serviam de piscinas naturais. Após a Segunda Guerra, em 1945, o hábito de se ter banheiros com água encanada nas casas se fortaleceu, abastecidos com água encanada. Nos avanços sanitários, a pioneira foi a França, seguida da Inglaterra e da Alemanha. (FEIJÓ, 2007).

Houve também um intenso desenvolvimento na medicina, com o incremento de vacinas, medicamentos e inovações em tratamentos médicos, fazendo com que o tratamento termal fosse parcialmente deixado de lado. Paralelamente a isso, com a inserção da mulher no mercado de trabalho e a preocupação em converter tempo em dinheiro, privilegiou-se os tratamentos de saúde tipos como rápidos e eficazes, mas que muitas vezes tratam mais os efeitos do que devidamente as causas das doenças (VIEGAS JR. et al., 2006).

Há de se apontar, por outro lado, que o reconhecimento científico das potencialidades curativas das águas termais manteve próximo um público preocupado em resgatar suas origens, em busca de qualidade de vida, bem estar, exercícios físicos, e por sua vez mais resistente às muitas opções farmacológicas disponíveis no mercado. Neste âmbito ressurgiu o termo *Spa* (do latim, “*Sanitas per Aquam*”, cuja expressão significa “saúde através da água”), local onde ocorre a junção do uso terapêutico da água, o equilíbrio físico e mental às práticas do turismo de lazer (KAZANDJEVA et al., 2008).

Termalismo na Europa nos dias atuais: A água como patrimônio natural, histórico-cultural e arquitetônico e o turismo

Após a apresentação deste esboço histórico acerca da utilização da água para banhos e termalismo, em diferentes culturas, em sequência cronológica no espaço-tempo, citaremos alguns lugares da Europa, cujas condições naturais de afloramento de águas termais, induziram a constituição de espaços apropriados pelo turismo, em especial o de saúde, lazer e descanso. É relevante dizer que as regiões mencionadas a seguir da Itália, Inglaterra, França, Espanha e Portugal, foram visitadas por uma das autoras²² em pesquisa sobre Turismo termal realizada em 2014.

²²Tatiana Heidorn Alvarez de Aquino Pereira

Datas	Locais	País
29/09/2014	Satúrnia	Itália
05/10/2014	Abano Terme e Montegrotto Terme	Itália
20/10 a 22/10/2014	Bath	Inglaterra
30/10/2014	Vichy	França
03/11/2014	Caldes de Montbui	Espanha
24/11/2014	São Pedro do Sul	Portugal

Tabela 1- Elaborada pelas autoras, 2015.

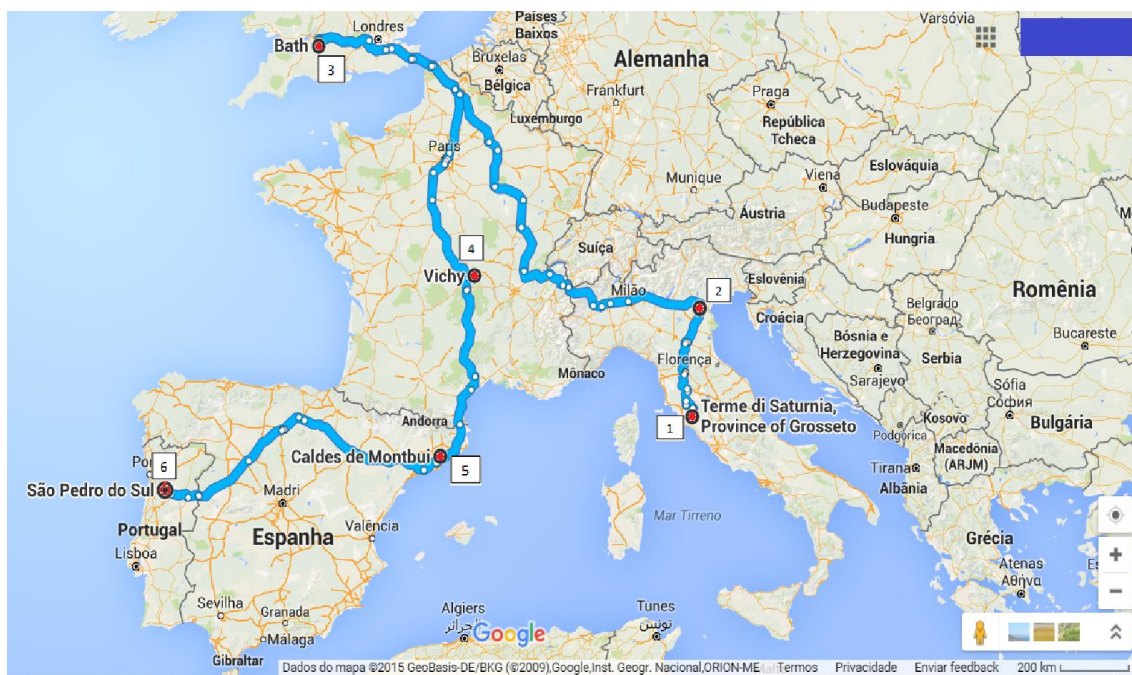


Figura 1- 1.Termas de Satúrnia, Itália; 2.Abano Terme e Montegrotto Terme, Itália; 3.Bath, Inglaterra; 4.Vichy, França; 5.Caldes de Montbui, Espanha; 6. São Pedro do Sul, Portugal.

Fonte: Google maps modificado pelas autoras, 2015.

Satúrnia, Itália

Satúrnia é uma vila medieval, pertencente a província de Grosseto, na região de Toscana. Vila tranquila, agradável para caminhar a pé e tomar um *gelato*, sorvete artesanal, observando as crianças brincando na praça local, acompanhadas de seus familiares. Na

zona rural é forte a agricultura de vinhas e oliveiras, aliada ao agroturismo²³. Região termal, denominada Termas de Satúrnia, tem suas águas medicinais administradas principalmente pelo poder privado, e pelos hotéis de luxo, como o *Spa & Golf Resort*²⁴ de Satúrnia, entre outros centros termais, que oferecem vários serviços de saúde, bem-estar, descanso e relaxamento aliados a utilização das águas. Atualmente são disponibilizados serviços tais como dietas personalizadas, banhos de enxofre, banhos de lama, tratamentos de beleza e fisioterapia.

Com nascentes em área montanhosa, a média de temperatura das águas de Satúrnia está em torno de 37°C, ricas em um plâncton com propriedades térmicas ativas próprias para tratamentos de reumatismo, artrite, artrose, dermatose, doenças ginecológicas, doenças do sistema circulatório. A ingestão dessa água também é benéfica para o trato digestivo, fígado e vias biliares²⁵.

A região possui uma rica beleza paisagística, e o turismo também é voltado para a prática de esportes, trilhas e caminhada. Há cachoeiras, cascatas e piscinas naturais de águas sulfurosas. Na mitologia diz-se que essas piscinas naturais formaram-se quando Júpiter²⁶ lançou um raio contra seu pai Saturno.



Figura 2. Cascata do Moinho. Itália.
Fonte: Tatiana Heidorn, 2014

²³ Agroturismo em Termas de Satúrnia. Disponível em: < http://www.agriturismo.it/it/agriturismi/terme_di_saturnia>. Acesso em 26 jun. 2015

²⁴ Termas de Satúrnia, *Spa & Golf Resort*. Disponível em: <<http://www.termedisaturnia.it/>>. Acesso em 25 jun. 2015.

²⁵ Termas de Satúrnia. Disponível em: <<http://www.termedisaturnia.it/la-sorgente-termale/le-proprietà-dell'acqua-sorgiva/>>. Acesso em 25 jun. 2015.

²⁶ Júpiter e Saturno pertencem à mitologia romana. Júpiter ou Jove (Zeus) era chamado de pai dos deuses e dos homens. Seu pai era Saturno (Cronos) e sua mãe Reia (Ops), ambos pertenciam à raça dos Titãs, filhos do Céu e da Terra, que surgiram do Caos. Júpiter se rebela contra seu pai, pois foi o único filho que escapou de ser devorado por Saturno (BULFINCH, 1999, p.11-12).

A Cascata do Moinho²⁷ (*Cascade del Mulino*), cujo nome foi atribuído a um moinho local em desuso, é uma cascata fica em zona cárstica calcária. Suas águas termais naturalmente quentes, e consequente erosão que formam piscinas em escada de rocha travertino, rica em cálcio. É um balneário natural, a céu aberto, público e gratuito, apenas equipado com um bar próximo e um estacionamento. A cascata não possui equipamentos turísticos, como banheiros e locais para a troca de roupa, onde pessoas banham-se e tomam sol. Sua acessibilidade restringe-se a carros ou ônibus com horários limitados. Frequentado por turistas hospedados em hotéis próximos e grupos formados por familiares, amigos ou casais. Não apresenta muita segurança e acessibilidade aos idosos, pois as piscinas, apesar de não serem profundas, são escorregadias por causa do limo natural que é formado entre as pedras, aumentando o risco de tombos.

Abano Terme, Itália

Abano Terme é uma cidade termal, que juntamente com Montegrotto Terme, Battaglia Terme, Galzignano Terme e Terme de Teolo, formam uma região situada na província de Pádua (Pádua), em Veneto, nordeste da Itália²⁸. Estão localizadas em meio a áreas montanhosas repletas de nascentes de rios. É comum entre estas cidades que as águas termais sejam administradas pelo poder privado, pois o seu uso ocorre prioritariamente em hotéis que oferecem serviços termais para os hóspedes e outros visitantes. De acordo com a Dr^a. Cristina Bernardi²⁹, a cidade de Battaglia é a única que possui um balneário público, além dos serviços termais disponíveis na rede hoteleira.

Abano Terme³⁰ é o mais antigo centro termal da Europa, fundado pelos romanos. Aqui visitamos o Hotel Terme Formentin³¹, quando foi entrevistada uma bióloga e funcionária do estabelecimento que nos deu informações importantes. Explicou que pela legislação italiana, as águas superficiais e subterrâneas podem ser gerenciadas por empresas ou grupos hoteleiros, por exemplo. Existe também a possibilidade de que tais empreendimentos balneários e hoteleiros ofereçam tratamentos termais àquele cidadão italiano que necessite dos mesmos e que tenha prescrição médica dos serviços públicos de saúde, e assim o governo arca com os gastos, e, dependendo do seu diagnóstico clínico e prescrição médica, é possível comparecer em hotéis que ofereçam os tratamentos de saúde baseados no termalismo, e no caso de Abano Terme, no fango termal, argila medicinal da região. O cidadão precisa trazer consigo a documentação necessária, como identificação e prescrição médica e desta maneira o tratamento é realizado no local e pago pelo governo.

O Hotel Terme Formentin oferecem serviços aos visitantes que não se hospedam no estabelecimento, sendo possível, por exemplo, passar o dia na piscina com hidromassagem e águas termais aquecidas naturalmente, com baixo custo. Porém há muitos outros serviços, e dependendo do que for realizado necessita-se de uma avaliação clínica propiciada no próprio hotel.

²⁷Cascata do Moinho. Disponível em: <<http://www.noticiasdabota.com/2013/01/le-cascade-del-mulino-em-saturnia.html>>; <<http://www.cascatedelmulino.info/>>. Acesso em 25 jun. 2015.

²⁸Disponível em livro informativo: Itália. Abano Terme. Montegrotto Terme. Galzignano Terme. Battaglia Terme. Teolo. **Terme e non solo**. Terme Euganee Abano Montegrotto.

²⁹Dr. Cristina Bernardi é bióloga e trabalha no Hotel Terme Formentin.

³⁰ Abano Terme. Disponível em: <<http://sirvo.net/abano-terme-italia-spa-mais-antigo-mais-importante-na-europa/>>. Acesso em 26 jun. 2015.

³¹ Hotel Terme Formentin. Disponível em: <<http://www.consorziotermeeuganee.it/>>. Acesso em 27 jun. 2015.

A Dr.^a Cristina explica que o fango termal da região é obtido sob condições muito específicas. O fango, argila medicinal, é formado pela decomposição de bactérias em ambiente de rios com águas de propriedades mineralógicas específicas (salso-bromo-iódica), e algas que realizam o processo de fotossíntese. A empresa Claire Cosmetic Innovevation aprimorou esta argila em laboratório e hoje produz cinco variações de argilas ou fangos medicinais diferentes, cada qual com uma coloração específica: a argila branca desintoxicante, a amarela drenante, a verde relaxante muscular, a vermelha anti-idade e a azul anti-idade intensivo para peles maduras. Assim, podemos verificar que a ação destas argilas tem finalidades medicinais e estéticas. A Claire Cosmectic Inovetion, uma empresa de cosméticos fabrica estas argilas em laboratório para a ABANOSPA³² Thermal Colours, que por sua vez revende o produto para os hotéis termais.



Figura 3. Piscina com hidromassagem, e água termal salso-bromo-sódica do Hotel Terme Formentin
Fonte: Tatiana Heidorn, 2014

Outra rede de hotéis, a Terme Euganne³³, oferece nas cidades de Abano e Montegrotto tratamentos de fangoterapia para o combate de osteoartrite, osteoporose, reumatismos e tratamentos de balnearioterapia de inalação das águas para o combate aos problemas respiratórios, como ação antisséptica, estímulo dos aparatos ciliares, para fluidificação de secreções, e diminuição de componentes não microbiológicos fisiológicos. Há tratamentos de reabilitação motora e outras patologias, desde que os pacientes tenham passado por avaliação clínica anteriormente. Muitos hotéis possuem um médico de plantão que faça esta avaliação, que obviamente é pago. Através de material publicitário, esta rede de hotéis aponta Abano e Montegrotto como cidades de saúde, bem-estar, com belas paisagens, onde se pratica esportes e se aprecia arte.

O foco dos hotéis em geral, como pode ser observado em *banners* e *folders* espalhados na cidade de Abano, é atrair casais em férias e lua-de-mel, famílias e pessoas da terceira idade. Quanto à acessibilidade, o local conta com ônibus intermunicipais.

³²ABANOSPA. Disponível em: <<http://www.abanospa.com/treatment/>>. Acesso em 27 jun. 2015.

³³Hotel Terme Euganee. Disponível em: <<http://www.termeeuganee.it/>>. Acesso em 27 jun. 2015.

Bath, Inglaterra

Bath está localizada no Condado de *Somerset*, a sudoeste da Inglaterra. Lugar onde Jane Austin³⁴ viveu parte de sua vida e escreveu vários livros, a cidade conhecida pelos banhos termais. O seu surgimento relaciona-se à construção de uma terma pelos romanos³⁵, mas águas já eram utilizadas para cura, anteriormente, pelos celtas, que dedicavam as curas das águas a Deusa Sulis³⁶. Com a conquista do território pelos romanos, as águas foram atribuídas a deusa Minerva³⁷.

Em 1174, foi fundado o Hospital Saint John's, conhecido como "hospital das termas", para abrigar moradores de rua, proporcionando cura a pobres e enfermos com águas termais³⁸. Para fazer os tratamentos os pacientes precisavam de uma autorização do bispo local e redigir uma carta assumindo a responsabilidade caso o tratamento não tivesse sucesso³⁹. A partir do século XVII o complexo termal de Bath foi apropriado pela aristocracia inglesa (RODRIGUES, 1985, p. 2).

Na atualidade a antiga terma romana tornou-se um museu, e é possível vislumbrar a influência da arquitetura romana em alguns traços da arquitetura georgiana. Construiu-se um edifício moderno para ser o novo complexo termal, chamado *Thermae Bath Spa*⁴⁰.

O *spa* termal de Bath oferece banhos com águas termais em piscinas, massagens, terapia com pedras quentes, tratamentos de emagrecimento e tratamentos faciais. Em vias gerais cuidados com o corpo, beleza, bem-estar e relaxamento principalmente, porém, os tratamentos de saúde não são o principal foco de atratividade turística de Bath, de acordo com os funcionários. O público é formado por adultos e terceira idade, principalmente. As termas também dispõe de sauna e banho estilo Vichy⁴¹, cuja composição de elementos químicos é constituída por sulfato, cálcio, cloro, sódio e bicarbonato⁴².

Normalmente é necessário realizar reserva para utilizar o *spa*. Caso o cliente ou um grupo queira reservar toda a piscina, por exemplo, é possível, entretanto os custos são maiores. O local disponibiliza de roupão, toalha e chinelos que podem ser alugados, e de restaurante. Há uma linha de produtos do *Thermae Bath Spa*, porém que não utiliza as águas termais como ingrediente nas fórmulas, voltados para higiene pessoal, beleza e bem-estar.

Fora do *Thermae Bath Spa* existe um espaço pertencente a terma, chamado *Cross Bath*, cuja construção é do período romano. Atualmente seu interior passou por reformas, e tornou-se um lugar que comporta uma pequena piscina para até 12 banhistas, com uma

³⁴ Escritora inglesa de clássicos como "Orgulho e Preconceito" e "Razão e sensibilidade", viveu entre os séculos XVIII e XIX. De 1800 a 1805 viveu com sua família na cidade de Bath.

³⁵ As termas romanas de Bath. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/arte-hoje/noticia/2013/01/termas-romanas-de-bath-inglaterra-seculos-ao-iii-481906.html>>; <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/turismo/2015/04/23/interna_turismo,480570/em-bath-como-os-romanos.shtml>. Acesso em 28 jun. 2015.

³⁶ Na mitologia celta, a deusa Sulis é a divindade da cura e das águas termais.

³⁷ Minerva, a deusa da sabedoria, era filha de Júpiter. Padroeira das artes úteis e ornamentais, como a agricultura e navegação dos homens e tecelagem, fição e trabalhos com agulhas feitos pelas mulheres. Era uma divindade da guerra defensiva (BULFINCH, 1999, p. 130).

³⁸ Hospital Saint John's. Disponível em: <<https://www.stjohnsbath.org.uk/#>>. Acesso em 28 jun. 2015.

³⁹ Informação obtida pelo autoguia de áudio do ônibus turístico de Bath em 2014.

⁴⁰ *Thermae Bath Spa*. Disponível em: <<https://www.thermaebathspa.com/>>. Acesso em 28 de jun. 2015.

⁴¹ O Banho estilo Vichy constitui em que o cliente fique deitado em cima de uma maca e sobre o mesmo várias duchas de água termal. Enquanto as águas caem sobre o cliente, um profissional faz massagem corporal com óleo para a ativação da circulação, diminuição de dores musculares e dores nos ossos.

⁴² Informações obtidas em *folder* explicativo: Guide Information. *Thermae Spa*.

cadeira elevatória que permite pessoa com dificuldades em caminhar ou cadeirante adentrar na mesma e usufruir das propriedades das águas de Bath.

O acesso a cidade é feito meio de trem e ônibus, de lá é possível chegar a pé ao *spa* termal. Há hotéis disponíveis para abarcar os turistas.



Figura 4. Terma Romana de Bath, com vista da cidade ao fundo.

Fonte: Tatiana Heidorn, 2014.

Vichy, França

Durante a Segunda Guerra Mundial, Vichy⁴³ conhecida como França de Vichy, estava associada a invasão e a ocupação da Alemanha Nazista.

Vichy é uma estância termal localizada no centro da França, próxima à Clermont-Ferrand, na região de Auvergne. É uma cidade muito bela paisagisticamente, com obras arquitetônicas interessantes, como por exemplo: o complexo Palácio do Congresso, o Cassino, a Ópera de Vichy, a Central Termal les Dômes e a Fonte Les Célestins. Teve seu período áureo como balneário termal quando foi local de residência de veraneio de Napoleão Bonaparte III, no século XIX.

Atualmente, Vichy possui dois espaços públicos que oferecem águas medicinais gratuitamente. Um deles é a Fonte Les Célestins, cujas águas são naturalmente gaseificadas e frescas, e o outro é o Hall da Fontes, com cinco águas diferentes, que saem das torneiras naturalmente quentes, cada qual com suas propriedades medicinais e com temperaturas diferenciadas.

No Hall da Fontes há as fontes Célestins (gaseificada naturalmente e engarrafada), Lucas (anti alérgica e dermatológica), Hôpital (gás carbônico), Chomel (a água de cura mais usada) e Grande Grille (rica em fluor). Neste espaço há placas indicando o nome das águas e algumas informações sobre estas, e pede-se que as pessoas tragam copos para degustar as águas a fim de evitar problemas de higiene no local. As fontes atraem visitantes e moradores, geralmente da terceira idade, que se reúnem para conversar e beber das águas. Já, a Fonte Les Célestins, por estar mais distante do centro é mais visitada por

⁴³ Ville de Vichy. Disponível em: <<http://www.ville-vichy.fr/>>; <<http://www.allier-auvergne-tourisme.com/culture-patrimoine/villes-villages/vichy-119-1.html>>. Acesso em 29 jun.2015.

turistas. Vichy também tem outras termas: o Spa les Célestins, a Thermes des Dômes e a Thermes Callou.

O Spa les Célestins⁴⁴ está atrelado ao Hotel les Célestins, onde a infraestrutura hoteleira é necessária para abarcar clientes do *spa*. A cozinha do hotel oferece alimentos preparados com as águas e patilhas de Vichy, feitos por chefe de cozinha. O spa dispõe de avaliação médica para verificar o tratamento e a dieta mais apropriada para cada cliente. Os tratamentos ofertados são diversos, tais como melhorias da silhueta e emagrecimento, acompanhamento pré natal, remissão do câncer de mama, melhora de problemas nas articulações dores e artroses, descanso, equilíbrio, bem-estar e vitalidade, tratamentos anti tabagismo e tratamentos de beleza para corpo e face. O *spa* prepara vários pacotes para os tratamentos, com dias e valores específicos. É necessário realizar reservas antecipadas e os valores dos tratamentos são de custo mais elevado.



Figura 5. Fonte de água naturalmente gaseificada, Les Célestins.
Fonte: Tatiana Heidorn, 2015.

A cidade de Vichy conta um instituto, L'Institut des Laboratoires Vichy⁴⁵, empresa responsável pela pesquisa e elaboração de fórmulas de cosméticos feitos com águas locais, vendidos no mundo todo, reconhecidos como produtos de excelência em qualidade.

A Thermes des Dômes⁴⁶, fica próximo do Hotel Mercure Vichy Thermália e do Ibis Hotel, realiza tratamentos com banhos, duchas, massagens, para combater obesidade, diabetes, prevenir artroses e modelar o corpo. É necessário fazer reserva e os pacotes são atrelados a estadia em hotéis. Nas termas, é possível usufruir de banhos ou massagens mesmo sem ser hóspede, desde que se faça reserva antecipada. Já a Thermes Callou⁴⁷ fica entre uma academia *fitness* e o Hotel Ibis, onde oferta curas de problemas digestivos e

⁴⁴ Spa Thermal les Célestins. Disponível em: <<http://int.rendezvousenfrance.com/en/discover/celestins-vichy-thermal-spa>>. Acesso em 29 jun. 2015.

⁴⁵ Instituto dos Laboratórios Vichy. Disponível em: <<http://www.vichy.fr/produits/homepage/h.aspx>>. Acesso 29 jun. 2015.

⁴⁶ Thermes les Dômes. Disponível em: <<http://www.vichy-thermes-domes-hotel.fr/>>. Acesso em 29 jun. 2015.

⁴⁷ Thermes Callou. Disponível em: <<http://www.vichy-thermes-callou-hotel.fr/>>. Acesso em 29 jun. 2015

patologias digestivas, reumatismo, obesidade, dispondo de orientação médica. Nesta última terma não foi possível visitação, pois a mesma já encontrava-se fechada.

Caldes de Montbui, Espanha

Caldes de Montbui foi uma antiga terma romana. É um município da Catalunha, na Espanha, situado a, aproximadamente 35 km de Barcelona. Cidade pitoresca, que conserva algumas ruas estreitas e um belo centro histórico, onde por exemplo é possível vislumbrar uma antiga piscina romana em excelente estado de conservação, de frente para uma fonte de águas sulfurosas tão quentes, que podem queimar as mãos. A atividade termal da cidade é realizada em três hotéis, e administrada pelo poder privado somente.

O Hotel Vila de Caldes⁴⁸ oferece serviço completos de spa aos hóspedes, com piscinas com cascatas, jacuzes, vapor e massagem, entretanto não foi possível conhecer as dependências do local. O Hotel Balneário Broquetas⁴⁹ foi construído com estilo modernista, que por sua vez abriga uma enorme coleção de corujas decorativas. Há uma grande piscina termal, utilizadas principalmente pelos hóspedes. No andar de baixo são realizados tratamentos em banheiras, jacuzis, jatos de água (também chamados de ducha escocesa), duchas, banhos de vapor e cromoterapia. Na ala de cima ocorre a fangoterapia, depilação, massagens, reflexologia e tratamentos corporais e faciais, visando o embelezamento eo bem-estar. O local oferece serviços médicos, e pessoas que não sejam hóspedes podem utilizar-se dos serviços do balneário.

O Termes Vitória Hotel Balneari⁵⁰ oferta serviços de massagens, aparelhos respiratórios, cosmética facial e corporal, depilação, aplicações gerais e locais de banhos, vapores, duchas e vapores, e piscina termal. O local disponibiliza tratamentos de um dia voltados aos turistas de passagem. Tanto neste hotel quanto no “Broquetas” a clientela é formada por adultos e idosos.

O acesso a cidade pode ser feito por meio de ônibus que sai de Barcelona com destino as Caldas. A cidade é pequena, e o centro histórico e os hotéis não são distantes do terminal rodoviário.



Figura 6. Fonte pública de águas termais no centro de Caldes de Montbui. As águas saem tão quentes que um descuidado pode queimar as mãos. Fonte; Tatiana Heidorn, 2014.

⁴⁸Hotel Villa de Caldes. Disponível em: <<http://www.hotelviladecaldes.com/en>>. Acesso em 30 jun. 2015

⁴⁹Hotel Balneário Broquetas. Disponível em: <<http://www.grupbroquetas.com/>>. Acesso em 30 jun. 2015.

⁵⁰Termes Vitória Balneari. Disponível em: <<http://www.termesvictoria.com/>>. Acesso em 30 jun. 2015.

São Pedro do Sul, norte de Portugal

São Pedro do Sul é uma cidade do Distrito de Viseu, na região central de Portugal de grande riqueza paisagística. Conhecida como uma das melhores termas portuguesas e também da Europa, com águas para tratamento preventivo já usadas como terapia no século XII. As ruínas das termas aguardam verbas para restauração. Naturalmente quente (68.7° C) é uma água doce, alcalina, bicarbonatada, carbonatada, fluoretada, sulfidratada, sódica e fortemente silicatada. Indicada para tratamento de doenças do aparelho respiratório e doenças reumáticas, músculo-esqueléticas e metabólico-endócrinas, são utilizadas também para tratamentos fisioterápicos, relaxamento e bem-estar⁵¹.

As águas termais, os balneários e a linha de produtos cosméticos termais são geridos pelo poder público municipal e por empresa privada. Possui duas termas, o Balneário Dom Afonso Henriques⁵² e o Balneário Rainha Dona Amélia⁵³. Ambos proporcionam tratamentos de saúde e estéticos.

Aqua São Pedro do Sul Dermocosméticos⁵⁴, pertencem a empresa Termalitur⁵⁵ E. M., S. A., da Câmara Municipal, portanto poder público, entretanto há diferenças. No Balneário Dom Afonso Henriques há um amplo espaço para marcação de consultas médicas, pois somente após passar por um atendimento clínico especializado, o paciente pode realizar os devidos tratamentos. O local possui uma área de tratamento fisioterápico por meio da medicina física e reabilitação, e tem em termos de dimensão e equipamentos maior capacidade de atendimento do que o Balneário Rainha Dona Amélia. São realizados tratamentos voltados para doenças músculo-esqueléticas e das vias respiratórias. Os pacientes são em geral pessoas da terceira idade, que tratam-se de doenças músculo-esqueléticas, e crianças que tratam de doenças respiratórias.

Já o Balneário Rainha Dona Amélia oferece principalmente tratamentos estéticos, de beleza, bem-estar e relaxamento, com a possibilidade de adesão a pacotes ou mesmo para passar um dia em um spa termal. Seu espaço físico é menor que o do Balneário Dom Afonso Henriques, e desta forma comporta menos clientes. Portanto, é um local que recebe pessoas que não querem ficar em um ambiente de aglomeração, o que ocorre no outro balneário, e que preferem pagar por um atendimento diferenciado, submetendo-se a pagar um valor maior pelo serviço, mais caro. Este espaço recebe principalmente pessoas idosas mais debilitadas e clientes que procuram por tratamentos estéticos.

⁵¹Termas de São Pedro do Sul. Disponível em:

<<http://www.termasdeportugal.pt/estanciastermais/Termas-de-Sao-Pedro-do-Sul>>. Acesso em 28 jun. 2015.

⁵²Balneário Afonso Henriques. Disponível em: <<http://www.termas-spsul.com/baf.asp>>. Acesso em 29 jun. 2015.

⁵³ Balneário Dona Amélia. Disponível em: <<http://www.termas-spsul.com/balneariorda.asp>>. Acesso 29 jun 2015.

⁵⁴ Aqua São Pedro do Sul Dermocosméticos. Disponível em: <<http://www.termas-spsul.com/aqua.asp>>. Acesso em 30 jun. 2015.

⁵⁵Termalitur. Disponível em: <<http://www.termas-spsul.com/termalitur.asp>> Acesso em 30 Jun. 2015.



Figura 7. Vista do Balneário Dom Afonso Henriques, Águas de São Pedro, SP.
Fonte: Tatiana Heidorn (2014).

De acordo com funcionários do balneário e comerciantes locais, durante os meses mais frios, de dezembro a fevereiro, há menor procura por tratamentos e costuma-se fechar um dos balneários, logo muitos comércios não abrem suas portas essa época. Um diferencial de São Pedro do Sul é que as termas funcionam durante todo o ano, sem interrupção. Os períodos de maior procura são de março a novembro, com culminância entre os meses de agosto a setembro. Em agosto a maior procura é de turistas, pois é o período de férias; em setembro e outubro, em geral pessoas que moram em Portugal e estão voltando das férias na praia, pois a balnearioterapia não é indicada antes do sol e dos banhos de mar; e em novembro a procura maior é de pessoas idosas, pois muitos ficam com os netos e a família durante as férias, e somente no pós volta às aulas dispõe de tempo para os tratamentos. O acesso local pode ser feito por ônibus.

Considerações

O propósito deste texto foi destacar a água como patrimônio natural da humanidade e como sua apropriação por diferentes sociedades proporcionou a formação de patrimônios histórico-culturais e arquitetônicos, construídos como balneários termais. Os hábitos e costumes dos europeus relacionados ao uso da água para banhos e tratamentos termais, foram aqui mencionados, configurando-se como patrimônio imaterial que marcou toda uma cultura ocidental.

Assim como a água, patrimônio natural e material da humanidade, a história dos banhos e do termalismo entre os povos ao longo do tempo é um patrimônio imaterial que marcou nossa cultura, e faz parte do nosso modo de vida.

A influência histórico-cultural de povos da antiguidade, em especial dos romanos, que durante seu Império estabeleceram termas em diversos lugares da Europa, aproveitando os afloramentos naturais de águas quentes com propriedade minero-medicinais, deixou suas marcas na arquitetura e na herança da prática termal, observada na maior parte dos lugares visitados na Itália, Inglaterra, França, Espanha e Portugal.

Hoje o termalismo é uma atividade econômica intrinsecamente ligada ao turismo da saúde. Para tanto é necessário que os lugares disponham de equipamentos suficientes para receber esse fluxo turístico como hotéis, pousadas, restaurantes, meios de transporte, comércio local, e obviamente balneários e termas em condições adequadas de uso.

Observando os lugares visitados pudemos destacar algumas questões importantes sobre a infraestrutura local como a falta de banheiros públicos do entorno dos balneários, somente dentro das termas ou hotéis; a pouca diversidade de comércio, restringindo-se muitas vezes a lojas de roupas, suvenires e artesanatos; reduzida oferta de restaurantes e cafés próximos às termas, na maioria das cidades; e o mais importante, a dificuldade de acesso a certos lugares, a exemplo das Termas de Satúrnia, onde em vias gerais é mais fácil chegar de carro, porque o ônibus locais circulam em horários muito restritos.

A forma de gestão das termas é variada, tendo-se casos em que são feitas pelo poder público, como em São Pedro do Sul, ou pelo poder privado, quando as águas medicinais e tratamentos específicos são oferecidos em hotéis *spa* termais, como em Termas de Satúrnia, Abano Terme, Vichy e Caldas de Montbui, que em vias gerais dispõem de serviços que atendem a hóspedes e não hóspedes. Com relação à Bath, não temos a informação de qual poder pertencem as termas, mas sabemos que estas não estão vinculadas aos hotéis. Em Termas de Satúrnia é possível ter acesso às águas de certas cascatas e cachoeiras termais gratuitamente.

Os tratamentos de saúde são feitos com seriedade, pois a maioria dos lugares conta com médicos especializados em balnearioterapia para analisar as enfermidades com prescrição de tratamentos termais adequados. Entretanto, percebe-se uma tendência em associar as termas aos *spas*, como locais que oferecem aos clientes pacotes e serviços variados em tratamentos corporais e faciais, a base de banhos, massagens e cosméticos, para proporcionar emagrecimento, beleza, bem-estar, relaxamento e descanso. Nota-se, então, essa tendência de atrair clientes que desejam bem estar de maneira geral, não só, tratamento termal para doenças, configurando-se um novo nicho de mercado.

As mudanças de atividades no termalismo também mudaram a clientela, pois enquanto idosos recorrem a tratamentos termais para curas de doenças reumáticas, músculo-esqueléticas e dermatológicas, entre outros, e pais buscam para os filhos uma alternativa de tratamentos respiratórios menos abrasivos do que a utilização de produtos a base de corticóide, há um público adulto mais jovem, com uma situação financeira estável buscando o ideal de um corpo saudável e melhor qualidade de vida proporcionado pelos novos tratamentos das termas *spa*.

Outro ponto que chamou a atenção foi a difusão das práticas usadas em Vichy, França, principalmente aquelas relacionadas aos tratamentos com duchas e cosméticos em diversos balneários europeus. Há outras termas que também lançaram produtos próprios como Abano Terme, São Pedro do Sul e Bath, indicando que essa também é uma tendência de mercado na atualidade.

Diante do exposto, podemos dizer que o termalismo atual europeu retorna ao sentido original das termas romanas como espaços que cultuavam o prazer, um corpo belo, saudável, aproveitando o local para descanso, um refúgio do trabalho, de problemas e preocupações diárias. Hoje uma opção para o turismo de saúde, lazer e descanso. A água é essencial em todos os sentidos para vida, é um patrimônio natural cada vez mais valorizado. Terminando o texto, destacamos as palavras de Quintela (2003,p.184)

Retomando a análise das noções de saúde, corpo e higiene, questiono se nestas lógicas o banho operará como mediador entre a natureza e a cultura. O banho termal lava os excessos produzidos pela alimentação, que origina toxinas; elimina a sujidade acumulada pelo trabalho exigido ao homem pela cultura; reequilibra, e limpa, igualmente, os excessos de problemas, o stress. Será, então, que os banhos operam como mediadores entre a natureza e a cultura, numa lógica dicotômica da saúde/doença, em que a saúde é do domínio da natureza e a doença do domínio da cultura?

Referências

- ALBUQUERQUE, C. Diáspora Judaica. *Estudo Prático*, [s. d.]. Disponível em: <<http://www.estudopratico.com.br/diaspora-judaica/>> Acesso em 17 jun. 2015.
- ASHERI, M. **O judaísmo vivo**: tradições e leis dos judeus praticantes. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- AZEVEDO, C.; ZAMORA, C. Istambul: Portal do Oriente. *A Relíquia*, mar. 2014. Disponível em: <<http://jornalareliquia.blogspot.com.br/2012/07/istambul-portal-do-orient.html>>. Acesso em 22 jun. 2015.
- BATISTELLA, C. Saúde, doença e trabalho: complexidade teórica e necessidade histórica, p. 25-49. In: FONSECA, A. F.; D'ANDREA CORBO, A. (ORGs). *O território e o processo saúde doença*. Fiocruz: Educação Profissional e Docência em Saúde, 2014, 266 p. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Material&MNU=&Tipo=8&Num=24>>. Acesso em 26 jul. 2015.
- BULFINCH, T. *O livro de ouro da mitologia: história de deuses e heróis*. Tradução de JARDIM JÚNIOR; D. 6 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- DÍAZ, I. D.; ORTA, M. L. *Modelo de control borroso para La regulación de la temperatura del agua en piscinas climatizadas*. Proyecto Fin de Carrera. Ingeniería Técnica Industrial, Esp. Mecánica. Espanha: Universidad de Huelva, 2012. Disponível em: <<http://www.uhu.es/juanc.gutierrez/PID11030/PDFs/MercedesIsabel.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2014.
- ENGENHERR, E.M. **A história do lixo**: a limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre: Gráfica Palloti: 2009. 140 p. Disponível em: <http://www.lixoeeducacao.uerj.br/imagens/pdf/a_historiadolixo.pdf>. Acesso em 20 de jun. 2015
- FEIJÓ, B.V. Águas do tempo: a história do banho. *Aventuras da história*: para viajar no tempo, 2007. In Guia do Estudante. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/aguas-tempo-historia-banho-435136.shtml>>. Acesso em 14 jun. 2015.
- GOMES, M. Com piscinas naturais, montanha turca lembra castelo de algodão. Roteiros internacionais. In: *Uol Viagem Destinos Internacionais*, [s. d.]. Disponível em: <<http://viagem.uol.com.br/guia/roteiros/internacionais/com-piscinas-naturaismontanhaturca-lembra-castelo-de-algodao/index.htm>>. Acesso em 24 jun. 2015.
- ISRAEL. Jerusalém pertence a todos. *Morasha*, ed. 30, set. de 2000. Disponível em: <<http://www.morasha.com.br/conteudo/ed30/jerusalem.htm>>. Acesso em 15 jun. 2015.
- KAZANDJIEVA, J.; GROZDEV I.; DARLENSKI,R.; TSANKOV,N. (2008). *Climatotherapy of psoriasis*. Clinics in Dermatology, 26, p. 447-485.
- MACHADO, M. B. P. *Educação patrimonial*: orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed, 2004, 74 p.

NAVARRO, R. Como era a vida em um castelo medieval? História. ed. 20. In: *Mundo Estranho*. Editora Abril, [s. d.]. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/como-era-a-vida-em-um-castelo-medieval>>. Acesso em 20 jun. 2015.

O TALMUD (Excertos). Tradução de AMÂNCIO, M.; Apresentação de SOBEL, Rabino H. I. Coleção Menorah. 4 ed. São Paulo: Editora Iluminuras, 1992, 89 p.

OS BANHOS termais da Tunísia, os melhores do mundo. Iberostar Hotels & Resorts In: Destinos, jul. 2013. Disponível em: <<http://passaportea.iberostar.com/2013/07/os-banhos-termais-da-tunisia-os-melhores-do-mundo/>>. Acesso 13 jun. 2015

PEIXOTO, J. A. *Hammam: origem, história, evolução*. Termas de Alcafache Spa Termal [s. d.]. Disponível em: <<http://www.termasdealcafache.pt/index.php?gc=10147>>. Acesso em 21 de jun. 2015.

PITA, J. R. *História da Farmácia*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1998.

QUEIRÓS, L. M. Banhos judaicos medievais descobertos em Coimbra. *Público*, 2013. Disponível em: <<http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/banhos-judaicos-medievais-descobertos-em-coimbra-1617489>>. Acesso em 16 jun. 2015.

QUINTELA, Manuel M. BANHOS QUE CURAM: PRÁTICAS TERMAIS EM PORTUGAL E NO BRASIL Etnográfica, Vol. VII (1), 2003, pp. 171-185. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N1/Vol_vii_N1_171-186.pdf>. Acesso em 19 jun. 2014.

RINDLISBACHER, S. A lei mosaica e seu significado atual. *Chamada*. Disponível em: <<http://www.chamada.com.br/mensagens/lei.html>>. Acesso em 12 jun. 2015.

RODRIGUES, A. A. B. *Águas de São Pedro: estância paulista. Uma contribuição a Geografia da Recreação* (Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da USP da FFLCH-USP). São Paulo: DG-USP, 1985

ROUTH, H. B.; BHOWMIK, K.R.; PARISH L.C.; WITKOWSKI, J.A. (1996). *Balneology mineral water, and spa in historical perspective*. *Clinics in Dermatology*. 14 (6), p. 551-554.

SILVA, G.V. Uma cidade em tempo de transição: a cristianização do espaço urbano de Antioquia no confronto com pagãos e judeus (séc. IV e V). *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v.1, n.2 jan-jun, 2012. p.4-16. Disponível em: <http://200.129.202.50/index.php/RevTH/article/view/355/pdf_15>. Acesso em: 22 jun. 2015.

STACEY, A. Higiene Pessoal (parte 1 de 2). Limpeza é metade da fé. *The Religion of Islam*, 2015. Disponível em: <<http://www.islamreligion.com/pt/articles/2149/viewall/higiene-pessoal-parte-1-de-2/>>. Acesso em 21 jun. 2015.

STADELMAMM, H. Efésios 5.26. A metáfora batismal e os banhos rituais judaicos. *Revista Batista Pioneira*, v.3, n.2, dez. 2014, on-line-ISSN 2316-686x. Disponível em: <<http://revista.batistapioneira.edu.br/ojs/index.php/rbp/article/viewFile/62/75>>. Acesso em 16 jun. 2015.

VIEGAS JR, C.; BOLZANI, V. da S.; BARREIRO, E. J. Os produtos naturais e a química medicinal moderna. *Química Nova* [online]. 2006, vol.29, n.2, pp. 326-337.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL NO ECOTURISMO DE BASE LOCAL

*José Pedro Da Ros
André Riani Costa Perinotto*

A dimensão cultural do segmento denominado ecoturismo, frequentemente é menos abordada na literatura existente e, em grau de importância, costuma ficar em segundo plano quando se consideram as possibilidades do desenvolvimento do produto ecoturístico e os apreciados atrativos naturais.

Uma das questões significativas a se considerar, inicialmente, é que o ecoturismo deve privilegiar, sempre, as iniciativas de base local, protagonizando os moradores do lugar, seus saberes e o patrimônio cultural produzido pela dinâmica de suas vidas e produtor das mesmas. As trocas de conhecimentos e o incremento da renda figuram como algo importante neste caso. No entanto:

Introduzir uma prática de ecoturismo na localidade requer também o entendimento de que esta atividade não é a salvação para os problemas socioambientais e econômicos locais. Nesse sentido, o ecoturismo direcionado pela base local se mostra como uma alternativa de conservação ambiental e cultural e de incremento da renda através da prestação de serviços pelos próprios moradores/as. Assim, seu objetivo não deve ser o de substituir outras atividades ou tornar a comunidade dependente, unicamente, desta prática (DA ROS, 2014. p. 17).

No ecoturismo, turismo adicionado do prefixo “eco” do grego *oikos* – casa, lugar onde vive, meio ambiente, que obrigatoriamente deve ser entendido como social, é impossível deixar considerar que também está englobada a cultura. A cultura faz parte desse todo. Verificável do mesmo modo no conceito de ecoturismo, pela conceituação adotada no Brasil, que traz entre outras coisas os dizeres: “[...] que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural” (BRASIL, 2006), logo, também, diz respeito, literalmente, à cultura.

O planejamento turístico tem como finalidade ordenar as ações do homem sobre o território, direcionando a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada e evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade.

Entre outros fatores, o acréscimo dos fluxos turísticos está direcionado a diferenciais, sejam eles nos serviços, qualidade dos atrativos naturais e, frequentemente a cultura local. O diferencial em um produto turístico pode ser relacionado à ênfase dada aos traços culturais locais, o que o torna singular no mundo, que faz todo o sentido em tipologias turísticas que valorizam o lugar.

Assim torna-se muito expressivo procurar atrativos da região a serem elaborados que possam dialogar com os elementos que ressaltam as vivências, evidenciando e resgatando seus traços culturais como um diferenciador particular e muito importante para o

desenvolvimento do turismo local, sem dar margem, portanto, para a criação do que Marc Augé denomina de “não-lugar”.

O autor ressalta como exemplos de não-lugares na sociedade da globalização os parques temáticos, a Disneylândia, dizendo em termos gerais que o protagonista destes espaços é a espetacularização do lugar e não o sujeito que os visita e, muito menos, a comunidade local.

No que se refere ao “cultural” propriamente dito, a riqueza do patrimônio da localidade pode contribuir significativamente para a formação de um produto turístico mais sustentável e de grande notabilidade. As práticas de vida, as histórias, as experiências dos moradores locais podem e devem ser convertidas em atrativo para os visitantes.

De acordo com o Ministério do Turismo (MTur) desde os primeiros registros de deslocamentos da humanidade, as diferenças culturais passam a ser a motivação principal das viagens, como em “meados do século XVIII, nas viagens de aristocratas europeus denominados *grand tourists*” (BRASIL, 2009). “Não existe turismo sem cultura” afirmou Pires, em entrevista dada a Fantim (2000, p.75). Cultura e turismo têm uma relação intrínseca. É fundamental ressaltar algo de extrema importância: não se falar de cultura em si, mas considerando a realidade que enfatiza a cultura dominante que desqualifica a cultura própria da outra classe social. Cultura compreendida como bem ou riqueza simbólica produzida por todos, social e historicamente marcadas.

No contexto do ecoturismo e dialogando com ele, tem-se o segmento destacado para enfatizar a cultura. Assim, para o MTur (BRASIL, 2009), em seu marco conceitual, a definição de Turismo Cultural, que em muitos pontos se assemelha ao ecoturismo, ficou padronizada como:

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2009).

O segmento turismo cultural, embora sendo possível constatar que o termo cultura é empregado, sempre, dentro de uma generalidade onde está negada a possibilidade de existência de diferentes culturas, está relacionado à motivação do turista em aproximar-se e conhecer o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, pretendendo fazer valer a preservação e a integridade desses bens.

Importante esclarecer que se aproximar implica, essencialmente, em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se ao conhecimento, aqui entendido como a busca em aprender e entender o objeto da visita; a segunda corresponde a experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do objeto de visita.

Neste contexto é pertinente considerar também o termo aculturação, que pode estar associado ao turismo, especialmente ao turismo de massa. Quando a prática do turismo é feita de forma desordenada, sem um prévio planejamento e sem um bom gerenciamento (embora estes “fatores” quase nada garantam), várias questões podem levar à aculturação, ou a perda/descaracterização da cultura local.

A palavra aculturação dicionarizada segundo Ferreira (2004), é o “processo decorrente do contato mais ou menos direto e contínuo entre dois ou mais grupos sociais, pelo qual cada um desses grupos assimila, adota ou rejeita elementos da cultura do outro,

seja de modo recíproco ou unilateral”. Logo aculturação seria o estado que resulta desse processo.

A realidade de países em desenvolvimento como no Brasil, a população como um todo que se considera com pouca informação/formação supõe, de uma forma geral, que aquilo que observa de outros países parece melhor e deve ser seguido ou tomado como referência para as suas vidas.

Influenciado pela mídia de maior alcance, a televisão através de filmes e programas globalizados, o povo desqualifica, normalmente, a cultura que não é a dominante. Importante considerar que tal mídia se destaca entre os veículos ideológicos que difundem os pilares do capital, no caso, os de que a cultura oficial é somente aquela da classe dos donos dos meios de produção, excluindo toda a riqueza e valor da cultura da classe dos trabalhadores. É o mesmo que afirmar, erroneamente, que o trabalhador não tem cultura.

O documento, “Estado do Mundo 2014”, produzido anualmente pelo *Worldwatch Institute* (WWI, 2015), contém uma parte que faz referência à mídia. Segundo o relatório, já em 2010, 83% das residências no mundo tinham aparelhos de televisão e 21 em cada 100 pessoas tinham acesso à internet. Como a maior parte da mídia reforça o consumismo, o turismo se vê direta e largamente afetado por esta realidade. Isto porque as iniciativas, em vez de sustentáveis, tendem a se aliar ao turismo predatório, fazendo-se também como objetos de consumo, apenas.

Se o consumo é lei, é combustível na dinâmica da sociedade atual e se o termo sustentável supõe muitas vezes extirpar o consumo, “o capital o matará”, é o que Montibeller-Filho (2001) em seu livro “O mito do desenvolvimento sustentável”, afirma.

Houve um tempo, no qual tal apelo consumista não se difundia de forma tão devastadora e que a grande maioria dos lugares turísticos se caracterizava pelas especificidades culturais próprias destes lugares. Os ensinamentos populares se materializavam na culinária, no artesanato, nas conversas e histórias contadas pelos próprios proprietários de quiosques, pequenas pousadas, restaurantes, entre outros. Parece que valia muito mais a humanidade das relações interpessoais do que a venda dos chamados produtos turísticos. Não estamos anulando uma forma de subsistência, de captação de recursos econômicos, estamos, apenas, lembrando uma outra forma de realizar o turismo. A grande preocupação orbita em torno da ameaça da aculturação que passa a negar os valores e saberes locais e que o consumismo desenfreado “mate” qualquer possibilidade real de mais sustentabilidade, mesmo sendo esta questionável como algo viável em nossa sociedade.

Os sub-reptícios e atuais processos de aculturação que assolam as novas gerações (que por sua vez se deixam influenciar e conquistar por eles), resultam no fato de que os jovens não desejam mais fazer as atividades que seus pais realizavam, minimizando sua importância cultural. Querem fazer o que os protagonistas de filmes ou novelas fazem na televisão, usar as roupas que se usam na televisão e outras “modas” ditadas por essa tendência consumista da contemporaneidade.

Como exemplo, as rendeiras (mulheres que vivem da confecção de toalhas de renda) da Avenida das Rendeiras em Florianópolis - SC, antes numerosas, são hoje cada vez mais difíceis de serem encontradas. Suas filhas não tiveram interesse em aprender a fazer esse tipo de renda preferindo outras ocupações, muitas vezes sem sucesso. Certamente, devido à realidade de desigualdade social em que vivem e motivadas, possivelmente, pelas máximas do acultramento que descaracteriza aquilo que passa a ser secundarizado pelas leis do grande comércio. Lembrando que todo o processo de aculturação é, também, um processo

de descaracterização do que é considerado como identidade (não no sentido do idêntico, mas com sentido de pertencimento).

O exemplo fala da descaracterização de conhecimentos e práticas já realizadas anteriormente por moradores de determinados locais, turísticos ou não, derivadas, por certo, da força da cultura do imediatismo consumista.

Para ilustrar essa constatação com outro exemplo de descaracterização dos saberes locais em função das demandas consumistas, cita-se Barros (2000, p.90) que conta, à sua maneira, algo sobre a interface entre turismo e cultura, ao falar de uma família que trabalhava com o cultivo de mandioca na região Amazônica.

Conversamos com a família e explicamos o que queríamos. Levamos os turistas e eles começaram a mostrar a planta, o funcionamento da fabricação, seu modo de vida e outras características costumeiras. Havia um ralador primitivo, uma tábua cheia de preguinhos, uma prensa chamada de tipiti que eles tinham para tirar a água do tucupi da farinha – a massa da mandioca – e também um tubo grande feito de palha que funcionava com a ajuda da molecada que sentava em cima dele e espremia-o para sair água. Em poucas palavras, este era o curioso processo. Foi fantástico! Dona Raimunda botou a família toda para trabalhar, mostrando com entusiasmo para os turistas que chegavam as diferentes etapas da fabricação da mandioca. Ao final da exposição, punha à mesa todas as guloseimas, bolos e delícias que se podiam fazer com a mandioca para o pessoal provar. Começamos a levar americanos e eles adoraram aquele lugar. Combinamos que receberiam uma gratificação para cada turista que visitasse; com o dinheiro, os moradores poderiam melhorar sua qualidade de vida. Quando voltamos, na outra temporada, Dona Raimunda havia ganhado bastante dinheiro com os turistas e já não tinha o ralador primitivo de ferro. Era uma bombinha a gasolina; tinha comprado uma prensa nova, não era mais o tipiti. Assim, de forma ingênua, ela própria descaracterizou o produto, que perdeu a graça (BARROS, 2000, p. 134).

Com este exemplo, não se está desvalorizando a inovação de práticas que podem facilitar a feitura dos produtos, mas ressaltando a importância, para o turista, do convívio com modos anteriores de seu sucesso atual, como se fosse recontada uma parte importante da história cultural do lugar. As novas tecnologias devem, sim, engrandecer as particularidades locais em vez de substituí-las por produtos que se encontram em qualquer outro lugar, com os mesmos gostos, as mesmas embalagens, etc.

Infelizmente acontecem, ainda, outras formas de perda de cultura local, muitas vezes motivada por comparações feitas pelos autóctones frente ao grande movimento de visitantes que introduzem novos hábitos e valores neste local. Entendendo-se que estas pessoas moradoras do local, também motivadas pelas “verdades” da cultura dominante, autorizam e autorizam-se à subserviência. Pode ser, inclusive, pelo fato de que a região ainda não esteja devidamente preparada para receber turistas que tendem a fazer uma desrespeitosa padronização, como cita abaixo Swarbrooke:

A atividade ecoturística pode levar a uma padronização, que muitas vezes é feita de modo inocente, pois os autóctones são fisicamente e vestem-se de modo diferente; Vivem em habitações incomuns para os turistas; Possuem uma alimentação diferenciada; Danças e rituais pitorescos. Os turistas podem padronizar a população local em dois diferentes modos: seres primitivos, atrasados que devem ser tratados de cima para baixo, embora sejam vistos como “entretenimento”. Ou como seres sobre humanos, com uma capacidade sobrenatural de identificação com a natureza, estilo de vida a muitas gerações, que é um pouco menos ofensivo, mas que também é padronizador à sua maneira (SWARBROOKE, 2000, p. 64).

De acordo com Rabinovici (2009) no Turismo é muito comum observar mudanças significativas na percepção dos visitantes e das comunidades de moradores, ao conviverem com suas diferenças, aceitando posturas totalmente contrárias às suas, valorizando determinados aspectos das culturas locais ou do visitante. No primeiro caso há, sempre, o risco de “folclorizá-las”, criando ou tirando sua autenticidade, alterando radicalmente seus modos de vida e a anteriormente destacada “Alma do Lugar” (YÁZIGI, 2001). Um sítio arqueológico pode deixar de ser visto em seu aspecto histórico e cultural para se transformar, por exemplo, em lugar de “pichações” por ser considerado, talvez, como um lugar que “fala do amor”: nomes escritos dentro de desenhos com o formato de um coração estilizado ao lado de uma inscrição rupestre, como é o caso observado na Ilha do Campeche em Florianópolis (DA ROS e CRUZ, 2011).

O turismo de base local/comunitária, respeitando as premissas do ecoturismo, constitui alternativa para esta realidade, mas de início, torna-se importante o esclarecimento de que nem todo o ecoturismo é desenvolvido com base local: a maioria não o é. A premissa do ecoturismo, levada em consideração na definição do Ministério do Turismo descrita em seu marco conceitual, apresenta os dizeres: “trazendo o bem estar para as populações envolvidas”. Dessa forma, entende-se que não é somente com um subemprego ou alguns avanços na infraestrutura local que, de fato, existam melhorias significativas na vida dos autóctones. Na realidade, considera-se que possam empreender, e talvez por meio de uma cooperativa ou associação, iniciativas para obter ganhos expressivos no que se refere à qualidade de vida. Em diversas localidades com singulares atrativos naturais e culturais, mas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o ecoturismo pode de fato ser uma ferramenta capaz de transformar, em parte, a realidade de subdesenvolvimento da localidade. Pois, com significativas potencialidades locais é inadmissível ver gente passando necessidade com tantas riquezas aos seus pés.

Desta forma, o turismo de base comunitária/local é entendido aqui como parte integrante e essencial do ecoturismo, uma vez que “bem estar para as populações envolvidas”, na concepção dos autores do presente texto, é desenvolver ações do ecoturismo que efetivamente contribuam para o lugar onde é planejado e antes de tudo contribuam com a inclusão social e desenvolvimento local, dentro do possível, já que a exclusão é estrutural à sociedade na qual se vive.

A respeito da inclusão social, Matiello diz que

[...] quando se fala de inclusão, é preciso se perguntar onde se quer incluir os excluídos. Neste caso, apesar de se ter conhecimento que no mundo neoliberal não há lugar para todos, é interessante, aqui, incluir as pessoas desde que elas não alterem o quadro de dominação existente. Desta maneira, percebe-se como a inclusão social não supera os limites de uma expressão vazia de sentido, devido à fragilidade teórica e por ter se tornado um “jogo de palavras” que promete muito e nada pode cumprir (MATIELLO, 2010, p. 62).

De acordo com o autor acima e para o presente texto o discurso de inclusão social deve, antes de tudo, ter um caráter ético e realista, pois não vem sendo usado desta maneira, atualmente.

Outra autora, Coriolano (2006), também tece um comentário neste sentido:

“O Estado evita muitas vezes fazer interlocuções com universidades, ONGs e a própria sociedade civil, por colocar-se acima delas, desvalorizar a teoria, priorizar o pragmatismo e, certamente, por saber que não pode ceder seus pontos de vista e posturas políticas, ficando a serviço dos grupos empresariais, de que faz parte,

incorporando, contudo, em seu discurso algumas propostas vindas dessas críticas, como por exemplo, a da inclusão social, do Turismo social, o discurso de comunidades, até como forma de legitimar-se” (CORIOLANO, 2006, p. 104).

Há, dessa forma, possibilidades de um novo desenho para projetos que sejam voltados às parcerias, cooperativismos, associativismos para a participação efetiva da comunidade local, como já se pontuou acima. No entanto, no Brasil ainda são tímidas as iniciativas de turismo de base local, ou turismo comunitário, isto é, desenvolvido pelos moradores do possível destino turístico.

De acordo com o Ministério do Turismo brasileiro (MTur) o próprio Plano Nacional do Turismo 2007-2010 traz deliberações sobre o turismo de base local. Segundo o MTur, “consiste na ferramenta de planejamento e ação estratégica do governo federal, para estruturação e ordenamento da atividade turística, com respeito aos princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional” (BRASIL, 2009).

Entre as diretrizes do Plano, destaca-se o compromisso com o desenvolvimento local e a inclusão social, tendo como vetor o turismo. Neste contexto, a interação do homem com o “ambiente”, nesta perspectiva, compreendendo o ambiente sempre em sua dimensão social, pode resultar em diferentes maneiras de organização e relação com a “natureza”, a cultura transformando estes ativos em fonte de lazer, entretenimento e conhecimento para visitantes, além da inserção socioeconômica da população local nas atividades relacionadas com o turismo (BRASIL, 2008).

O turismo de base comunitária é compreendido como um “modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local”, e, principalmente, “protagonizada pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística” (BRASIL, 2008). Claro, se bem planejada e gerenciada no sentido da não privatização e exploração da população, o que acaba por trazer alguns benefícios para todos que nela estão envolvidos.

Significativo destacar que com uma população de cerca de 190 milhões de habitantes no Brasil, com uma grande porcentagem que passa necessidades e com o manancial de potencialidades e possibilidades para esse tipo de turismo, as políticas públicas específicas deveriam ser mais eficientes no que se refere à alternativa de desenvolvimento via turismo de base local ou comunitário. Somando-se a essa necessidade social do País e os déficits ambientais, com diversas Unidades de Conservação da Natureza em estado de abandono, justifica-se a promoção de ações desta magnitude, mesmo que elas tragam em seu escopo apenas uma parcela de realização possível, em função do embate de forças políticas que atravessam as políticas sociais.

Vininha F. Carvalho (2007) aponta as principais características do desenvolvimento do Turismo com base comunitária,

O turismo comunitário destaca-se pela mobilização da comunidade na luta por seus direitos contra grandes empreendedores da indústria do turismo de massa que pretendem ocupar seu território ameaçando a qualidade de vida e as tradições da população local. Este modelo de turismo através do desenvolvimento comunitário é capaz de melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os valores culturais e as belezas naturais de cada região (CARVALHO, 2007. s/p).

Coriolano (1998, 1999, 2006) em “Turismo solidário e desenvolvimento na escala humana”, “Reflexões sobre o turismo comunitário” e “O turismo nos discursos, nas políticas e no do combate à pobreza”, afirma que “Trata-se de um eixo do turismo centrado no trabalho de comunidades, de grupos solidários, ao invés do individualismo predominante no estilo econômico do eixo tradicional”.

A mesma autora critica os discursos turísticos que têm criado retóricas e mitos que manipulam dados e pessoas, fazendo-as acreditar que o simples aumento desta atividade leva ao desenvolvimento socioeconômico de toda a população e não apenas de um grupo privilegiado.

Também compara esta atividade a uma “faca de dois gumes”, pois assim como oferece oportunidades de trabalho aos residentes e de prazer aos viajantes, oferece também riscos, perigos e impactos.

Neste contexto, apontado por Coriolano, importa a forma de realizá-lo, ou seja, a definição do que se quer alcançar: se a acumulação de lucros vai para a mão de grandes empresas ou se serão oferecidas oportunidades para um maior número de pessoas, com maior distribuição dos benefícios. Os resultados do turismo podem estar dirigidos apenas ao mercado, com acumulação de lucros ou então incluindo grupos e comunidades, com valorização de pessoas e dos patrimônios natural e cultural.

O modelo de turismo adotado pelos grandes empreendedores e governos neoliberais objetiva acumular lucros e divisas, por isto não cumpriu, e provavelmente não cumprirá as promessas de gerar emprego e distribuir possibilidades de renda para todos. Estas ideias também permanecem nos discursos oficiais e não chegam às políticas. Mas, contraditoriamente, a atividade turística deixa lacunas não ocupadas pelo grande capital, que passam a constituir oportunidades para aqueles excluídos desta concentração criando-se, assim, um turismo alternativo, solidário e comunitário. Trata-se de serviços turísticos realizados por pequenos empreendedores, pequenos núcleos receptores, comunidades que descobrem no turismo oportunidades de trabalho e formas de inclusão no mercado do turismo, sendo estas atividades estratégias de sobrevivência (CORIOLANO, 2006).

Ainda de acordo com a mesma autora, seus organizadores elaboram críticas ao modelo excludente e tentam produzir serviços turísticos de outras formas juntando esforços, ideias e as poucas condições financeiras de pessoas que se agrupam para desenvolverem serviços que, assim, é realizado de forma compartilhada. A criatividade é outro importante componente da elaboração destes arranjos produtivos locais, pois, diante da carência de capital, de informações e outras mais, adaptam-se às realidades locais. Em alguns casos ficam à margem da grande hotelaria, das áreas do turismo globalizado oferecendo produtos alternativos. Coriolano (2006), diz que se alocam nos corredores turísticos e são beneficiados por aqueles fluxos, em outros casos estão em áreas diferenciadas e atraem uma demanda específica, mais interessada em apreciar modos de vida, culturas tradicionais, aprendizagens e valores éticos, que consumir. Diz a mesma que, atraem como clientes aquelas pessoas com preocupações socioculturais, tais como estrangeiros de países europeus e sul-americanos que desejam melhor conhecer o Brasil. Levam em conta, essencialmente, pessoas que tratam o turismo como um fenômeno humano, e não como uma atividade exclusivamente econômica. Finalizando este comentário a autora diz que neste eixo do turismo a economia é colocada a serviço do “homem”, e especialmente daqueles que são marginalizados no modelo econômico vigente.

Coriolano (2006) apresenta, neste sentido, o turismo como forma viável de conciliar, nesses locais, o crescimento das oportunidades de trabalho e do bem-estar social, o prazer

dos viajantes assim como o prazer e condições dignas dos que ali trabalham: conciliar trabalho e lazer, valorizando tanto os visitantes como os que trabalham e habitam essas localidades. Esta valorização indissociada da auto valorização aponta novos rumos ao turismo.

Esta proposta do desenvolvimento turístico proporciona aos diferentes segmentos da sociedade, que sejam incluídos no processo de planejamento, operação e monitoramento, expressando suas ideias e receios, identificando seus interesses, suas necessidades e as formas com que esperam se beneficiar (NELSON, 2004). Com isso, deve-se buscar a harmonia entre equidade social, eficiência econômica e conservação “ambiental” como na premissa do conceito de ecoturismo.

Sílvia Mitraud aponta que “a participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade, por meio de representantes por eles reconhecidos como tal, é o que confere legitimidade às decisões do grupo, reconhecendo sua pertinência e autoridade nos procedimentos e nas pessoas” (MITRAUD, 2003, p. 393).

De acordo com Irving, isto “significa abdicar do saber totalitário e optar por novas formas de construção da realidade baseadas no saber compartilhado, na experiência coletiva, no poder da participação” (IRVING, 2002, p.45).

Esta autora ainda comenta que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica socioambiental de qualquer destino. Assim, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo (idem, 2002).

Neste caso apresentado pela autora acima, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de comum, de coletivo. O turismo de base comunitária, portanto para esta autora, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (idem, 2002).

Conforme a argumentação da autora é evidente que o turismo de base comunitária resulta, especialmente, de uma demanda dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica. Assim, não é possível imaginar uma iniciativa de turismo de base comunitária resultante de uma decisão externa, de uma intervenção exógena à realidade e aos modos de vida locais.

Enrique Leff (2010) aponta que a empresa turística deve explorar outras possibilidades, atraindo médios e pequenos capitais e investindo em empreendimentos de menor escala e mais bem integrados ao entorno ecológico e cultural, associando o turismo a outras atividades produtivas. O que se considera questionável e perigoso para a própria localidade, uma vez que tais empreendedores estão regidos, fundamentalmente, pelas leis capitalistas. Comenta, ainda, que é necessário se distanciar da mercantilização, mas buscar o enriquecimento econômico, ambiental e cultural (LEFF, 2010).

No entanto, segundo o ponto de vista dos autores do presente capítulo, é preciso considerar a quem se destina o tal enriquecimento econômico, uma vez que em muitos

casos nada acontece de enriquecedor, em termos financeiros, nas iniciativas turísticas de base local.

Vale discutir, neste momento e no processo de organização do turismo, o que se denomina de Turismo Social que vem sendo tratado pelo Ministério do Turismo como uma forma de se conduzir e praticar a atividade turística, visando promover a igualdade de oportunidades, sem discriminação, acessível a todos, de maneira solidária, em condições de respeito e sob os princípios da sustentabilidade. Portanto, as premissas, estratégias e ações definidas para o Turismo Social, pelo MTur, em suas palavras, “perpassam transversalmente todos os segmentos ou tipos de turismo, como forma de se promover a inclusão pela atividade turística” (BRASIL, 2006).

De acordo com o MTur, o Turismo Social surgiu na Europa – meados do Século XX - utilizado como proposta de proporcionar férias e lazer a um número maior de pessoas, organizado por associações, sindicatos e cooperativas com a finalidade de atender às necessidades de lazer das camadas sociais menos favorecidas (BRASIL, 2006).

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2005) elaborou o Código Mundial de Ética do Turismo, afirmando que o Turismo Social tem “por finalidade promover um turismo responsável e sustentável e acessível a todos, no exercício do direito que qualquer pessoa tem de utilizar seu tempo livre em lazer ou viagens e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos”.

Nessa perspectiva, o MTur procura desenvolver o turismo com vistas à pretendida inclusão, privilegiando a ótica de cada um dos distintos atores envolvidos na atividade: o turista, o prestador de serviços e o grupo social de interesse turístico. É importante, neste contexto, reafirmar o que no presente texto, considera-se por inclusão, uma vez que o uso deste termo, sem torná-lo preciso, pode levar a interpretações equivocadas. Partindo do pressuposto que a necessidade de se criar projetos e se tentar implementar ações inclusivas só aparece quando a exclusão é fato gritante. Assim, é preciso compreender que o par inclusão/exclusão guardam dependência mútua na sociedade capitalista e, assim, a pretendida inclusão será sempre parcial, ainda que os discursos sobre a mesma sejam fartos de humanismos utópicos – ainda que não se deixe de querer e lutar para que nenhum cidadão fique à margem da possibilidade de usufruir do montante incomensurável das riquezas produzidas pelos trabalhadores.

Coriolano (2005) em “O Turismo, a Exclusão e a Inclusão Social” coloca o debate da inclusão e exclusão social no desenvolvimento econômico e no turismo. Mostra que apesar de todos estarem incluídos no mesmo modelo de desenvolvimento sócio econômico, pois se vive em uma sociedade capitalista, o processo ocorre de forma excludente. O modelo de desenvolvimento que impera contribui para a concentração de riqueza na mão de poucos e isto acontece em todas as atividades econômicas, inclusive no turismo. Comenta a autora, ainda que, ele é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, produz novas configurações geográficas e materializa-se no espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas. Diz que, compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço e o exercício de poder do Estado, das classes empresariais e trabalhadoras em movimento e conflito. Porém, para o Ministério do Turismo (2006),

Sob a ótica do turista, o interesse social concentra-se no turista em si, como pertencente a determinadas classes de consumidores com renda insuficiente para usufruir da experiência turística de qualidade, ou a grupos em situação de exclusão que, por motivos diversos têm suas possibilidades de lazer limitadas. Essa constitui a

abordagem clássica de Turismo Social, que trata das viagens de lazer para segmentos populares e da parcela da população em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2006).

No que se refere à promoção da igualdade de oportunidades, da equidade, da solidariedade e do exercício da cidadania o Ministério do Turismo indica que:

A razão de ser, a função do Turismo Social está focada na efetivação de condições que favoreçam o exercício da cidadania - igualdade de direitos e deveres, entendendo e trabalhando turismo em relação à própria condição humana, além da questão econômica e da carência material. Refere-se à facilitação do acesso aos potenciais benefícios advindos da atividade como incentivadora dos sentimentos de responsabilidade e de respeito pelo outro, independentemente da precariedade econômica ou da situação de discriminação pela ressaltada sociedade (BRASIL, 2006).

Na continuação da abordagem do MTur, consta que:

[...] - Pela ótica do prestador de serviços turísticos o foco está nos micro e pequenos empreendedores e nos trabalhadores que têm a possibilidade de inclusão social viabilizada pelas oportunidades advindas da atividade turística. O fomento às iniciativas de tais empreendedores e a integração com outras atividades econômicas do arranjo produtivo do turismo e às atividades produtivas tradicionais são alguns dos temas relevantes nesta abordagem.

- Pela ótica dos grupos e comunidades de interesse turístico, a ênfase está nas condições sociais e culturais de um determinado grupo ou comunidade que integra o ativo turístico local. A conservação do patrimônio cultural, natural e social da população local é um dos temas desenvolvidos sob esta abordagem (BRASIL, 2006).

Ainda, com esta visão o MTur pretende desenvolver este tipo de turismo:

[...] para aqueles que, [por um lado e] pelos mais variados motivos (renda, preconceito, alienação etc.), não fazem parte da movimentação turística nacional ou consomem produtos e serviços inadequados; por outro, para os que não têm oportunidade de participar, direta ou indiretamente dos benefícios da atividade com vistas à distribuição mais justa da renda e a geração de riqueza (BRASIL, 2006).

Sob tal argumentação o MTur (BRASIL, 2006), com esta abordagem que, em parte, não foge das regras maiores da exclusão, definiu que “Turismo Social é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão”.

De acordo com o mesmo as formas de conduzir e praticar a atividade turística são,

A forma de conduzir refere-se à maneira de entender, conceber e direcionar políticas e orientar os processos que levam ao desenvolvimento do turismo. A forma de praticar refere-se às circunstâncias de acesso à experiência turística. Ambas devem ser mediadas pela premissa da ética (nas relações turísticas comerciais, com as comunidades receptoras e com o ambiente) e da sustentabilidade no seu sentido mais amplo: econômica, social, cultural, ambiental e política (BRASIL, 2006).

Importante destacar o que são para o MTur (BRASIL, 2006) as formas de turismo: “consideram-se formas de turismo “o como” as pessoas exercem ou praticam as várias modalidades (turismo doméstico, turismo internacional, turismo emissor, turismo receptor, etc.) e os diferentes tipos de turismo ofertados (ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura, etc.)”.

No que se refere à promoção da igualdade de oportunidades, da equidade, da solidariedade e do exercício da cidadania o Ministério traz os dizeres,

A razão de ser, a função do Turismo Social está focada na efetivação de condições que favoreçam o exercício da cidadania - igualdade de direitos e deveres, entendendo e trabalhando turismo em relação à própria condição humana, além da questão econômica e da carência material. Refere-se à facilitação do acesso aos potenciais benefícios advindos da atividade como incentivadora dos sentimentos de responsabilidade e de respeito pelo outro, independentemente da precariedade econômica ou da situação de discriminação pela sociedade (BRASIL, 2006).

Sobre a perspectiva da inclusão que o desenvolvimento da atividade pode trazer, há o seguinte destaque:

A palavra perspectiva traduz o anseio, a esperança de se proporcionar a inserção de pessoas, grupos e regiões que por motivos variados podem ser considerados excluídos da fruição do turismo - da possibilidade de acesso aos benefícios da atividade pelo potencial consumidor, pelo ofertante e pela comunidade receptora - ou dos que usufruem da experiência turística de forma inadequada, ao consumir produtos turísticos sem a devida qualidade. Trata-se do envolvimento e participação do ser humano como pertencente ao exercício dos direitos e deveres individuais e coletivos (BRASIL, 2006).

Neste contexto, considera-se que para o presente texto o conceito de o turismo (pautado nas premissas do ecoturismo) voltado às questões sociais pode tornar-se significativo no sentido de se constituir enquanto ferramenta que poderá provocar alguma forma de transformação dentro do possível, trazendo novas óticas de mundo para visitantes e visitados. No entanto, há que se pensar nas possibilidades efetivas de sua realização, principalmente se for considerada a extensão daquilo que apregoa teoricamente e que se traduz nas suas publicações oficiais, nas quais pode se constatar a presença de uma terminologia como direitos, cidadania, inclusão social e outras que tendem a ser utópicas e vazias se forem consideradas as condições materiais de sua efetivação quando se vislumbra a população como um todo. É sabido que a questão dos direitos, tão apregoada, cabe somente a um aparte da população e que não será o turismo social que irá reverter esta situação. Assim, como o dito turismo social se propõe a ampliar os direitos sociais a todos os cidadãos e cidadãs, vale fazer uma breve reflexão sobre o tema.

Para falar do turismo, enquanto economia do lazer, como exemplo de algo que se pretende inclusivo e extensivo a todos e todas, é interessante considerar, inicialmente, a própria definição do que é turismo para a Organização Mundial do Turismo (OMT),

atividades que as pessoas realizam durante suas viagens com permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros (OMT, 2009).

Sem dúvida, vale ressaltar aqui de aspectos relacionadas ao preparo do turista como expectador destas riquezas. Sem dúvidas o acultramento, produto das mídias e dos valores do imediatismo da sociedade do consumo, são mediadoras das atitudes de tais visitantes em detrimento de programas educacionais que informem e discutam questões antropológicas, por exemplo, possibilitando ao visitante um outro olhar ao local. No entanto, é preciso que a própria comunidade e, em especial, os educadores e os chamados guias de turismo tenham clareza sobre a importância e dimensão do significado do conceito de patrimônio histórico e cultural.

De acordo com o MTur (BRASIL, 2009), considera-se patrimônio histórico e cultural os “bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades”. Entre os bens culturais, históricos, artísticos, científicos e simbólicos, passíveis de atração turística, têm-se os arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus (...), manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e outras bem como as comunidades, grupos e indivíduos que se reconhecem como integrantes do patrimônio.

Muito desses bens culturais realizam-se na forma de eventos, como é o caso do carnaval brasileiro, por exemplo, englobando as manifestações temporárias, enquadradas ou não na definição de patrimônio. Incluem-se também nesta categoria os eventos religiosos, musicais, de dança, de teatro, de cinema, gastronômicos, exposições de arte, de artesanato e outros.

Imprescindível, no entanto e apesar do rico montante das formas de expressão do patrimônio, que não sejamos presas das armadilhas da generalização daquilo que considerado como tal para que não se caia em visões descoladas da realidade social.

O compromisso de quem pensa o turismo no Brasil, mais especificamente no caso do ecoturismo de base local que respeita, valoriza e quer promover o patrimônio cultural das diferentes comunidades será, fundamentalmente, o de alavancar ações efetivas nesta direção. Entendendo que tais ações se somam aos esforços de resistência à depredação, à destruição e sepultamento da história das riquezas produtoras e produzidas por todos.

É necessário estar atento, em todos os casos, ao fato de que os processos de marginalização têm alijado uma parte significativa da população do usufruto das incomensuráveis riquezas da sociedade atual. Entre estas riquezas constam aquelas relacionadas patrimônio cultural que deve ser assumido como patrimônio de todos e não valorizada de forma enviesada pela minoria da população, a que conta da história, apenas, a sua versão.

Referências

AUGÉ, Marc. Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade/ Marc Augé, tradução de Maria Lúcia Pereira - Campinas, SP : Papirus, 1994.

BARROS, Sílvia Magalhães. Turismo, Sociedade, Meio Ambiente e Ecoturismo: *in* LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. (Org.). Turismo: Teoria e Prática, p. 85-93. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Segmentação do Turismo: Turismo Cultural – Orientações Básicas. Brasília: Mtur, 2006.

BRASIL. Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas. 2003-2007. Ministério do Turismo. Brasília. Abril de 2003. BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Segmentação do Turismo: marcos conceituais. Brasília, 2006.

Plano Nacional do Turismo 2007-2010

BRASIL. Ministério do Turismo. Ecoturismo: Orientações Básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/786-equipamentos-culturais-e>

[atrativos-turisticos-do-sudeste-sao-os-mais-bem-estruturados-do-pais.html](#)Acesso em dezembro de 2009.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Os Programas Governamentais para o Desenvolvimento do Turismo, Incluindo o Turismo Ecológico. Por Sílvia Maria Caldeira Paiva. Consultoria Legislativa, 25 de abril de 2001. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/economicas/OsProgramas Governamentais.pdf](http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/economicas/OsProgramas%20Governamentais.pdf). Acesso em fevereiro de 2010.

BURSZTYN, i. *et al.* Programa de promoção do turismo inclusivo na ilha grande, RJ. *in*: Encontro Nacional do Turismo com Base Local. Paraná: Curitiba, 2004.

CARVALHO, F. V. O turismo comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável. 2007. Disponível em: <http://www.revistaecotour.com.br/novo/home/default.asp?tipo=noticia&id=1759>> Acesso em março de 2009.

CORIOLO, L. N. M. A exclusão e a inclusão social e o turismo. *Revista de Turismo y Patrimônio Cultural*. v. 3, n. 2, 2005.

CORIOLO, L. N. M. T. O Turismo nos discursos, nas práticas e no combate à pobreza. São Paulo: Annablume, 2006.

DA ROS, José Pedro. Interpretação Ambiental e Ecoturismo de Base Local: a valorização do Patrimônio nas Memórias do Delta do Parnaíba. *Revista Turismo Estudos e Práticas*, v. 3, p. 10-22, 2014. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/viewFile/1239/688>> Acesso em agosto de 2015.

DA ROS, José Pedro e CRUZ, Walter Firmo. Memórias do lugar: o turismo na Ilha do Campeche. *Revista Psicologia e Sociedade*. vol. 23 nº.3 Florianópolis Sept./Dec. 2011. ISSN 0102-7182. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000300021> Acesso em agosto de 2015.

FANTIM, Márcia. Cidade Dividida. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FERREIRA, A. B. H. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 3ª. ed, Editora Positivo, revista e atualizada do Aurélio Século XXI, 2004.

IRVING, M. de A. Turismo, ética e educação ambiental: novos paradigmas em planejamento e Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. *In*: IRVING, M. A. & AZEVEDO, J. (Org.) Turismo: O desafio da Sustentabilidade. São Paulo: Ed. Futura, 2002.

LEFF, E. Discursos sustentáveis. São Paulo : Cortez, 2010. 293 p.

MATIELLO JÚNIOR, E. Ensaio Alternativo Latino-Americano de Educação Física, Esportes e Saúde. Livro Ensaio Alternativo Latino-Americano de Educação Física, Esportes e Saúde.

URL: <http://www.cedes.ufsc.br:8080/xmlui/handle/123456789/227>. 2010.

MONTBELLER-FILHO, G. O Mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001

MITRAUD, S. (Org.). Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF, 2003, 454p.

NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M. Ecoturismo – práticas para turismo sustentável. Manaus: Valer, 2004.

NIEVES, S. G. El Desarrollo Turístico Imaginado: Ensayos sobre un Destino Mexicano de Litoral. Ed. Universidad de Guadalajara, Mexico. 2005.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Código Mundial de Ética do Turismo. Disponível em <http://rec.web.terra.com.br/hoteltur/codigo.htm>. Acesso em 09 de novembro de 2005.

OMT (WTO), Dados sobre a atividade turística. Disponível em <<http://www.unwto.org>> Acesso em maio de 2009.

PNUD. Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Disponível em

<http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr2007-8-portuguese.pdf>

Acesso em março de 2012.

RABINOVICI, A. Organizações não governamentais e turismo sustentável: trilhando conceitos de participação e conflitos. Tese Programa de Doutorado em Ambiente e Sociedade. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – NEPAM. Campinas, SP : 2009.

SWARBROOKE, J. Turismo Sustentável. São Paulo: Editora Aleph, 2000.

WWI, Worldwatch Institute. Estado do Mundo 2014. Como Governar em nome da Sustentabilidade. In Paixão Universidade Livre da Mata Atlântica Organização: Tom Prugh e Michael Renner. Salvador, BA: Uma Ed., 2014. 230 p.: pb 1ª edição ISBN 978-85-87616-13-5 (versão digitalizada) Disponível em: <http://wwiUma.org.br/estado_mundo_2014.pdf> Acesso em agosto de 2015.

YÁZIGI, E. A alma do lugar: Turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo, Contexto, 2001.

PATRIMÔNIO NATURAL EM ÁREAS DE PROTEGIDAS: CONSENSOS E DISSENSOS NO USO TURÍSTICO

*Lia Vasconcelos
Márlisa Rodrigues Coelho
Vanice Selva*

Introdução

As áreas naturais têm sido tema recorrente em várias esferas da nossa sociedade e tem-se intensificado a sua inclinação em busca de uma visão conservacionista de modo a garantir a preservação do patrimônio natural e a manutenção da vida na Terra. O patrimônio natural é compreendido por áreas de relevância ecológica, tais como florestas, estepes, mangues, dunas, corais, espécies animais e vegetais endêmicas, etc., de importância histórica e beleza cênica. Ou seja, áreas que oferecem à população serviços ambientais nelas existentes. Representam, portanto, um bem ou conjunto de bens naturais ou semi-naturais que, dado seu valor em termos de biodiversidade, econômicos, paisagísticos, históricos ou culturais, incluindo aspectos materiais e imateriais, que cada vez mais têm sido protegidos pela sociedade e pela gestão pública.

A proteção do patrimônio natural tem se desenvolvido em todos os países do mundo, envolvendo diferentes tipologias em função do objetivo da proteção. Esse patrimônio é convertido em área protegida (AP), assegurada por aparato legal e passa a ter outras formas de uso como a pesquisa científica, educação ambiental, turismo, lazer, recreação, preservando em algumas delas, atividades tradicionalmente desenvolvidas.

Considerando a expansão do turismo, os ambientes naturais e as AP têm se tornado importantes destinos que por um lado vem contribuindo para o dinamismo econômico onde a atividade se instala, mas, por outro tem implicado em impactos negativos com a subversão de atividades tradicionais ou de traços culturais locais.

O que se observa no âmbito do turismo é um apelo ao “contato com a natureza” e a natureza intacta e protegida torna-se um argumento comercial importante para o uso das AP sem que as populações locais e gestores estabeleçam agendas, discutam os usos, minimizem os impactos e maximizem os benefícios, apesar da existência de mecanismos para tal como a instalação de conselhos gestores.

Com base no exposto, busca-se neste artigo trazer à discussão algumas reflexões sobre o uso do patrimônio natural no âmbito da atividade turística evidenciando conflitos e apontando a necessidade de envolvimento e participação da população na tomada de decisões.

As reflexões tiveram como ponto de partida quatro exemplos de AP sendo duas em Portugal - *Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina* (PNSACV) e o *Parque Marinho Professor Luiz Saldanha* (PMPLS) e duas no Brasil - *Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha* (PNMFN) e a *Área de Proteção Ambiental de Guadalupe* (APAG). As AP que serviram como pontos de partida, representaram os espaços de observação dos usos turísticos. Embora no Brasil e em Portugal existam outros parques e outros tipos de AP litorâneas, as quatro áreas selecionadas são áreas onde as

autoras já desenvolveram experiências de pesquisa e/ou de participação em atividades de planejamento, como por exemplo, revisão/discussão de plano de manejo, reuniões de conselho gestor, implantação de conselhos o que possibilitou a observação direta dos consensos e dissensos existentes principalmente gerados a partir do uso turístico dos espaços.

Constatou-se que nos planos e zoneamentos propostos e aplicados para as áreas é notório uma visão/apreensão do espaço a partir de objetivos de racionalização de usos, que entra em choque com lógicas nativas. Há intenção e estímulo por parte de gestores das áreas à participação nas reuniões, mas essa participação fica comprometida quanto à partilha de saberes, de posicionamentos dos afetados diretamente pelos problemas, pois cabe aos gestores informarem, educarem os moradores ou conscientizá-los sobre os objetivos da AP e da execução do plano de manejo, dando pouco espaço para os moradores serem ouvidos, ou mesmo intervirem na tomada de decisões.

A Noção Patrimônio Natural e Seus Usos Turísticos

Uma das mensagens fundamentais do *Millennium Ecosystem Assessment* (MEA) é de que as culturas humanas, os sistemas de conhecimento, religiões, valores patrimoniais, interações sociais e os serviços de comodidade associados sempre foram influenciados e moldados pela natureza e pelas condições dos ecossistemas em que a própria cultura se baseia (MEA, 2005; TENGBERG *et al.*, 2012).

Neste sentido, define-se que o patrimônio natural inclui tudo o que exhibe características físicas, biológicas e geológicas distintas, habitats de plantas ou espécies de animais ameaçadas e áreas de grande valor em termos científicos, estéticos ou do ponto de vista da conservação (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 2004; MEA, 2005).

As pessoas sempre influenciaram e deram forma ao ambiente para melhorar a disponibilidade de determinados serviços providenciados pelos ecossistemas (IMRAN, ALAM, & BEAUMONT, 2014; KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 2004; TENGBERG *et al.*, 2012). Influenciaram inicialmente de acordo com o atendimento das suas necessidades, mas, com os avanços do modelo civilizatório as influências passaram a ser também para o atendimento de desejos, prazeres. Desta forma, pode-se considerar que o patrimônio natural inclui não só aspetos tangíveis (marcos históricos ou características culturais e naturais), mas também aspectos intangíveis, tais como histórias, sistemas de conhecimento e tradições (Quadro 1). Ou seja, os sistemas naturais sustentam uma variedade de benefícios enriquecedores e de afirmação para a vida das pessoas.

Quadro 1. *Serviços culturais de ecossistemas.*

SERVIÇOS CULTURAIS DE ECOSSISTEMAS	DEFINIÇÃO
Diversidade Cultural	-
Inspiração	Locais que estimulam novos pensamentos, ideias ou expressões criativas
Noção de lugar	Locais que promovem uma sensação de autêntica afeição humana
Relações sociais	Locais que servem como pontos de encontro
Sistemas de conhecimento	-
Turismo e recreio	Locais usados para atividades recreativas
Valores estéticos	Locais de particular beleza
Valores espirituais e religiosos	Locais de caráter espiritual, religioso ou outro, com significado pessoal excepcional
Valores educativos	Locais que alargam o conhecimento sobre espécies vegetais e animais
Valor do património cultural	Locais relevantes para a história e a cultura local

Fonte: (MEA, 2005; PLIENINGER *et al.*, 2013)

Assim, o reconhecimento da relevância do património natural para o desenvolvimento das populações que diretamente dependem dele reflete a necessidade de uma abordagem socioecológica, onde as políticas devem capacitar a população local para participar na gestão dos recursos naturais como parte de um bem cultural, integrando o conhecimento local e as instituições (SMITH *et al.*, 2013; TENGBERG *et al.*, 2012; VASCONCELOS *et al.*, 2013).

Dada a diversidade de serviços prestados pelos ecossistemas associados a implementação de AP, o património natural inerente é objeto de múltiplos usos e interesses. Os usos podem ser distinguidos entre dois tipos – extrativos (pesca, agricultura, caça, extração de inertes e de madeira, coleta, etc.), e não extrativos (observação de vida selvagem, fotografia, mergulho, caminhadas, desportos de aventura, etc.).

De um modo geral, tanto os usos extrativos como os não extrativos podem se traduzir em atividades com benefícios econômicos, socioculturais e ambientais associados, visto

que os bens e serviços resultantes de uma determinada atividade podem destinar-se à venda, à permuta ou a uma contribuição social, portanto, com ou sem fins lucrativos.

O turismo em AP é um exemplo de uma atividade que pode implicar diversos usos, com impactos positivos e negativos em termos econômicos, culturais e ecológicos (MELEDDU, 2013), tanto no patrimônio natural como nas populações, gerando dissensos entre os utilizadores e gestores do patrimônio pois nem sempre são discutidos os interesses e a participação na tomada de decisão. Desta forma, vários autores sublinham que a percepção e o envolvimento das comunidades relativamente ao turismo é fundamental para o seu desenvolvimento e sustentabilidade (AMATI, 2013; IMRAN *et al.*, 2014; LIU *et al.*, 2012; MELEDDU, 2013).

Ao discutir-se os usos turísticos do patrimônio natural em AP pode-se limitar o setor do turismo apenas às atividades turísticas que dependem de ambientes naturais ao ar livre, compreendendo o turismo de natureza, ecoturismo e aventura (NEAT - *Nature, Eco- and Adventure Tourism*) como definido por BUCKLEY (2000), e às quais se pode acrescentar atividades relacionadas com o produto turístico sol e mar e com o *surf*, ou outros desportos de mar.

De acordo com o TURISMO DE PORTUGAL (2013), cerca de 23% do território Português é formado por AP, ilustrando os fortes valores naturais e de biodiversidade, assim como uma variedade de paisagens e elevada diversidade de habitats naturais a curta distância conferindo vantagens comparativas nesta área, ao país.

O NEAT representa aproximadamente 6% das principais motivações dos turistas que visitam Portugal (TURISMO DE PORTUGAL, 2013), e o desafio reside no desenvolvimento de uma oferta sólida, respeitando o meio ambiente. Neste sentido, os vários planos de Turismo de Natureza em AP destacam as características naturais como o maior potencial para este tipo de turismo: localização geográfica e ambiente natural; património histórico e cultural; feiras, festivais e romarias; sol e praia; observação da natureza; caminhadas e desportos da natureza; roteiros temáticos; museus; artesanato, gastronomia e vinho; e por último o alojamento turístico (FERREIRA, SALVADOR, & LÚCIO, 2010).

De acordo com o Ministério do Turismo do Brasil o país é considerado pelo Fórum Económico Mundial o país com maior potencial turístico em recursos naturais no mundo sendo o ecoturismo, juntamente com turismo de aventura, o segundo maior fator de atração de visitantes. Parte desta riqueza representada pelos recursos naturais está protegida em áreas de conservação de 71 parques nacionais. Dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) mostram que estas unidades receberam 6,6 milhões de visitantes em 2014, 10% a mais do que em 2013. (Brasil www.turismo.gov.br).

No ano de 2014, dos 6,6 milhões de visitantes registados pelos parques nacionais brasileiros, 4,6 milhões concentraram-se no Parque Nacional da Tijuca (3,1 milhões) e no Parque Nacional do Iguaçu (1,5 milhão). Nos primeiros seis meses de 2015 os dois parques registraram, respetivamente, 1,5 milhão e 755,8 mil visitantes. (Brasil www.turismo.gov.br).

Um Panorama Sobre Áreas Protegidas e o Patrimônio Natural

As AP são territórios delimitados e geridos com o objetivo de proteger e conservar o patrimônio natural nele existente, o qual inclui elementos geoecológicos, históricos e culturais que proporcionam uma grande variedade de benefícios sociais, ecológicos e econômicos para as populações a nível global. Representa um dos meios mais eficazes para proteger a biodiversidade e consequentemente os recursos explorados pelo homem através

da criação e gestão adequada (COELHO, 2011). À medida que o mundo continua a desenvolver-se num ritmo cada vez mais rápido, a pressão sobre os ecossistemas e recursos naturais intensifica-se. Assim, a implementação de AP regulamentadas e geridas de forma adequada e incorporadas em estratégias de desenvolvimento, pode proporcionar soluções baseadas na natureza para ajudar a lidar com a pressão sobre os ecossistemas, podendo também ser um componente integrante do desenvolvimento sustentável.

Atualmente, estima-se que as AP representem cerca de 15,4% das terras e das águas interiores e aproximadamente 3,4% dos oceanos do planeta, enquanto 8,4% de todas as zonas marinhas sob jurisdição nacional estarão incluídas em AP. Efetivamente, desde 2012, cerca de 1,6 milhões de km² de novas AP foram designadas (IUCN - International Union for Conservation of Nature, 2014).

As AP apresentam-se em vários tipos sendo as mais comuns os parques nacionais, os geoparques, os parques naturais, as reservas naturais ou ecológicas, os monumentos naturais.

Em quaisquer dos tipos são o pilar da conservação da biodiversidade, contribuindo ao mesmo tempo para a subsistência das populações, particularmente ao nível local.

O MEA (MEA, 2005) apresenta a primeira avaliação global concentrada nas alterações nos ecossistemas, no impacto destas alterações sobre a prestação de serviços de ecossistemas e as consequências para as pessoas. Neste âmbito, os serviços de ecossistemas incluem: i) serviços de abastecimento, como alimentos, água, madeira; ii) serviços reguladores, tais como a regulação do clima, inundações, doenças, resíduos e qualidade da água; iii) serviços culturais, como recreação, fruição estética, e satisfação espiritual; iv) e serviços de suporte tais como formação do solo, fotossíntese, e reciclagem de nutrientes (MEA, 2005; SMITH, CASE, HARWELL, SMITH, & SUMMERS, 2013).

No entanto, atividades como a agricultura, a caça, a pesca e o uso recreativo implicam distúrbios como a redução direta de espécies e populações, e a degradação e fragmentação dos habitats (GENELETTI & VAN DUREN, 2008). Assim, tal como esperado, verifica-se que as tendências no consumo humano dos serviços prestados pelos ecossistemas são inversas à condição dos mesmos (Figura 1). As Tendências do consumo humano, representadas nos diagramas superiores mostram-se com uma relação inversa à condição dos serviços ecossistêmicos representada nos diagramas inferiores. Serviços de abastecimento, de regulação ou culturais são mostrados à esquerda, centro e direita. Como pode ser visualizado nos diagramas as linhas radiais negras indicam o grau da alteração de uso humano ou condição de serviço.

Contudo, não se deve esquecer que a presença humana é muitas vezes parte intrínseca das AP e os ecossistemas foco da sua criação são frequentemente e fortemente humanizados, e como tal, o papel que a componente humana desempenha é regularmente considerado nas opções de gestão destas áreas. Esta situação não só aumenta a complexidade do contexto de atuação como reforça a necessidade de incorporar as pessoas nos processos de decisão de estratégias para a sua área. O planeamento de AP deve por isso avaliar as diferentes formas de exploração de alguns recursos, que muitas vezes geram conflitos com outros usos ou objetivos estabelecidos, em estreita colaboração com aqueles que estão no terreno, assegurando uma participação efetiva e genuína e tirando partido dum leque mais variado de conhecimentos que podem contribuir para decisões mais fundamentadas e mais consensuais. Uma das soluções amplamente aplicada na gestão dessas áreas passa pela definição de esquemas de zoneamento, de compromisso que consiste em considerar áreas dominantes, onde a conservação estrita da natureza é

aplicada, e outras áreas onde a presença humana é gradualmente mais intensa e algumas atividades são permitidas (GENELETTI & VAN DUREN, 2008).

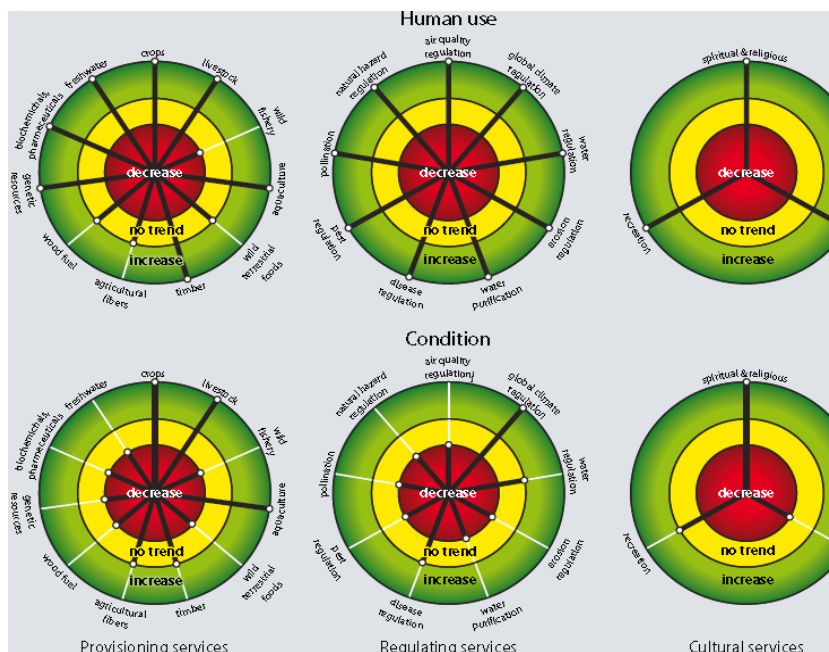


Figura 1. Expansão dos serviços ecossistêmicos para o uso humano.

Fonte: CARPENTER *et al.* (2009).

Sabendo que a natureza e os recursos naturais são a base sobre a qual os aglomerados humanos são criados se desenvolvem, as áreas litorâneas tornaram-se preferenciais para o uso e ocupação humana por motivações sócio- históricas. Os múltiplos usos do patrimônio natural dificultam muitas vezes o cumprimento dos objetivos relacionados com a conservação da natureza e a preservação dos serviços dos ecossistemas associados, revelando conflitos complexos que condicionam a sustentabilidade na manutenção futura destas áreas. Nesse olhar, o patrimônio natural passa a representar um campo social de dissenso e disputa, onde muitas vezes os interesses dos grupos sociais locais conflituam com aqueles das atividades econômicas. Frequentemente, há disputa de poder com uma relação fragilizada quando se observa as comunidades que se utilizam diretamente dos recursos naturais que construíram ao longo de suas existências vivências locais e práticas culturais que são ameaçadas pela imposição de novas vivências e dinâmicas conduzidas por novas atividades econômicas.

As características singulares de grande complexidade do litoral (clima, marés, escarpas, dunas, lagoas, mangues e outras características específicas da geografia física e da hidrografia) associadas à multiplicação de jurisdições e competências dos órgãos governamentais individuais e das necessidades concorrentes de várias partes interessadas da sociedade civil, fazem com que a gestão destas áreas tenha sido tradicionalmente considerada difícil (KHAN, QUYNH, CORIJN, & CANTERS, 2013). Nesse sentido, as áreas litorâneas tornam-se “campo social”, de tensão, de perdas, de dissensos e conflitos especialmente com a implantação de espaços protegidos com novas regulações de uso sem que as populações participem de forma ativa da implantação. O mesmo acontece quando

nessas áreas as formas e estruturas dominantes assumem novas formas e novas funções sem o devido e necessário planejamento que, aponta para a emergência de estruturas institucionais de gestão ambiental municipal para o ordenamento do espaço turístico (SELVA, 2012).

Este “campo social” de dissensos e conflitos pode ser encarado como um espaço oportunidade para um trabalho colaborativo com as diferentes partes na procura de soluções conjuntas. Neste aspeto, as AP litorâneas no Brasil e em Portugal constituem um leque variado de casos de estudo que ilustram diversos problemas associados ao uso do patrimônio natural, no que diz respeito a consensos e dissensos, e apontam formas inovadoras de atuação.

Estudo de Caso de Áreas Protegidas Litorâneas em Portugal e Brasil

Para discutir sobre o uso do patrimônio natural no âmbito da atividade turística em AP evidenciando consensos e dissensos, são apresentados quatro exemplos de AP sendo duas em Portugal e duas no Brasil. Embora nos citados países existam outras AP litorâneas, as quatro que se apresentam no texto são áreas onde as autoras desenvolveram experiências de pesquisa e/ou de participação nas atividades de planejamento, como por exemplo, o plano de manejo, reuniões de conselho gestor, implantação de conselhos o que possibilitou a observação direta dos conflitos existentes principalmente gerados a partir do uso turístico dos espaços.

Os exemplos de APs em Portugal e no Brasil, observadas para discussão neste artigo são: *Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina* (PNSACV), região do Alentejo e o *Parque Marinho Professor Luiz Saldanha* (PMPLS), região de Lisboa em Portugal e, o *Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha* (PNMFN) e a *Área de Proteção Ambiental de Guadalupe* (APAG), ambos situados no estado de Pernambuco na região Nordeste do Brasil.

O *Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina* (PNSACV), situado na região do Alentejo Litoral, em Portugal, estabelecido em 1995, ocupa uma faixa estreita do litoral sudoeste de Portugal, entre São Torpes e Burgau, com 605,67 km² de área terrestre e 288,58 km² de área marítima (Figura 2). Esta AP corresponde a uma área de interface mar-terra com características muito específicas que lhe conferem uma elevada diversidade paisagística, incluindo alguns biótopos que suportam uma elevada biodiversidade, tanto florística como faunística (ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2015).



Figura 2. Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), Portugal.

Fonte: (ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2015)

Esta área litorânea é uma das menos urbanizadas em Portugal. Como tal, tem-se vindo a observar uma intensificação dos conflitos e disputas relativamente aos possíveis usos alternativos para a AP (NUNES, 2002). Por um lado, o ICNF, entidade gestora, reclama a preservação do património natural condicionando fortemente a instalação de estabelecimentos industriais, a circulação e o estacionamento de veículos motorizados, a prática de campismo ou caravanismo, a construção de campos de golfe, a atividade cinegética, a construção de empreendimentos turísticos, entre outros. Por outro lado, a atividade turística em conjunto com os municípios locais, tem reclamado o desenvolvimento do potencial turístico do PNSACV e respetiva criação de emprego na área (NUNES, 2002).

Uma outra AP em Portugal é o parque litorâneo situado na região de Lisboa- o *Parque Marinho Professor Luiz Saldanha* (PMPLS) criado em 1998 com uma área de 53 km², correspondendo a 38 km de litoral rochoso (Figura 3), é um local privilegiado e gera uma forte atração para o turismo. Isto implica uma forte pressão humana, intrinsecamente em conflito com os seus valores naturais. Para regular as atividades dentro do PMPLS, foi publicado um documento de planeamento em agosto de 2005, apresentando os principais objetivos da área marinha protegida e três áreas de proteção distintas: total, parcial e complementar (VASCONCELOS *et al.*, 2013; VASCONCELOS, CASER, PEREIRA, GONÇALVES, & SÁ, 2012).



Figura 3. Parque Marinho Professor Luiz Saldanha (PMPLS), Portugal.

Fonte: (ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2015)

Inicialmente, o esboço do documento foi objeto de consultas públicas, embora mais informativas do que verdadeiramente consultivas. Após este debate público, um plano diferente foi aprovado, e várias partes interessadas sentiram-se excluídas do processo de decisão, principalmente porque quando confrontados com um documento escrito, assumiram que não podia ser alterado (VASCONCELOS *et al.*, 2013). Posteriormente, durante a fase de implementação alguns intervenientes, nomeadamente pescadores profissionais e recreativos, mergulhadores, operadores turísticos e associações locais, ficaram realmente cientes das mudanças, impactos e restrições sobre as suas atividades, o que levou à origem de vários movimentos contra a implementação do plano e em favor da sua revisão (VASCONCELOS *et al.*, 2013, 2012).

O *Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PNMFN)*, corresponde a uma área de domínio público de 11.270 hectares em bioma Marinho Costeiro criado pelo Decreto N° 94.780 de 14 de Agosto de 1987, com o objetivo de proteger a biodiversidade marinha e terrestre do arquipélago de Fernando de Noronha, formado por 21 ilhas, tendo uma principal, a única habitada e a maior de todas elas também chamada **Fernando de Noronha**. É um parque vinculado ao governo federal que tem como, órgão gestor o ICMBio. No ano de 2001, o arquipélago de Fernando de Noronha foi declarado como um Patrimônio Mundial Natural pela importância da proteção da biodiversidade.

O uso de território em Fernando de Noronha é regulado pelo Plano de Manejo do PNMFN e Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha (APAFN) (Figura 4).. Apenas na APAFN está instalada a população residente a qual, mesmo havendo procura por espaço para construção de residências não pode expandir-se no PNMFN, uma vez que, os Parques Nacionais são áreas de proteção integral que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

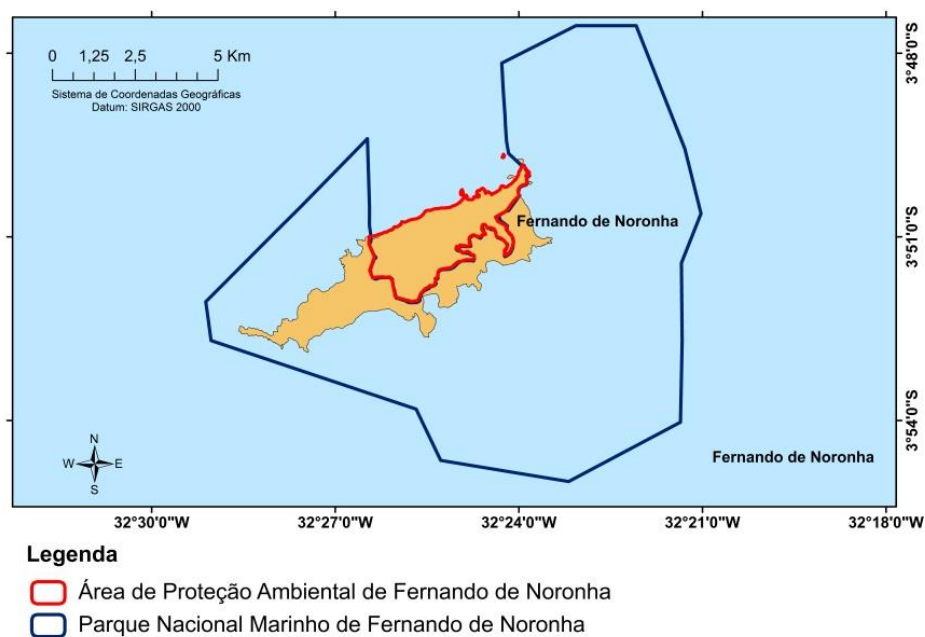


Figura 4. Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PNMFN), Pernambuco, Brasil

Fonte: www.google.com.br/search?q=mapas+do+parque+fernando+de+noronha&client

O fato do arquipélago de Fernando de Noronha ser AP por lei com restrições de uso, assim como ter como atividade predominante o turismo, cuja mão de obra é predominantemente do continente (LEITE, CORDEIRO & SELVA, 2008), tornam o arquipélago um campo social de conflitos ambientais que são visíveis durante as reuniões do Conselho Gestor do Parque que terminam sendo o grande fórum geral do arquipélago para emergirem os problemas locais. Os conflitos resultam de um processo histórico de apropriação do espaço, da necessidade de conservação ambiental, de um planejamento turístico sem a participação da população local, da concentração de riquezas e má

distribuição dos recursos, somada à sobrecarga humana e as dificuldades sociais enfrentadas pela população o que coloca em risco as condições de vida dos moradores e a integridade do ecossistema (SELVA, 2014).

A *Área de Proteção Ambiental de Guadalupe (APAG)* criada do através de Decreto nº 19.635, de 13 de março de 1997, do Governo de Pernambuco, localiza-se no litoral Sul do Estado de Pernambuco (Figura 5). Possui 32,135ha de área continental e 12.664ha de área marítima e compreende parte litorânea dos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros abrangendo áreas de domínio público e privado.

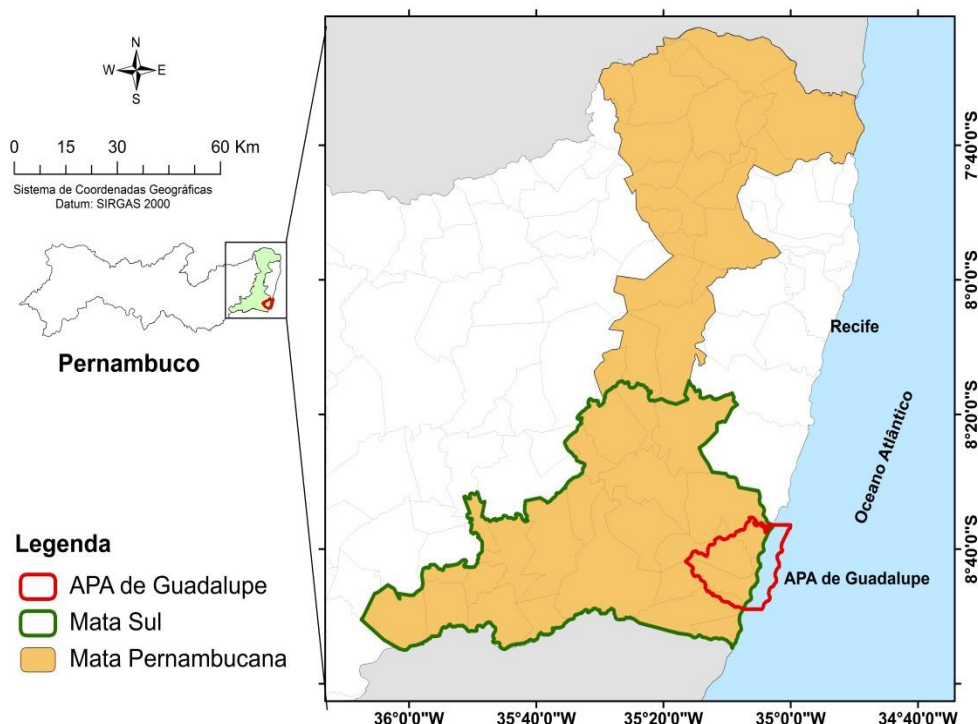


Figura 5. Área de Proteção Ambiental de Guadalupe (APAG), Pernambuco, Brasil

Fonte: PERNAMBUCO, 2011

A APAG tem o seu território em uma das mais intensas áreas de produção agrícola desde os primórdios da ocupação do espaço brasileiro com o cultivo da cana de açúcar em sistema *plantation*, instalação de engenhos para a fabricação de açúcar. A localização da APAG em área litorânea permite a existência de uma diversidade de ecossistemas representados por mangue, mata de restinga, estuários, praias com cordões de recifes possuindo importante banco de corais. São estes aspectos ecológicos que serviram de aporte para a criação da APAG que tem como objetivo proteger e conservar os sistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos, visando uma melhoria da qualidade de vida da população local, a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável. Esses mesmos aspectos possibilitaram a expansão do turismo para o litoral Sul de Pernambuco e são utilizados como mercadoria.

Os conflitos que se verificam na área da APAG estão relacionados à diversidade de atividades econômicas com destaque para a agroindústria da cana de açúcar que necessita de espaço para a produção e para o turismo principalmente o náutico que se utiliza dos estuários, do mar e da visita aos bancos de corais. Há disputa pelos recursos ambientais

entre pescadores, catadores de crustáceos e proprietários de embarcações pelo comprometimento do pescado que se torna ameaçado com o uso intensivo de embarcações.

A existência de outras áreas protegidas superpostas como a Reserva Biológica de Saltinho (Lei Federal), Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (Lei Federal) e o Parque Municipal Forte Santo Inácio (Lei Municipal), as quais, juntas vão responder pela proteção dos recursos naturais e a preservação do patrimônio histórico-cultural também geram conflitos por sobreposição de ações do município, do estado e da federação. Há dificuldades na tomada de decisão e acordos para a solução dos problemas.

Considerações Finais

O uso do patrimônio natural pelo turismo, em AP, quer sejam em parques naturais quer sejam em área de proteção ambiental em áreas litorâneas em Portugal e no Brasil apontam para problemas e conflitos latentes e explícitos, de diferentes ordens.

Apesar do patrimônio natural representar um consenso para motivar a criação de AP reconhecidas como o principal instrumento de conservação *in situ* da natureza, os objetivos para os quais foram criadas as áreas terminam por entrar em conflitos com os objetivos das populações que mantem relação direta com as AP.

A atividade turística é marcada por uma dualidade que de um lado contribui para a dinâmica econômica social local gerando renda e emprego e de outro modifica ambientes naturais e altera identidade cultural das áreas onde se instala ao se utilizar das paisagens como mercadorias. De forma perversa, o que constitui a atração da AP fica à mercê das pressões geradas por essa atração, que pode no limite fazer desaparecer os valores que a constituíram e como consequência afetar negativamente o desenvolvimento local.

Atualmente, observa-se uma pressão econômica sobre as áreas litorâneas relativas à atividade turística que resulta em conflitos, devido à “ausência” de fóruns – espaços de diálogo - que possibilitem a participação equitativa dos diferentes interessados nas áreas, impedindo a construção de um conhecimento e diálogo coletivo que potencie soluções conjuntas e colaborativas. Adicionalmente observa-se conflitos entre níveis de gestão no planejamento das áreas, pela ausência do real conhecimento dos objetivos dessas áreas da parte da população na tomada de decisão ou ainda pela ausência de um planejamento integrado e manejo adequado na gestão do território pelo poder público que se utilize de instrumentos de controle, capazes de prevenir consequências negativas da expansão da função turística e de maximizar os esperados resultados positivos.

Referências

AMATI, C. (2013). “We all voted for it”: experiences of participation in community-based ecotourism from the foothills of Mt Kilimanjaro. *Journal of Eastern African Studies*, 7(4), 650–670. <http://doi.org/10.1080/17531055.2013.841023>

BRASIL. LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC

BRASIL. Ministério do Turismo. <http://www.turismo.gov.br/>. Acesso em 09/01/2016

BUCKLEY, R. (2000). Neat Trends: Current Issues in Nature, Eco- and Adventure Tourism. *International Journal of Tourism Research*, 2, 437–444.

COELHO, M. R. (2011). *Governância Colaborativa e Gestão de Áreas Marinhas Protegidas: Contributo para um modelo de governância colaborativa para o Parque Marinho Professor Luiz Saldanha*. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

DE GROOT, R. S., WILSON, M. A., & BOUMANS, R. M. J. (2002). A typology for the classification, description and valuation of ecosystem functions, goods and services. *Ecological Economics*, 41, 393–408. [http://doi.org/10.1016/S0921-8009\(02\)00089-7](http://doi.org/10.1016/S0921-8009(02)00089-7)

FERREIRA, J., SALVADOR, R., & LÚCIO, J. (2010). *Sustainable tourism clusters: the case of Alentejo's natural parks*. In Bucks New University and Technological Educational Institute of Crete (Ed.), (pp. 1–33).

GENELETTI, D., & VAN DUREN, I. (2008). Protected area zoning for conservation and use: A combination of spatial multicriteria and multiobjective evaluation. *Landscape and Urban Planning*, 85, 97–110. <http://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2007.10.004>

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2015). *Informação Geral - Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina*. Retrieved December 4, 2015, from <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap/pn/pnsacv/inf-ger>

IMRAN, S., ALAM, K., & BEAUMONT, N. (2014). Environmental orientations and environmental behaviour: Perceptions of protected area tourism stakeholders. *Tourism Management*, 40, 290–299. <http://doi.org/10.1016/j.tourman.2013.07.003>

IUCN - International Union for Conservation of Nature. (2014). *Annual Report*. Gland, Switzerland.

KHAN, A., QUYNH, L. X., CORIJN, E., & CANTERS, F. (2013). *Sustainability in the Coastal Urban Environment: Thematic Profiles of Resources and their Users*. (A. Z. Khan, L. X. Quynh, E. Corijn, & F. Canters, Eds.). Rome: Casa Editrice Università La Sapienza. <http://doi.org/http://dx.doi.org/10.7357/DigiLab-10168>

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. (2004). Intangible Heritage as Metacultural Production. *Museum International*, 56 (221-222), 52–65.

LEITE, N. K.; CORDEIRO, I. D.; SELVA, V. S. F. (2008). Turismo e desenvolvimento sustentável em Fernando de Noronha – Pernambuco-Brasil. Uma análise a partir do consumo da água. *Revista Turismo e Desenvolvimento (RT&D)*, 10 (107 – 121). Universidade de Aveiro.

LIU, W., VOGT, C. A., LUO, J., HE, G., FRANK, K. A., & LIU, J. (2012). Drivers and Socioeconomic Impacts of Tourism Participation in Protected Areas. *PLoS ONE*, 7(4), 1–14. <http://doi.org/10.1371/journal.pone.0035420>

MELEDDU, M. (2013). Tourism, Residents' Welfare and Economic Choice: a Literature Review. *Journal of Economic Surveys*, 00(0), 1–24. <http://doi.org/10.1111/joes.12013>

MEA - Millennium Ecosystem Assessment. (2005). *Ecosystems and Human Well-being: Biodiversity Synthesis (Millennium Assessments)*. (R. T. Watson, T. Rosswall, A. Steiner, K. Töpfer, S. Arico, & P. Bridgewater, Eds.). World Resources Institute. Washington DC: World Resources Institute. Retrieved from <http://www.who.int/entity/globalchange/ecosystems/ecosys.pdf>

MORGERA, E., & TSIOUMANI, E. (2010). The Evolution of Benefit Sharing: Linking Biodiversity and Community Livelihoods. *RECIEL - Review of European Community & International Environmental Law*, 19(2), 150–173.

NUNES, P. A. L. D. (2002). Measuring the economic benefits of protecting the Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina from commercial tourism development: results from a contingent valuation survey. *Portuguese Economic Journal*, 1, 71–87. <http://doi.org/10.1007/s10258-001-0002-8>

PERNAMBUCO (2001). Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Turismo – SETUR. Unidade Executora Estadual do PRODETUR – UEE/PE. Área de Proteção Ambiental de Guadalupe . ENCARTE 2 - ANÁLISE REGIONAL.

PLIENINGER, T., DIJKS, S., OTEROS-ROZAS, E., & BIELING, C. (2013). Assessing, mapping, and quantifying cultural ecosystem services at community level. *Land Use Policy*, 33, 118–129. <http://doi.org/10.1016/j.landusepol.2012.12.013>

SELVA, V. S. F. (2014) *Contributo à governância no ordenamento do turismo em ambientes insulares*. Anais do XIII do Encontro Nacional de Turismo de Base Local. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais.

SELVA, V. S. F. (2012). Área de Proteção Ambiental de Guadalupe: de ambiente natural a Espaço do turismo. *Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã*, v.5, n.1, Nov, dez 2011, jan, fev, mar-Abr.

SMITH, L. M., CASE, J. L., HARWELL, L. C., SMITH, H. M., & SUMMERS, J. K. (2013). Development of Relative Importance Values as Contribution Weights for Evaluating Human Wellbeing: An Ecosystem Services Example. *Human Ecology*, 41(4), 631–641. <http://doi.org/10.1007/s10745-013-9597-5>

TENGBERG, A., FREDHOLM, S., ELIASSON, I., KNEZ, I., SALTZMAN, K., & WETTERBERG, O. (2012). Cultural ecosystem services provided by landscapes: Assessment of heritage values and identity. *Ecosystem Services*, 2, 14–26. <http://doi.org/10.1016/j.ecoser.2012.07.006>

TURISMO DE PORTUGAL. (2013). *Plano Estratégico Nacional do Turismo - Revisão e Objetivos 2013-2015*. Lisboa.

VASCONCELOS, L., CASER, U., PEREIRA, M. J. R., GONÇALVES, G., & SÁ, R. (2012). MARGOV – Building social sustainability. *Journal of Coastal Conservation*, 16(4), 523–530. <http://doi.org/10.1007/s11852-012-0189-0>

VASCONCELOS, L., RAMOS PEREIRA, M. J., CASER, U., GONÇALVES, G., SILVA, F., & SÁ, R. (2013). MARGOV – Setting the ground for the governance of marine protected areas. *Ocean & Coastal Management*, 72, 46–53. <http://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2011.07.006>

TURISMO RURAL COMUNITARIO, DESARROLLO SOSTENIBLE Y PATRIMONIO BIOCULTURAL EN LA ISLA DE CHIRA, GOLFO DE NICOYA, COSTA RICA.

*Carlos Cruz Chaves
Giovanni de Farias Seabra*

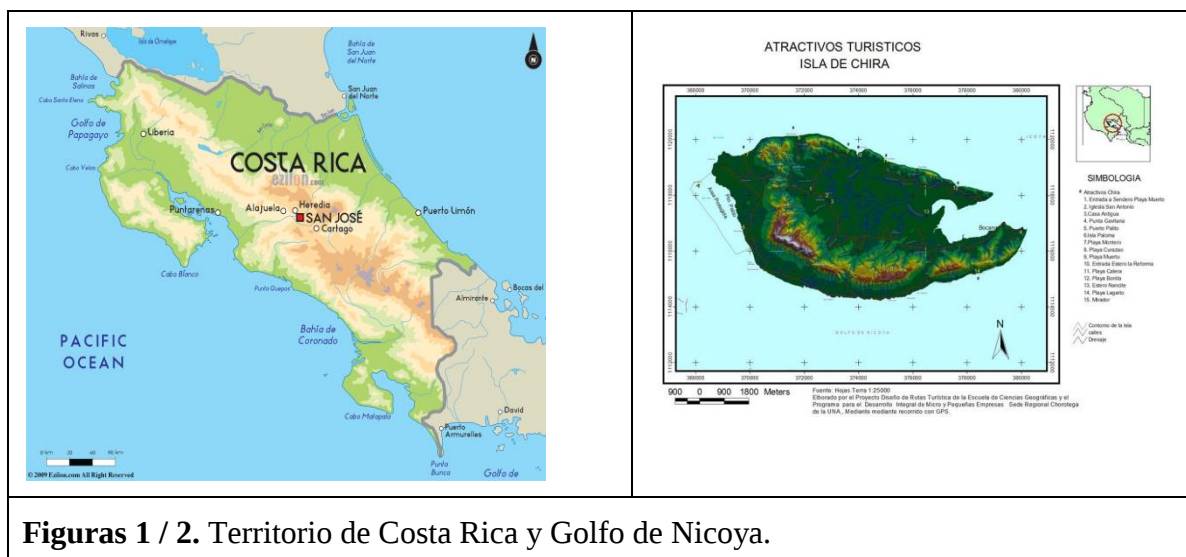
Introducción

En los años 1990 en la sociedad costarricense tuvo lugar la irrupción de megaproyectos turísticos y la cultura de masas, promocionada por marcas comerciales relacionadas con la industria del tabaco y licores. Dicho proceso motivó el mote despectivo de “turismo de enclave” a este tipo de actividades promotoras de insostenibilidad económica, cultural y ambiental. Dos décadas después, la población cercana a los complejos turísticos se vio forzada a aceptar y convivir con el turismo de masa, la mayor de las veces irrespetando los derechos de los habitantes, y también saqueando y destruyendo el patrimonio cultural y natural costarricense. Ante esta situación, desde la resistencia cultural, al impacto de semejante modelo de turismo depredador, se incursiona en un turismo “alternativo” de base comunitaria como será expuesto en este texto.

Por lo presupuesto presentamos los conceptos de Turismo Rural Comunitario, Desarrollo y Biocultura como una unidad que proporciona empleos para la mano de obra local y promueve emprendimientos en los habitantes de las comunidades de la Isla de Chira en el Golfo de Nicoya, Costa Rica, América Central.

El turismo, como cualquier otra actividad económica, puede contribuir al desarrollo de una región o generar impactos altamente negativos. Todo depende del modelo aplicado y de su gestión, por lo tanto tomaremos como referente teórico y para anteponerlo al modelo de despojo de los recursos naturales, que caracteriza a los megaproyectos, al Turismo Rural Comunitario (TRC) entendido como aquel “...tipo de turismo de pequeño formato, establecido en zonas rurales y en el que la población local, a través de sus estructuras organizativas, ejerce un papel significativo en su diseño, control, desarrollo y gestión” (CANADA, 2009, p. 12). El TRC se fundamenta en la propiedad y control de las familias campesinas e indígenas organizadas sobre la actividad turística.

En agosto de 2010 se inició una investigación sobre la historia local de las comunidades en Isla de Chira, con el objetivo de contribuir al fortalecimiento de las identidades locales, ante el embate de la cultura de masas y la necesidad de los pobladores de Chira de fortalecer y conocer las raíces histórico-culturales para incorporarse a la actividad turística. Ante la necesidad del reconocimiento del patrimonio cultural y natural se organizaron talleres, entrevistas y visitas de campo con el objetivo de aplicar la metodología de la historia local con fines de comprender el estadio actual de desarrollo socioeconómico de la comunidad.



Figuras 1 / 2. Territorio de Costa Rica y Golfo de Nicoya.

Bases Teóricas y Conceptuales

En año de 2009 en Costa Rica se aprobó la Ley para el Fomento del Turismo Rural Comunitario (expediente 16.879) como resultado de la incidencia política de las estructuras organizativas de turismo en comunidades rurales. Esta ley obliga al Instituto Costarricense de Turismo (ICT), al Instituto Nacional de Aprendizaje, al Instituto Mixto de Ayuda Social, al Sistema Nacional de Radio y Televisión, al Instituto de Fomento Cooperativo, a los municipios y a la Banca de Desarrollo a instituir los mecanismos para fomentar este modelo de desarrollo turístico.

La relación entre turismo y desarrollo es muy compleja. Históricamente el turismo ha tendido a provocar más problemas que soluciones, primero en los ecosistemas y luego entre los sectores de población con más problemas de inequidad. Según Cañada (2009) también se genera un conflicto social en torno al turismo por el acceso y uso de los recursos naturales, económicos y humanos, por la concentración de los beneficios y por la distribución de las externalidades negativas que genera. De lo que se trata es de generar organización social capaz de incidir en el conjunto del sector y transformarlo con criterios de sostenibilidad social, económica, cultural y ecológica. En este contexto el Turismo Rural Comunitario (TRC) surge como una de las mejores estrategias para asegurar la apropiación de la actividad turística por parte de las comunidades campesinas, indígenas y pesqueras, ayudando a reforzar los instrumentos de organización colectiva. Además, el TRC se dirige a los sectores más desfavorecidos de la sociedad, posibilita a la distribución equitativa de los beneficios y establece sinergias con otras políticas de desarrollo.

Cuando el nivel de conflictividad es deflagrado, con la expansión del turismo masivo, generando impactos destructivos, puede haber una reacción de la comunidad desposeída, y también de otros actores involucrados que tratan de poner un freno, un mecanismo de regulación, ante los abusos cometidos por la actividad turística.

Otro nivel de conflicto aparece cuando la presión impuesta por la industria turística para desregular las legislaciones y las políticas nacionales. Frente a este modelo de desarrollo turístico es necesaria una doble actuación: fortalecer las resistencias y desarrollar y sostener otro modelo turístico de carácter endógeno, basado en la economía popular, y construido sobre la base de una alianza entre las iniciativas comunitarias y el pequeño y mediano empresario local, y poderes públicos al servicio de la gran mayoría de la población (CAÑADA, 2006). En este contexto, en 2000, apareció en Brasil el proyecto

de Turismo Sertanejo que es una forma de turismo comunitario, basado en el paisaje natural, el patrimonio cultural y el desarrollo social y económico de los Sertões de Brasil (SEABRA, 2007). El sertão comprende las tierras del interior, o seja, las tierras continentales lejanas del mar. Sin embargo, la explotación de la actividad turística conlleva puntos de contradicción intraempresarial, generando el desplazamiento del pequeño y mediano empresario frente al gran capital turístico nacional, regional o internacional (CAÑADA, op. Cit.). Grandes operadoras ofrecen a la clase media paquetes con todo incluido dejando sin clientes a micro y pequeñas empresas turísticas (MIPYMES). Otra conflictividad es resultado de las condiciones de precarización de la vida y del trabajo de las personas que se involucran en la actividad turística.

Desarrollo Sostenible del Turismo

En la Conferencia de San Francisco en 1945, que dio origen a la Organización de Naciones Unidas (ONU) el concepto “desarrollo” fue impuesto como paradigma de progreso y modernización con el fin de impulsar el neoliberalismo en la economía, las finanzas y el comercio internacionales. Sin embargo, reducir el problema del desarrollo al crecimiento económico ha llevado al planeta enfrentar problemas muy difíciles de resolver. Entre ellos la crisis ecológica que la comunidad científica mundial anunció en la reunión de Estocolmo, celebrada en 1972.

En la década siguiente el concepto de desarrollo sostenible se “globalizó” al ser inducido desde los foros internacionales y la academia. Se formuló por primera vez en 1987, en el Informe Brundtland de la Comisión Mundial para el Medio Ambiente, del cual se extrae la siguiente definición: *“Desarrollo sostenible es aquel que atiende a las necesidades de las generaciones presentes sin comprometer las necesidades de las futuras generaciones”* (BRUNDTLAND, 1987). Cabe decir que éste concepto toma en cuenta las causas de la insostenibilidad ambiental y de injusticia social que el modelo de desarrollo socioeconómico; capitalista-desarrollista-consumista-neoliberal, desencadenó en la sociedad y en el entorno biofísico. En el siglo XXI el neoliberalismo continúa sin satisfacer las necesidades vitales (alimentación, vivienda y empleo) de la mayoría de la población mundial.

El móvil no es internalizar las condiciones ecológicas de la producción, sino proclamar el crecimiento económico como un proceso sostenible, basado en los mecanismos del libre mercado como medio eficaz para asegurar el equilibrio ecológico y la igualdad social. Es ante esta coyuntura que se plantea la biocultura de los habitantes de la Isla de Chira como un recurso para la organización social y la producción para la sobrevivencia.

La Biocultura como Interacción Sociedad-Naturaleza

En su proceso de producción y reproducción algunas sociedades humanas establecen una relación con la naturaleza basada en la reciprocidad y el respeto que podemos definirla como biocultural. Para el análisis de los aspectos bioculturales que hemos detectado en la Isla de Chira nos hemos apoyado en Toledo (1996:1-2), que hace referencia a “... seis dimensiones del desarrollo comunitario sustentable (toma de control territorial, ecológica, cultural, social, económica y política)”. Esas seis dimensiones deben integrarse en un proceso para “...conformar un verdadero desarrollo comunitario sustentable, entendido como un proceso endógeno de control de los aspectos que determinan y afectan a la comunidad, que solo se logra en la medida en que los miembros de la comunidad adquieran, acrecientan y consolidan una conciencia comunitaria”, realizando acciones que

permiten un uso y manejo de los ecosistemas con sistemas de producción en armonía con el ambiente (TOLEDO, op. Cit).

Estas dimensiones en cuestión que se examinarán para el caso de la Isla de Chirra.

Historia Evolutiva del Golfo de Nicoya

La explicación científica al proceso de formación del Golfo de Nicoya debe abordarse desde la Teoría de la Tectónica Global, cuya hipótesis, fue planteada en 1910 por el geólogo Alfred L. Wegener (1880-1930). Wegener propuso una teoría sobre la movilidad de la corteza terrestre, a partir de la idea de la existencia de un único continente ancestral (Pangea) que se fragmentó en varias partes, formándose varios océanos, a partir del único inicial, Panthalassa. Dichas placas se mueven de forma independiente, con velocidades de hasta varios centímetros al año, trasladando sobre ellas a las masas continentales y cambiando continuamente la configuración de la superficie terrestre.

Las placas tectónicas Coco y Caribe son las que actúan directamente sobre el territorio de Costa Rica, y el país está sobre la placa Caribe. Presentan una gran actividad; chocan, se deslizan, se alejan y se sumergen a velocidades variables pero lentas, en Costa Rica es de 9 a 10 cm por año (MÉNDEZ y MONGE, 2010). Cuando ambas placas se mueven, la placa más densa y pesada (Coco) se desliza por debajo de la más liviana (Caribe), la cual, elevándose, origina la Península y el Golfo de Nicoya.

Las rocas más antiguas de Costa Rica (periodos Jurásico –Cretácico, 200-65 millones de años, antes del presente) subieron junto con el magma o se formaron por acreción de materiales rocosos que se adhieren a la placa Caribe, durante la subducción. Esto se puede ver en las penínsulas de Nicoya y Santa Elena en Guanacaste (MÉNDEZ, 2010). Entonces el sur de Nicaragua, los territorios en su totalidad de Costa Rica y el norte de Panamá no habían emergido del fondo oceánico, existiendo un canal interoceánico entre las dos masas continentales. A través del levantamiento del fondo marino por el efecto del choque de las dichas placas, se produjo la emersión de una serie de islas entre la masa continental del norte y la masa continental del sur, siendo una de las primeras “islas” en emerger la Península de Nicoya.

La Costa Rica continental creció no solo por levantamiento, sino porque el fondo del mar se iba rellenando con materiales erosionados de las montañas, lo cual llevaría al cierre y formación del istmo centroamericano. Esto propicia el paso de organismos terrestres entre el sur y el norte, también se aislaron especies marinas parecidas (hermanas) del Pacífico y el Caribe mesoamericano (MÉNDEZ 2010). A modo de ejemplo, podemos citar el hecho de que el lago de Nicaragua contiene tiburones de agua dulce lo que demuestra que al formarse el Istmo se quedaron atrapados en este cuerpo de agua. De tal manera en estos largos 200 millones de años de historia geológica de Costa Rica se formó la Península y el Golfo de Nicoya.

Las dimensiones del Golfo de Nicoya son de 34 km de ancho en la entrada del océano Pacífico, y 13 km en la cabecera, donde se ubica la Isla de Chirra, con área total de 1 340 km² (BLANCO, et al: 47).

El Golfo de Nicoya se clasifica como un estuario porque constituye un cuerpo de agua costero, semicerrado, tiene conexión libre con el mar abierto, en el cual el agua salada es diluida por el agua dulce proveniente de los ríos que drenan la zona continental (BLANCO, et al: 23). Está rodeado por “estuarios secundarios”: manglares, desembocaduras de ríos, las cuencas del Tempisque, Grande de Térrones y Morote, entre otras, lagunas de rebalse, tierras inundables y las serranías que lo hacen excepcional. Este

estuario es de suma importancia biológica, social y cultural. La parte interna está constituida por variados ecosistemas acuáticos, litorales y terrestres, dando como resultado la formación de manglares de poca profundidad (10 metros promedio), lagunas de inundación, playas y acantilados. Es el estuario marino más rico en biodiversidad de la costa del pacífico continental. Sin embargo, está sufriendo un proceso de sedimentación y contaminación a través del sistema fluvial compuesto por las cuencas hidrográficas que le tributan sus aguas.

Los bosques de mangle abundan en el interior de golfo extendiéndose en forma de largas y densas bandas, protegidos del oleaje, con avifauna abundante, reptiles y mamíferos, sin embargo, amenazados por el embate de la ganadería y agroindustria que exigen su tala, junto al cultivo de camarón y la producción de sal. El bosque tropical seco es el característico de tierra firme, el cual ha sido intervenido y deforestado por la explotación maderera, ganadera y agroindustrial.

En un largo proceso de evolución geológica se conformó un puente natural que hoy lo conocemos como el Istmo Centroamericano, en el cual contamos con la formación de la cuenca del Golfo de Nicoya. Dicha evolución ha creado condiciones ecológicas ideales a que se forme un entorno biofísico en el cual la flora y la fauna, así como las culturas, transiten de norte a sur y viceversa imprimiéndole una mayor importancia al Istmo como puente biológico y cultural, así como en el lugar de origen de las sociedades ancestrales costarricenses.

La Península y el Golfo de Nicoya conforman la vertiente del Pacífico norte de Costa Rica. Las serranías en el sur de la Península presentan mayor humedad y cantidad de lluvias al estar expuestas a los “nortes” que soplan desde el Golfo durante diciembre y enero. En general el clima es estacional. A partir de la segunda semana de noviembre da inicio la transición a la estación seca y esta se extiende hasta la primera mitad de mayo, cuando inicia la estación lluviosa (precipitación de 1500 mm). Asimismo, el clima está determinado por el bosque seco tropical deciduo, el cual se desprende de las hojas durante la estación seca y bosque húmedo premontano transición a basal en la parte alta (a partir de los 500 msnm) con una precipitación de 2 500 mm anuales. El sistema fluvial del Golfo recoge las aguas de una serie de cuencas, que se pueden asociar a 5 áreas principales, llamadas Morote, Tempisque, Abangares, Esparza y Valle Central Occidental. Es en esta bioregión que sus habitantes sueñan y reconstruyen el entorno biofísico produciendo y reproduciendo sus resistencias e identidades.



Figura 3. Puerto Montero, Isla de Chira, golfo de Nicoya.

Fuente: Giovanni Seabra 16.04.15

Desarrollo y Colapso del Patrimonio Biocultural en Nicoya

Sociobiodiversidad o patrimonio biocultural é a relação harmônica entre a diversidade de espécies animais e vegetais com a diversidade social, de modo a preservar os bens naturais e o legado cultural. La relación intrínseca naturaleza-sociedad gestada por los pueblos ancestrales durante milenios bien puede definirse como biocultura: “... donde la organización social, las prácticas productivas, la religión, la espiritualidad, y la palabra integran un ethos que define sus estilos propios de vida”(FERNÁNDEZ. 2004: 47), por lo que este concepto es el que servirá de fundamento explicativo e interpretativo de esta reflexión.

Para muestra tenemos que “...del 500 aC al 300 dC, se intensificó la agricultura y la gente estaba ubicada en sitios interiores y costeros de la Península de Nicoya, en zonas asociadas a alta fertilidad, desarrollando prácticas agrícolas, agroforestales, caza y pesca”(IBARRA 2014: 16-17). Sitios habitacionales en valles aluviales con control territorial y mejoramiento tecnológico, patrones funerarios con utilización de cerros y partes altas, con vista a fuentes de agua, para los enterramientos, las técnicas decorativas y los motivos representados en la cerámica agroalfarera permiten relacionar estas características culturales con las tradiciones de Mesoamérica, norte de Sudamérica y Panamá (CORRALES, 2005).

En nuestro contexto, la pesca, la recolección, la agricultura y el aumento de la población en la Isla de Chira y la costa del Golfo, los valles internos y en el interior de la Península de Nicoya en período 2000 a.C. - 1500 d.C., fue organizada alrededor de la “triada ecológica”, o cultivos asociados, como el maíz, frijoles y ayotes, además, del algodón, cacao, tabaco, zapotes, níspero y pita (FERRERO, 1987). Estas prácticas de bajo impacto ambiental hay consolidado una relación sociedad-naturaleza basada en la reciprocidad y respeto que la cultura inmaterial a través de los mitos y leyendas nos la hace llegar hasta nuestros días.

A nivel local hay que tener en cuenta que se desarrolló un intenso sistema de intercambio entre los grupos isleños y los habitantes de la costa del Golfo, con los pueblos

que habitaban la Península de Nicoya y los habitantes de la región que hoy conocemos como el Valle Central de Costa Rica. Este intercambio se basó, según las crónicas y cartas de relaciónen el comercio de la sal, las perlas, el hilo teñido de púrpura por el molusco *múrice* (*murisadae*), concha de tortuga y otras mercancías que se intercambiaban por los productos a los que no se tenía acceso (MELÉNDEZ, 1977).

Desde 1519 en el Golfo de Nicoya y la Isla de Chira se ha gestado la pérdida del patrimonio biocultural através de un proceso de aculturación y transculturación que llevó al exterminio de los habitantes autóctonos, para posteriormente ser repoblados, hasta la actualidad, en un proceso de mestizaje cultural con indígenas capturados en otras zonas del país, campesinos y pescadores nacionales, inversionistas extranjeros y el cristianismo católico y protestante. Entre los impactos ecológicostenemos el desarrollo de sistemas productivos agrícolas, ganadería, pesca y cultivo de camarón, agroindustriay la introducción de especies exóticas: plantas, animales y peces (CRUZ: 2011).

La Isla de Chira es el distrito 13 de la provincia de Puntarenas, Costa Rica, se localiza 10°06'26" lat.N. y 85°09'38" Long. W., con altitud mediana de 15 msnm. El territorio mide 43 Km² y tiene una población de 3 mil habitantes que viven en los pobladosdePuerto Palito, Puerto Coloradito, San Antonio, Montero, Pochote, Jícaro, Pilas y Bocana (COSTA RICA: Leyes, 2008). Cabe mencionarque a cerca de 230 familias dependen directamente de la pesca. Registros históricos citan que el desarrollo logrado por la sociedad chireña, al momento de la invasión española, era basadaen la agricultura y la pesca. Dicha sociedad debe ser lo suficientemente productiva para dedicar esfuerzo y tiempo a perfeccionar la producción de los utensilios o vajilla usada para el consumo de los alimentos que provenían, también, de la caza.

La pesca en el Golfo de Nicoya y la Isla de Chira se concibe como patrimonio biocultural por el acervo de conocimientos que históricamente se han transmitido de generación en generación, aprendiendo mediante la oralidad o la observación, lo que permite concebir a la pesca artesanal como una expresión popular de la cultura local.

La población de Chira era muy dispersa, existían unas cuantas casas con distancias bastante considerables una de la otra. Poco a poco estos primeros pobladores de la isla se fueron asentando progresivamente hasta formar las comunidades de Bocana, Jícaro, San Antonio, Pochote, Montero y Palito. Los habitantes de la isla, se trasladaban en botes de remo y de vela a realizar las compras de productos básicos en Puntarenas, Manzanillo, San Pablo, Jicaral, Nandayure y Colorado de Abangares (CRUZ, op. cit).

En la década de 1980 se produjo un cambio tecnológico y cultural en la Isla de Chira, motivado por los Programas de Ajuste Estructural, con la introducción y uso masivo del trasmallo, las rastras, los motores fuera de borda y las pangas construidas de fibra de vidrio. Los pescadores de la Isla, que capturaban lo necesario paravivir, pasaron de la pesca de autoconsumo a la comercial, ante lo cual implementan la depredación de todos recursos marinos del entorno isleño. El uso del trasmallo y la rastra ante la carencia de fiscalización estatal, junto ala contaminación por sedimentos que proviene de los valles del Tempisque y del Moroteha producido un impacto ecológico reflejado en la cantidad y tamaño de las capturas, así como, la pobreza socio-económica que estimula la migración de los habitantes de la Isla de Chira y el Golfo de Nicoya.

Sin embargo, podemos inferir que el sistema biocultural es entendido como un proceso de apropiación integral teórico y práctico, implementado por los indígenas, campesinos y pescadores. En este caso, son los pescadores en Isla de Chira, aplicado a los ecosistemas boscoso y marino costero, teniendo implícita la observación (participante y explicativa), y la propuesta de acciones de eficiencia ecológica y económica (conservación

del bosque tropical y del arrecife marino), y de especies de moluscos como el caracol Murice, hoy extinto en el golfo de Nicoya, y la implementación de tecnología (cuerda, anzuelos, carnada viva, botes con vela y/o motor hoy día). A partir de estas prácticas los núcleos familiares sacan provecho de su patrimonio biocultural.

Rescate del Patrimonio Biocultural en Asociación de Pescadores Cuerderos de Palito(APCP)

La organización y el empoderamiento de los grupos excluidos socialmente son mecanismos eficaces para el desarrollo económico de Turismo Comunitario de base local. Um ejemplo exitoso de la organización comunitaria a través del rescate biocultural de la *Asociación de Pescadores Cuerderos de Palito(APCP)*, que es una agrupación de pescadores cuerderos que con su práctica de pesca logran la conservación y preservación del bosque marino y su diversidad biológica. Los resultados positivos se reflejan en la captura de la pesca cotidiana, logrando la sostenibilidad de la actividad pesquera, través de la conservación del arrecife Palito, como una fuente permanente de pesca.

El arrecife de Palito es considerado uno de los más importantes en la Isla de Chira, por la cría de especies comerciales. Es por este motivo que desde 1995 se emitió un decreto que prohíbe distintas formas de pesca diferentes a la realizada con el anzuelo. Cuarenta familias que habitan en Puerto Palito y desarrollan actividades de pesca a la cuerda, junto a otras familias de la isla se benefician de la conservación del arrecife pescando fuera del área lo que se reproduce en ella.

La APCP, desde el año 2003 se conformó con los pescadores organizados con el propósito de proteger el arrecife que es una zona de producción y reproducción de la biodiversidad y pesca para su subsistencia. Es una de las áreas de producción más importantes en Isla de Chira, donde se crían especies de importancia comercial como el camarón, la corvina, pargo, la chucheca y la piangua, que son la fuente alimenticia y económica más importante para las familias de Puerto Palito.

Es por estas razones que la APCP, ejecutó de febrero de 2004 a diciembre de 2005, el proyecto “Pescadores a la Cuerda Protegiendo el Arrecife de Palito en Isla de Chira”. El objetivo general del proyecto es el de proteger la biodiversidad marina del Golfo de Nicoya mediante la conservación y preservación del arrecife de Palito con el uso de técnicas de pesca amigables con el ambiente. Desde febrero de 2010, en el marco del PIMYPIMES, se implementa el proyecto Fortalecimiento de la Oferta Local a través de las Buenas Prácticas de Sustentabilidad Turística, con la finalidad de acompañar y facilitar el empoderamiento del turismo rural contribuyendo a preservar el patrimonio biocultural de la APCP.

Hay que rescatar el hecho de que la APCP quiere emular su experiencia a todo el territorio marino-costero de la isla y el golfo de Nicoya, ya que su esfuerzo da resultados socio-económicos atractivos y ha fortalecido la conciencia ambiental de los socios y habitantes de Isla de Chira.

Están en fases de ejecución el Proyecto de Cultivo de Ostras, Construcción de un Centro de Acopio y Refrigeración, una Soda (comedor popular) y un Restaurante Flotante para turistas en área de conservación, bajo administración de un grupo de 10 mujeres de Puerto Palito, Educación Ambiental, Manejo de Residuos Sólidos y Fortalecimiento del Turismo Rural Comunitario(CRUZ, et al).

Otras asociaciones comunitarias están involucradas con proyectos bioculturales, como las mujeres artesanas y que trabajan con cultivos para recuperación de los manglares en Puerto Montero.



Figuras 4 / 5. Asociación de artesanas de Isla de Chira.

Fuente: Giovanni Seabra 16.04.15

Estos proyectos vinculados con otras actividades económicas sustentables, como el Turismo Rural Comunitario ofrecen a los pobladores opciones de ingresos con responsabilidad ambiental.



Figuras 6 / 7. Proyecto Recuperación de Manglares de Isla de Chira.

Fuente: Giovanni Seabra 16.04.15

Conclusiones

La importancia natural y cultural de la bioregión en estudio es profunda en el tiempo y la cultura. Durante millones de años en el Golfo de Nicoya se reproduce la diversidad marina a través del desove en las raíces de los bosques de mangle y sus aguas salobres, dirigiéndose con el flujo y reflujo de las mareas una vez desarrollados a convertirse en adultos en el océano mundial y de forma biocíclica retornar siempre al estuario marino donde se reproducen de forma continua. Es en este entorno biofísico que los seres humanos se han ecoadaptado y los integrantes de la ASOPECUPACHI son un ejemplo de resistencia apropiándose del patrimonio biocultural.

Una situación de incertidumbre es que desde la década de 1970 en que el Instituto Costarricense de Turismo (ICT), decretó a las Islas del Golfo de Nicoya como territorios

de aptitud turística, bajo la Ley 6043. Asimismo, la implementación del Tratado de Libre Comercio con EE.UU., lo cual crea la amenaza inminente del establecimiento de megaproyectos turísticos y otras amenazas reales que presentan los proyectos de ley que buscan privatizar las tierras del estado y aprobar planes reguladores sin la participación comunitaria, práctica frecuentemente denunciada en la Zona Marítimo Terrestre de Costa Rica.

El Turismo Rural Comunitario es una actividad inclusiva que puede romper con el ciclo extractivo y expoliador instaurado hace más que 523 años que ha caracterizado la historia de América Latina. Asimismo, es imperativo reconstruir la historia de las comunidades para comprender que *“el desarrollo de una localidad está en función de los ejes históricos de una sociedad. Así, pues se ha de considerar la historia local en el contexto nacional e internacional”* (ENRIQUEZ, 2004:16). Tomando como objeto de estudio su sistema biocultural, conocimiento de las técnicas de producción y consumo, las fuentes escritas y orales, su recopilación e interpretación, ese ejercicio supone el fortalecimiento del conocimiento histórico-cultural y de las identidades culturales, lo que a su vez se convierte en un insumo importante en las zonas rurales para consolidar el liderazgo organizacional, la capacidad de incidencia, de construcción y planificación de su futuro con propuestas endógenas que generen un desarrollo humano integral. Una gestión democrática, participativa y no representativa, debe de empezar por facilitar la participación pública para compartir el diagnóstico sobre el problema a resolver y construir conjuntamente las alternativas de solución. Entender el problema nos permite proponer soluciones, pero la toma de decisiones en este tipo de problemas no es ajena a la política, ante lo cual el debate público y otros procedimientos participativos deben de vincular a los actores sociales y a las personas. De lo contrario, las decisiones políticas se transforman en decisiones unilaterales, con argumentos falaces y beneficiando a determinados intereses sin resolver adecuadamente el problema. En el caso del agua es la excusa perfecta para construir costosas e innecesarias obras públicas que solo benefician a los megaproyectos, a las grandes constructoras y a determinados grupos de poder lo cual no contribuye al desarrollo humano.

El enclave turístico representado en el turismo residencial y los megaproyectos turísticos con la crisis que se inició en el 2008, han demostrado que esa “modalidad de turismo” causa y profundiza los problemas socio-ambientales. Sin embargo, el turismo rural comunitario ha contribuido a democratizar el desarrollo turístico en Costa Rica. Fortaleció la estructura organizacional, incide en la promulgación de leyes para el sector, conserva los bosques, no construye colinas de cemento en la zona rural, desarrolla la economía local y reivindica el patrimonio cultural. Solo queda esperar que el TRC en Isla Chirra sea turismo alternativo, con políticas sociales, gestionado por las Comunidades con la mínima participación de las Organizaciones No Gubernamentales.

Referências

BLANCO, Oscar. *La cuenca del golfo de Nicoya*. EUCR: San José, Costa Rica. 1994.

CANADA, Ernest. *Turismo responsable como movimiento social*. Acción por un Turismo Responsable/Fundación Luciérnaga. www.turismo-responsable.org. 2009.

CORRALES ULLOA, Francisco. *Los primeros costarricenses*. Museo Nacional de Costa Rica: San José, Costa Rica. 2005.

COMISIÓN BRUNDTLAND. *Nuestro Futuro Común*. Informe de la Comisión Mundial sobre el Medio ambiente y el Desarrollo. Oxford: Oxford University Press. 1987.

CHANG VARGAS, Giselle. La pesca artesanal puntarenense: reseña de las pesquerías del Golfo de Nicoya. En: *Vínculos: Revista de Antropología del Museo Nacional de Costa Rica*. Volumen 29 (1-2). San José, Costa Rica. 2006.

CHIVELET, Javier. *Cambios climáticos: una aproximación al Sistema Tierra*. Ediciones Mundo Vivo/Libertarias. Madrid, España. 1999.

CRUZ CH., Carlos. *Memoria del Taller: Historia local de la Isla de Chira*. Sede Regional Chorotega. Universidad Nacional de Costa Rica. 2011.

IBARRA ROJAS, Eugenia. *Entre el dominio y la resistencia*. Editorial Universidad de Costa Rica. San José, Costa Rica. 2014.

ENRÍQUEZ SOLANO, Francisco. *Estrategias para estudiar la comunidad donde vivimos*. Editorial UNED: San José, Costa Rica. 2004.

FERRERO ACOSTA, Luis. *Costa Rica precolombina*. Editorial Costa Rica: San José, Costa Rica. 1987.

MATA, Alfonso. *La cuenca del golfo de Nicoya*. Editorial Universidad de Costa Rica: San José, Costa Rica. 1994.

MÉNDEZ ESTRADA, Víctor y MONGE-NÁJERA, Julián. *Costa Rica: historia natural*. EUNED. San José, Costa Rica. 2010.

MELÉNDEZ CHAVERRI, Carlos. *Viajeros por Guanacaste*. Ministerio de Cultura, Juventud y Deportes: San José, Costa Rica. 1974.

MORENO, Nayira. *Isla de Chira tendrá nueva área de pesca responsable*. Costaricahoy.com. Recuperado el 17-04-2010.

QUIRÓS VARGAS, Claudia. *La era de la encomienda*. Editorial Universidad de Costa Rica: San José, Costa Rica. 1990.

FERNÁNDEZ SORIANO, Armando. *América Latina y el Caribe: ética y conflictos ambientales en el nuevo siglo*. EN: Riechmann, Jorge –coordinador. *Ética Ecológica. Propuestas para una reorientación*. Editorial Nordan-Comunidad. Montevideo: Uruguay. 2004.

SEABRA, Giovanni F.. *Turismo Sertanejo*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 2007.

TOLEDO, M. Víctor. *Principios Etnoecológicos para el desarrollo sustentable de comunidades campesinas e indígenas*. Red Latinoamericana y caribeña de Ecología Social. México. 1996.

ZELEDÓN CARTÍN, Elías. *Los viajes de Cockburn y Lièvre por Costa Rica*. EUNED. San José, Costa Rica. 2014.

Comunicación personal con Magdaleno Fernández, don Galeno. Puerto Palito. Enero de 2008.

Comunicación personal con Santos Lezama. Carazo de Copal. Setiembre de 2010.

TURISMO, PATRIMÔNIO E A ATUAÇÃO DO CONDEPHAAT NO ESTADO DE SÃO PAULO

Patrícia Fino
Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz

Introdução

As Estâncias paulistas, diferentemente do que ocorre em outras localidades, são municípios que solicitaram e obtiveram legalmente o direito de utilizar o termo “Estância” anexado ao seu nome e, consequentemente, recebem benefícios do governo do Estado advindos desta condição diferenciada.

O processo jurídico que concede o título aos municípios é formado por etapas pré-determinadas pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE, órgão responsável pela gestão das Estâncias (DADE, sem data).

Uma das etapas fundamentais do processo de transformação de municípios em Estâncias Turísticas é o parecer do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico - CONDEPHAAT⁵⁶, que deverá apresentar um laudo técnico sobre o Patrimônio apresentado pela prefeitura em questão. Este parecer determina se o processo tem condições de seguir para as próximas etapas.

Neste sentido, este texto tem como principal objetivo analisar a atuação e a eficiência do CONDEPHAAT em tais processos no que tange ao Patrimônio, este sendo considerado como componente do turismo no Estado de São Paulo.

Considerando a importância dos Patrimônios, não apenas para o desenvolvimento turístico, mas para toda a sociedade, e que as Estâncias fazem parte de uma das principais políticas públicas de turismo do Estado de São Paulo, propusemos aqui uma investigação com foco nestas políticas que, como veremos no decorrer desta pesquisa demonstram fragilidades, irregularidades e pouca eficácia.

Políticas Públicas e Patrimônio

O Patrimônio, em consonância com sua definição etimológica (herança paterna / bens de família), pode ser considerado como um legado herdado que deve ser preservado e protegido para as futuras gerações. Neste sentido, o Patrimônio é elucubrado como um bem comum à dada sociedade, representando parte de sua memória, identidade, história, e sua relação com o meio ambiente. (ASSUNÇÃO, 2003; BAHL e SOUZA, 2013).

Segundo a Constituição Federal de 1988, Artigo 216, o patrimônio cultural é constituído pelos "bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Neste documento, foi ampliado o conceito de Patrimônio estabelecido anteriormente pelo Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação “Patrimônio Histórico e Artístico” por “Patrimônio Cultural”. Esta alteração, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

⁵⁶ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico.

incorporou o conceito de referência cultural e significou um aprimoramento importante na definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. A Constituição inova, ainda, quando estabelece a parceria entre o poder público e as comunidades para a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro. Mas, mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública (2015, p.1).

Segundo Fuzzi (2010, p.1) dada a importância da preservação dos Patrimônios para a sociedade, o Estado provém “medidas protecionistas, que se fazem por meios de atos e procedimentos que o Poder Público adota com o intuito de preservar, valorizar e revitalizar esses bens”. Com relação as instituições públicas, em nível nacional temos o *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN* e, em nível estadual, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico – CONDEPHAAT, objeto deste estudo.

O CONDEPHAAT do Estado de São Paulo foi criado pela Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968, sendo seu objetivo “identificar, proteger, valorizar o patrimônio histórico, cultural e natural, considerados importantes para a identidade e a memória paulista” (ASSUNÇÃO, 2003, p. 31). Tais finalidades foram reafirmadas pela Constituição do Estado de São Paulo, de 1989, conforme Artigo 261: “Artigo 261 - O Poder Público pesquisará, identificará, protegerá e valorizará o patrimônio cultural paulista, através do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo”. (CONDEPHAAT, 2007).

Neste sentido, o Estado define quais e como os Patrimônios serão preservados, podendo inclusive atribuir, ou proibir, novas funcionalidades aos espaços, independentemente de serem espaços públicos ou privados. No caso específico do turismo, o CONDEPHAAT é responsável por averiguar

os atrativos de uma estância turística, analisando e constatando seu valor dentro do contexto estadual. Assim, esse Conselho pode emitir um parecer favorável transformando um município em estância, após uma verificação minuciosa desses atrativos, elaborando um ‘parecer final’ (OLIVEIRA, 2003, p. 118).

A seguir será apresentado o funcionamento dos processos de transformação de municípios em Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo.

Turismo no Estado de São Paulo

A principal política pública de turismo do Estado de São Paulo relaciona-se às Estâncias, criadas por meio de sua Constituição Estadual de 1967 e definidas por lei complementar de 1971. (Constituição do Estado de São Paulo, 1967 e Lei complementar nº. 10.426 de 08/12/1971, regulamentada pelo decreto nº. 20 de 13/07/1972). Tais Estâncias podem ser classificadas em: hidrominerais, balneárias, climáticas e turísticas, de acordo com a vocação da cada localidade.

As Estâncias paulistas, diferentemente do que ocorre em outras localidades, são municípios que solicitaram e obtiveram legalmente o direito de utilizar o termo “Estância” anexado ao seu nome e, conseqüentemente, recebem benefícios do governo do Estado advindos desta condição diferenciada.

A concessão deste título é obtida por meio de um processo jurídico. O fluxograma representado na Figura 1 permite a visualização das etapas deste processo.

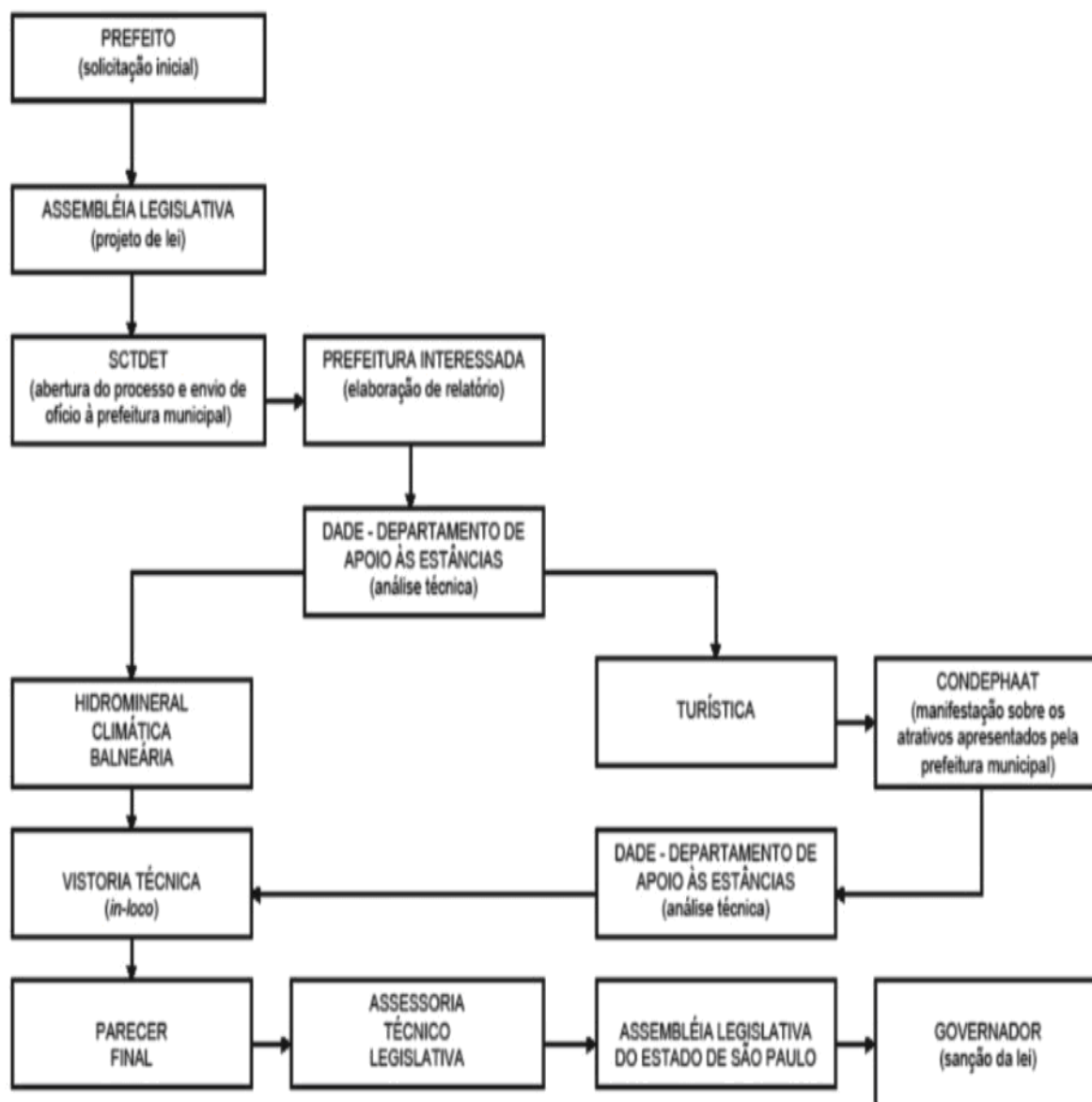


Figura 1. Processo para Classificação de Estância.
Fonte: Manual do DADE, sem data.

Assim, para requerer o título de Estância, existe uma série de providências a serem tomadas. Primeiramente, o prefeito do município interessado deve solicitar à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo que seja elaborado um projeto de lei tratando do assunto. A Assembleia Legislativa encaminha o anteprojeto de lei, após as tramitações burocráticas, à Secretária de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, onde ocorre a abertura do processo. Após essa etapa, a prefeitura interessada deve enviar todos os relatórios solicitados com informações fundamentais sobre as características do município ao DADE que fará uma análise técnica para verificar em qual categoria de Estância o município se enquadra.

No caso específico das Estâncias Turísticas, o relatório será também encaminhado ao CONDEPHAAT que apresentará um parecer quanto aos atrativos com base nos documentos e em visita *in loco*. O órgão auxilia o processo, pois tem as competências relacionadas à proteção do patrimônio paulista. Em caso de parecer favorável, o processo retorna ao DADE para novas análises e vistoria técnica *in loco*.

Para as Estâncias balneárias, climáticas e hidrominerais, o processo é mais curto, não necessitando do parecer do CONDEPHAAT. As análises e vistoria técnica *in loco* são feitas apenas pelo DADE.

Em caso de pareceres favoráveis, independente da categoria de Estância, será elaborado um parecer final para ser enviado à Assessoria Técnico Legislativa. A lei deve ser votada pela Assembleia Legislativa e aprovada com maioria absoluta. Cabe ao governador do Estado sancionar a lei.

Estudo de Caso

Conforme exposto anteriormente, o CONDEPHAAT tem papel fundamental para a concessão, ou não, do título de Estância Turística aos municípios interessados, sendo necessário um parecer positivo acerca dos Patrimônios (e demais itens direta ou indiretamente a eles relacionados) do município requerente para que seja dado andamento ao processo em questão.

Para que fosse possível alcançarmos o objetivo proposto nesta investigação, foi necessário analisar um dos processos que concedeu o título de Estância Turística, selecionando-se o município de Salto/SP.

Salto recebeu o título de Estância Turística em setembro de 1999, após receber pareceres favoráveis em todas as etapas do processo jurídico de transformação, mesmo estes não sendo condizentes com a realidade do município naquele momento. Abaixo serão descritas as etapas que envolveram tal processo.

- **Etapas do Processo de Transformação**

Abaixo apresentaremos a análise do processo 34218 de 06/05/1996, que transformou o município de Salto em Estância Turística.

De acordo com este processo, foram citados pela prefeitura de Salto:

- 1) Os atrativos turísticos do Município, “de natureza histórica, artística ou religiosa, bem como dos recursos naturais e paisagísticos existentes” (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, 1996, p. 10). Sendo eles:

- Cachoeira Salto de Itu (1996, p.11).
- Ponte Pênsil (1996, p.13).
- Concha Acústica (1996, p.15).
- Prédio da Indústria Brasital (1996, p.17).
- Ilha da Eletropaulo (1996, p.19).
- Ilha dos Amores (1996, p.21).
- Cine teatro Municipal Giuseppe Verdi e Museu Municipal (1996, p.23).
- Igreja Matriz de Nossa Senhora do Monte Serrat (1996, p.28).
- Abadia de São Norberto (1996, p.30).
- Cine Clube Anselmo Duarte (1996, p.32).
- Monumento à Padroeira Nossa Senhora do Monte Serrat (1996, p.34).
- Parque das Lavras (1996, p.36).
- Parque Rocha Moutonnée (1996, p.43).
- Fabrica de Papel (1996, p.48).
- Usina de Porto Góes. (1996, p.49)
- Galeria Municipal de Exposições(1996, p.50).

2) “As áreas de lazer e recreação, bem como jardins ou bosques, para passeio público” (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, p. 10, 1996). Sendo elas:

- Parque do Lago(1996, p.77).
- Praça XV de Novembro(1996, p.82).
- Praça XVI de Junho(1996, p.83).
- Calçadão(1996, p.84).
- Praça Antonio Vieira Tavares(1996, p.6).
- Biblioteca Municipal(1996, p.88).
- Shopping Center Salto(1996, p.89).
- Jardim Tropical(1996, p.90).
- Centro Esportivo “João Luiz Guarda” (1996, p.91).
- Ginásio Municipal de Esportes(1996, p.91).
- Estádio Municipal Amadeu Mosca (1996, p.92).
- Conservatório Municipal “Maestro Henrique Castellari” (1996, p.93).
- Igreja de São Benedito e Praça Fronteira (1996, p.95).
- Premio Carlos Pousa de teatro amador (1996, p.97).

No processo que expôs os motivos para que Salto pudesse receber o título de Estância, foi anexado um documento assinado pela engenheira sanitária do município (redigido em papel timbrado da prefeitura local, sem reconhecimento de órgãos oficiais da área), citando-se apenas que a água de abastecimento público local atende aos padrões de potabilidade, contando com 99% de rede de esgoto e que toda a área urbana conta com serviço de coleta de lixo, sendo que o destino final se dá em uma usina de reciclagem ou em um aterro (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, 1998, p. 48).

Quanto ao abastecimento, apesar da água ter sua qualidade avaliada como boa, sua quantidade não atendia todo o município (SEBRAE, 2000, p.69). Desta forma, observava-se que o abastecimento também não era suficiente para atender a população flutuante que visita o município.

Embora Salto tenha coleta de esgoto em sua área urbana, este não era tratado na época da tramitação do processo acima citado, sendo este lançado, *in natura*, no rio Tietê e seus afluentes (SEBRAE, 2000, p.56).

É relevante ressaltar que muitos dos atrativos turísticos de Salto estão localizados próximos aos rios Tietê e Jundiá, o primeiro altamente poluído.

Outro requisito a ser observado refere-se à qualidade do ar, havendo necessidade de comprovação de que sua composição não esteja alterada pela existência de poluentes. Os dados apresentados referiam-se a amostragens do interior paulista, sem especificar Salto, pois ali não existia uma estação de medição. É interessante frisar que este documento foi incorporado ao processo após o parecer final, quando já havia sido considerada a aprovação pelo CONDEPHAAT (p. 201 verso). Além disto, apesar deste documento ser referente ao interior do Estado, Salto, que era na época deste parecer um município predominantemente industrial, muito provavelmente teria índices diferenciados de cidades vizinhas.

O último requisito obrigatório, de acordo com o Manual do DADE, é a informação sobre as unidades hoteleiras, devendo ser indicado o nome do estabelecimento, o número de apartamentos/quartos e o número total de leitos. Exige-se a existência de pelo menos um hotel categoria 3 estrelas para que o município consiga atender a exigência acerca dos meios de hospedagem (DADE, sem data, p.11).

Na ocasião foram citados três hotéis (Central, Moutonnée e Cascata), porém, nenhum deles possuía infraestrutura referente ao padrão de categoria 3 estrelas. Os dados indicavam que havia um hotel em construção nos moldes exigidos.

Na etapa seguinte, o processo foi encaminhado para manifestação do CONDEPHAAT. Perante a deficiência das informações prestadas pela prefeitura, bem como ausência de laudos fornecidos por entidades oficiais, os membros do referido Conselho solicitaram maiores esclarecimentos, citando que tais informações eram “fundamentais” e “indispensáveis” para a emissão do parecer, sendo estas informações solicitadas reiteradamente durante o processo, conforme páginas 130, 132, 137, 138, 140, 141 e 142 (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, 1996).

Seguem, abaixo, os nove itens requisitados pelo CONDEPHAAT à Prefeitura de Salto (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, 1996, p.128) e as respectivas respostas:

“1º) Seja anexado ao processo documentação originada de instituto com responsabilidade sobre a questão, evidenciado, através de indicadores específicos, a qualidade da água utilizada no município;”

Para este item foi anexada uma cópia do último laudo de potabilidade de água de abastecimento do município de Salto emitido pelo instituto Adolfo Lutz. O laudo estava ilegível, não sendo possível analisá-lo.

“2º) A situação do esgoto doméstico bem como industrial da cidade, tratamento, condições em que são lançados nos rios, etc.,”

Nenhum esclarecimento sobre o esgoto doméstico, tratamentos e as condições em que ele é lançado no rio foi fornecido pela Prefeitura Municipal de Salto. Sobre o esgoto industrial foi citado que apenas três estabelecimentos fabris locais tratam seus resíduos antes de lançar na rede pública, porém há relatos que um deles não o faz, conforme citado em matéria do Jornal local (TAPERÁ, 05.jul.2003, capa e p.5).

“3º) Documento informando sobre a situação do lixo municipal (residencial e aquele resultante de atividades econômicas), existência de aterro sanitário, usina de processamento, etc.,”

Em resposta, foi mencionado que todo o lixo residencial e comercial é coletado por empresa especializada contratada pelo município, que os resíduos industriais são coletados por empresa contratada pelas indústrias e que o lixo hospitalar é incinerado no próprio Hospital. Também é citada a existência de um aterro sanitário e de uma usina de reciclagem.

“4º) Anexação de um mapa do município evidenciando a localização dos diferentes aspectos considerados relevantes e indicados como significativos para atividades turísticas bem como as rodovias, ruas, avenidas, etc. de acesso aos mesmos,”

No início do processo foram fornecidos dois mapas: um deles indicando as principais estradas de acesso e outro com a localização e distância entre as principais cidades da região. Porém, o mapa com os dados relativos à localização e acesso dos atrativos não foi anexado ao processo.

“5º) Informe detalhado sobre rede hoteleira (qualidade dos hotéis colocados à disposição em termos de equipamentos e categoria de atendimento), bem como os restaurantes,”

Não foram mencionados restaurantes durante todo o processo. Os esclarecimentos acerca da hotelaria foram falhos e incompletos. No início do processo foram citados os hotéis Central, Moutonnée e Cascata e houve a observação que estava em construção um hotel categoria 3 estrelas, o hotel Porto Seguro.

Após esta solicitação de maiores esclarecimentos sobre os hotéis inicialmente citados, foram anexados ao processo informações sobre o Hotel Kaskata (e não mais “Cascata”), Palmeiras Imperiais e Porto Seguro. As informações foram dispostas de maneira confusa e incompleta.

“6º) Áreas para lazer como jardins ou bosques e toda a infraestrutura neles disponíveis tais como: estacionamento para veículos (carros e ônibus) e capacidade de suportaçoão, áreas para alimentação, descanso, disponibilidade de água potável, serviços sanitários, etc.”.

Os esclarecimentos referentes a este item foram feitos de forma desorganizada e sem grande parte das informações solicitadas.

Apenas sete pontos foram informados, misturando os “atrativos turísticos” com as “áreas de lazer” (somados totalizavam trinta itens conforme informação fornecida

inicialmente pela própria prefeitura). Neste esclarecimento deveriam constar seis informações sobre cada área de lazer (á saber: estacionamento e capacidade, áreas para alimentação, descanso, água potável e sanitário). Apenas o item “sanitário” constou em todos os esclarecimentos, seguido do item estacionamento que constou em cinco dos sete pontos citados. A área de alimentação foi mencionada em apenas três pontos. Os demais itens não foram citados.

“7º) Informes sobre a situação quanto a atual frequência de turistas no município, quantidades mesmo que aproximadas, destinos específicos dentro do município, e permanência;”

O município informou que Salto recebia, aproximadamente, 80 ônibus por mês durante a semana e 160 ônibus por mês nos finais de semana, totalizando 10 mil visitantes mensais. Entretanto, não houve esclarecimento sobre o procedimento metodológico utilizado para se chegar a estes números, tampouco foram informados os destinos e a permanência.

“8º) Apreciação circunstanciada sobre a questão: volume de indústrias, 190 arroladas no processo e os problemas de localização, circulação e ambientais delas decorrentes (ar, água, solo, paisagens etc.);”

Nenhuma informação foi fornecida sobre este assunto, embora Salto fosse considerado um município industrial na época. Segundo Oliveira, este fato já descaracteriza, em parte, uma Estância. (2003).

“9º) Informes sobre todos os pontos considerados turísticos localizados junto ao rio Tietê o qual, apresenta elevados níveis de poluição.”

Nenhuma consideração sobre esta questão foi apresentada.

Mesmo com a ausência de várias informações consideradas fundamentais para a elevação do Município à Estância Turística, os dois pareceres emitidos pelo CONDEPHAAT foram positivos à concessão do título de Estância Turística ao município de Salto.

Após o processo tramitar pelas demais etapas, o então governador do Estado de São Paulo, Mário Covas sancionou o projeto de lei transformando Salto em Estância Turística. “A lei levou o número 10.360/99 e entrou em vigor na data de sua publicação” (TAPERÁ, 04.set.99, capa).

Análise dos Resultados

O acesso ao processo n. 34218 de 06/05/1996, de transformação do município de Salto/SP em Estância turística, permitiu a possibilidade de compreender a atuação do CONDEPHAAT em tais processos.

Conforme descrito, após as considerações iniciais da prefeitura solicitante, o CONDEPHAAT requereu esclarecimentos acerca destas informações. Segundo seus técnicos, tais informações eram “fundamentais” e “indispensáveis” para o andamento do processo. Entretanto, destes nove itens, apenas um, que dizia respeito aos aspectos de abastecimento de água e sua qualidade, foi aparentemente atendido; porém por estar ilegível, não é possível atestar que tal item foi realmente cumprido. Quatro deles foram respondidos de maneira incompleta e incoerente e os demais quatro itens não foram sequer mencionados pela prefeitura.

Mesmo sem ter acesso a tais informações, o CONDEPHAAT realizou a visita *in loco*. Esta visita, de acordo com o noticiário do principal jornal local foi realizada nos dias 17, 18 e 19 de Agosto de 1998 (TAPERÁ, 22.ago.98, capa e p.7), porém no processo, o parecer favorável foi emitido em 30 de Julho de 1998, com vários parágrafos contendo “frases prontas” que não retratavam a realidade do município. Observou-se, então, que o CONDEPHAAT deu um parecer favorável sobre sua visita *in loco* à Salto 20 dias antes de realizá-la efetivamente.

Notou-se que os relatórios elaborados pelos técnicos do CONDEPHAAT iam contra as características básicas de uma Estância. Assim, foi mencionado que o turismo em Salto é voltado para a “curta permanência”, que também é conhecido como “turismo de um dia” ou “excursionismo” (PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO, 1996, p.116 e p.168). É importante ressaltar que uma das principais características das Estâncias é receber turistas por longa permanência, como afirma Oliveira: “O município considerado estância incorpora os conceitos de permanência relativamente prolongada e retornos sucessivos...” (2003, p.110).

Além disso, o turismo de curta permanência costuma gerar menos divisas que os demais segmentos, uma vez que não são utilizados meios de hospedagem e outros serviços. Ainda analisando o caso de Salto, até os dias de hoje, a grande maioria dos ônibus de excursão passam pela cidade e vão fazer suas refeições em cidades próximas, que oferecem melhores e maiores opções de restaurantes.

Também é fácil localizar equívocos sobre o turismo no município presentes no relatório elaborado pelo CONDEPHAAT. As afirmações que mais se destacaram foram:

a) “A cidade de Salto conta com uma boa infraestrutura quanto aos aspectos envolvendo especificamente as atividades turísticas (...)” (p.170 verso).

Cabe, neste momento, a seguinte citação:

Oferta em turismo pode ser concebida como o conjunto dos recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria-prima da atividade turística porque, na realidade, são esses recursos que provocam a afluência de turistas. A esse conjunto agregam-se os serviços produzidos para dar consistência ao seu consumo, os quais compõem os elementos que integram a oferta no seu sentido amplo, numa estrutura de mercado (BENI, 1998, p.153).

Na época que foi dado este parecer todos os atrativos estavam em péssimo estado. O jornal local fez uma série de reportagens revelando que pichações, banheiros em estado

calamitoso, falta de água, sujeira, consumo de drogas e prostituição eram comuns aos principais atrativos da cidade. A segurança dos principais monumentos históricos e arquitetônicos era frágil, tanto com relação ao Monumento à Padroeira (com problemas nas ferragens do bloco de sustentação e rachaduras nas paredes que, segundo engenheiros, representavam perigo), como com relação à Ponte Pênsil (que estava com suas grades de proteção amassadas e com ferrugem). (TAPERÁ, 10.abr.99, capa, TAPERÁ, 14.abr.99, capa e TAPERÁ, 17.abr.99, capa).

Estabelecimentos de alimentação são pontos críticos até os dias de hoje, levando os turistas, e até os moradores de Salto, buscarem outras opções de restaurantes em cidades próximas.

b) “A existência de boa rede de hotéis (*sic*), a qual oferece excelente e peculiar condição de hospedagem” (p.171).

Existe um único hotel categoria 3 estrelas no município. Os demais são pequenas pensões que oferecem acomodações muito simples.

c) Salto “já tem, de maneira sólida esta atividade (turismo) em pleno desenvolvimento.” (*sic*).

Um município que não possui informação efetiva sobre o fluxo de visitantes, tampouco de seu perfil, não oferece infraestrutura satisfatória e não consegue manter seus atrativos com o mínimo de segurança e higiene, não pode ser considerado como um lugar turístico com atividade sólida. O turismo no município estava tão longe do “pleno desenvolvimento”, que até mesmo os *souvenires* vendidos eram referentes ao município de Itu (TAPERÁ, 14.abr.99, p.5).

O CONDEPHAAT poderia tecer observações sobre a potencialidade local devido às características de seus Patrimônios, mas nunca afirmar que o turismo de Salto estava em “pleno desenvolvimento”.

Considerações Finais

O estudo de caso sobre Salto/SP evidenciou a atuação do CONDEPHAAT nos processos de transformação dos municípios paulistas em Estâncias Turísticas. No processo analisado verificou-se que foram anexados documentos incoerentes com o contexto do município, laudos com frases prontas sem relação com a realidade, ausência de informações fundamentais para a aprovação do processo, omissão dos pontos negativos e ausências de requisitos mínimos, fatos estes que indicam que o processo não foi conduzido com o rigor necessário exigido pela legislação.

Na etapa do processo referente à atuação do CONDEPHAAT, que deveria conceder parecer sobre informações direta ou indiretamente relacionadas ao Patrimônio, foram constatadas sérias deficiências como, por exemplo, a emissão de laudos positivos sem os conhecimentos e esclarecimentos necessários para isto.

Em um primeiro momento foram solicitados à prefeitura do município em questão, pelo próprio CONDEPHAAT, esclarecimentos fundamentais para o andamento do processo, e, mesmo não sendo atendido, o órgão deu prosseguimento ao processo realizando a visita *In Loco*. Em seguida, observou-se que o relatório referente à visita ao município foi emitido antes da própria visita ocorrer, contendo afirmações pouco condizentes com a realidade local.

A redação dos pareceres técnicos realizados pelos profissionais do CONDEPHAAT também apontam que, além da elaboração destes terem sido realizadas sem as informações necessárias a respeito do município em questão, os mesmos não possuíam os conhecimentos necessários acerca dos conceitos de Turismo e Estâncias, redigindo afirmações que depunham contra conceitos básicos de tais assuntos.

Além disto, foram localizadas matérias no jornal local que relatavam o estado de total precariedade dos Patrimônios “visitados” na época (TAPERÁ, 10.abr.99, capa; TAPERÁ, 14.abr.99, capa; TAPERÁ, 17.abr.99, capa; TAPERÁ, 12.jun.99, p.9). Fatos estes também não apontados em nenhum momento pelos técnicos.

Mesmo diante desta realidade, O CONDEPHAAT poderia ter relatado as potencialidades do Patrimônio do município devido às suas singulares características, agindo assim em consonância com sua função nos processos de concessão de títulos de Estâncias Turísticas que, segundo Oliveira seria de averiguar os atrativos, “analisando e constatando seu valor dentro do contexto estadual. Assim, esse Conselho pode emitir um parecer favorável transformando um município em Estância, após uma verificação minuciosa desses atrativos, elaborando um ‘parecer final’.” (2003, p. 118). Porém, tais considerações técnicas acerca do valor e das potencialidades dos Patrimônios não foram realizadas.

Assim, este estudo pode constatar uma atuação ineficaz, pouco produtora e incoerente com suas principais finalidades que se referem à proteção dos Patrimônios Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de São Paulo e sua possível valorização como atrativo.

O parecer favorável do CONDEPHAAT contribuiu, de maneira equivocada, para que acontecesse a transformação do Município de Salto/SP em Estância Turística em setembro de 1999. De acordo com a legislação vigente, Salto não poderia ter se transformado em Estância Turística, uma vez que o não cumprimento de um dos itens já seria o suficiente para a não obtenção do título (DADE, sem data). Desta forma, de acordo com os dados obtidos nesta pesquisa, verificou-se que a atuação do CONDEPHAAT, principal órgão público responsável pela preservação do Patrimônio paulista, ocorreu de maneira inadequada no se refere ao processo de transformação de Salto em Estância Turística, deixando um sério alerta sobre os procedimentos mais apropriados em relação ao assunto.

Espera-se que este trabalho, ao revelar equívocos do principal órgão estadual de defesa do Patrimônio de São Paulo, CONDEPHAAT, possa contribuir para uma melhor gestão e conservação do Patrimônio paulista, além de propiciar reflexões acerca da consolidação da atividade turística.

Referências

ASSUNÇÃO, Paulo. *Patrimônio*. São Paulo: Loyola, 2003.

BAHL, Miguel; SOUZA, Silvana. A Moderna Noção do que é Patrimônio. In: SANTOS, Margarida; SERRA, Francisco; SANTOS, José e ÁGUAS, Paulo (orgs.). *Desenvolvimento e Planejamento em Turismo*. Algarve - Portugal: UAlg ESGHT, p. 261 – 268, 2013.

BENI, Mário Carlos. *Análise Estrutural do Turismo*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

CONDEPHAAT. *Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico*. 2007

<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.a943691925ae6b24e7378d27ca60c>

[1a0/?vgnextoid=6c00f0ebc5ef0110VgnVCM1000004c03c80aRCRD&cpsextcurrchannel=1#.Va0mNPIViko](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Constituição do Estado de São Paulo de 1989*. Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislac/\\ao/index.htm>. Acesso em 26/07/2007.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

DADE. *Manual do DADE*. São Paulo. Não informado editora e data.

FINO, Patrícia. *Estância Turística de Salto – SP: Turismo por Decreto*. 2009. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA, São Paulo.

FUZZI, Ludmila. *Definição de Patrimônio*. Disponível em: <http://profludfuzzipatrimonio.blogspot.com.br/2010/03/definicao-de-patrimonio.html>. Acesso em: 01/06/2015.

IPHAN. *Patrimônio Cultural*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em 13/06/2015.

OLIVEIRA, Fernando Vicente de. *Capacidade de Carga nas Cidades Históricas*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO. Processo número 34218. São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT, 1996.

SEBRAE. *Turismo Alto-Médio Tietê: Potencialidade e Infra-Estrutura*. São Paulo: SEBRAE; Salto – SP: INDER, 2000.

TAPERÁ. *CONDEPHAAT veio avaliar nosso potencial turístico*. 22.ago.98, capa.

TAPERÁ. *Técnica do CONDEPHAAT avaliou o potencial turístico do município*. 22.ago.98, p.7.

TAPERÁ. *Pontos turísticos abandonados, as vésperas de Salto virar Estância*. 10.abr.99, capa.

TAPERÁ. *Margens do Tietê, próximas à cascata, exigem maior cuidado*. 14.abr.99, capa.

TAPERÁ. *Historiadora diz que falta de informação pode atrasar a consolidação do pólo turístico*. 14.abr.99, p.5, gente.

TAPERÁ. *Dos 3 parques, apenas o do Lago esta em boas condições*. 17.abr.99, capa.

TAPERÁ. Edição Especial. 1999, *A Caminho da Estância. Pontos turísticos Saltenses necessitam de maiores cuidados*. 12.jun.99. p.9.

TAPERÁ. *Publicada ontem a lei que transforma Salto em estância turística*. 04.set.99, capa.

TAPERÁ. *Parques e monumento da Santa serão mantidos pela Eucatex até 2010*. 05.jul.2003, capa. 04.set.99

TAPERÁ. *Equipe das rodovias das colinas encontra sítio arqueológico*. 05.jul.2003, p.5.

VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIOAMBIENTAL DE PIRACICABA, SP. O CASO DO TANQUÃ

Roberto Arruda de Souza Lima

Lucas Arantes Garcia

Ana Caroline Kato

Geovana Carvalho dos Reis

Joyce Stenico

Julia Antedomenico Cardoso de Moraes

Letícia Carvalho de Sousa

Karen Beneton

Rebeca Cristine Silva

Introdução

Conhecer e estudar os recursos ambientais e naturais é essencial por diversos motivos. Além de ser o meio em que a vida se desenvolve (portanto, essencial para sobrevivência das espécies), tais recursos fornecem bens e serviços importantes para o bem-estar (água e ar limpo, por exemplo) assim como diversos fatores produtivos. Não obstante sua importância, o uso dos recursos ambientais e naturais é definido por incentivos econômicos. Ao contrário de mercados perfeitos, com incentivos econômicos levando às situações de equilíbrio de oferta e demanda (a conhecida mão invisível) que elevam o bem-estar, no caso de recursos ambientais e naturais há diversas imperfeições (falhas) no mercado que impossibilitam esse ajuste automático, não assegurando um equilíbrio eficiente. Nesses momentos, é necessário recorrer a ferramentas mais sofisticadas para melhor valorar os recursos e assim poder definir políticas e usos mais interessantes do ponto de vista do bem estar social.

Mas que falhas de mercado são essas, referidas no parágrafo anterior? Pode-se destacar duas delas: a não-rivalidade e a não-exclusividade. A não-rivalidade ocorre quando a utilização de um bem ou serviço por um indivíduo não reduz a disponibilidade para outro consumidor (LIMA et al., 2009), ou seja, o recurso pode ser consumido simultaneamente por mais de um indivíduo (BYRNS e STONE, 1996 apud SOUZA, 2006). Em termos econômicos, é o caso em que o fornecimento do bem ou serviço para mais de um indivíduo possui custo marginal zero (PINDYCK e RUBINFELD, 2010). Já os bens e serviços não-exclusivos são aqueles que não é possível impedir um indivíduo de ter acesso, não havendo mecanismos de cobrança pelo seu uso. Essa natureza não-exclusiva pode ter origem em variáveis culturais e políticas e são consideradas como direitos inatos (VILLALBA GONZÁLEZ, 2004).

Essas características impedem a formação de um mercado tradicional em que as forças de oferta e demanda definiriam o valor do bem. Em geral a utilização de bens com tais características ocorre em excesso, causando sua deterioração (RANDALL, 1987). Além disso, os autores ainda destacam que mesmo que fosse possível a valoração por meios tradicionais de tais bens, não seria recomendável pela possibilidade de prejudicar os valores culturais da população.

O presente trabalho buscou analisar a valoração de importante patrimônio socioambiental de Piracicaba (SP), o Tanquã, adiante descrito. A correta valoração contribui para que ocorra a sua preservação e conservação.

O Tanquã

O Tanquã é uma área alagada na microbacia do rio Piracicaba (Figura 1), pertencente à bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (bacia hidrográfica PCJ). Apesar de pertencer ao município de Piracicaba (SP), o bairro é distante 60 km do centro da cidade (TEIXEIRA, 2014), por isso grande parte dos residentes transitam entre o município de Anhembi (mais próximo) e o povoado de Ibitiruna (VENTURATO, 2010). O local é habitado por cerca de 30 famílias, sendo que muitas delas utilizam os recursos pesqueiros para compor sua renda. Considerado o “mini-pantanal” paulista, a região é uma atração turística e objeto de estudo científico. Possui características singulares, tais como: biodiversidade de flora e fauna – em especial aves, refúgio de espécies migratórias originárias de outras regiões do Brasil e do mundo, algumas delas em risco de extinção.



Figura 1. Localização geográfica do bairro Tanquã, Piracicaba, SP

Fonte: <http://wikimapia.org/21047197/pt/Tanqu%C3%A3> (acesso em 17 fev 2015)

Hoje é um ambiente de transição, cujo histórico se iniciou nos anos 60, decorrente da construção da barragem da usina hidrelétrica de Barra Bonita, no rio Tietê, Estado de São Paulo. Suas áreas úmidas são influência do reservatório construído, ou seja, o alagamento causado pelo novo empreendimento provocou a formação inesperada de um novo ecossistema na região, que atraiu diversas espécies de aves, peixes, répteis e anfíbios, que ali se reproduziram e desenvolveram (TUFFANI, 2014). Em decorrência dos alagamentos do reservatório de Barra Bonita em períodos de cheia - entre os meses de fevereiro e setembro - a área do Tanquã se caracteriza por uma zona de sedimentação, que permite o

crescimento de vegetações como gramíneas e arbustos nessas épocas do ano (SÃO PAULO, 2013).

A região sustenta fauna diversificada com predomínio de espécies de ambientes aquáticos e de transição, o bioma da região se assemelha muito ao pantanal mato-grossense (Figura 2), justificando a denominação de "pantanal piracicabano" (BONIN, 2014). Em 2013 foram levantadas 218 espécies; dessas, 71 ocorrem no ambiente aquático, sendo que 83% são restritas dessa área (TEIXEIRA, 2014). Em 2014, outro estudo apontou 170 espécies de aves – sendo que 19 delas encontram-se ameaçadas de extinção – 39 espécies de répteis e 73 espécies de peixes (TUFFANI, 2014). As principais aves encontradas são migratórias, originárias de outras regiões do Brasil e do mundo, que se alimentam e se reproduzem em áreas alagadas. Também na área do Tanquã há sítio arqueológico, com a presença material lítico lascado em sílex (SÃO PAULO, 2013).



Figura 2. Imagens do Tanquã, em Piracicaba (SP)
Fotos: Luciano Monferran

Com a chegada dessas novas espécies, alguns grupos da população de cidades vizinhas se instalaram no Tanquã e passaram a fazer da pesca seu principal meio de renda. Na comunidade há moradores temporários e permanentes, constituindo cerca de 30 famílias que habitam regularmente o local desde o surgimento da comunidade, em 1960. (VENTURATO, 2010).

Desde seu surgimento, a comunidade científica e os demais agentes da sociedade vêm considerando grandes benefícios ecológicos e sociais derivados das áreas úmidas, também chamados de "serviços ecossistêmicos", ou seja, benefícios que direta ou indiretamente influenciam na qualidade de vida da população. (UNITED STATES ENVIRONMENTAL AGENCY, 2009 apud SÃO PAULO, 2013). Muitos dos visitantes são fotógrafos e observadores de aves (praticantes do turismo "birdwatching") (ALEXANDRINO, QUEIROZ, MASSURATTO, 2012), principalmente em períodos de reprodução das espécies de aves.

O bairro do Tanquã está no roteiro de turismo náutico em Piracicaba, sendo considerado um dos principais atrativos naturais do município, como citado no plano diretor (2012). O plano aponta falta de fiscalização ambiental em atividades de extração de areia e no despejo de detritos industriais no fundo do rio Piracicaba, especialmente nas proximidades do Tanquã.

Valoração Econômica

A Valoração Econômica Ambiental (VEA) consiste em um conjunto de métodos e técnicas cuja finalidade é estimar valores monetários para bens ambientais. Esse valor econômico é composto pelos benefícios extraídos pelo consumidor de determinado bem (SOUZA, 2006). Tal valor econômico, tratando de recursos ambientais, pode ser dividido em três componentes principais:

- Valor de Uso (VU) - referente ao uso direto dos recursos ambientais, no caso do presente trabalho, os visitantes e moradores do Tanquã, por exemplo;
- Valor de Opção (VO) - disposição em utilizar o recurso no futuro, mesmo que não tenha planos de fazê-lo no presente. No caso de um recurso envolvido em atividades turísticas, um exemplo desse valor são consumidores que podem ser incentivados a utilizá-lo.
- Valor de Não-Uso ou Valor de Existência (VE) - referente ao valor atribuído a determinado recurso ambiental devido à sua simples existência e por consequência, vontade de preservá-lo. Não está associado ao uso atual ou futuro.

O Valor Econômico Total (VET) de um recurso ambiental corresponde à soma dos valores de uso (VU), de opção (VO) e de existência (VE). A VET auxilia na alocação e uso dos recursos ambientais e naturais. Para realizar a valoração dos recursos ambientais e naturais, há necessidade de escolher um método de valoração econômica, seja ele indireto ou direto. Os primeiros utilizam informações de mercado, relacionadas ao uso da amenidade ambiental (VILLALBA GONZÁLEZ, 2004), sendo que os métodos indiretos mais utilizados são:

- Método dos Preços Hedônicos. Segundo Villalba González (2004), este método obtém preços implícitos de certos atributos de uma propriedade que identificam seu valor. O autor ainda cita o exemplo do valor de um terreno em construção que é determinado pelo tamanho, topografia, vizinhança e pelas suas qualidades ambientais (ar, paisagem etc.). Após estimar esses valores, propriedades similares em outros contextos podem ser utilizadas como referência para fins comparativos.
- Método do Custo de Viagem. Utilizado para valorar bens e recursos turísticos ao estimar o dispêndio dos visitantes como tempo de viagem, transporte, taxa de entrada e outros relacionados ao processo de usufruto do visitante. Por meio da aplicação de questionário, além dos custos implícitos para o uso da amenidade, faz-se o levantamento de características socioeconômicas, lugar de origem, nível de renda e outros dados que podem ser cruzados a fim de inferir questões relacionadas ao recurso ambiental em estudo.

Já os métodos diretos de valoração criam informações hipotéticas de mercado e estimam o valor da amenidade envolvida. Destes métodos, o mais comum é o Método da Valoração do Contingente (CVM) devido à sua grande adaptabilidade. Este método considera que pessoas têm preferências diversificadas em relação a bens ou serviços e que essas diferenças se manifestam quando pagam quantias específicas pelos mesmos. Sua fundamentação econômica baseia-se no princípio de utilidade e a economia do bem-estar, as preferências por evitar um dano ou por obter um bem ou serviço são expressas pela sua DAP – disposição a pagar (VILLALBA GONZÁLEZ, 2004).

Considerando que o consumidor conhece o valor de um bem ou serviço, ao se modificar a qualidade que o mesmo possui, acontecerá uma variação que será percebida como melhor ou pior pelo consumidor. Essa variação se refere ao grau de utilidade (e valor) que o bem ou serviço sofreu (HANEMANN, 1984). Assim, a DAP do indivíduo é utilizada como uma medida de utilidade, esta, por sua vez, gera o benefício que determinado bem ou serviço possui para ele. A agregação das DAPs individuais conduz a estimativa do valor do benefício social.

A obtenção da DAP (disposição a pagar para garantir a melhoria de bem-estar) ou DAC (disposição a aceitar determinado valor para aceitar uma perda de bem-estar) face às alterações na disponibilidade de determinados recursos ambientais é feita por meio de entrevistas (*surveys*) pessoais. Para que o indivíduo revele suas preferências verdadeiras, procura-se, com questionários, simular cenários econômicos o mais próximo da realidade possível.

Devido à complexidade e esforço de campo na aplicação do CVM, Seroa da Motta (1998) definiu estágios para a aplicação do Método:

1º Estágio: Definindo a Pesquisa e o Questionário. Nesta etapa ocorre a definição precisa sobre qual recurso ambiental será valorado. Na sequência, é decidido qual será a forma de valoração escolhida, que pode ser a DAP (utilizada para medir a variação positiva de disponibilidade do recurso ambiental) ou a DAA (utilizada como uma forma de compensação por uma variação negativa no recurso ambiental). Adicionalmente são definidas a forma de elicitação do valor, o instrumento ou veículo de pagamento ou compensação, qual será a forma da entrevista e como será a aplicação do questionário. Também nesta etapa são determinadas quais informações estarão presentes no questionário, para transferir de maneira real a magnitude das alterações de disponibilidade do recurso ambiental em valoração. Na elaboração do questionário, é importante que ocorra a descrição clara e objetiva do bem ou serviço que se pretende valorar; valoração do bem através da DAP ou DAR; informação socioeconômica e demográfica sobre a pessoa entrevistada; informações sobre o conhecimento dos entrevistados com relação ao meio ambiente. Finalmente, é selecionada uma amostra representativa da população.

2º Estágio: Cálculo e Estimação. Nesta etapa, é realizada uma pesquisa piloto com o questionário (pré-teste) e efetuada a pesquisa final, com a realização de entrevistas. As respostas são exploradas econometricamente para obtenção dos resultados.

Diversos trabalhos foram publicados utilizando o Método de Valoração Contingente, sendo que no de Lima et al. (2009) encontra-se uma lista de exemplos de aplicações envolvendo recursos ambientais e naturais.

Busca da valoração do Tanquã

O Método da Valoração Contingente consiste na estimativa do valor do objeto de estudo, que não possui valor de mercado (por exemplo, um parque), a partir da simulação de um mercado hipotético. Para tanto, indivíduos são entrevistados e levados a revelar o quanto estariam dispostos a pagar para que seu bem-estar não fosse alterado por eventuais modificações nas condições de oferta do bem.

O presente estudo foi realizado por meio de questionários aplicados junto à população de Piracicaba, município onde está localizado o Tanquã, amostrada de acordo com seu domicílio. De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referente ao ano de 2010, o número total de domicílios em Piracicaba era de 112.724. O tamanho da amostra aleatória foi calculado a partir da equação (BARBETTA, 2002):

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0} \quad \text{sendo } n_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad (1)$$

em que: n = tamanho da amostra; N tamanho da população (112.724 domicílios); n_0 uma primeira aproximação para o tamanho da amostra; e, E_0 erro amostral tolerável (intervalo de confiança, definido neste estudo em 10%). De acordo com a equação (1), o tamanho da amostra seria de 100 questionários. Para conferir maior segurança, inclusive porque havia o risco de questionários serem descartados por eventual erro ou inconsistência no preenchimento, foram aplicados (e validados) 121 questionários. Para auxiliar no entendimento do entrevistado, foi exibido um cartão com fotografias do Tanquã. Para tanto, tomou-se o cuidado de selecionar fotografias que evitassem indução na resposta, de modo que foram descartadas imagens com apelo emocional, como fotografias artísticas.

A abordagem ao entrevistado, em um estudo de CVM pode ocorrer de diversas maneiras, sem que haja uma padronização na literatura (MITCHELL E CARSON, 1989; BELLUZZO JR, 1999; VILLALBA GONZÁLEZ, 2004). Para a valoração do Tanquã, neste estudo, foi apresentado um valor sorteado aleatoriamente de uma lista previamente elaborada de quantias para o entrevistado indicar se estaria disposto ou não a pagar. Os valores que constaram da lista foram: R\$ 2,00; R\$ 3,00; R\$ 4,00; R\$ 5,00; R\$ 6,00; R\$ 7,00; R\$ 8,00 e, R\$ 9,00. Conforme a resposta, nova proposta de valor era apresentada. Se o entrevistado tivesse respondido afirmativamente à primeira proposta, era apresentado um valor R\$ 1,00 superior ao anteriormente apresentado. Se a resposta inicial tivesse sido negativa, apresentava-se valor R\$ 1,00 inferior. Para a presente pesquisa, os valores apresentados foram baseados em questionários pré-teste.

Para valoração do Tanquã, foi realizada regressão considerando a disposição a pagar como variável dependente e as seguintes variáveis independentes: ins = indicando o grau de instrução⁵⁷; ren = renda mensal familiar⁵⁸; gen = variável binária (0 = feminino e 1 = masculino); ida = idade; vis = variável binária indicando se alguém da família do entrevistado já havia visitado o Tanquã (0 = não e 1 = sim); e, imp = importância atribuída à áreas como o Tanquã (0 = sem importância. 1 = pouco importante; 2 = muito importante).

O método CVM estima, em valores monetários, a variação provocada no bem-estar do indivíduo afetado por alterações na provisão de um bem ou serviço (BELLUZZO JR, 1995). Em termos econômicos, busca a maximização de utilidade ou, na forma dual, na minimização do dispêndio. O Boxe 1 detalha a metodologia econométrica.

O questionário incluiu perguntas relacionadas à aspectos demográficos, sociais e comportamentais. As Figuras 3 e 4 apresentam detalhes de algumas respostas. Observa-se

⁵⁷ Categorias: 1º grau incompleto; 1º grau completo; 2º grau incompleto; 2º grau completo; técnico incompleto; técnico completo; graduação incompleta; graduação completa; pós-graduação incompleta; e, pós-graduação completa.

⁵⁸ Categorias: menos de 1 salário mínimo (< R\$ 788); entre 1 e 2 (R\$ 788 ~ R\$ 1.576); entre 2 e 4 (R\$ 1.576 ~ R\$ 3.152); entre 4 e 8 (R\$ 3.152 ~ R\$ 6.304); entre 8 e 15 (R\$ 6.304 ~ R\$ 11.820); entre 15 e 20 (R\$ 11.820 ~ R\$ 15.760); e, mais de 30 (>R\$ 15.760).

que 56,1% dos entrevistados não possuem curso técnico ou superior e que 80,7% apresentam renda familiar inferior a 4 salários mínimos.

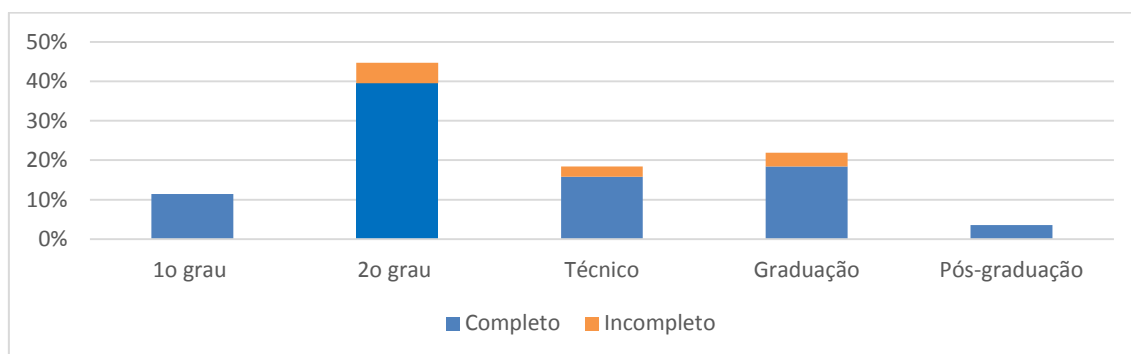


Figura 3. Distribuição das frequências relativas do grau de instrução dos entrevistados em Piracicaba (SP)

Fonte: Dados da pesquisa.

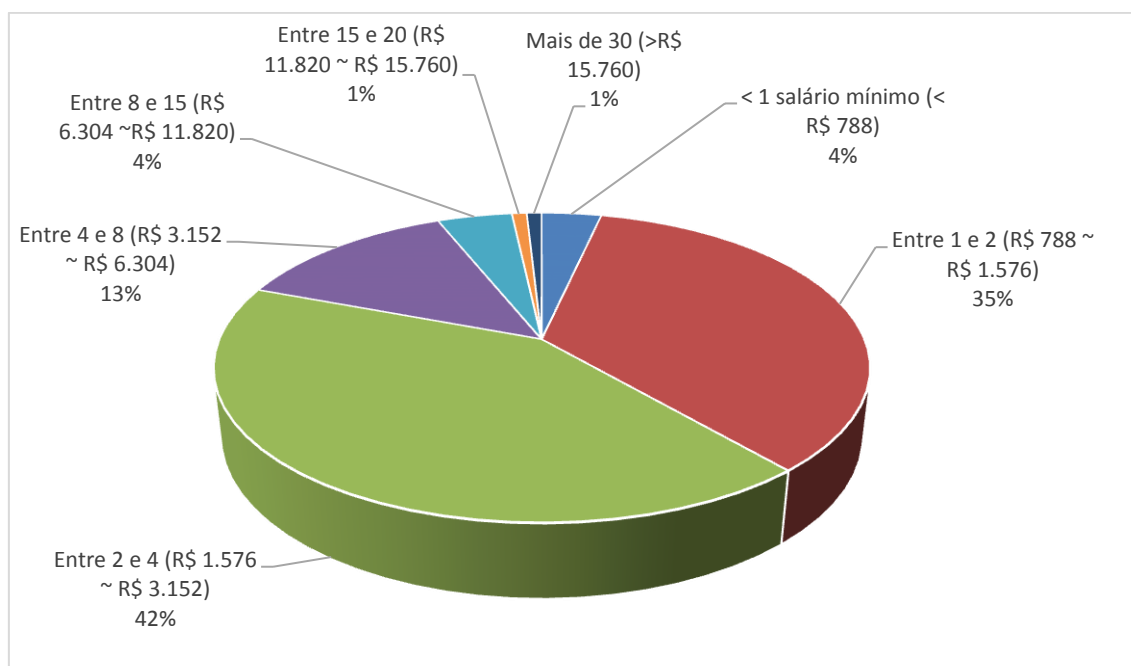


Figura 4. Distribuição das frequências relativas de renda mensal familiar, em número de salários mínimos, dos entrevistados em Piracicaba (SP).

Fonte: Dados da pesquisa.

As respostas referentes a disposição a pagar estão sintetizadas na Tabela 1. Destaca-se a frequência de zeros (45,61%), sendo que parte destas respostas refere-se a protesto, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 1. Respostas obtidas na questão referente a disposição a pagar.

Valor	Frequência	Frequência Relativa
0	52	45,61%
1	0	0,00%
2	5	4,39%
3	14	12,28%
4	11	9,65%
5	12	10,53%
6	4	3,51%
7	7	6,14%
8	3	2,63%
9	3	2,63%
10	3	2,63%
Total	114	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2. Motivos apresentados pelos entrevistados que não estavam dispostos a pagar.

Motivo	Frequência Relativa
Não dispõe economicamente para contribuir	67,31%
Você não confia na boa utilização do dinheiro	9,62%
Não compensa investir no Tanquã	0,00%
Não está de acordo com o tipo de pergunta/questionário	0,00%
Patrimônios como Tanquã não tem preço	0,00%
O Tanquã é responsabilidade exclusiva do governo	13,46%
Prefere utilizar seu dinheiro para outros fins	9,62%

Fonte: Dados da pesquisa.

Após o motivo de que o entrevistado não dispunha de recursos para contribuir, a segunda justificativa mais frequente para não disposição a pagar está o entendimento de

que a manutenção e conservação do Tanquã seriam de responsabilidade do governo, alinhada com a visão de Musgrave (1980), na qual o governo deve prover os bens e serviços não atendidos pelo setor privado (por sua incapacidade). Destaca-se, também, o receio quanto ao uso que o Governo faz do dinheiro arrecadado (JOÃO E LIMA, 2008).

Boxe 1: Desenvolvimento econométrico.

A função utilidade indireta do indivíduo (entrevistado) é:

$$U = V(J, Y, S) + \varepsilon_j \quad (i)$$

em que U é a utilidade; J é a uma variável binária, sendo $J = 1$ quando se decide pela aceitação do valor proposto a pagar (e consequente acesso ao bem ou serviço) e $J = 0$ quando se opta por não aceitar pagar (não tendo, assim, acesso ao bem ou serviço); Y é a renda do indivíduo; S são as características sócio-econômicas do entrevistado; e, ε_j é um erro estocástico.

A partir da equação (i), pode-se obter outras equações que permitem analisar a resposta “Sim” à pergunta: “Considerando os benefícios que o Tanquã oferece, você estaria disposto a pagar mensalmente, incluso em sua conta de água, R\$ X para sua manutenção, conservação e visitação?” Ao formular sua resposta, o entrevistado compara o nível de utilidade para uma resposta *sim* (aceita pagar) com o nível de utilidade de uma resposta *não* (não aceita pagar) e opta pela alternativa que lhe garantirá maior nível de utilidade. Desta forma, se optar pelo pagamento:

$$V(1, Y', S) + \varepsilon_1 \geq V(0, Y, S) + \varepsilon_0 \quad (ii)$$

ou,

$$V(1, Y', S) - V(0, Y, S) \geq \varepsilon_0 - \varepsilon_1 \quad (iii)$$

em que Y' é a renda do indivíduo (Y) reduzida do valor referente a verdadeira disposição a pagar (DAP). Sendo que ocorrerá “sim” sempre que $\Delta V \geq \varepsilon_0 - \varepsilon_1$, e:

$$\Delta V = V(1, Y', S) - V(0, Y, S) \geq \varepsilon_0 - \varepsilon_1 \quad (iv)$$

Logo:

$$\Delta V \geq \varepsilon_0 - \varepsilon_1$$

Considerando que a resposta *sim/não* é uma variável aleatória, a probabilidade de uma resposta positiva será:

$$\Pr(sim) = F(\Delta V) \quad (v)$$

em que F é a função de probabilidade acumulada de $(\varepsilon_0 - \varepsilon_1)$.

E:

$$\Pr(não) = 1 - \Pr(sim) \quad (vi)$$

Considerando uma distribuição logística – a mais utilizada em estudos de valoração contingente (Villalba González, 2004) – para o termo estocástico $(\varepsilon_0 - \varepsilon_1)$, tem-se:

$$\Pr(sim) = F(\Delta V) = \left(1 + e^{-\Delta V}\right)^{-1} \quad (vii)$$

Ainda segundo Villalba González (2004), o argumento de $F(\Delta V)$ é a diferença de utilidades apresentada na equação (iv). A forma funcional a ser medida e ΔV , assim exemplificando com $\beta > 0$ e $Y = 0,1$, pode-se considerar o seguinte:

$$V = (J, Y, S) = \alpha + \beta X \quad (viii)$$

Considerando-se que os termos α_0 , α_1 e β estão em função do vetor S e a definição de diferença de utilidade, tem-se:

$$(\Delta V) = (\alpha_1 - \alpha_0) - \beta X \quad (ix)$$

Logo, o modelo estatístico de escolha onde $\alpha = \alpha_1 - \alpha_0$ é o seguinte:

$$\Pr(Sim) = F(\alpha - \beta X) \quad (x)$$

Tomando X^* como a máxima disposição a pagar, a probabilidade de o visitante i concordar com o pagamento de X_i será:

$$\Pr_i(Sim) = \Pr(X_i^* > X_i) = 1 - G_i(X) \quad (xi)$$

Em que: $G_i(X)$ é a função de distribuição de X_i^* ; e, $G_i(X) = \Pr_i(Não)$.

Portanto:

$$\Pr_i(\text{Sim}) = \left[1 + e^{-(\alpha - \beta_i X)} \right]^{-1} \quad (\text{xii})$$

Generalizando tem-se:

$$\Pr_i(\text{Sim}) = \left[1 + e^{-(X_i \beta)} \right]^{-1} \quad (\text{xiii})$$

em que X_i é o valor das variáveis explicativas que contém os valores sugeridos e as características sócio-econômicas (S_i) do indivíduo i .

O método utilizado para estimar o modelo logit é o de máxima verossimilhança, no qual a equação ajustada apresenta a seguinte forma funcional:

$$\ln \left[\frac{\Pr_i(\text{Sim})}{\Pr_i(\text{Não})} \right] = \ln \left[\frac{\Pr_i(\text{Sim})}{1 - \Pr_i(\text{Sim})} \right] = X_i \beta = \beta_0 + \sum_{j=1}^9 \beta_j X_{ij} + \varepsilon_i \quad (\text{xix})$$

em que $\ln \left[\frac{\Pr_i(\text{Sim})}{1 - \Pr_i(\text{Sim})} \right]$ é a variável dependente da equação logit representada pelo logaritmo natural da relação entre a probabilidade de resposta afirmativa (Sim) e a probabilidade de resposta negativa [$1 - \Pr_i(\text{Sim})$] da i -ésima observação.

Esperava-se que o sinal do coeficiente β_1 fosse negativo, indicando que a probabilidade de o entrevistado aceitar o valor proposto decresce com o aumento do valor sugerido. Pressupunha-se que todos os demais coeficientes (menos β_4 já que não existe uma expectativa prévia sobre seu sinal) fossem positivos, significando que a probabilidade de aceitar o valor proposto cresceria quando essas variáveis aumentassem.

A análise das respostas dos 121 questionários aplicados apontou que sete estavam incompletos, tendo sido eliminados da amostra. Assim, a amostra totalizou 114 observações. Foram realizadas duas diferentes regressões. No primeiro modelo (Tabela 3), denominado completo, foram consideradas todas variáveis descritas nos parágrafos anteriores. No segundo modelo (Tabela 4) foram eliminadas as variáveis que não apresentaram resultado estatisticamente significativo.

Tabela 3. Resultado da regressão – modelo completo.

Variável	Coeficiente	Erro padrão	z	p-valor
const	-3,11553	2,259820	-1,3790	0,1680
dap	-0,02505	0,094012	-0,2665	0,7899
ins	0,10857	0,200934	0,5403	0,5890
ren	0,18685	0,220542	0,8472	0,3969
gen	0,41581	0,430358	0,9662	0,3339
ida	-0,02637	0,014966	-1,7620	0,0781*
vis	-0,38463	0,552497	-0,6962	0,4863
imp	1,03987	0,672867	1,5450	0,1222

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 4. Resultado da regressão – modelo simplificado.

Variável	Coeficiente	Erro padrão	z	p-valor
Ida	-0,032481	0,014305	-2,271	0,0232 **
Imp	0,543924	0,257396	2,113	0,0346 **

Fonte: Dados da pesquisa.

A variável “dap”, referente ao preço proposto ao entrevistado, não foi significativa estatisticamente, indicando que não influencia na disposição a pagar, o que inviabiliza a estimativa da disposição a pagar e, conseqüentemente, a valoração do Tanquã. Entretanto, os sinais dos coeficientes obtidos permitiram conclusões e observações, apresentadas a seguir.

Considerações finais

Embora, como dito, não tenha sido possível estimar o valor econômico, o sinal (positivo ou negativo) associado aos coeficientes obtidos na regressão apresentam informações relevantes.

O sinal negativo associado à variável que indica se a família do entrevistado visitou o Tanquã ou não sugere que os valores de opção e de existência são mais importantes que o de uso. Isto porque, de acordo com o sinal obtido, o fato da família do entrevistado utilizar o Tanquã (isto é, visita-lo, seja a trabalho ou lazer) reduz sua disposição a pagar. Portanto, os demais valores (opção e existência) são os determinantes para o incremento na valoração do Tanquã.

O sinal positivo associado às variáveis grau de instrução e atribuição de importância para área reforça que a conscientização do que representa um patrimônio ambiental permite que as pessoas também passem a valorar e valorizar tais recursos.

A regressão realizada com apenas as variáveis relativa à idade do entrevistado e sua atribuição de importância mostrou-se estatisticamente significativa. O sinal negativo no coeficiente referente à idade dá a esperança que os jovens, a nova geração, está mais consciente quanto aos recursos ambientais e naturais.

Recomenda-se que o governo conscientize a população com relação a importância deste patrimônio, pois esta consciência parece ser determinante para que possa ocorrer maior atribuição de valor ao Tanquã, o que favorecerá (incentivo econômico) a tomada de decisões mais favoráveis à sua manutenção e conservação da área. Estudos futuros, abrangendo populações além do município de Piracicaba são sugeridos, pois os valores de opção e de existência extrapolam os interesses exclusivos do município.

Referências

- ALEXANDRINO, E.R.; QUEIROZ, O.T.M.M.; MASSARUTTO, R.C. *O potencial do município de Piracicaba (SP) para o turismo de observação de aves (Birdwatching)*. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.5, n.1, jan/abr-2012, p.27-52.
- BELLUZZO JR, W. Avaliação contingente para valoração de projetos e conservação e melhoria de recursos hídricos. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.29, n.1, p.113-136, abril 1999.
- BONIN, C *Passeio de barco apresenta um Pantanal no interior paulista*. Disponível no site: <<http://www.setur.piracicaba.sp.gov.br/site/index.php/noticias/passeio-de-barco-apresenta-um-pantanal-no-interior-paulista-286>>. Acessado em 14 de abril de 2015.
- HANEMANN, N.W. Welfare evaluation contingent valuation experiments with discrete responses. *American Journal of Agricultural Economics*, v.66, n.3, p.332-341, 1984.
- JOÃO, L.S.; LIMA, R.A.S. Valoração econômica do Engenho Central de Piracicaba (SP). In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia, 2008, Rio Branco. Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia, 2008.
- LIMA, Roberto Arruda de Souza ; GALLETTI, Carolina Morelo ; QUEIROZ, Odaléia Telles Marcondes Machado . Sítios arqueológicos como atrativo turístico e sua valoração econômica. In: Sarti, Antonio Carlos; Mundet i Cerdan, Lluís. (Org.). *Turismo e Arqueologia: Múltiplos Olhares*. Piracicaba: Equilíbrio, 2009, v. 1, p. 279-306.
- MITCHELL, R.C.; CARSON, R.T. *Using surveys to value public goods: the contingent valuation method*. Washington: *Resources for the Future*, 1993. 463p.
- MUSGRAVE, R.A. *Finanças Públicas: Teoria e Prática*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. 673p.
- PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel. L. *Microeconomia*. 7ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.
- RANDALL, A. **Resources Economics**: an economic approach to natural resource and environmental policy. New York, John Wiley & Sons, 1987, 434p.
- SÃO PAULO. *Secretaria Estadual de Logística e Transportes - Departamento Hidroviário*. Aproveitamento Múltiplo Santa Maria da Serra. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, 84p. 2013.
- SEROA DA MOTTA, R. *Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais*. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. 1997. 216p.
- SOUZA, Roberta Fernanda da Paz de. *A competitividade das empresas e a questão ambiental: a valoração econômica dos ativos ambientais*. XIII SIMPEP, Bauru, SP, Brasil, v. 6, 2006.
- TEIXEIRA, Marcela Ribeiro e Silva. *Análise e caracterização dos impactos ambientais sobre a fauna, conforme previstos em um estudo prévio (EIA-RIMA) da construção da Barragem de Santa Maria da Serra - SP, Piracicaba/SP*. Piracicaba, 2004. 69p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Metodista de Piracicaba.
- TUFFANI, M. *O Pantanal de Piracicaba*. UNESP Ciência, Rio Claro, ed. 56, p. 36 – 41, set., 2014. Disponível no site: <https://issuu.com/unespciencia/docs/unespciencia_56>. Acessado em 22 de fevereiro de 2016.

VENTURATO, R.D. *Desafios do modo de vida da pesca artesanal em água doce num contexto socioambiental adverso: uma análise sociológica do caso do bairro rural do Tanquã, Piracicaba/SP*. Araras, 2010. 132p. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de São Carlos.

VILLALBA GONZÁLEZ, Moisés Villalba. *Valor Econômico de Visitação do Parque “Phillipe Westin Cabral de Vasconcelos” da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP)*. Piracicaba, 2004. 62p. Dissertação (Mestrado) –Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DA CANTAREIRA: PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Alessandra Freire dos Reis
Odaleia Telles Marcondes Machado Queiroz*

Introdução

O comportamento dos indivíduos e as atividades que realizam caracterizam cada povo, cada época e cada lugar. Os modos de produção, as relações, as religiões lhes imprimem características únicas. Atualmente vivemos num mundo extremamente complexo, em que os avanços tecnológicos permitem um estilo de vida nunca experimentado pelo ser humano. Por outro lado, ainda vemos lugares em que imperam formas arcaicas de viver e outros ainda, onde injustiças e guerras são realidades cotidianas. O mundo sempre foi heterogêneo e diverso em suas expressões, porém hoje nos é permitido “assistir” de perto toda sua dimensão.

Dentre as atividades econômicas que mais se desenvolveram na atualidade está o turismo. Este foi alavancado, especialmente, pelo desenvolvimento dos meios de transporte, que nos permite chegar a praticamente qualquer lugar num curto espaço de tempo e com conforto. A cerca de 500 anos viajar era um ato de bravura e coragem. Uma embarcação na época do descobrimento, por exemplo, levava meses para chegar ao seu destino, as acomodações e refeições eram extremamente precárias, haviam doenças e muitas pessoas não chegavam ao destino final.

Hoje viajar está diretamente associado ao lazer, ao descanso e aos prazeres da vida, sem contar as viagens de negócios, que representam importante parcela do setor. A indústria do turismo, como alguns autores rotulam, cada dia mais se especializa e cria novos nichos de mercado. Há turistas para os mais diversos tipos de lugares sejam eles totalmente criados pelo homem ou aqueles nada ou pouco modificados.

Ao longo de sua existência o homem vem modificando o meio natural em que vive, adaptando o espaço e construindo outros. Deste modo, os locais possuem características, que são reflexo da história e modo de vida de cada povo em cada momento.

Patrimônio

Chamamos de patrimônio tudo o que representa uma época e a forma de viver num local. Está representado na arquitetura, na cultura, nos documentos, na religiosidade e em qualquer forma que um povo possa se expressar. Há também o que denominamos patrimônio natural representado por aspectos do meio físico e exemplares da flora e da fauna, que caracterizam e tornam único cada lugar.

De acordo com a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972),

“Patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte

insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade”.

Considerando o patrimônio em seu duplo aspecto cultural e natural, a Convenção nos lembra as formas pelas quais o homem interage com a natureza e, ao mesmo tempo, a necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre ambos (UNESCO, 1972).

O patrimônio cultural integra muitas realidades, cuja salvaguarda e preservação são de nossa responsabilidade para que sejamos dignos do legado cultural que herdamos e simultaneamente, para podermos transmiti-lo (VILAR, 2007).

Preservar e conservar o patrimônio são deveres de cada nação. Há inúmeros instrumentos legais para esse fim, que variam de país para país, e algumas convenções internacionais, especialmente quando se trata de lugares de excepcional relevância considerados patrimônios mundiais. No Brasil, temos alguns exemplos, como o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí, este severamente ameaçado por falta de recursos e funcionários.

O Brasil é detentor de singulares patrimônios culturais e naturais, muitos deles infelizmente sem a devida proteção. Parte desse patrimônio está inserida em unidades de conservação, que são normatizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Estas são divididas em dois grandes grupos, as de uso sustentável e as de proteção integral na qual se enquadram os parques (BRASIL, 2002). Ainda que haja uma lei abrangente que as proteja, muitos lugares carecem de ações de planejamento, gestão, manutenção e pessoas capacitadas.

A noção de patrimônio deve transcender a ideia de que são apenas monumentos do passado e reconhecer neles uma contemporaneidade, capaz de satisfazer suas funções sociais, culturais e educativas no presente (SÃO PAULO, 2009).

O turismo nesses espaços pode ser um aliado na valorização e promoção dos mesmos, porém deve ser planejado por profissionais habilitados e de diferentes áreas. A interdisciplinaridade é fundamental no diagnóstico e nas ações de manejo. Deve ter também uma rede de outros serviços, especialmente de acesso. Observa-se que a precariedade de vias e aeroportos no Brasil impede que muitos lugares sejam visitados como inúmeros locais na Amazônia, nosso maior patrimônio natural.

A percepção de que a conservação e desenvolvimento são processos antagônicos é equivocada. O dilema “preservar ou progredir” é um erro porque avalia os processos em que o progresso econômico depende da degradação ambiental. Inúmeros exemplos mostram que é possível se desenvolver protegendo o patrimônio natural e cultural, porém é preciso pensar em longo-prazo. (SABINO, ANDRADE e BESSA, 2012).

O Parque Estadual da Cantareira (PEC) localizado na Serra da Cantareira é uma unidade de conservação, detentora de importante patrimônio cultural relacionado ao abastecimento de água em São Paulo. No passado a região assumiu papéis outros frente à ocupação humana, ora como um marco geográfico no horizonte, ora como um obstáculo a ser superado, como espaço agrícola, de subsistência, de fornecimento de carvão vegetal e madeira ou como área de potencial recurso hídrico (CARVALHO, 2012). De acordo com Vilar (2007), datadas do final do século XIX, as estruturas foram arquitetadas com a finalidade de suprir as necessidades de consumo de água da população paulistana.

É fundamental, que sejam estabelecidos projetos e ações, organizados de forma sistemática, cujos objetivos não só devem instrumentalizar as medidas de conservação e defesa desses bens, como também otimizar condições para sua visitação, tendo como

base análises de seu significado, valores, sua potencialidade em transmitir ensinamentos científicos, seu viés turístico e de educação patrimonial, ressaltando a importância do patrimônio, de tal maneira que se converta o visitante de “agente de deterioração”, em “participante de preservação”(SÃO PAULO, 2009).

Possui também, importante patrimônio natural com uma da considerada maior floresta urbana do mundo. A criação do parque foi impulsionada para proteger uma rede de nascentes e cursos d'água, que deram origem ao Sistema Cantareira, hoje responsável pelo abastecimento de água de cerca da metade da população da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

O Sistema Cantareira atual foi substituído a partir de 1973 sendo que o complexo implantado no século XIX foi desativado. Toda sua estrutura ficou como legado do patrimônio histórico do município (VILAR, 2007). Porém, parte da infraestrutura do sistema foi destruída ao longo do tempo, ficando preservadas aquelas que se encontram no interior do PEC, além de raras exceções na área urbana (SÃO PAULO, 2009).

Além da questão hídrica, a proteção desta floresta é também responsável pela proteção de inúmeros serviços ecossistêmicos, pois há uma rede de interações entre seres bióticos e abióticos, que proporciona controle de temperatura, realiza polinização, controle de erosão, ciclagem de nutrientes, entre outros inúmeros benefícios ambientais.

O parque é cortado pelas seguintes estradas intermunicipais: a Estrada da Santa Inês, que faz a ligação entre São Paulo e Caieiras, e as estradas da Roseira e Sezefredo Fagundes que ligam São Paulo a Miriporã, além da Rodovia Fernão Dias (CARVALHO, 2012).

Esta cotidianamente em evidência notadamente por polêmicos projetos elaborados para região como o trecho norte do Rodoanel Mario Covas, que esta sendo construído para minimizar o tráfego de veículos na região. O Rodoanel é um complexo viário que dista entre 20 a 40 km do centro da metrópole, tem 32 km de extensão e interliga as Rodovias Anhangüera, Bandeirantes, Castelo Branco, Raposo Tavares e Régis Bittencourt (SÃO PAULO, 2009). A construção do trecho norte, o último a ser implantado, demorou ter sua licença aprovada, pois houve muitos questionamentos e protestos de ambientalistas e ONGs da região. O trajeto licenciado irá passar no interior do parque via túnel.

O PEC se localiza na maior concentração populacional do país e da América Latina. Faz parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde, título concedido pela UNESCO em 1994 com status de Patrimônio da Humanidade, devido sua importância enquanto protetor de significativo exemplar de Mata Atlântica, considerado um dos *hotspot* do planeta (SÃO PAULO, 2009).

A Mata Atlântica ainda que tenha sido radicalmente dizimada desempenha importante papel na manutenção de serviços ecossistêmicos, o que levou a ter uma legislação específica para sua proteção, a Lei da Mata Atlântica. A Figura 1 demonstra o bioma remanescente perante a sua porção original.



Figura 1. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Fonte: adaptado de SOS Mata Atlântica (2008).

De acordo com Sabino, Andrade e Bessa (2012), visitar o ambiente natural ajuda a conectar-se com uma infinidade de seres e seus habitats. A proximidade com o mundo natural possibilita ao homem sentir a afinidade que tem com a biodiversidade. A esse valor estético, que as espécies e seus ambientes são capazes de despertar denomina-se biofilia que no dicionário significa: “amor à vida; instinto de conservação”.

A origem

A história da Serra da Cantareira revela uma história de fragmentos, de relatos esparsos, de citações, uma área que por muitos séculos teve um papel secundário nos ditames do poder (CARVALHO, 2012). Do ponto de vista histórico, é possível contextualizar a ocupação do entorno do PEC no século XVI, uma vez que, quando os europeus chegaram ao Brasil, encontraram um território povoado pela população indígena (SÃO PAULO, 2009).

No decorrer dos tempos assumiu funções diversas. Da conquista portuguesa, a sua presença simbólica na paisagem paulista de uma grande muralha situada na face norte da cidade, um obstáculo na passagem dos viajantes rumo aos sertões (CARVALHO, 2012).

O nome Cantareira se refere aos cântaros, jarros em que era armazenada a água pelos tropeiros, em referência a abundância de água, córregos e riachos. Porém, segundo Carvalho (2012), essa informação, embora muito citada em textos, publicações e panfletos turísticos não podem ser confirmadas em fontes mais fidedignas.

O Sistema Cantareira foi implantado no século XIX, época em que segundo Vilar (2007):

A economia paulistana estava em processo de expansão, alicerçada na produção e comércio de café, e o seu resultado era visível na capital do Estado, com a diversificação das atividades comerciais, criação de instituições bancárias, aumento do número de indústrias e o incremento populacional, que evidenciavam as transformações por que passava a cidade.

Surgem os sinais de uma grande metrópole, onde a urbanização exigiu a criação de uma estrutura capaz de suprir as novas demandas como o sistema de abastecimento de águas e esgotos, energia, alimentos, ensino e saúde (SÃO PAULO, 2009).

Como nos revela Vilar (2007),

O Estado procura se preparar para um desenvolvimento que já está ocorrendo, a população se multiplica, fábrica se instalam na cidade e arredores, e as atividades econômicas se diversificam. O problema com relação à água não se limita à multiplicação de seus usos, estendendo-se aos conflitos gerados por políticas que priorizam determinado uso, em detrimento dos demais.

O turismo e o parque

A atividade turística tem papel de destaque na economia atual gerando pra muitos países receita significativa. Tem também a habilidade de valorizar e divulgar culturas e paisagens, ainda que em alguns casos ocorra descaracterização, massificação e detrimento das mesmas.

O turismo vem cada dia mais se diversificando e se especializando. Dentre os inúmeros segmentos do setor existe o ecoturismo, que vem a cada dia se destacando e se reinventando. Utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2002). Dados revelam que enquanto o turismo convencional cresce 7,5% ao ano, o ecoturismo cresce a taxas de 15 a 25% por ano.

Estudo realizado pelo Ministério do Turismo e ABETA⁵⁹ mostra que há cerca de 1.700 empresas diretamente envolvidas em atividades turísticas ligadas à natureza, e essas empregam cerca de 25 mil pessoas, quantia que aumenta consideravelmente na alta temporada (WALIGORA, 2012).

Atividades consideradas de ecoturismo são realizadas a séculos como o montanhismo, por exemplo, que possui registros no século XVIII. Porém, na atualidade, a atividade ganha uma nova abordagem. Tem-se associado a ele uma infinidade de equipamentos e vestuário que o tornam uma indústria cada vez mais atrativa. Existem inúmeras marcas que exploram o setor e diversas exposições e feiras são realizadas ao redor do mundo. Operadoras e agências de viagem vendem pacotes para exploração dos lugares mais remotos e inacessíveis. Segundo Waligora (2012), a associação norte-americana de empresários de turismo de aventura, revela faturamento de US\$ 730 bilhões anuais da indústria de roupas e equipamentos relacionados às atividades de aventura e de turismo ao ar livre nos EUA.

⁵⁹ABETA: Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura.

O ecoturista geralmente vive nos grandes centros e busca ambientes naturais e conservados pra contrapor seu cotidiano. Tem interesse pelas características do lugar visitado e se preocupa com a qualidade do ambiente.

O PEC está localizado numa área extremamente urbanizada, mas conserva aspectos naturais relevantes, com a presença de uma floresta conservada que abriga espécies nativas como bicho-preguiça, gato do mato, onça parda, entre outros. Há ainda uma vasta diversidade de avifauna com mais de 200 espécies catalogadas como tucano de bico verde e jacu, por exemplo. O Parque encontra-se entre as UCs que mais têm projetos de pesquisa, com destaque para os trabalhos sobre mamíferos e aves, sendo considerado pela *BirdLife International* com área importante para conservação de aves no Brasil (IBAs) (SÃO PAULO, 2009).

A realização de *Birdwatching* é um dos segmentos do ecoturismo e possui significativo número de adeptos no Brasil e no mundo. Esta atividade tem trazido muitos turistas estrangeiros para conhecer a diversidade do país. Trata-se de um nicho extremamente especializado e organizado. Pressupõe grupos pequenos em horários bem específicos. Utiliza-se de equipamentos como binóculo, câmeras fotográficas e de áudio para gravação e reprodução da vocalização das aves. Esta é uma das maneiras de identificar uma ave, pois muitas vezes é difícil de avista-las.

Por ser o grupo vertebrado de maior distribuição e de mais fácil visualização, despertam especial interesse pela beleza, variedade de cores, formas e cantos e outras características específicas como raridade, endemismo, estilo de construção de ninhos, rituais de acasalamento, entre outros (PIVATTO e GUDES, 2012).

Vale ressaltar que o uso do *playback* (reprodução do canto), assim como a ceva são questionados por alguns pesquisadores e proibidos em algumas unidades de conservação, pois interfere no comportamento das aves causando possível *stress*. No PEC é proibido como pode ser observado na regra da zona de uso extensivo do plano de manejo:

Uso Proibido: “A circulação ou uso de instrumentos sonoros ou musicais, **aparelhos de gravação de sons para atração de animais**, aparelhos de som ou equipamentos semelhantes incompatíveis com os objetivos de contemplação dos atributos naturais das trilhas, salvo exceção dos eventos programados pelo PEC (SÃO Paulo, 2009).” (grifo da autora).

Como já mencionado o PEC faz parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo. Esta forma um corredor ecológico entre as unidades possibilitando conectividade e fluxo genético. A Figura 2 apresenta a região com suas classes de uso.

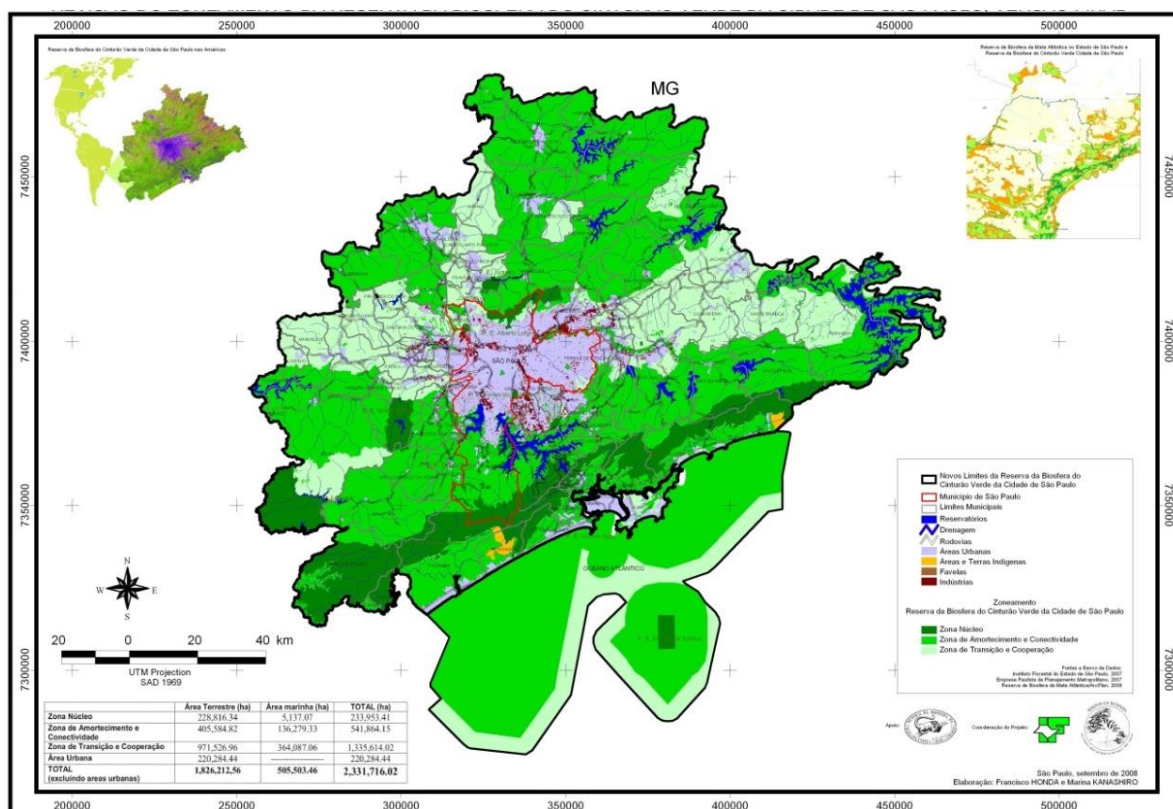


Figura 2. Revisão do Zoneamento da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

Fonte: RBSV, 2015.

As áreas em tom verde escuro são as zonas núcleos com ecossistemas representativos e bem conservados, normalmente correspondem a unidades de conservação como no caso do PEC ao norte na figura.

O PEC possui área de 7.916,52 ha e perímetro de 91 km entre os municípios de São Paulo, Caieiras, Mairiporã e Guarulhos. É dividido em quatro núcleos de visitação: Pedra Grande, Águas Claras, Engordador e Cabuçu. Estima-se que abriga um total de 388 espécies de vertebrados, dos quais 97 são mamíferos, 233 são aves, 28 são anfíbios, 20 são répteis e 10 são peixes (SÃO PAULO, 2009).

A vegetação é caracterizada pela Floresta Ombrófila Densa Montana em diversos estágios de regeneração. O histórico dos ciclos econômicos está impresso no estado de conservação da floresta. Muitas espécies exóticas podem ser encontradas como o café e o pinnus, ambos introduzidos no estado para exploração econômica.

Há construções hidráulicas encontradas na divisa do parque, estas de pequenas dimensões que foram construídas para a captação, o armazenamento e a distribuição das águas dos ribeirões e dos mananciais da serra (VILAR, 2007).

O núcleo Pedra Grande, localizado na zona norte de São Paulo, abriga a sede do parque. Leva este nome devido formação rochosa, de onde é possível avistar a cidade de São Paulo. Este núcleo é o mais visitado e possui três trilhas: da Figueira, da Bica e do Bugio, além da Trilha da Pedra Grande, que na verdade é uma rua asfaltada que leva o visitante da entrada do parque até a Pedra Grande num caminho de 10 km a ser percorrido. A figura 3 mostra a vista da Pedra Grande num contraste entre a floresta e o urbano.



Figura 3. Vista da Pedra Grande.
Foto: Andrade et al, 2009.

Possui ainda o Museu da Pedra Grande inaugurado na década de 1970. Conceitualmente não é considerado um museu, pois não apresenta reserva técnica e serviços específicos da atividade de museologia, entretanto possui um acervo de animais taxidermizados e painéis de trabalhos arqueológicos (SÃO PAULO, 2009).

O núcleo Engordador também se localiza no município de São Paulo. Abriga a maior parte do patrimônio histórico relacionado à origem do Sistema Cantareira. Nele se encontra a Casa de Bombas com maquinário e a represa do Engordador, uma das represas que abastecia o município. A figura 4 e z demonstram do maquinário da época. Há ainda a trilha do Macuco e da cachoeira e de Mountain Bike, além de amplo espaço para recreação e lazer.

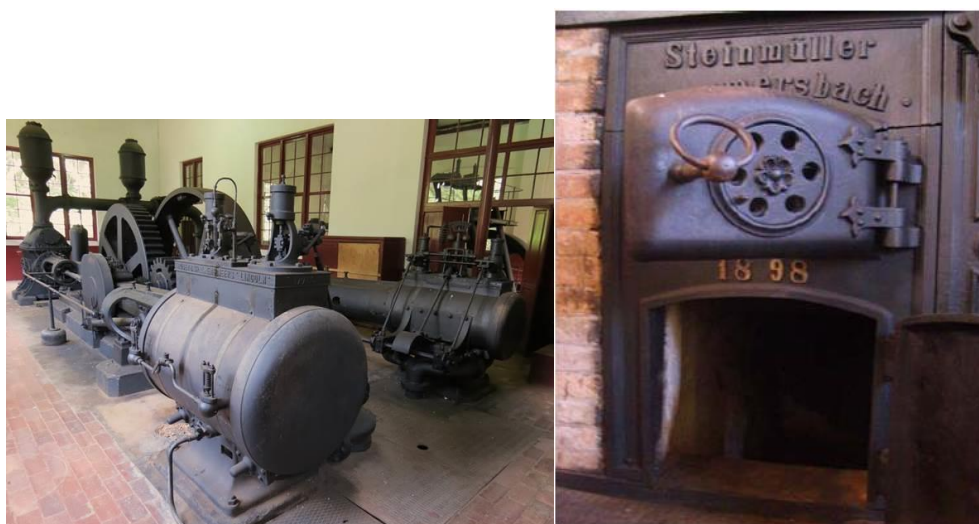


Figura 4. Maquinário da Casa das Bombas.
Fonte: Andrade et al, 2009.

O Núcleo Águas Claras localiza-se no município de Mairiporã. É o mais recente e o menos visitado. Entre os atrativos está o Lago das Carpas onde há espaço para piquenique

e as trilhas interpretativas: das Águas, Suçuarana e Samambaiçu. A figura x apresenta o Lago das Carpas.



Figura 5. Lago das Carpas.

Fonte: Andrade et al, 2009.

O Núcleo Cabuçu está situado no município de Guarulhos. Tem como atrativos a represa e a barragem que datam de 1908, utilizada no passado para abastecer parte da cidade de São Paulo, permaneceu desativada por 98 anos. Em 2006 o abastecimento novamente entra em operação (SÃO PAULO, 2009). Tem as trilhas da Tapiti, da Jaguatirica, Sagui e Cachoeira. A figura 6 demonstra a represa.



Figura 6. Represa Núcleo Cabuçu.

Fonte: Andrade et al, 2009.

O parque por estar rodeado de áreas densamente urbanizadas sofre diversos tipos de pressão de uso como captação irregular de água, caça, realização de cultos religiosos, depósito irregular de lixo e entulhos, uso de drogas, entre outros não condizentes com o status de unidade de conservação. Observa-se dificuldade do Estado em se fazer presente em toda área do parque ficando este exposto a muitas irregularidades e impactos negativos.

As trilhas são o principal meio de interação com a unidade de conservação se configurando como atrativo em si. As trilhas do PEC são razoavelmente conservadas apresentando alguns impactos como presença de lixo e caminhos secundários (atalhos). O grau de dificuldade varia de fácil a médio sendo acessíveis a quase todo tipo de público. Não há nenhuma trilha adaptada para deficientes.

Há ainda algumas trilhas não oficiais que são utilizadas indiscriminadamente e sem autorização. Um exemplo é a trilha do Macaco ou trilha do Pinheirinho que não é aberta oficialmente, porém é amplamente utilizada para prática de *mountain bike* e divulgada em diversos sites na internet. A trilha está localizada no município de Mairiporã e foi diagnosticada como área relevante para conservação devido às espécies encontradas no local. O uso de bicicletas tem ocasionado processos erosivos na trilha e a gestão do parque não tem conseguido coibir o uso da mesma. A Figura 7 apresenta a utilização da trilha por ciclistas.



Figura 7. Uso irregular na Trilha do Macaco.
Fonte: Andrade et al, 2009.

O uso público dos parques é um direito dos indivíduos garantidos por lei. No Brasil há ainda uma visão de “parques fortaleza” onde restrições e regras rígidas impedem as pessoas de usufruir desses espaços. Este fato é questionado por grupos, especialmente os organizados como montanhistas, ciclistas e observadores de aves. As unidades de conservação deveriam cada dia mais ter este público como parceiro na elaboração das regras, pois estes podem contribuir na valorização e proteção das UCs. De forma geral, são pessoas conscientizadas que gostam de estar em contato com a natureza e prezam pelos lugares conservados.

Muitas áreas não estão preparadas para atender o visitante por falta de estrutura, proteção e equipe. Quando comparadas com outros países o número de visitantes nas UCs do Brasil é irrisório. Este fato priva as pessoas do direito de conhecer esses locais e deixa de gerar divisas para gestão dessas áreas. O governo de São Paulo lançou em 2008 um programa “Trilhas de São Paulo: conhecer para conservar”. Trata-se de um passaporte divulgando trilhas nos parques estaduais. Porém, o que se observa é que projetos são

lançados e brevemente abandonados quando a mudança de gestão, ainda que no estado o mesmo partido governa a mais de vinte anos.

O PEC é aberto à visitação ao público geral nos finais de semana, feriados e férias escolares. De terça a sexta recebe grupos agendados para estudo do meio. O ingresso custa R\$12,00 (crianças menores de 12 anos, adultos com mais de 60 anos e pessoas com deficiência não pagam). Estudantes pagam meia-entrada. Não há na UC serviços de alimentação e hospedagem. Os núcleos possuem monitores, que atendem os grupos agendados e prestam informações aos visitantes em geral. O serviço de monitoria, assim como de vigilância são terceirizados.

As unidades de conservação devem ter um instrumento de planejamento denominado plano de manejo. Este deve ser elaborado num prazo de cinco anos a partir da criação da UC e revisado a cada cinco anos. Estudos demonstram que muitas unidades de conservação no Brasil não possui este documento.

O PEC teve seu primeiro plano de manejo elaborado na década de 1970 e uma revisão aprovada pelo CONSEMA⁶⁰ em 2009. Este último incorporou procedimentos metodológicos atuais, englobando a participação de diversos especialistas do meio físico, biótico e antrópico, além de realizar oficinas participativas com comunidades e instituições que se relacionam com a UC. Sua localização, com entorno extremamente heterogêneo e complexo cria uma rede de relações com os mais diferentes atores e demandas.

Dentro dos produtos pautados pelos diagnósticos realizados estão o zoneamento e os programas de gestão. Dentre as zonas há duas específicas com foco no uso público a zona de uso intensivo e a de uso extensivo. Há ainda a zona histórico-cultural, porém no PEC esta se sobrepõe a uma das duas outras zonas citadas, adotando suas respectivas regras. A figura 8 a apresenta o mapa de zoneamento do PEC.

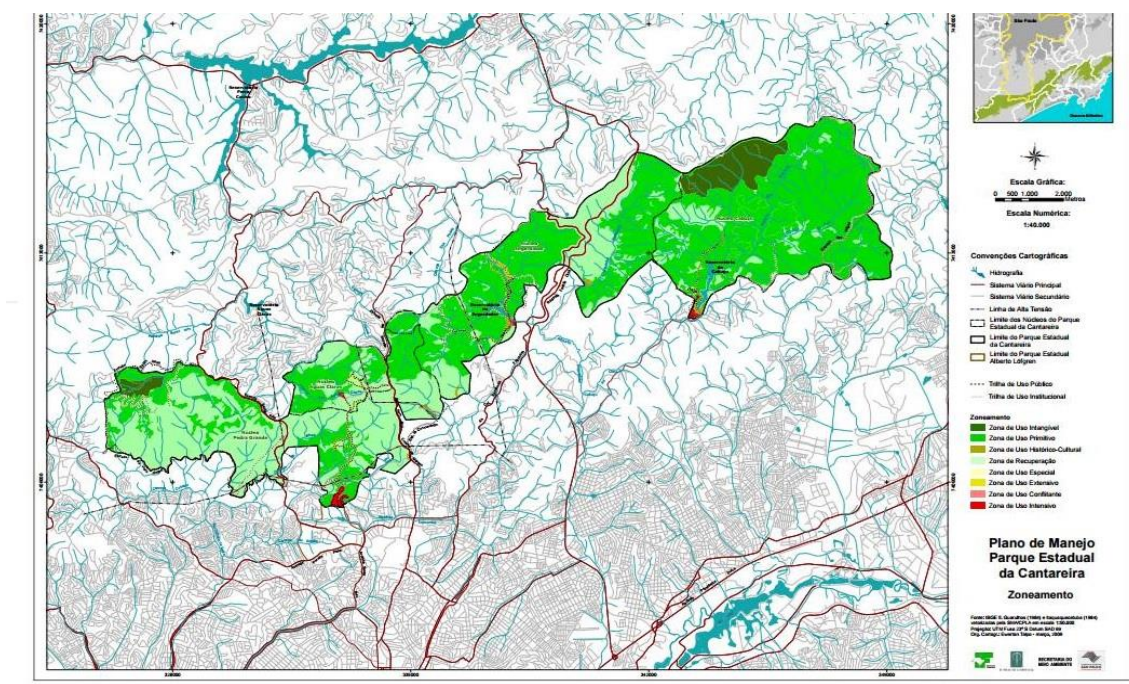


Figura 8. Mapa de zoneamento PEC.
Fonte: SÃO PAULO, 2009.

⁶⁰ CONSEMA: Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Como pode se observar no mapa as zonas de uso intensivo e extensivo compreendem uma pequena parcela da área total sendo a primeira 0,47 % e a segunda 1,06 % do total da área (SÃO PAULO, 2009). Isto demonstra que a principal função da UC é a conservação dos seus recursos e apenas uma pequena amostra do seu patrimônio é aberta para o uso público.

Observa-se no plano de manejo a preocupação com a valorização do patrimônio histórico cultural. O Programa de Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Cultural traz uma diretriz específica para gestão do patrimônio cultural com as seguintes linhas de ação:

- Desenvolver um programa sistemático de recuperação e restauro do patrimônio histórico cultural;
- Procurar soluções, caminhos e meios para a divulgação do patrimônio e consequente sensibilização da comunidade;
- Implantar roteiros para visitação do patrimônio histórico e arqueológico;
- Propor novos diplomas legais para conservação do patrimônio históricocultural;
- Identificar no local cada bem, com elementos suficientes, corretos elegíveis com explicação de sua importância histórica (SÃO PAULO, 2009).

O Programa de Uso Público traz a seguinte diretriz: Fortalecimento do Caráter Histórico-Cultural com as seguintes linhas de ação:

- Integrar os aspectos histórico-culturais nos roteiros interpretativos/educativos;
- Vincular o processo histórico e a questão ambiental do Parque com o desenvolvimento da cidade de São Paulo como roteiro de visitação (SÃO PAULO, 2009).

A integração do patrimônio natural e cultural é uma excelente oportunidade para valorização de ambos os aspectos. As principais atividades realizadas no PEC são caminhada nas trilhas e utilização dos equipamentos de recreação, além dos estudos do meio.

O rol de possibilidades de uso de um parque é diversificado e tem se profissionalizado no mundo todo. O PEC poderia expandir a gama de atividades realizadas no seu interior sem prejudicar a proteção do seu patrimônio. Quanto mais às pessoas conhecem esse tipo de local e sua importância mais os valoriza.

A implantação de qualquer atividade dentro de uma UC demanda de estudos e deve estar prevista no seu plano de manejo. É fato que o estado não tem condições de operar atividades turísticas, porém estas podem ser realizadas por terceiros desde que a autorização seja feita de maneira transparente. Há uma discussão no Estado de São Paulo sobre concessões das UCs. Estas têm sido severamente criticadas por ambientalistas e avaliadas como inconstitucionais, especialmente por não consultar os interessados e as comunidades, direito garantidos por lei.

No Brasil há algumas experiências de unidades de conservação que tem sua área de uso público gerenciada pela iniciativa privada como o Parque Nacional do Iguaçu, dentre os mais visitados do Brasil. No Estado de São Paulo alguns parques possuem concessão de serviços como lanchonetes, aluguel de bicicleta, arborismo, tirolesa e vendas de *souvenirs*. É o caso do Parque Estadual de Campos de Jordão e do Parque Estadual Caverna do Diabo, por exemplo.

O debate sobre o tema é extremamente relevante visto o pequeno número de visitantes nas unidades de conservação no Brasil diante do potencial, especialmente quando comparado a outros países semelhantes como a Costa Rica, por exemplo.

De acordo com Waligora (2012), nos 18 parques nacionais abertos à visitação ordenada, foram registradas aproximadamente quatro milhões de visitas em 2009. Outros 49 parques nacionais permaneciam fechados ao turismo naquele ano. Nos EUA foram registradas 273 milhões de visitas aos Parques Nacionais em 2005.

A tabela 1 apresenta um breve esboço de algumas atividades que o PEC poderia oferecer ao visitante. Vale reforçar que qualquer atividade a ser implantada deve ser primeiramente avaliada por profissionais capacitados e estar prevista no seu plano de manejo. O plano de manejo do PEC deveria estar em fase de revisão de acordo com a legislação pertinente (SNUC). Esse estudo não esgota as atividades possíveis e nem é uma proposta para implantação na UC. Trata-se de um levantamento de possibilidades que podem ser avaliadas no futuro. Os campos da tabela foram preenchidos com sim em verde quando a atividade pode e é realizada no núcleo e sim em vermelho quando poderia ser realizada, mas não é.

Tabela 1. Atividades e serviços turísticos possíveis de serem realizados no Parque Estadual da Cantareira.

Núcleo	Aguas Claras	Engordador	Cabuçu	Pedra Grande
Atividades				
Observação de fauna	Sim	Sim	Sim	Sim
Observação de flora	Sim	Sim	Sim	Sim
Observação de formações geológicas	Sim	Sim	Sim	Sim
Observação de sítios arqueológicos	Não	Sim	Sim	Sim
Observação astronômica	Sim	Sim	Sim	Sim
Trekking⁶¹	Sim	Sim	Sim	Sim
Hikking⁶²	Sim	Sim	Sim	Sim

⁶¹Trekking: caminhadas de dois ou mais dias em que os participantes precisam carregar parte dos equipamentos em mochilas, pernoitando em acampamentos ou utilizando meios de hospedagem, como pousadas e casas de famílias (BRASIL, 2002).

⁶²hikking: - caminhadas curtas, realizadas sem o transporte de muito peso, com retorno ao ponto de partida antes do anoitecer (BRASIL, 2002).

Canoagem	Não	Sim	Sim	Não
Arborismo	Sim	Sim	Sim	Sim
Tirolesa	Sim	Sim	Sim	Sim
Corrida	Sim	Sim	Sim	Sim
Cavalgada	Sim	Sim	Sim	Sim
Mountain bike	Sim ⁶³	Sim	Sim	Sim
Boia – cross	Não	Não	Não	Não
Canionismo	Não	Sim	Sim	Não
Pesca esportiva	Sim	Sim	Sim	Não
Acampamento	Sim	Sim	Sim	Sim
Safare fotográfico	Sim	Sim	Sim	Sim
Escalada	Não	Não	Não	Não
Pousada/hotel	Sim	Sim	Sim	Sim
Serviços de A&B	Sim	Sim	Sim	Sim
Piquenique	Sim	Sim	Sim	Sim
Turismo Científico ⁶⁴	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observa-se que boa parte das atividades expostas, possíveis de serem oferecidas no parque, não é devido às regras elaboradas no seu plano de manejo. Sabe-se que este foi elaborado por especialistas de diferentes áreas do conhecimento e consultados diversos atores envolvidos por meio de oficinas participativas. Evidentemente algumas atividades expostas não condizem com uma unidade de conservação como a pesca esportiva, por exemplo, mas será que serviços de alimentação e arborismo não são pertinentes? É fundamental que as possibilidades sejam sempre avaliadas e questionadas e as UCs estejam abertas a ouvir e atender novos públicos e novas demandas.

Dentre as recomendações do plano de manejo do PEC está que novas atividades oferecidas ao público deverão estar alicerçadas em estudos de viabilidade ambiental, econômica e de segurança, aprovadas pelo órgão gestor e implantadas com baixo impacto (SÃO PAULO, 2009).

⁶³No Núcleo Águas Claras há uma trilha amplamente utilizada para mountain bike, porém não é permitido pelas regras da UC, o uso é irregular.

⁶⁴ Turismo científico: pouco difundido no Brasil consiste na participação de turistas em etapas distintas de um trabalho científico, especialmente aqueles em que o foco da pesquisa é um animal (PIVATTO e GUEDES, 2012).

O visitante que frequenta o parque é predominantemente do município de São Paulo, o que não justifica a implantação de meios de hospedagem. A visitação nos quatro núcleos não ultrapassa cinquenta mil visitantes por ano. As principais atividades são caminhadas nas trilhas, uso das áreas de recreação e estudos do meio. Deste modo, acredita-se que o potencial da unidade de conservação enquanto patrimônio histórico cultural e natural está aquém das suas possibilidades.

Conclusão

A diversidade natural e cultural do Brasil é impar em relação a muitos países do mundo. Todo este potencial tem sido utilizado de maneira extremamente tímida, embora tenha tido avanços significativos. A conservação do patrimônio cultural e natural é primordial para manutenção de serviços ecossistêmicos e qualidade de vida das pessoas.

As unidades de conservação são instituídas para esse fim, mas também são áreas destinadas ao uso público, onde é possível estar com contato com o meio natural e compreender a relação e importância desses espaços.

O Estado de São Paulo abriga importantes áreas, ainda que seja o estado mais urbanizado e industrializado do país. Relevantes fragmentos de Mata Atlântica estão protegidos por unidades de conservação no Vale do Ribeira, na Serra da Mantiqueira, na Serra do Mar e na Serra da Cantareira, onde se encontra o Parque Estadual da Cantareira aqui apresentado.

A Cantareira foi palco de muitas mudanças e intervenções. Como demonstra Vilar (2007), a história passa também pelo cotidiano: pelos encanamentos, por pontes e aquedutos, reservatórios de água, pelas habitações simples, pelos veículos de serviço, pelas máquinas e utensílios.

Observa-se que a exploração dos aspectos históricos que representa devem ser mais bem utilizados. Atualmente ouve-se falar muito no Sistema Cantareira devido aos *stress* hídrico que o estado se encontra. A importância do parque na manutenção da floresta, que por consequência protege e garante a produção de água, assim como todo histórico na captação do município é extremamente relevante como fonte de aprendizado e valorização desses aspectos. Sendo assim, é fundamental que mais roteiros integrados sejam realizados e mais pessoas tenham contato com o espaço.

Referências

- ANDRADE, W. et al. *Diagnóstico da visitação pública e propostas de ação para o Parque Estadual da Cantareira, SP, Brasil*. IF, Série Registros. n.38. p.128. São Paulo: 2009.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. Brasília, DF: 2004.32p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Ecoturismo: Visitar para conservar e desenvolver a Amazônia*. Brasília: 2002.
- CARVALHO, M,R,R. *Nos Caminhos da Serra: Arqueologia, história, patrimônio e memória. A ocupação humana na Serra da Cantareira entre os séculos XVII e XX*. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2012.

PIVATTO, M, A,S. GUEDES, N, M, R. *Observação de Vida Silvestre e Turismo Científico: interagir e conservar a natureza*. In: *Ecoturismo: Nas Trilhas da Biodiversidade Brasileira*. Org.: SABINO, J. Edição Natureza em Foco. Co-edição: Sebrae. Campo Grande: 2012.

SABINO,J. ANDRADE, L, P. BESSA, E. *Ecoturismo: Valorizar a natureza para gerar negócios sustentáveis e renda*. In: *Ecoturismo: Nas Trilhas da Biodiversidade Brasileira*. Org.: SABINO, J. Edição Natureza em Foco. Co-edição: Sebrae. Campo Grande: 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Meio Ambiente (Fundação Florestal). *Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira*. São Paulo: 2009.

VILAR, D,D. *Água aos cântaros-os reservatórios da Cantareira: um estudo da arqueologia industrial*. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.

WALIGORA, I. *Turismo de Natureza: Desafios do Crescimento*. In: *Ecoturismo: Nas Trilhas da Biodiversidade Brasileira*. Org.: SABINO, J. Edição Natureza em Foco. Co-edição: Sebrae. Campo Grande: 2012.

A PESCA RECREATIVA COMO PRÁTICA CULTURAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO EM TUPACIGUARA, MG.

*Bruno Fernando Borges Sant' Ana
Andersoin Perteira Portugeuz*

Introdução

O presente trabalho traz um estudo da pesca recreativa/esportiva no município de Tupaciguara, MG. Desse modo, o objetivo geral deste trabalho foi compreender a dinâmica turística ocasionada pela pesca recreativa e esportiva no município.

Para alcançar o objetivo principal, elencamos alguns objetivos específicos, a saber: compreender o processo de turistificação de Tupaciguara a partir da atividade pesqueira; observar como a oferta turística local dialoga com a atividade pesqueira; compreender como a pesca cria oportunidades de trabalho para a comunidade receptora, tanto por meio do turismo, quanto por atividades associadas; observar a infraestrutura de acesso aos lugares de pesca.

O município de Tupaciguara, MG (Figura 1) está localizada na porção norte da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, tendo parte de suas terras banhadas pelo Rio Paranaíba e fazendo divisa entre os Estados de Minas Gerais e Goiás.

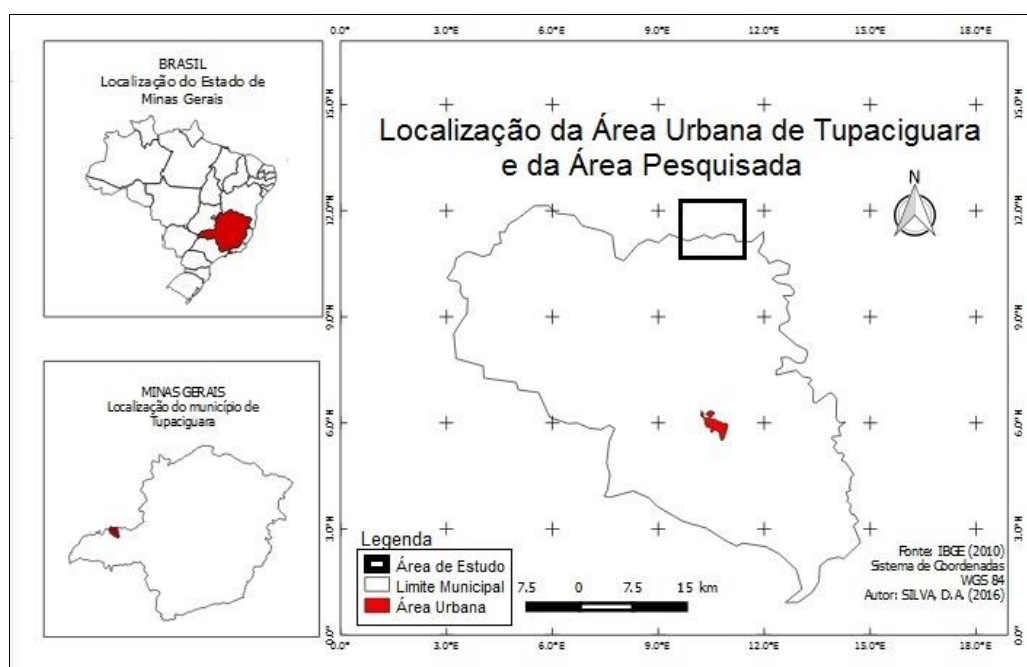


Figura 1. Localização do Município de Tupaciguara.

Fonte: Base cartográfica do IBGE.

Na história do município, Tupaciguara já foi distrito de Monte Alegre de Minas e já teve o atual município de Araporã como distrito e atualmente conta com dois povoados: Balsamo e Brilhante. A população atual está estimada em 25.171 habitantes de acordo com os dados do IBGE (2013). Possui localização estratégica, pois está próxima à cidades populosas como: Araguari, Itumbiara, Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (todas em raio de até 200 km) e também das rodovias BR-452, BR-153 e BR-365.

Esta pesquisa teve início a partir da curiosidade dos pesquisadores em relação à pesca e o turismo em Tupaciguara. Vale ressaltar que estas duas atividades são muito complexas e abrangem várias temáticas, como: economia, conservação da paisagem, uso da água, ações do poder público, esporte, lazer, transporte entre outras. Depois da curiosidade, vem a necessidade de entender o processo histórico que deu origem a pesca esportiva/recreativa em Tupaciguara, pois essa é uma clara carência do município, que não conta com muitos estudos sobre seu espaço geográfico.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi realizada em três etapas. Na primeira, realizou-se pesquisa documental, cartográfica e bibliográfica, para compreender as características do lugar estudado. Na segunda etapa da pesquisa, realizou-se trabalhos de campo para coletar dados primários na sede municipal e nas áreas turistificadas junto ao Lago de Furnas. Realizou-se entrevistas com representantes do poder público local, entrevistas com empreendedores do município, visitou-se empreendimentos turísticos, percorreu-se a rota turística mais conhecida até o lago de Furnas (Serra da Confusão) e montou-se um acervo fotográfico das áreas visitadas.

Este trabalho se justifica por contribuir com o entendimento da pesca como fator de produção do espaço social e como suporte para a consolidação da atividade turística. Diante do crescimento do turismo interno no Brasil como um todo, vale lembrar que a pesca e o turismo são vocações do país, de modo que estudos dessa natureza se fazem cada vez mais necessários. Modestamente, pretende-se contribuir com tal debate.

Geografia, Pesca e Turismo

No Brasil, são raros os estudos que podem ser classificados como pertencentes ao ramo da Geografia da Pesca. Segundo PORTUGUEZ (2010), um de seus precursores, essa área de pesquisa da Geografia contava no ano de 2009 com poucos trabalhos sobre o tema, ainda que a rede hidrográfica do país e seu extenso litoral possuía grande quantidade de comunidades de pescadores e locais de pesca recreativa.

Para esse mesmo autor, a Geografia da Pesca possui grande abrangência temática em seus estudos, mas via de regra tem se preocupado em analisar o papel da pesca (em suas distintas escalas) na produção do espaço em áreas de pesca esportiva, pesca artesanal, pesca recreativa, ou pesca industrial.

A pesca tem gerado interesses em diferentes ciências: antropologia, engenharia, economia, zootecnia e outras. Porém, há na história da Geografia brasileira um estranho silêncio sobre essa atividade. Já a Geografia do Turismo encontra-se bem desenvolvida no Brasil e no mundo. Segundo Rodrigues (1997), os estudos geográficos do turismo se iniciaram no Brasil de forma mais intensa nas décadas de 1980/1990, constituindo-se na atualidade em um dos mais importantes ramos da pesquisa geográfica brasileira.

Desta forma, o presente trabalho constitui-se em uma contribuição à ampliação do debate geográfico sobre a pesca e, ao mesmo tempo, traz pela primeira vez para o município de Tupaciguara, um olhar analítico e crítico sobre a dinâmica do turismo local.

O Fenômeno Social da Pesca

A pesca é uma importante atividade praticada desde a pré-história. Segundo Perles (1998) ela surgiu há 8000 anos aC. no período Mesolítico, provavelmente entre grupos humanos primitivos em diferentes recantos do planeta. Sempre foi uma importante fonte de nutrientes, pois foi uma atividade desenvolvida bem antes da pecuária e da agricultura, que também eram importantes fontes de alimento na pré-história.

Mesmo em um período onde não havia grande aporte tecnológica, surgiu alguns pequenos avanços que contribuíram com a melhora das atividades inerentes à busca de alimentos. Cita-se como exemplo a invenção do anzol no final do período paleolítico, utensílio este que é utilizado até os dias atuais. Porém, outras invenções importantes foram as armadilhas e redes de pesca, que potencializaram a pesca, permitindo a captura de dezenas de peixes de uma só vez. Tal fato se deu, segundo Perlès (1998), no período neolítico.

Mesmos com os avanços conquistados nesses dois períodos já citados, a pesca veio a ter seu grande avanço séculos mais tarde, na Idade Média, quando a pesca passa a acontecer nas propriedades feudais. O trabalho era realizado pelos servos, que pagavam o senhor pelo uso da terra com peixes e outros produtos do trabalho na lavoura e na criação de rebanhos. Isto ocorrera, principalmente, na França e na Inglaterra. Na Inglaterra, posteriormente, os proprietários que já aceitavam os peixes como formas de pagamento passaram a aceitar também o óleo de peixe. (SMITH, 1971).

Durante os séculos VII ao X, os peixes ganharam ainda mais adeptos ao consumo, pois passaram a fazer parte da alimentação popular, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Os peixes mais consumidos pela população eram: o atum salgado e o arenque, além da carne de baleia (mamífero marinho). No entanto, a aristocracia feudal consumiam peixes e frutos do mar mais refinados como lagostas, salmão e outros tipos de pescados considerados finos. Mas vale ressaltar que o peixe que adquiriu grande importância nesse período foi o arenque, pois o mesmo se tornou o mais popular da época, na Idade Média. Outra relevância do arenque foi a sua importância para o surgimento de cidades e também portos de pesca no Mar do Norte e da Mancha (BOYER, 1967).

Com o passar do tempo a pesca ganhou mais importância. Na Alta Idade Média a mesma passou a ser praticada de forma intensa, já não só na Escandinávia, mas também em outros lugares como na Bretanha, Inglaterra, Mediterrâneo, Normandia e Cantábrico. Porém, mais tarde, nos séculos X e XI houve o aparecimento das primeiras corporações de comerciantes como a Frères Pontifies, que focaram suas atividades no comércio de pescados. Na França, possuíam corporações diferentes, tanto para peixes de água doce, como para os peixes de água salgada. Assim surgiram diversos tipos de comerciantes: os atacadistas, varejistas e os ambulantes. (DIEGUES, 1983).

Com o crescimento do comércio em volta da pesca, surgiram melhorias tecnológicas que potencializaram a obtenção de maior quantidade de pescados para abastecer o mercado consumidor e, posteriormente, as indústrias alimentícias. Com isso, houve aumento no poder de captura das embarcações, que passaram a ser cada vez maiores para poder capturar e armazenar maior quantidade de peixes. Com a utilização de gelo (extraídos de banquias e *icebergs*), foi possível se passar mais tempo no mar para a obtenção de peixes, pois o gelo ajudava na conservação da carne.

Por volta do ano 1400, a evolução dos barcos possibilitou armazenar de 10 a 100 toneladas de pescados. Cresceu ainda a frota baleeira, que se manteve operante em escala

global até meados do século XX, quando a proibição da captura de baleias se deu em boa parte dos países do mundo.

Vale ressaltar os holandeses, que entraram fortes na pesca de arenque e em 1416 tiveram a iniciativa de juntar redes e, posteriormente, já no século XV, passaram a utilizá-las em larga escala. Cada vez mais era necessário maior capital para custear os barcos e os gatos com a tripulação. No século XV, houve a chegada de barcos a Península do Labrador, no Canadá, em busca de bacalhau, peixe este que seria o mais capturado durante os séculos XVI ao XVIII. Nesse período, os barcos transportavam de 40 a 150 toneladas de pescados. (DIEGUES, 1983).

Na América Latina e no próprio Brasil, a pesca já era praticada de forma artesanal pelos grupos indígenas, que aqui viviam bem antes mesmo da chegada dos espanhóis e portugueses. U das formas de esses grupos conseguirem alimentos vinha principalmente da água, fato que ocorre até os dias de hoje. No Brasil, dentre as fontes de proteínas, os peixes ainda são o alimento predileto da maior parte das tribos, ate mesmo por conta da facilidade de encontrá-los na natureza tropical e conhecimento de técnicas para a captura, principalmente com uso de flechas e armadilhas (PORTUGUEZ, 2010).

A engenharia naval se desenvolveu, construindo navios que fizeram viagens grandes e até descobrimentos. Até mesmo as caravelas passaram por mudanças para atender a pesca. Porém, na década de 1880, os barcos ganharam um diferencial como a maquina a vapor e depois o motor a combustão, o que possibilitou maior agilidade aos barcos pesqueiros. Estes passaram a ter capacidade de pescar mais em menos tempo, o que resultou na gradativa degradação da população de diversas espécies de peixes.

Novas técnicas para se pescar também foram surgindo com esse aumento de tecnologias no decorrer dos séculos, como o sistema de parelha, onde dois barcos arrastam uma única rede com dimensões bem maiores do que as utilizadas antes. Outra invenção também muito importante para a evolução pesqueira foi à utilização de tábuas, que tinham a função de manter a boca da rede aberta (DIEGUES, 1983).

No Oriente Médio, a história de Jesus e Pedro remete ao mundo da pesca, isto há mais de dois mil anos atrás. No oriente, os povos polinésios eram grandes pescadores, navegadores e agricultores. Foram responsáveis por fundarem comunidades pesqueiras em ilhas de todo o pacífico. No continente africano vale lembrar da pesca no rio Nilo, um dos mais importantes do mundo, onde a pesca é a fonte de alimento e trabalho para milhares de africanos (PERLÈS, 1998).

Ainda na África, vale destacar a pesca como atividade vinculada à vida dos povos Fon e Yorubás. Portuguese (2015) lembra que a pesca era, além de fonte de alimentos, uma prática abençoada pelos deuses e deusas da natureza. Nos cultos tradicionais aos Orixás da costa centro-oeste africana, vê-se claramente a figura do peixe como fonte de alimento e como a carne mantenedora da vida. É, por exemplo, o caso dos cultos à divindades como: Olokun, Yemonjá, Oxun, Logun Edé e Babá Epejá.

Do ponto de vista geográfico, a pesca se tornou uma importante atividade dinamizadora da economia e do espaço. Lendo Portuguese (2010) e Braconaro (2011), pode-se observar que em um primeiro momento, a pesca representou para o ser humano uma forma de obtenção de alimentos. Nesse caso, os espaços da pesca e da ocupação humana muitas vezes se coincidiam, de modo que achados arqueológicos revelam os antigos modo de vida das comunidades ancestrais.

Os autores argumentam que o homem da antiguidade tinha a pesca como um traço cultural importante, por meio do qual estabelecia ricas interações com o meio ambiente, quer em áreas costeiras, quer em áreas fluviais.

Na medida em que as comunidades iam se tornando sedentárias, a pesca complementava a obtenção de proteínas. Portuguesez (2010) acredita que a transformação da pesca em atividade recreativa talvez tenha surgido nesse período, quando pescar não era necessariamente uma obrigação, mas sim uma forma de interação social e diversão, ainda que cumprisse papel relevante na alimentação humana.

Se a pesca muda seu sentido, seu significado, ela passa também a mudar as paisagens onde ocorre. Diegues (1983) lembra que aos poucos, surgirão vilas de pescadores nos lugares de maior piscosidade, muitas vezes evoluindo para importantes centros urbanos, com imponentes estruturas portuárias e redes mercantis. Nessa perspectiva, a pesca contribuiu para a formação de espaços dinâmicos, ainda que algumas cidades da atualidade a tenham apenas como um traço de seu passado histórico.

No Brasil, segundo Portuguesez (2010) inúmeras cidades surgiram a partir de vilas de pescadores, tais como Piúma e Maratáizes no litoral do Estado do Espírito Santo. Braconaro (2011) lembra que será na modernidade industrial que a pesca recreativa se tornará uma atividade organizada e mais estruturada. A indústria pesqueira se desenvolveu, novas tecnologias foram geradas e a indústria naval se aprimorou. Todos esses fatores criaram espacialidades bem específicas, de forma a abrir para a Geografia uma ampla e complexa área de análise.

Como dito anteriormente, no Brasil são poucos os estudos que tratam do tema, de forma que o setor de pesca ainda espera da Geografia uma revisão mais aprofundada dos processos espaciais relacionados à pesca. De acordo com Portuguesez (2010), os estudos de Geografia da Pesca são raros, não superando a marca de 10 pesquisas de peso. O autor realizou pesquisas nos bancos de teses e dissertações disponíveis na época de sua pesquisa e concluiu que a pesca é tratada, via de regra, como tema secundário em algumas pesquisas, raramente protagonizando as temáticas escolhidas pelos mestrands e doutorandos. No Triângulo Mineiro, por exemplo, foi possível encontrar apenas a pesquisa de Braconaro (2011), que estudou a pesca recreativa no rio Araguari.

Dito isso, pode-se então partir para uma das contribuições a que a presente pesquisa se propõe, que é trazer um relato de alguns detalhes da pesca no município de Tupaciguara.

A Pesca em Tupaciguara

Os recursos hídricos são de suma importância para um país, estado, região e uma cidade, pois muitos fatores dependem da sua disponibilidade, como para o uso industrial e doméstico, importante para as mais variadas espécies de animais e plantas.

A cidade de Tupaciguara-Mg está numa região muito privilegiada em relação a recursos hídricos, pois ao seu redor encontram-se rios, ribeirões, represas, cachoeiras e córregos. Destacam-se os rios Paranaíba, Rio Araguari, Rio Piedade e Rio Bonito, possui também a represa de Furnas. Com esta grande disponibilidade de água no município é possível encontrar uma variedade de peixes.

Buscou-se saber neste estudo como era a pesca nas águas do município em outras décadas atrás, no entanto foi necessário ir a campo atrás de pessoas que viviam da pesca

para sobreviver. Nas entrevistas foi possível obter algumas informações muito importantes relacionado a pesca no município em décadas passadas.

Um dos entrevistados foi o senhor Misael, que reside na cidade de Tupaciguara há muitos anos, ele relatou que viveu da pesca durante muitos anos, esta atividade era a sua fonte de renda para sustentar a sua família. No relato o entrevistado disse que começou a pescar no município por volta do fim da década de 1970 e início da década de 1980, segundo ele 1979 nas águas do Rio Paranaíba, mas anos depois passou a pescar nas águas da Represa de Furnas.

O seu trabalho era realizado com equipamentos como as redes, seva, espinhel, equipamentos comuns alguns deles são utilizados até os dias de hoje, um dado importante relatado foi que o entrevistado utilizava barco a motor, o que ajudava bastante no seu trabalho, pois o mesmo dava velocidade de locomoção e menos esforço, no caso de barco a remo o esforço seria muito maior, além de se locomover mais lentamente.

Com a construção da Represa de Furnas algumas espécies foram lançadas nas águas, afim de que pudessem se reproduzir aumentando a quantidade de peixes. Os primeiros peixes pescados na Represa de Furnas foi o pintado, posteriormente outras espécies começaram a ser pescadas como o curimba também conhecido como “papaterra”, barbado, traíra e tucunaré. Ambas as espécies de peixes eram encontradas em grandes quantidades. Com esse aumento da quantidade de peixes na Represa de Furnas, a prática da pesca passou a ter mais adeptos para entre os moradores do município, outros pescadores passaram a utilizar a pesca como uma fonte de extrair seu sustento.

De acordo com o entrevistado durante os meses de janeiro a março era a melhor época do ano para se praticar a atividade, onde o mesmo passava praticamente dia e noite na captura dos pescados. Os peixes pescados diariamente eram vendidos para supermercados e mercearias do município, com a renda obtida com a comercialização dos mesmos era utilizado para o sustento da família.

Em relação às estradas que ligavam até a Represa de Furnas não era das melhores, pois a represa era recém construída e o acesso muito restrito ainda na época. Os meios de transporte em plena década de 1980 eram feito através de tração de animais como o cavalo, a utilização de bicicleta também era algo comum, devido que as pessoas de baixa renda não possuíam condições de adquirir um automóvel para auxiliar no transporte dos pescados, também em algumas situações a locomoção era realizada através de caminhada, pois em algumas localidades não havia a existência de estradas ainda.

Foi realizada a entrevista com o Sr. Rafael uma pessoa bem mais jovem em relação ao primeiro entrevistado, no entanto ele retrata a pesca já por fins da década de 1990. A atividade era feita com equipamentos bem simples como o litro e colher, onde e feita uma improvisação para poder capturar os peixes, além do litro e a colher o anzol também era utilizado.

A pesca por ele realizada não era somente na Represa de Furnas, mas também no Rio Araguari e córregos do município. Os peixes mais encontrados na ocasião eram das espécies mandi, pacu, piapara e pintado. Pode-se ver que em relação a década de 1980 encontra-se espécies diferentes pescadas nas águas que passam pelo município de Tupaciguara.

Já a venda dos peixes não era feita para supermercados e mercearias, mas sim de forma particular, o que segundo o entrevistado dava mais rentabilidade, pois vender para supermercados e mercearias se perdia muito nos valores finais.

Após alguns anos a situação das estradas não apresentou muitas melhorias de acordo com as opiniões dos pescadores, pois as mesmas são classificadas como ruins ambas as estradas continuam sendo de terra entre elas a popularmente “estrada da balsa” e rodovia MG 223 que liga Tupaciguara ao município vizinho de Araguari.

O meio de transporte mais utilizado pelo entrevistado era a bicicleta, na falta deste meio de transporte o mesmo ia caminhando até o local para pesca, principalmente nos córregos, em alguns casos o mesmo utilizava como meio de transporte as caronas, na rodovia MG 223 era freqüente a utilização de caronas.

Atualmente a pesca ganha contornos de lazer e turismo. Nos próximos tópicos serão apresentados conceitos e dados sobre a atividade recreativa e como ela dialoga com a pesca no município de Tupaciguara. Antes, porém, convém compreender o conceito de turismo.

Turismo de Pesca

Antes de tratar do Turismo de pesca, é necessário refletir um pouco sobre os segmentos turísticos. De acordo com o Ministério de Turismo⁶⁵, a segmentação seria uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Porém os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda.

A partir da demanda a segmentação passa a ser definida pela identificação de grupos de consumidores, que se caracterizam por suas especificidades em relação a fatores que determinam suas decisões, preferências e motivações. Ressalta que os roteiros turísticos e os produtos são definidos com base na oferta, caracterizando segmentos e também tipos específicos de consumo turístico. Daí, as características dos segmentos da oferta é que delineia (em grande parte) a imagem do lugar turístico.

Dessa forma, o Governo Federal, por exemplo, definiu vários segmento de turismo: turismo social, ecoturismo, turismo cultural, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de esportes, turismo de pesca, turismo náutico, turismo de aventura, turismo de sol e praia, turismo de negócios e eventos, turismo rural e turismo saúde.

O turismo de pesca é um dos segmentos que apresenta maior índice de crescimento entre as chamadas modalidades de “turismo alternativo” (leia-se, alternativa ao turismo de consumo massificado). O Brasil possui vocação para o turismo e também para a pesca, pois temos uma das maiores dimensões territoriais do mundo, grande extensão costeira, farta rede hídrica e inúmeras espécies de peixes.

No Brasil, o turismo veio a ganhar mais atenção e investimentos nos fins dos anos 1990, e em 2003, com a criação do Ministério do Turismo. O Turismo de Pesca fundamenta-se em dois aspectos principais que são: os movimentos turísticos que ocorrem em territórios específicos, em razão da presença de espécimes singulares de peixes, e também o perfil do turista de pesca, em função de sua motivação caracterizada pelo usufruto dos recursos naturais.

As atividades turísticas do turismo de pesca são dinamizadas pela prática da pesca amadora envolvendo a oferta de equipamentos, produtos e serviços, como a operação e agenciamento de pacotes turísticos que agregam: transporte, hospedagem, alimentação, recepção, recreação, eventos, materiais para a pesca (tais como iscas, varas e molinetes) e outras. Por meio dessa oferta o turismo de pesca tem a capacidade de movimentar a

⁶⁵ Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/> Acessado em 19 de maio de 2016.

economia local, pois os turistas buscam o lazer, o descanso, e muitos serviços essenciais para sua recreação, como a venda de equipamentos, comida, bebidas, combustíveis hospedagem entre outros. Tal oferta fica, de certa forma, a cargo do munícipes, que empreendem para se inserirem na cadeia produtiva do setor.

Dessa forma, o turismo proporciona a entrada de mais dinheiro no comércio local, gerando postos de trabalho diretos e também indiretos para as comunidades receptoras. Ressalta-se que existem alguns aspectos que são específicos da oferta do Turismo de Pesca, como é o caso dos barcos-hoteis, restaurantes flutuantes, condutores/guias de pesca e algumas embarcações em geral.

O segmento ganha destaque como opção de desenvolvimento para determinadas regiões que têm a capacidade de promover a conservação dos recursos naturais nos destinos turísticos. Gestores públicos de turismo, órgão oficiais de meio ambiente, comunidades locais e prestadoras de serviços turísticos, devem tratar o planejamento e a operacionalização de forma integrada e focada na eficiência.

Cruz (2003) considera que, do ponto de vista geográfico, o turismo se processa em três espaços, a saber: espaços emissivos, espaços receptivos e espaços de deslocamento.

Os espaços emissivos, segundo a autora, seriam os diversos municípios onde os turistas moram ou trabalham. São seus entornos habituais, desde onde partem para realizarem suas viagens. Ao saírem de suas casas em direção aos seus destinos, eles percorrem determinados espaços nos quais realizam gastos ocasionais. Esses espaços de passagem, ou de deslocamento, são de vital importância para se compreender a dinâmica territorial do turismo. Por fim, tem-se os espaços receptivos, que são os ambientes turistificados que recebem a demanda turística vinda dos espaços emissivos.

Na perspectiva do presente trabalho, Tupaciguara é considerada espaço receptivo e as cidades onde seus visitantes moram seriam os espaços emissivos. Quanto ao deslocamento, convém destacar dois eixos de circulação. O primeiro é formado pelos acessos à sede municipal e o segundo são as estradas rurais, por meio das quais se pode deslocar-se até os rios e o lago que banha sua porção norte.

O Alto Rio Paranaíba e o Município de Tupaciguara

O Rio Paranaíba é um importante curso hídrico localizado no Brasil Central. O mesmo nasce no estado de Minas Gerais, mais precisamente na Serra da Mata da Corda, que se localiza no município de Rio Paranaíba. Após sua nascente, o rio percorre um trecho de aproximadamente cento e cinquenta quilômetros onde passa a fazer o limite entre os estados de Minas Gerais e Goiás. Em um de seus trechos, ainda no alto curso, encontra-se o município de Tupaciguara.

O rio continua sendo um divisor natural entre os dois estados até o município de Paranaíba, já no estado de Mato Grosso do Sul. Deste ponto, o rio separa os estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Após percorrer em torno de mil cento e vinte quilômetros, o Rio Paranaíba se encontra com o Rio Grande e a partir de então formam o Rio Paraná.

Vale lembrar que o Rio Paranaíba recebe vários afluentes, tanto do lado de Minas Gerais, quanto Goiás e Mato Grosso do Sul, como: Araguari, Corumbá, São Marcos, Meia Ponte, Turvo, Tijuco, Claro, Verde e Aporé, entre centenas de outros.

Conforme visto desde a nascente do Paranaíba até o encontro com o Rio Grande, o mesmo possui vários afluentes o que resultou no decorrer do século XX, a construção de várias usinas hidrelétricas no seu curso. Tais usinas são de suma importância para a geração de energia elétrica e abastecimento em escala macrorregional. A energia produzida nas hidrelétricas espalhadas pelo Rio Paranaíba é destinada ao consumo dos estados de Goiás, Minas Gerais e também o Distrito Federal. Algumas das usinas hidrelétricas são: UHE Itumbiara, UHE São Simão, UHE Cachoeira Dourada, UHE Emborcação.

O município mineiro de Tupaciguara possui uma grande extensão banhada pelas águas do Rio Paranaíba e também pelo Rio Araguari, seu afluente. Segundo medições realizadas com curvelímetro sobre carta topográfica, o município é banhado com mais de quatrocentos quilômetros, se considerarmos as águas dos rios Araguari e Paranaíba.

A construção da usina hidrelétrica de Itumbiara teve início em novembro de 1974 e entrou em operação comercial em abril de 1980. Foi uma grande obra de engenharia que marcou a história do Triângulo Mineiro e sul de Goiás, pois movimentou a região na época da construção, com a vinda de pessoas para trabalhar de várias regiões atingidas pela barragem e pelo lago que se formou a partir dela.

Com a construção da usina em Itumbiara, criou-se uma represa para comportar as águas do Rio Paranaíba que ganhou o nome de Represa de Itumbiara. Os municípios mineiros de Araporã e Tupaciguara são banhados pelas águas represadas do Rio Paranaíba e será nessas águas que, anos mais tarde, o turismo de pesca encontra espaço para seu desenvolvimento e consolidação.

A análise das Cartas Topográficas do IBGE que cobrem o município de Tupaciguara nos permite inferir que seu território está entre os maiores municípios banhado pelas águas do Rio Paranaíba. As terras do noroeste do município possuem traçados sinuosos, formando dezenas de penínsulas, cabos, enseadas e outras formações de relevante atratividade cênica. O “Grande Lago”, como a represa também é chamada, é um importante cartão de visita do município.

Constatou-se nos trabalhos de campo que realizamos, que a sede municipal de Tupaciguara está há aproximadamente trinta quilômetros de distância das águas da Represa de Itumbiara, uma distância não muito longa, que é rapidamente percorrida com carros ou motos.

A área que recebeu o enfoque do presente estudo é onde se situam as pousadas Porto Bela Vista e Pousada Recanto do Tucunaré. Além dessas pousadas, existem ranchos de pesca que ficam próximos da Represa. Para se chegar até esta localidade, deve-se seguir pela principal via de acesso rural, que é a rodovia estadual LMG-734.

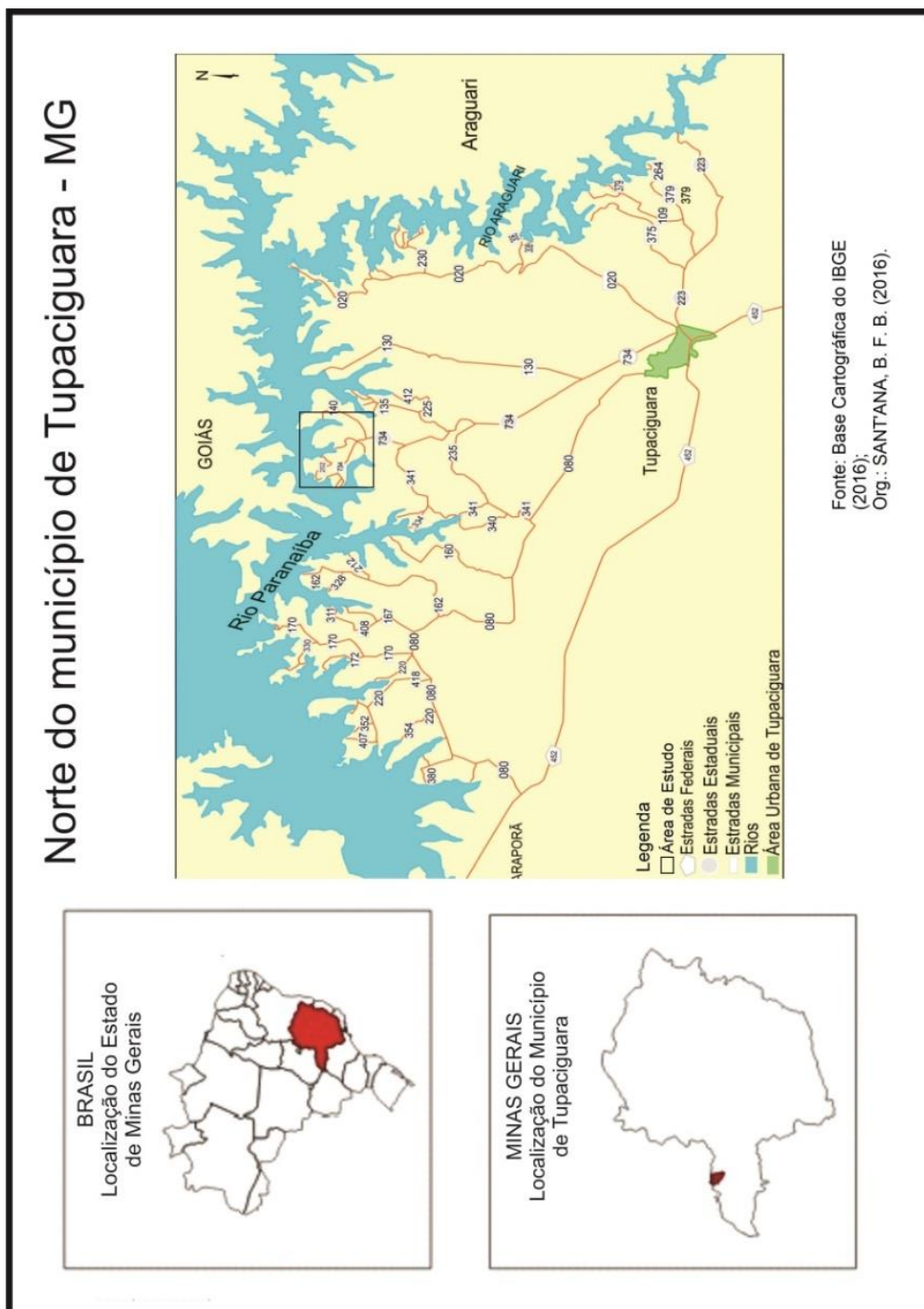


Figura 2. Localização da área estudada.
Fonte: Base cartográfica do IBGE. Organização dos autores.

Esta rodovia tem início na sede urbana e vai até as margens da Represa, percorrendo 34 quilômetros desde o seu início.

Num contexto geral, existem outras estradas municipais que dão acesso a Represa, não necessariamente a área de estudo, pois vale lembrar que o município possui grande área banhada pelas águas do Rio Paranaíba.

Ainda sobre a rodovia LMG-734, conforme constatado no trabalho de campo, a mesma não é pavimentada, mas as condições de conservação são razoáveis, pois está bem cuidada, permitindo uma boa condução em praticamente quase todo o seu trajeto. É cascalhada em vários trechos, possui valetas para escoamento da água, algo importante, principalmente em períodos chuvosos.

De acordo com a tradição oral local, esta rodovia tinha no passado, por volta de fins da década de 1970, a função de ligar o município mineiro de Tupaciguara aos municípios goianos de Corumbá e Buriti Alegre, mas com o represamento das águas, esse acesso foi interrompido, pois a ponte foi inundada.

Oferta Turística de Tupaciguara

Pode-se entender a oferta turística como sendo o conjunto de elementos de que o município dispõe para receber os visitantes. Tais elementos podem ser classificados em dois tipos principais: oferta técnica e oferta diferencial.

A oferta técnica é formada pelos equipamentos de uso turístico que foram introduzidos na paisagem pelo trabalho humano, Geralmente correspondem aos aspectos culturais, empresariais e infraestruturais do turismo. Fazem parte da oferta técnica: bares, restaurantes, hotéis, pousadas, praças, igrejas, e outros. Para que haja consumo turístico de forma adequada e sustentável, a oferta técnica deve ser bem estruturada, no sentido de atender adequadamente os anseios da clientela do lugar turístico.

Por sua vez, a oferta diferencial relaciona-se aos atributos naturais e até mesmo culturais, que dão identidade específica ao lugar turístico. São tipos de vegetação, características geomorfológicas, traços culturais endógenos, eventos, edificações históricas e toda sorte de características que em seu conjunto, tornam o espaço receptivo único, dotado de identidade e com capacidade de destacar-se no mercado turístico.

Em Tupaciguara, considerando-se suas áreas rurais e urbana, a oferta técnica é formada por quatro bares, sete restaurantes, duas pousadas, cinco hotéis, mais de quinze praças, três edificações históricas que são a igreja do Rosário no bairro Bom Sucesso o primeiro da cidade, o Museu Municipal (também no bairro Bom Sucesso) e outros.

Para divulgar o turismo, a Prefeitura Municipal de Tupaciguara vem investindo em espaços de oferta de produtos artesanais locais e regionais. Em entrevista concedida no dia 17/11/2015, a senhora Sirlene, que trabalha no Centro de Comercialização de Produtos Artesanais e Turísticos – CEPROART, afirmou que o mesmo está em funcionamento desde o dia 01/01/2015, dia do aniversário de Tupaciguara. No local são comercializados produtos artesanais, alimentos, bebidas, artes manuais e outros.

Dos produtos lá comercializados, vários são produzidos pelas pessoas que trabalham no local, principalmente artesanatos. Outros itens são comprados na região e revendidos, assim como alguns utensílios e alimentos produzidos por residentes de Tupaciguara.

A depoente relatou ainda que o movimento no local ainda é pequeno, falta maior divulgação, pois segundo a informante, muitas pessoas da própria cidade não sabem do

funcionamento do local. Outro problema citado foi em relação à entrada do local, que poderia ser mais bem planejada, pois dificulta o acesso de veículos.

A Prefeitura Municipal de Tupacigvuará não possui em seus arquivos, nenhum tipo de inventário turístico de profundidade, tampouco perfil de sua demanda. Com base em informações colhidas informalmente, a Prefeitura estima que a maioria dos visitantes do local são de outros municípios do Triângulo Mineiro e sul de Goiás, principalmente da cidade vizinha de Uberlândia. Há também muitas visitas de pessoas oriundas de Goiânia, a capital de Goiás. No CEPROART não há o registro em livros de visita, mas apurou-se junto aos comerciantes que, em média, os visitantes gastam em torno de vinte a quarenta reais com produtos ali comercializados.

Em Tupacigvuará há serviços bancários de algumas instituições financeiras importantes, além de duas agências lotéricas. Não há, entretanto, caixas 24 horas ou agências de câmbio. Nos dias atuais é cada vez mais comum as pessoas utilizarem como forma de pagamento, os cartões de crédito e débito, pois é muito mais prático e seguro para clientes e comerciantes. Com posse de tais cartões, não há necessidade de se carregar quantias maiores de cédulas e também os comerciantes não acumulam tanto dinheiro em seus caixas. No entanto, em Tupacigvuará, muitos estabelecimentos ainda não possuem máquinas de operadoras de cartões.

No que se refere à oferta diferencial, o município se destaca pelas suas águas e paisagens do Cerrado. Também oferece artesanato, como produtos bordados, fabricação de doces caseiros, pinturas em quadros e objetos.

Dos eventos de calendário fixo, o Carnaval é o mais importante, pois é realizado há vários anos no formato de carnaval de rua e acontece na Praça João de Barros Ferreira, no centro da cidade. Sempre atrai turistas de toda a região como Triângulo Mineiro e Goiás.

Os principais rios do município são: Paranaíba, Araguari, rio Piedade, rio Bonito e outros. Dentre as represas mais conhecidas, destacam-se: Represa do Bem-Te-Vi, que fica localizada junto à Rodovia BR452 e a represa do lago de Furnas. Essa última, bem extensa, dá à Tupacigvuará a identidade de destino de turismo de pesca. Em outras palavras, o lazer e o turismo associados à pesca são atividades que ocorrem no meio rural, de forma que será nesse recorte do espaço municipal que ocorrerão os principais impactos positivos e negativos do turismo.

Também nos leitos fluviais, em áreas de bruscas rupturas na declividade do terreno, os rios locais formam cachoeiras e corredeiras que atraem a atenção de moradores e visitantes para a prática do lazer. Além dos banhos no rio, também é possível desenvolver trilhas em bosques e atividades culturais. Pode-se ainda, empreender ações de educação ambiental associada ao turismo rural.



Figuras 3/ 4. Corredeiras e cachoeiras do meio rural de Tupaciguara.

Fonte: Sant`Ana, B. F. B. (2015).

Como se viu, a natureza e a cultura local apresentam-se convidativas, cenicamente agradáveis e fortemente ligadas a conteúdos do lugar. Não se trata de um turismo globalizado, mas sim de um ambiente com identidade regional, sendo portanto, propícia para a prática de atividades vinculadas aos interesses da comunidade receptora. Convém, então, partirmos para a caracterização desse turismo em Tupaciguara, que é o foco mais relevante de nosso interesse de pesquisa.

A Projeção Territorial do Turismo de Pesca em Tupaciguara

Conforme constatação feita em trabalho de campo, a pesca, propriamente dita ocorre principalmente nos rios Paranaíba e Araguari. No caso do Paranaíba, têm-se muitos ranchos e pousadas na represa de Furnas, que fica a norte do município. No rio Araguari, a atividade de pesca recreativa ocorre, sobretudo, junto à ponte sobre o mesmo, local desde o qual os pescadores se aventuram a capturar traíras e outros peixes.

A atividade pesqueira tem impulsionado o desenvolvimento local, não só pelo consumo turístico em bares, hotéis e restaurantes, mas também pelo dinamismo, às vezes contraditório, que imprime em setores como comércio, eventos e oferta imobiliária. No comércio, existem em torno de cinco lojas especializadas em artigos de pesca que comercializam inúmeros insumos.



Figuras 5 / 6. Interior de loja de artigos para pesca e vista de frente de loja.
Fonte: Sant`Ana, B. F. B. (2015).

Essas lojas são abastecidas, em parte, por fabricantes locais de artigos de pesca, cuja produção atende inclusive outros mercados. De acordo com o relato de um dos proprietários de um importante empreendimento do setor, as fábricas juntas possuem uma média de vinte e cinco funcionários diretos, e com os indiretos, este numero pode passar de cem. O valor pago aos funcionários gira em torno de um salário mínimo. As empresas atendem hoje diversos mercados em diferentes estados como o próprio Triângulo Mineiro e Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Tocantins, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Rio Grande do Sul.



Figuras 7 / 8. Equipamentos para a produção de artigos pesqueiros e artigos já prontos.
Fonte: Sant`Ana, B. F. B. (2015).

Dentre os eventos municipais, destacam-se os campeonatos de pesca. No ano de 2014 a Prefeitura Municipal de Tupaciguara realizou o campeonato municipal de pesca, reunindo pescadores do próprio município, mas no ano de 2015 o mesmo não fora realizado devido à crise econômica que assola o país. Há, no entanto, desejo de dar sequência ao campeonato. Outro evento importante no Grande Lago é a etapa do Tucuna Master, um campeonato que possui algumas etapas realizadas em vários municípios: Tupaciguara, Santa Vitória, Catalão, Nova Ponte e outras cidades do Triângulo Mineiro e sul de Goiás.

A etapa do campeonato Tucuna Master que ocorre em Tupaciguara é geralmente realizada no mês de março, como ocorreu nos anos de 2014, 2015 e 2016. Durante a realização do evento, a Polícia Ambiental se faz presente, assim como o Corpo de Bombeiros, para dar maior segurança aos participantes e visitantes do evento. A etapa do campeonato atrai pescadores de diversos lugares como Uberlândia, Uberaba, Araxá, além de esportistas dos estados de Goiás e São Paulo. Em relação aos prêmios distribuídos, todos são voltados para a pesca. Os prêmios para os primeiros colocados são lanchas com motor, barcos com carreta e barcos sem carreta e os prêmios menores são artigos para pesca como: coletes, molinetes entre outros.



Figura 9 / 10. Fotos da etapa Tucuna Master 2015 em Tupaciguara.
Fonte: <http://www.pescagerais.com.br/pesca/pousada-porto-bela-vista/>

Um dos espaços responsáveis por receber os participantes da etapa do campeonato é a Pousada Porto Bela Vista, que fica no fim da LMG-734 e bem próxima às águas da Represa. O local possui boas acomodações para os participantes e também costuma hospedar equipes de televisão, como Fish TV (canal fechado voltado exclusivamente para pesca).

Nos trabalhos de campo, observamos que além da Pousada Porto Bela Vista, há junto ao lago outros lugares para turistas e visitantes se acomodarem, como a Pousada Recanto do Tucunaré e vários ranchos bem próximos as pousadas e a represa. Pouco antes de se chegar nas proximidades das pousadas e da represa há varias entradas dos dois lados da LMG-734 para ranchos.



Figuras 11 / 12. Placas a beira da LMG-734.
Fonte: Sant`Ana, B. F. B. (2015)

A especulação imobiliária, portanto, se faz presente de forma bastante acentuada junto ao Grande Lago. As propriedades são fatiadas e vendidas, gerando alta circulação financeira entre os agentes locais do setor imobiliário, fato que enseja maiores análises por parte da academia. Acreditamos que o tema merece um estudo aprofundado, específico e detalhado, como forma de desvendas esse importante impacto da pesca recreativa e turística em Tupaciguara.



Figuras 13 / 14. Rancho entre as pousadas e rancho as margens da rodovia.
Fonte: Sant`Ana, B. F. B. (2015)

Entre as pousadas encontram-se outras ofertas de serviços, como estacionamentos, venda de carvão, gelo, bebidas como cerveja e refrigerante e gás. Na estrada próxima da chegada da represa há placas de vendas de comida e bebida. No local não há sinal de telefonia móvel de nenhuma operadora. No entanto, há um telephone público que, ocasionalmente, é danificado por vandalismo.

Além dos dados apresentados até o presente momento, convém detalhar um pouco mais sobre as condições de acesso ao lago. As estradas que atravessam o interior do município, vez por outra, revelam recantos surpreendentes, com mirantes e trechos de

serras com representativo potencial cênico. Convém, então tecer alguns comentários sobre as mesmas.

Infraestrutura de Acesso e Potencialidades Complementares

No que se refere ao acesso à Tupaciguara, o principal destaque fica para o modal rodoviário: BR 452, BR 365 e a BR153. Tais rodovias dão acesso a cidades importantes nas proximidades de Tupaciguara, como: Uberlândia, Ituiutaba e Itumbiara. Já a rodovia MG 223 liga Tupaciguara ao município vizinho de Araguari, além de dar acesso ao trevo que liga Minas Gerais com o estado de Goiás.

Ligando a sede municipal aos locais de interesse turístico localizados no meio rural, há uma série de estradas rurais de jurisdição municipal, além da Rodovia que liga Tupaciguara à represa, que é utilizada pelos visitantes que buscam as áreas de pesca. As estradas rurais na sua grande maioria possuem condições razoáveis para uma boa circulação, sendo que a LMG-734 possui boa condição de tráfego. Já em períodos mais chuvosos é comum que as condições das estradas passem a ser mais adversas, pois as mesmas são de terra e o lamaçal se torna presente em alguns trechos dos percursos.



Figuras 15 / 16. Rodovia MG 734

Fonte: Sant`Ana, B. F. B. (2015)

Durante o trajeto da sede municipal até a represa ao fim da rodovia LMG-734 o turista irá se deparar com várias mudanças de paisagem na rodovia: plantações, vegetações típicas do cerrado e da Mata Atlântica (zona de transição), criação de gado, plantação de cana-de-açúcar para abastecer a Usina Vazante (que fica as margens da rodovia). Um dos locais mais interessantes é a Serra Da Confusão, onde há um grande declive que proporciona uma vista exuberante da paisagem.



Figuras 17 / 18. Vista da Serra da Confusão
Fonte: Sant`Ana, B. F. B. (2015)

Infelizmente, alguns visitantes e moradores usam a rodovia para o descarte de lixo e animais mortos, o que gera em alguns lugares odores desagradáveis. No entanto, a Prefeitura vem tentando mudar essa situação com a instalação de placas de sensibilização ambiental.

Os turistas que vêm de longas distâncias utilizam, além dessas rodovias, o aeroporto de Uberlândia, principal centro urbano regional, localizado a aproximadamente 60 km de Tupaciguara.

No que se refere à segurança, Tupaciguara ainda tem um importante caminho a trilhar, pois no local não há Corpo de Bombeiros, o que pode gerar maior risco de vida para visitantes que ocasionalmente podem vir a sofrer acidentes, afogamento ou outros transtornos relacionados à saúde. O município também não é atendido pelo serviço de pronto-atendimento móvel (SAMU) e na sede há poucas opções de atendimento médico, sobretudo por meio do SUS. Há, no entanto, cinco Unidades Mista de Saúde, a Policlínica municipal e o Hospital São Lucas, que podem ocasionalmente dar primeiros socorros em caso de acidentes ou afogamentos.

Segundo informações colhidas na Prefeitura, não há salva-vidas na margens da Represa de para eventualmente socorrer uma possível vítima de afogamento, algo que já ocorreu algumas vezes. Também não há salva-vidas nas áreas particulares.

Quanto aos serviços da Polícia Civil e da Polícia Militar na área de estudo, moradores que vivem na localidade informaram que a presença da polícia dificilmente ocorre em eventos de pesca. A Polícia Ambiental se faz presente para oferecer segurança a todos em épocas de eventos, mas raramente se deslocam até o lago fora de épocas de atividades de calendário. Entretanto, em períodos de piracema (reprodução dos peixes) a Polícia Ambiental sempre está presente nos principais rios.

Diante dos aspectos positivos e negativos que foram encontrados em relação ao turismo em Tupaciguara, percebe-se que o município possui um grande potencial para o desenvolvimento setorial, visto que o mesmo possui as condições paisagísticas necessárias para sustentar o turismo de pesca. No entanto, como vimos, muitas ações precisam ser empreendidas no sentido de gerar uma oferta infraestrutural mais eficiente.

Visando a melhoria do turismo municipal, a oferta turística poderia ser ampliada a fim de potencializar o desenvolvimento local. Um roteiro turístico poderia ser criado a fim de ordenar o uso do espaço, integrando atividades de lazer, esportes, pesca e educação ambiental. A Serra da Confusão surge, nesse sentido, como o elo de ligação entre as opções do meio urbano com as opções do meio rural. Na Serra, há um amplo conjunto de paisagens que podem ser trabalhadas para a criação de trilhas ecológicas, espaços de contemplação e instalação de mirantes.

Considerações

Diante do exposto foi possível obter uma maior compreensão da dinâmica turística que a pesca ocasiona no município de Tupaciguara, o que nos possibilitou conhecer várias informações do município e suas potencialidades perante o turismo. Observou-se também suas fragilidades, que podem ser corrigidas a fim de buscar maior êxito para o setor recreativo da pesca em escala municipal.

A realização deste estudo teve como ponto de partida a curiosidade pessoal dos pesquisadores sobre o tema. A revisão da literatura mostrou que a Geografia da Pesca é uma área carente de atenções por parte da academia, pois ainda são poucos os estudos realizados sobre o tema no Brasil. Por sua vez, a Geografia do Turismo se mostrou mais amadurecida e com consistente base para a discussão do turismo no espaço rural.

O turismo ainda se encontra em estado insipiente no município de Tupaciguara, mas já é possível observar a formatação de uma rede local de empreendimentos que dão sentido à turistificação do lugar: hotéis, pousadas, restaurantes, infraestruturas públicas e lojas que comercializam equipamentos de pesca.

A prática turística, no entanto, não se processa especificamente na sede municipal, pois os pescadores geralmente se dirigem para o Lago de Furnas, onde se hospedam em ranchos, pousadas ou áreas de acampamento. Junto ao lago a pesca de peixes como tucunaré, mandi, pacu, piapara e pintado, entre outros, proporciona alegria e divertimento para famílias e pescadores solitários que buscam os recantos do lago para a prática da pesca recreativa. Observou-se ainda que haja no município a chamada pesca esportiva, sobretudo em ocasião de concursos e campeonatos de pesca.

O trabalho de campo foi imprescindível, pois resultou na coleta de informações essenciais e a possibilidade de capturar imagens primordiais para inclusão no presente trabalho. A primeira parte da pesquisa de campo foi realizada na sede municipal de Tupaciguara, onde se visitou os empreendimentos do setor turístico, além de empresas ligadas ao setor de pesca.

O comércio local já dispõe de oferta voltada a pesca, principalmente na disponibilidade de artigos pesqueiros, onde se possuem algumas lojas totalmente voltadas ao universo pesqueiro, sendo possível encontrar dos mais variados itens que possam ser úteis para a prática da pesca. Assim, em caso de um turista necessitar de algum equipamento essencial, o comércio local consegue atender a estas necessidades.

Em um segundo momento, percorreu-se o trecho entre a sede municipal e o lago de Furnas. Nesse percurso pode-se observar que a chamada Serra da Confusão possui extensos trechos de mata ainda em estado bastante preservado, o que poderia possibilitar o uso turístico de algumas propriedades rurais para fins de ecoturismo no meio rural (turismo ecorrural). Nas sedes das propriedades o turismo rural em si, vinculado ao uso do espaço produtivo das fazendas poderia complementar a oferta local.

Durante o trajeto até o local de estudo não foi avistado nenhum ponto comercial voltado para comercialização de artigos pesqueiros e nem de alimentos e bebidas a fim de atender a própria população da região e visitantes. O único local que foi detectado alguma comercialização, foi bem próximo ao fim da rodovia chegando às pousadas. A especulação imobiliária se mostrou forte na área estudada, tendo a comercialização de lotes e ranchos como expressões claras de tal fato.

Nasceu aí, o interesse de dar continuidade à presente pesquisa, já em nível de pós-graduação, no sentido de estudar o potencial turístico da rota citada, formatá-la de maneira mais estruturada e propô-la como produto de uma pesquisa futura.

Por fim, o lago de Furnas foi visitado, local onde se observou a existência de empreendimentos turísticos e especulação do capital turístico. Com o exposto, vê-se que o objetivo geral do trabalho foi atingido, assim como seus objetivos específicos. A metodologia se mostrou adequada e os resultados alcançados foram trabalhados no sentido de permitir a proposição de um esboço de roteiro turístico que une a sede municipal, a Serra da Confusão e o Lago de Furnas.

Referências

BENI, M. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac, 1998.

BRACONARO, Fernando. *A geografia da pesca: modo de vida e lazer na bacia do Rio Araguari-MG*. 2011. 316 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). *Cidades*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=316960&search=minas-gerais|tupaciguara>>. Acesso em: 17 Jul. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo de pesca: orientações básicas. Secretaria nacional de políticas de turismo. Departamento de estruturação, articulação e ordenamento turístico. Coordenação geral de segmentação. Brasília: Ministério do turismo, 2008. Disponível em: www.turismo.gov.br. Acessado em: 19/maio/2016.

_____. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil, 2003-2007*. Brasília, Ministério de Turismo. Disponível em: www.turismo.gov.br. Acessado em: 19/maio/2016.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA. *A bacia/regiões hidrográficas*. Disponível em: www.cbhparanaiba.org.br. Acessado em: 27/jun/2016.

CORIOLO, L. N. M. T. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo, Annablume, 2006.

CRUZ, R. C. A.: *Introdução à Geografia do Turismo*. São Paulo, Roca, 2003.

DENCKER, A. de F. M. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo*. São Paulo: Futura, 2000.

DIAS, R.. *Planejamento do turismo: Política e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. S. A.: *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática, 1983.

_____: *Povos e mares*. São Paulo, NUPAUB/USP, 1995.

_____: *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Hucitec, 2002.

FLANDRIN J. L. /MONTANARI, M. (coord.): *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FREITAS, B.; PORTUGUEZ, A. P. Uso, ocupação do espaço e perspectivas de desenvolvimento do turismo ecorrural na Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Vicente, Ituiutaba, MG. *Campo - Território*. , v.9, p.330 - 361, 2014.

HALL, C. M. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo, Contexto, 2001.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETO, A. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Áleph, 2012.

PELISSON, G. V. e PORTUGUEZ, A. P. Análise do perfil da demanda turística e suas incidências espaciais em Cachoeira Dourada , MG. *Caminhos de Geografia* (UFU). , v.14, p.183 - 198, 2013.

PESCA GERAIS: PESCA ESPORTIVA. *Pesca no torneio de Tupaciguara 2015*: Pousada Porto Bela Vista. Disponível em: [www. Pecagerais.com.br](http://www.Pecagerais.com.br). Acessado em 27/jun. 2016.

PERLÈS, C. : As estratégias alimentares nos tempos pré-históricos. In FLANDRIN J. L. /MONTANARI, M. (coord.) *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 36-53.

PORTUGUEZ, A. P. *Agroturismo e desenvolvimento Regional*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____, *Geografía Humana del bajo río Doce*. Uberlândia: Assis, 2010.

_____. *Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira*. Ituiutaba: Barlavento, 2015.

_____, ALVES, V. A. S. O crescimento da classe média interiorana do Brasil e seus impactos sobre o turismo interno. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*. , v.189, p.1 - 12, 2013.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, A. A. B. *Espaço e turismo: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.

USINA HIDRELÉTRICA ITUMBIARA. *Usina Hidrelétrica Itumbiara*. Disponível em: www.furnas.com.br. Acessado em 27/jun/2016.

PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL: FAZENDAS DE CAFÉ DO ESTADO DE SP.

Cibele Marto de Oliveira

João Carlos Geraldo

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Introdução

Inúmeros são os aspectos que permitem a utilização dos lugares para as atividades turísticas. No Brasil, dentre as intensas transformações por que tem passado a área rural, principalmente após a década de 1950, quando aconteceu a modernização da agricultura e um sucessivo estreitamento das relações entre os setores da agropecuária e da indústria, o turismo despontou como uma atividade possível no meio rural, e tem se concretizado a partir de diferentes realidades, sendo praticado como complementação de renda ou como atividade principal.

A atividade turística no meio rural não é algo novo, “[...] arqueólogos acreditam que pelo menos algumas das milhares de vilas romanas espalhadas pela Europa eram amplamente utilizadas para o lazer e turismo” (LANE, 2014, p. 17), porém “[...] até recentemente, o turismo rural não era um passatempo para as classes médias e baixas, e sim para a elite privilegiada”⁶⁶. No Brasil, o destaque da área rural sempre foi a produção, seja para exportação de seus produtos, seja no fornecimento de matérias-primas para o surgimento e consolidação da agroindústria nacional (ESLEBÃO, 2007), porém diante de um contexto no qual a área rural deixou de ser exclusivamente agrícola, outras atividades passaram a ser praticadas, incluindo o turismo.

O turismo em área rural aconteceu no Brasil a partir da década de 1970. Para situar as condições do aparecimento dessa atividade nos apoiamos na contextualização que Lane (2014, p. 18), faz.

A oferta do turismo rural não surgiu de um setor privado, bem capitalizado, bem organizado e bem informado. Interessado em fazer dinheiro a partir do desenvolvimento imobiliário. Originou-se de vários pequenos agricultores e empreendedores rurais interessados em “sobreviver” face aos retornos decrescentes da agricultura e de outras pequenas empresas rurais. Eles procuram sobreviver diversificando no turismo. Isso foi a base de um desenvolvimento espontâneo, não um desenvolvimento profissional e planejado. Os empreendedores foram quase que escolhidos aleatoriamente – eles arriscaram-se, pois estavam sob pressões financeiras, e, conseqüentemente, resolveram dar um salto para o que, para eles, era considerado, frequentemente, o mundo desconhecido do turismo (grifo do autor).

Podemos afirmar que há inúmeros casos de sucesso nos quais o turismo em área rural acontece como forma de suprir, parcial ou integralmente, o rendimento econômico da propriedade onde é praticado, sob a condição de *aparecer* como uma alternativa que pode *salvar* as finanças da propriedade. Apresentamos, neste trabalho, um exemplo no qual o turismo em área rural realiza-se de forma eficiente, através do uso de edificações centenárias de antigas fazendas cafeeiras como objeto de estudo da Educação Patrimonial,

⁶⁶ Id. Ibid. p. 17

atividade direcionada especialmente a grupos de estudantes do ensino fundamental e médio, realizada por meio de excursões pedagógicas monitoradas.

Este trabalho objetiva evidenciar, também, como as propriedades analisadas, localizadas nos municípios de São Carlos, Santa Gertrudes e Limeira, na região central do estado de São Paulo, encontraram uma forma de complementar a renda e de agregar valor utilizando suas edificações históricas, entendidas aqui como patrimônio cultural.



Figura 1. Mapa de localização dos municípios de São Carlos, Santa Gertrude e Limeira.

Fonte: Organizado pelos autores.

Por meio das recorrentes e intensas transformações dos espaços, tanto do campo quanto da cidade, emergem os patrimônios: naturais, culturais, materiais e imateriais; ocasionando questões, polêmicas, possibilidades e a necessidade de abrangentes discussões por parte de todos os diretamente envolvidos. A temática patrimonial carece, assim, de debates, reflexões e estudos.

A palavra patrimônio segundo Choay (2006, p. 11), tem sua “[...] origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. Ainda, segundo a autora, a mesma sofreu uma série de adjetivações que a tornaram um conceito *nômade*⁶⁷, fazendo com que tivesse uma trajetória distinta. Já de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO (2013)⁶⁸, o patrimônio é: “[...] o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte

⁶⁷ Id., Ibid, p. 11

⁶⁸ United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization - Documento não paginado

insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade”.

Em relação à questão da patrimonialização e do ato de *enxergar* elementos do passado, no sentido de atribuir-lhes valor e almejar a sua conservação, traz embutidas as inúmeras concepções que cada indivíduo tem em relação ao que considera ser importante. A esse respeito Paes (2010) realiza a seguinte explanação:

[...] embora nos remeta ao passado e à preservação de memória, nos coloca questões importantes sobre a nossa sociedade no presente, pois é esta atribuição de valor às coisas, às paisagens e às heranças históricas, substanciadas no espaço, que revela as nossas escolhas – o que queremos lembrar e o que não nos importa perder no esquecimento; as nossas estratégias políticas de ação – nem sempre éticas; o nosso modo de categorizar o mundo pela seleção, hierarquização e valorização das coisas; as representações e os universos simbólicos que nos identificam e nos enraízam ao meio; a relevância das formas e de suas funções – nossas intencionalidades nem sempre explícitas; as determinações de estruturas políticas, econômicas e culturais no desenrolar do processo histórico (PAES, 2010, p. 13).

Conjuntos arquitetônicos e acervos históricos que, de alguma forma, se conservaram, podem ser aceitos como parte integrante da cultura e da história de uma dada região, convivendo com as novas edificações. Sob essa condição, Santos (1988, p.98) afirma que “[...] cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes”, portanto, a transformação que os lugares sofrem, no decorrer de suas histórias, as atuações e decisões que a sociedade e os poderes públicos tomam são muitos importantes, pois definem, em grande parte, o rumo e o futuro de determinadas localidades.

No Brasil, muitos municípios possuem marcas e elementos dos diferentes ciclos econômicos de suas produções agropecuárias e do extrativismo, como os da cana, do algodão, do café, da mineração, da borracha, da intensificação da industrialização, pelo papel das ferrovias na economia, carregando consigo distintas particularidades advindas dessas fases históricas. Mediante esse contexto de mutações que perpassam pelos campos das diferentes ideias, valores e até mesmo acordos, inúmeros trabalhos e esforços se concentram com o intuito de conservar elementos e construções para que parte da história dos municípios seja mantida.

De modo que, é a partir do que está conservado que se cria a designação de Patrimônio Cultural. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1972 apud INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, 2004, p. 178), constituem o Patrimônio Cultural:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura, ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (IPHAN, 2004, p. 178).

Posteriormente, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada em Paris, em 17 de outubro de 2003, houve o acréscimo da expressão *patrimônio imaterial*, que visou tornar a definição ainda mais significativa.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (IPHAN, 2004, p. 373).

Essa desmaterialização em relação ao patrimônio contribuiu muito para o avanço de uma concepção sobre patrimônio cultural. De acordo com Paes (2010), independente do tipo de patrimônio, seja ele material, imaterial, ou natural, há uma intensa conexão entre o espaço e a memória, fazendo com que haja sentido para o que é capturado pelo tempo.

Segundo Pelegrini (2009, p. 25) são três os tipos de sítios patrimoniais, “[...] os naturais, os culturais e os mistos”. Baseados nessa autora, visando obter uma melhor compreensão de como estão compostas, atualmente, essas categorias atreladas ao Patrimônio Cultural, esquematizamos na figura 01 essa divisão:

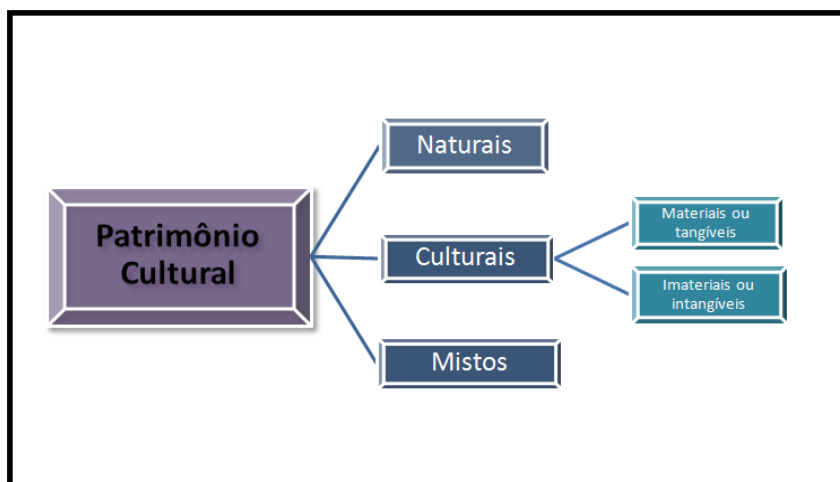


Figura 2. Divisão das categorias do Patrimônio Cultural

Fonte: Pelegrini (2009). Organizado pelos autores

É por meio do Patrimônio Cultural que têm acontecido, de forma mais intensa, atividades e ações visando à educação patrimonial, na qual o valor da educação perpassa o sentido de ampliar o conhecimento e entendimento do objeto de estudo. Neste trabalho a educação patrimonial é associada às propriedades paulistas que conservaram suas edificações, sendo elas: Fazenda Quilombo (Limeira), Fazenda Santa Gertrudes (Santa Gertrudes), Fazenda Pinhal e Santa Maria do Monjolinho (ambas localizadas no município de São Carlos). Por meio de visitas monitoradas essas propriedades viabilizam o conhecimento de suas dependências, acervo e de parte da história dos municípios e da região na qual estão inseridas.

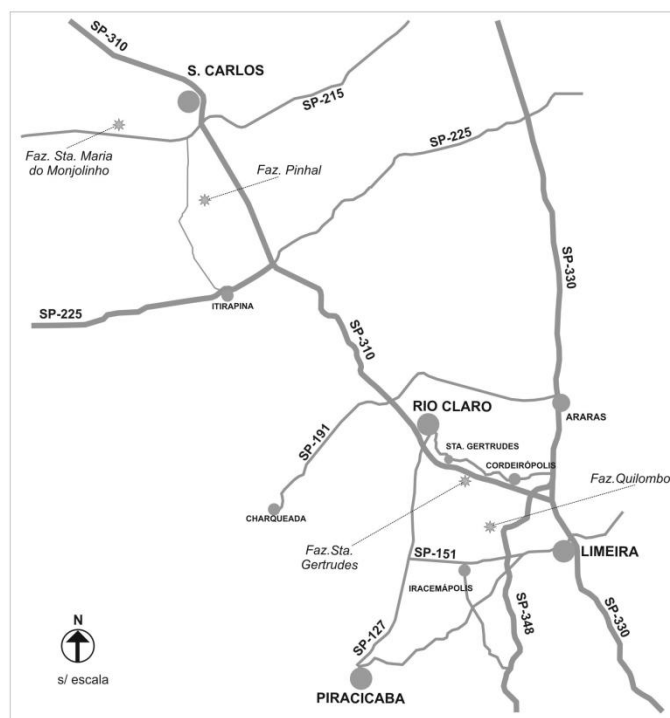


Figura 3. Mapa de localização das Fazendas Organizado pelos autores

A produção deste artigo é resultado de visitas monitoradas que foram feitas nas fazendas, já com o intuito de entender como as edificações e o acervo conservados estão sendo utilizados e exibidos ao público. Por meio dessas visitas, foi possível ter a real dimensão do que é mostrado ao excursionista, ou seja, o que os idealizadores do roteiro incluíram como elementos que fundamentam para nós a denominada educação patrimonial. Informações adicionais foram obtidas por entrevistas na própria ocasião das visitas, por *e-mail* e também por telefonemas.

A história das fazendas foi obtida de duas formas: na ocasião da visita monitorada e por meio de revisão bibliográfica. Essa revisão também incluiu os temas sobre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial.

Educação Patrimonial

De acordo com Horta, Grumberg e Monteiro (1991, p. 08) foi a partir da definição de Patrimônio Cultural que ocorreu, de maneira mais intensa, o desenvolvimento de atividades e ações envolvendo grupos de estudantes para a denominada *Educação Patrimonial*. Nas palavras das autoras, a Educação Patrimonial é “[...] um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. E, ainda, acrescentam que:

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. O patrimônio cultural e o meio-ambiente histórico em que está inserido oferecem

oportunidade de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 8).

Complementando a ideia, Soares (2003) afirma que a educação patrimonial é um processo de ensino-aprendizagem cujo foco é o Patrimônio; esse processo não se dá de forma pontual, e sim pela utilização constante dessa fonte, visando o conhecimento individual e coletivo sobre sua cultura, memória e identidade. Como qualquer forma de aprendizado, que requer criar *conscientização*, não é por meio de informações dissociadas que essa conscientização ocorre, mas por meio de ações constantes que levem os indivíduos a refletirem sobre o objeto de estudo e sua possível valoração. Segundo Pelegrini (2009, p. 40) a Educação Patrimonial trabalha diretamente com a questão do atrelamento de valores que são atribuídos aos bens culturais, aceitando-se que “[...] nem tudo que é antigo constitui um bem patrimonial, mas somente aqueles dotados dos sentidos de pertença e identidade, ou seja, de um valor cultural mais amplo”. A valoração que a prática busca para os patrimônios envolve propostas educativas que trabalhem com os valores que as pessoas já possuem, e, também, com possíveis aquisições de novas valorações. Avançando um pouco mais com a concepção dessa modalidade de educação, a autora enfatiza que “[...] constitui uma prática educativa e social que visa à organização de estudos e atividades pedagógicas interdisciplinares e transdisciplinares”⁶⁹ e que é por meio do:

[...] empenho sistemático e duradouro da educação patrimonial torna-se eficiente se for capaz de promover a formação e a informação acerca do processo de construção de identidades plurais e de propiciar o desenvolvimento de reflexões em torno do significado coletivo da história e das políticas de preservação (PELEGRINI, 2009, p. 37).

A educação patrimonial, enquanto prática pedagógica, tem sido realizada em cidades históricas, museus, exposições, monumentos, parques, institutos de arte, dentre outros locais; também, podem estar associadas às manifestações culturais imateriais que, ao se revelarem como ferramenta e objeto de estudo, oportunizam aprendizagens. É exatamente a busca pela valorização, consciência sobre a importância de sua conservação e uma melhor compreensão da formação das identidades dos sujeitos e da sociedade que são cada vez mais pertinentes estudos, pesquisas e práticas relacionadas a esse tipo de educação, como no caso das fazendas referenciadas neste trabalho.

As escolas, de modo geral, não devem se esquivar das questões relativas ao patrimônio, principalmente quando os mesmos fazem parte do lugar de vivência da comunidade escolar, como é o caso dos municípios do estado de São Paulo que ainda possuem fazendas históricas, edificações que testemunham fases econômicas e, principalmente, dizem da formação desses municípios.

Um dos escopos do currículo escolar, pautado em grande parte nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1º ao 9º ano, insere como objetivo para o ensino fundamental a importância de se abarcar o patrimônio sociocultural nacional.

[...] conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; [...] (BRASIL, 1997, p. 69)

A metodologia comumente utilizada pela educação patrimonial é composta de quatro etapas, segundo Horta, Grumberg e Monteiro (1999): observação, registro, exploração e

⁶⁹ Id. Ibid. p. 36

apropriação. No que remete à apropriação, há o envolvimento da afetividade, portanto, considera essa atribuição tanto em relação ao indivíduo quanto à comunidade/população.

Devido à quantidade de questões que podem ser abordadas, relativas tanto aos aspectos físicos como humanos, associadas a existências de acervos, edificações e manifestações, os conteúdos podem ser explorados pelos educadores, de maneira interdisciplinar ou não, respeitando o currículo vigente sem se desvincular dos documentos oficiais instituídos.

O patrimônio arquitetônico e a história das Fazendas de Café na área estudada

Fazenda Quilombo

Fundada na década de 1870, foi constituída a partir de uma gleba com mais de 300 alqueires (726 ha) desmembrada da Fazenda Morro Azul. Foi uma herança recebida por Anna Eufrosina Jordão, filha do Sr. Silvério Rodrigues Jordão. A exploração econômica da Fazenda Quilombo iniciou-se com a formação de cafezais e o conjunto composto por terreiros, lavadores, tulhas, casa da administração e casa sede, esta concluída em 1892, data que consta no portão de entrada da fazenda. O nome da Fazenda se deve, provavelmente, às características do relevo, bastante acidentado, o que propiciava o refúgio de escravos (FAZENDA QUILOMBO, 2009).

A propriedade ainda mantém a lavoura de café e os visitantes podem observar tanto a colheita quanto o processo de secagem nos terreiros, localizados defronte à sede. A casa-sede é utilizada como moradia pela família dos proprietários e conserva mobiliário de época.

Com o passar dos anos, a propriedade foi bastante fracionada. Atualmente, a fazenda conta entre suas atividades produtivas o cultivo de café; cultivo de manga; produção de feno; criação de cavalos (da raça quarto de milha) e bovinocultura de corte, além da atividade turística.

[...] é foco constante dos proprietários a preservação do patrimônio construído, bem como de objetos, livros, fotos, quadros, para que possam ser contemplados por visitantes que buscam relembrar o passado e compreender a importância da atuação de suas famílias no processo de desenvolvimento da lavoura cafeeira na região. (HEFLINGER JÚNIOR, 2012, p. 63)



Figura 4. Fazenda Quilombo
Fonte: Acervo dos autores

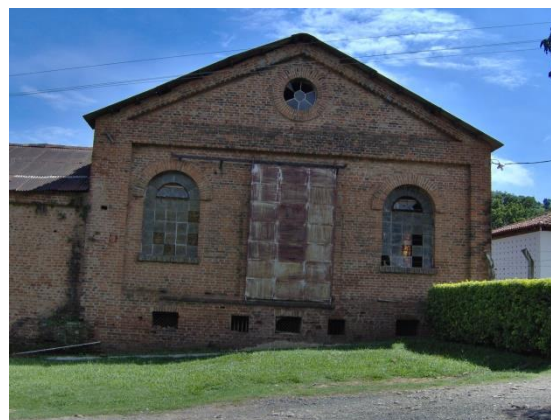


Figura 5. Fazenda Quilombo
Fonte: Acervo dos autores

Fazenda Santa Gertrudes

A Santa Gertrudes, que, inicialmente, foi denominada Laranja Azeda, foi fundada em 1854, em uma parte da gleba de terras da Sesmaria do Morro Azul, adquirida em 1821. Por meio de herança, passou a pertencer ao Conde de Prates, Eduardo Prates, um dos mais ricos e influentes homens do Segundo Reinado. A primeira cultura da fazenda foi a de cana-de-açúcar, para produção de aguardente e açúcar (HEFLINGER JÚNIOR, 2012).

Entre 1890 e 1910, a propriedade atingiu seu maior apogeu, sendo uma das maiores e mais tecnificadas estruturas de plantação, benefício e comercialização do café no estado. O complexo contava com oficinas de carpintaria, ferraria, selaria, olaria, marcenaria, escola, consultório médico, cinema, tulha e máquinas de benefício do café, além de armazéns, cocheiras, currais, barragens, aquedutos, igreja, mirantes. Os equipamentos incluíam, ainda, uma usina a vapor, para fornecimento da energia elétrica para o funcionamento de todo esse complexo. Vários desses equipamentos e edificações encontram-se, atualmente, bastante conservados (FAZENDA SANTA GERTRUDES, 2013).

A Fazenda foi pioneira no Brasil em produzir energia elétrica e em ter na casa principal água encanada e banheiros. Em seu apogeu, chegou a ter mais de 2000 pessoas vivendo em seus limites.

Hoje, a fazenda além de utilizar suas dependências para a prática da atividade turística, faz locação de seus espaços, principalmente das edificações, para a realização de eventos e produções comerciais.



Figura 6. Fazenda Santa Gertrudes
Fonte: Acervo dos autores



Figura 7. Fazenda Santa Gertrudes
Fonte: Acervo dos autores

Fazenda Pinhal

A Sesmaria do Pinhal foi doada em 1786, pelo Sr. Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, capitão de milícias da Vila de Piracicaba. Seu filho, estabelecido no povoado de São Bento de Araraquara, demarcou, em 1831, as terras da Fazenda Pinhal, construiu a casa grande e, no final da década, iniciou a primeira plantação de café daquelas terras (CASA DO PINHAL, 2011).

A sede apresenta características arquitetônicas semelhantes às das fazendas açucareiras do final do século XVIII e início do XIX, com implantação a meia encosta e construída em taipa de pilão, com paredes internas em pau-a-pique. Tendo passado por várias ampliações, é utilizada, atualmente, como museu-casa, guardando o mobiliário de antiguidades e objetos, os quais ocupam as mesmas posições originais da época. Seu conjunto arquitetônico complementa-se com áreas naturais, o paisagismo de seus jardins e imensos pomares repletos de alamedas de árvores frutíferas.

Em decorrência da ótima conservação de todo seu patrimônio, a propriedade foi tombada, em 1981, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e, em 1987, foi declarada Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN).

Entre os vários atributos, ainda existe parte da área da tulha original, onde está instalado e em funcionamento o maquinário antigo de beneficiamento do café para demonstração aos visitantes. Em perfeito estado, existe, também, o caminho de águas em degraus, construção inspirada após uma viagem a Baden-Baden (Alemanha) para tratamento médico.

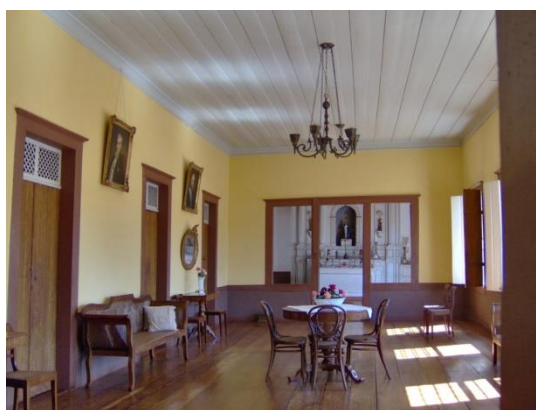


Figura 8. Fazenda Pinhal
Fonte: Acervo dos autores



Figura 9. Fazenda Pinhal
Fonte: Acervo dos autores

Fazenda Santa Maria do Monjolinho

A propriedade foi adquirida e desbravada da Sesmaria do Monjolinho, em 1850. Em 1887, foi contratado o italiano Pietro Cassinelli, para iniciar a construção de um grande sobrado, destinado a hospedar o imperador D. Pedro II em suas viagens pelo interior do país. O Sobrado, construído em área rural, porém com um estilo urbano, foi terminado em 1889, mas devido à proclamação da República, a tão esperada visita imperial nunca aconteceu. (FAZENDA SANTA MARIA DO MONJOLINHO, 2010).

Atualmente, no sobrado reside a família proprietária, que conserva o mobiliário antigo, abrigando no pavimento inferior uma área destinada ao denominado *museu vivo*. Nessa área podem ser vistos móveis e utensílios antigos, objetos, fotografias, quadros,

louças, livros e revistas, sendo todos os objetos catalogados e classificados. Dentre todos, o que mais faz sucesso é um gramofone ainda em funcionamento

Além do sobrado, o conjunto arquitetônico apresenta capela, tulha com maquinário funcionando, aqueduto, terreiros, senzala e, um pouco mais distante, construções do ramal ferroviário que servia à fazenda. No local funciona um restaurante com características rústicas, que atende nos finais de semana.

A senzala, depois de 1870, deixou de ser utilizada por escravos e passou a abrigar as famílias de imigrantes italianos, com algumas adaptações. Após abertura da fazenda para recepção de excursões pedagógicas, as características originais da senzala foram retomadas.



Figura 20. Fazenda Monjolinho
Fonte: Acervo dos autores



Figura 3. Fazenda Monjolinho
Fonte: Acervo dos autores

Fazendas Históricas Paulistas

As fazendas históricas paulistas, ao desenvolverem a atividade turística, por meio de excursões pedagógicas com visitas monitoradas, possuem o intuito de tornar o patrimônio dessas propriedades, fundadas nos séculos XVIII e XIX, uma alternativa de atividade econômica, social e educativa. De acordo com Mariuzzo (2012), essas propriedades, que outrora tiveram papel central na história do Estado de São Paulo e também do Brasil, produzindo cana e/ou café, vislumbram ser, nos dias atuais, um espaço privilegiado para educação e o turismo.

Nas quatro fazendas referenciadas neste trabalho, dentre todos os tópicos que podem ser tratados em relação ao patrimônio cultural estão: a produção açucareira paulista; produção cafeeira; atuação da monarquia brasileira; trabalho escravo; trabalho de imigrantes; construção ferroviária; arquitetural rural; modos de vida e relações sociais e desenvolvimento do Estado de São Paulo. As edificações conservadas para visitação das fazendas analisadas podem ser melhores dimensionadas por meio da figura 02:

Fazendas Edificações Históricas e acervo	Quilombo	Santa Gertrudes	Pinhal	Santa Maria do Monjolinho
Casa Sede	X	X	X	X
Capela		X	X	X
Terreiro(s)	X	X	X	X
Tulha	X	X	X	X
Senzala			X	X
Casas de colônia	X	X	X	X
Acervo histórico	X	X	X	X
Outras edificações históricas	X	X	X	X

Figura 4. Edificações conservadas

Fonte: Elaborado pelos autores

Devido à quantidade de temáticas que podem ser abordadas, relativas tanto aos aspectos físicos como humanos, associados à riqueza do acervo e às edificações conservadas, esses conteúdos podem ser explorados pelas escolas, pautados tanto na metodologia multidisciplinar quanto interdisciplinar, pois em ambas é possível cumprir as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e também do currículo estadual paulista. Sobre esse aspecto, concordamos com Horta, Grumberg e Monteiro (1999), ao afirmarem que:

Os currículos escolares são comumente sobrecarregados, com disciplinas que competem entre si por limitação do tempo em sala de aula e pelas normas oficiais estabelecidas. Os objetos patrimoniais, os monumentos, sítios e centros históricos, ou o patrimônio natural são um recurso educacional importante, pois permitem a ultrapassagem dos limites de cada disciplina, e o aprendizado de *habilidades* e *temas* que serão importantes para a vida dos alunos. Desta forma, podem ser usados como *detonadores* ou *motivadores* para qualquer área do currículo ou para reunir áreas aparentemente distantes no processo de ensino/aprendizagem. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 36, grifos dos autores)

É possível afirmar que todos os roteiros realizados nas fazendas analisadas não só contemplam conteúdos dos currículos vigentes como possibilitam ir além, avançando sobre temáticas que são melhores trabalhadas quando se oportuniza o contato direto com o objeto de estudo; ademais, uma excursão na área rural pode propiciar a observação e análise dos variados tipos de construções de diferentes épocas.

A respeito de como ocorreram as transformações das construções no meio rural paulista entre o final do século XVIII e início do século XX, especificamente em relação às fazendas cafeeiras, Benincasa (2007) contextualiza que foram grandes modificações que refletiram na arquitetura e suas técnicas, com a substituição de estabelecimentos toscos por conjuntos de edifícios. Sobre a questão do conjunto arquitetônico, o autor esclarece que:

Essas novas tipologias de edificações se devem, em muito, aos sucessos da cafeicultura paulista na Europa e nos Estados Unidos. Os fazendeiros, cada vez mais ilustrados e fazendo parte de uma elite capitalista mundial, passaram a

receber viajantes de renome, em suas propriedades. Nobres, intelectuais, jornalistas e magnatas são visitas freqüentes, nas principais fazendas regionais. Dessa forma, era preciso zelar pela imagem desses pequenos burgos. Desde o casarão até às plantações, tudo tinha que funcionar perfeitamente, símbolo da organização e controle do proprietário: além de encantar o mundo através das imagens publicadas em jornais e revistas estrangeiros. Certamente grande parte da fama conquistada, e mantida até hoje, pelo café paulista mundo afora, foi construída nas grandes fazendas da Paulista e da Mojiana, apesar de elas não serem, atualmente, nem de longe, aquilo que foram outrora (BENINCASA, 2007, p. 321).

Hoje, esses conjuntos acabam por constituir um diferencial em meio à área rural na qual estão inseridos, fazendo com que sejam utilizados como forma de renda adicional. Em nenhum dos casos a atividade é apontada como sendo a base principal de renda das propriedades. Exceto a Fazenda Pinhal, que cobra um valor simbólico de seus visitantes, todas as demais disponibilizam diferentes opções de atividades e roteiros com valores distintos, incluindo a opção de acrescentarem refeições.

A respeito da atual contextualização econômica, referente à região das fazendas analisadas, Geraldo (2012, p. 15) faz a seguinte afirmativa: “na região central do estado de São Paulo a ocupação agropecuária é marcada pela presença do agronegócio e, em face de seu desenvolvimento, muitos dos proprietários locais arrendam suas terras, principalmente para a lavoura da cana-de-açúcar [...]”. Ainda de acordo com o autor, são as paisagens histórico-culturais, heranças da cultura do café no século XIX, e o patrimônio arquitetônico conservado que propiciam uma alternativa de renda para os donos das fazendas. Portanto, o trabalho realizado pelos proprietários, fica a cargo do uso do patrimônio atrelado a atividades de turismo, incluindo a educação patrimonial, e a exploração de terra é, em grande parte, realizada por terceiros que arrendam a propriedade.

Nas fazendas Quilombo e Santa Maria do Monjolinho as atividades de monitoria e acompanhamento dos visitantes são realizadas, principalmente, por seus proprietários. Essa condição possibilita que os excursionistas obtenham uma excelente explanação de toda a história e contextualização atual de gestão das fazendas, fato que vem colaborar com uma compreensão efetiva de como essas propriedades puderam manter parte de suas terras, das culturas desenvolvidas no decorrer do tempo e, ainda, como conseguiram conservar o conjunto arquitetônico. Já nas fazendas Pinhal e Santa Gertrudes o monitoramento é realizado por meio de guias contratados.

O principal nicho de público atendido pelas propriedades em relação ao desenvolvimento da educação patrimonial é focado em grupos de alunos do ensino fundamental (I e II) e médio. O objeto de estudo que se sobressai, utilizado comumente para as visitas monitoradas, são as edificações. Porém, como em todas as propriedades existem acervos históricos conservados, esses também acabam sendo abordados como parte do roteiro. Um dos pontos negativos em relação aos roteiros pedagógicos nas fazendas que auferem lucro com as visitas, refere-se ao fato de, em período de férias escolares, as visitas se tornarem baixas ou praticamente nulas (GERALDO, 2012).

Considerações Finais

A conservação das edificações, mobiliários, objetos, documentos e até mesmo das histórias narradas permitiu que, nos dias atuais, as fazendas referenciadas neste trabalho pudessem agregar a atividade turística por meio de visitas monitoradas, oportunizando, assim, uma fonte de renda alternativa, uma forma de tornar a existência dessas fazendas mais notórias, principalmente por meio da execução da Educação Patrimonial, o que contribui, também, para conservação, divulgação e valorização de seu patrimônio cultural.

O fato da obtenção de renda não ser o principal motivo que levou as propriedades a desenvolverem a atividade turística, em muito se reflete no sucesso que as mesmas têm, ou seja, a partir da perspectiva de que a excursão pedagógica representa apenas uma das atividades realizadas pelas propriedades, não há comprometimento financeiro, caso as mesmas não aconteçam.

Devido à quantidade de temas que podem ser abordados, tanto em relação ao patrimônio cultural, quanto natural (áreas de mata conservada das fazendas), é possível que inúmeras atividades sejam desenvolvidas pelas escolas, aproveitando o momento das visitas, o que faz dessas propriedades um importante *lócus* de estudo, principalmente para alunos que vivem nos mesmos municípios nos quais estão localizadas as propriedades, pois representam o início do desenvolvimento e crescimento desses, sendo consideradas marcos de memória e identidade.

Assim como todo processo educativo, a Educação Patrimonial não se dá de forma pontual, mas sim por meio de ações constantes que visem o desenvolvimento de reflexões sobre o tema. Por isso, é pertinente que o professor responsável, ou equipe de educadores, considerem os pontos e temas a serem abordados. Dessa forma, estarão contribuindo de forma efetiva para os objetivos delineados ao se desenvolver uma atividade que requer um deslocamento maior entre a unidade escolar e a área rural, mesmo diante da possibilidade de cada propriedade disponibilizar um roteiro prévio.

A experiência vivida pelos alunos que têm oportunidade de conhecer essas fazendas históricas é bastante profícua aos seus aprendizados e desenvolvimento reflexivo acerca da valorização da área rural e seus patrimônios. Quanto às propriedades, a experiência vai além de ser *somente* mais uma atividade realizada, se revela, na verdade, uma importante função socioeducativa de aproximação entre o campo e cidade.

Referências

- BENINCASA, Vladimir. *Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. 2007. 2 v. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CASA DO PINHAL. *História*, 2011. Sem paginação. Disponível em: <<http://www.casadopinhal.com.br/historia.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2013.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- ESLEBÃO, Ivo. O espaço rural brasileiro em transformação. *Finisterra*, Lisboa, v. 42, n. 84, p. 47-65, 2007.

FAZENDA QUILOMBO. *Desde 1892*, 2009. Sem paginação. Disponível em: <<http://www.fazendaquilombo.com/por/desde1892.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

FAZENDA SANTA GERTRUDES. *A Fazenda: desde 1854*, [20--]. Sem paginação. Disponível em: <<http://www.fazendasantagertrudes.com.br/br/afazenda>><http://www.fazendasantagertrudes.com.br/br/afazenda>. Acesso em: 03 jun. 2013.

FAZENDA SANTA MARIA DO MONJOLINHO. *História*, 2010. Sem paginação. Disponível em: <<http://www.santamariadomonjolinho.com.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

GERALDO, João Carlos. *Contribuição para a caracterização das atividades de turismo em espaço rural em propriedades de médio e grande porte nas cuestas do Estado de São Paulo*. 2012. 193 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. *Guia básico de educação patrimonial*. Petrópolis: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

HEFLINGER JÚNIOR, José Eduardo. *Fazendas Históricas da província de São Paulo*. Limeira: Unigráfica, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

LANE, Bernard. Turismo Rural de Segunda Geração: Prioridades & Questões de Pesquisa. In: CRISTÓVÃO et al. (Orgs.). *Turismo rural em tempos de novas ruralidades*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2014. p. 15- 47.

MARIUZZO, Patrícia. Desafios para se preservar o patrimônio rural. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 64, n. 2, jun. 2012. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000200024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 mar. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA. UNESCO. *Patrimônio: Legado do passado ao futuro*. 2013. Sem paginação. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em: 06 Jun. 2013.

PAES, Maria Tereza Duarte. Introdução e Apresentação. In: _____; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 13-32.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOARES, André Luis Ramos (Org.). *Educação patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.

SOBRE OS AUTORES

Ana Caroline Kato

Graduanda em Ciências dos Alimentos pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Membro do grupo PET-GAEA.

Contato: ana.caroline.kato@usp.br

Alessandra Freire dos Reis

Bacharel em Turismo pela Universidade Metodista de Piracicaba e Tecnóloga em Turismo pelo Centro Universitário SENAC. Mestre no Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental - PROSGAM/ UFScar/ Sorocaba. Doutoranda no Programa de Ecologia Aplicada Interunidades Esalq/CENA – USP, Piracicaba-SP-Brasil.

Contato: freire.le@gmail.com

Anderson Pereira Portuguese

Doutor em Geografia e Desenvolvimento: Território, Sociedade e Turismo pela Universidad Complutense de Madrid. Professor do Curso de Geografia da FACIP/UFU e do Programa de Pós Graduação em Geografia do Pontal (FACIP/UFU).

Contato: portuguez.andersonpereira@gmail.com

André Riani Costa Perinotto

Bacharel em Turismo/UNIMEP. ESPECIALISTA em Docência para Ensino Superior em Turismo e Hotelaria/SENAC/SP. MESTRE em Geografia/UNESP/Rio Claro/SP DOUTOR em Ciências da Comunicação (Processos Midiáticos)/UNISINOS/RS. Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí/UFPI, campus Parnaíba. Professor Permanente do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da UECE.

Contato: perinotto@ufpi.edu.br

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - campus de Rio Claro. Doutorado em Antropologia Social/USP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP/IGCE-Rio Claro e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe/UNESP/IPPRI. Desenvolve pesquisa e orientação acadêmica dentro da temática Patrimônio Cultural, Memória e Território abordando: campesinato e território; patrimônio cultural e políticas públicas; territórios étnicos; dinâmicas territoriais e processos culturais. Coordenadora do LAPAT- Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa sobre Patrimônio, Memória e Território/DEPLAN/IGCE-UNESP-Rio Claro-SP. Lider do Grupo de Pesquisa Patrimônio, Memória e Território/CNPq.

Contato: bernadete56@gmail.com

Bruno Fernando Borges Sant’ Ana

Graduado em Geografia pela FACIP - Universidade Federal de Uberlândia.

Contato: brunogiraia@hotmail.com

Carlos Cruz Chaves

Historiador y Ecólogo Social. Académico de la Sede Regional Chorotega, Universidad Nacional de Costa Rica.

Contato: ccru@una.cr

Cibele Marto de Oliveira

Licenciada, mestre e doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Bacharel em Turismo pela Universidade Paulista – UNIP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários (NEA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Rio Claro. Integrante da Rede de Estudos Agrários-REA. Atua em pesquisas na área da Geografia Agrária, Turismo e Educação Geográfica. Professora do Ensino Fundamental e Médio da rede estadual de ensino de SP.

Contato: martocibele@yahoo.com

Clauciana Schmidt Bueno de Moraes

Geógrafa/ UNESP e Administradora/ UNIP. Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental/ EESC-USP. Pós-Doutorado Empresarial em Ciências Ambientais (CNPq). Professora Doutora e Pesquisadora da Universidade Estadual Paulista/ UNESP, campus de Rio Claro-SP, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) e Coordenadora do Laboratório ACert – Auditoria, Certificação e Gerenciamento Socioambiental (IGCE/ UNESP).

Contato: clausbm@rc.unesp.br

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Departamento de Geografia/ NEA - Núcleo de Estudos Agrários/ IGCE-UNESP-Rio Claro. Professor Assistente Doutor junto ao Departamento de Geografia do IGCE-UNESP-Rio Claro e dos Programas de Pós-Graduação de Geografia do IGCE-UNESP/Rio Claro e em Ciências Sociais da FCL-UNESP/Araraquara. Concluiu o Doutorado, em 1998 e o Mestrado, em 1989, em Geografia (IGCE/UNESP/Rio Claro) e a Graduação em Geografia em 1985 na mesma Instituição. É um dos líderes do núcleo de estudos NEA, credenciado pelo CNPq. Pesquisa na área de Geografia Agrária, tendo como temas a agricultura familiar, a história da Geografia Agrária no Brasil, a relação cidade-campo.

Contato: darlene@rc.unesp.br

Geovana Carvalho dos Reis

Graduanda em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Membro do grupo PET-GAEA.

Contato: geovana.reis@usp.br

Giovanni de Farias Seabra

Doutor em Geografia, professor titular da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

Contato: [giosseabra@gmail.com](mailto:gioseabra@gmail.com)

Isabel Valdivia Fernández

Licenciatura en Geografía/ Universidad de la Habana. MSc en Demografía. MSC en Desarrollo Social. Dra. en Ciencias Geográficas. Facultad de Geografía. Universidad de la Habana. Ministerio de Comercio Exterior y Profesora Titular de la Facultad de Geografía.

Contatos: nuniyula@gmail.com

João Carlos Geraldo

Bacharel e licenciado em Geografia/ UNESP/Rio Claro. Mestre em Geografia Física/ USP. Doutor em Organização do Espaço/ UNESP/Rio Claro. Professor Doutor da Universidade de Araraquara/ UNIARA, São Paulo, Brasil.

Contato: jcgeraldi@uol.com.br

José Pedro Da Ros

Doutor em Desenvolvimento Turístico Sustentável, UMA/Espanha (PRODEMA/ UFC); Mestre em Mídia e Conhecimento, UFSC; Especialista em Ecoturismo, UFLA; e Bacharel em Turismo, ASSESC. Atualmente é Professor Adjunto do Curso Superior em Gestão do Turismo na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral em Matinhos-PR.

Contato: zdaros@gmail.com

Joyce Stenico

Graduanda em Gestão Ambiental pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Membro do grupo PET-GAEA.

Contato: joyce.stenico@gmail.com

Julia Antedomenico Cardoso de Moraes

Graduanda em Gestão Ambiental pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Membro do grupo PET-GAEA.

Contato: j.antedomenico@gmail.com

Karen Beneton

Graduanda em Engenharia Florestal pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Membro do grupo PET-GAEA.

Contato: kareneton@gmail.com

Letícia Carvalho de Sousa

Graduanda em Engenharia Agrônômica pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Membro do grupo PET-GAEA.

Contato: letcsousa@gmail.com

Lia Vasconcelos

Doutora em Engenharia do Ambiente – Sistemas Sociais; Master in Community Planning, University of Rhode Island, USA; Arquiteta pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Presentemente, Professora no Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e investigadora do MARE - Marine and Environmental Sciences Centre. É membro dos corpos diretivos da SPECO e editora da revista, membro ativo da Liga para a Proteção da Natureza e desde 2009 membro do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Contato: ltv@fct.unl.pt

Lucas Arantes Garcia

Graduando em Gestão Ambiental pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Membro do grupo PET-GAEA.

Contato: lucas13garcia@gmail.com

Márilisa Rodrigues Coelho

Formação avançada em Turismo - Universidade de Lisboa. Diploma de Estudos avançados em Território, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Mestrado em Engenharia do Ambiente - Programa de Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente, Perfil de Ordenamento do Território e Impactes Ambientais - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Contato: marilisarc85@gmail.com

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz

Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental, Docente e pesquisadora da ESALQ-USP, Escola Superior de Agronomia "Luiz de Queiroz" - Universidade São Paulo.

Contato: otmmquei@usp.br

Patrícia Fino

Bacharel em Turismo, Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e Doutoranda do Programa Interunidades de pós-graduação em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo - USP. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Contato: prof.patriciafino@hotmail.com

Rebeca Cristine Ferreira da Silva

Graduanda em Gestão Ambiental pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Membro do grupo PET-GAEA.

Contato: rebeca.cristine.silva@outlook.com

Roberto Arruda de Souza Lima

Professor Doutor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), Tutor do grupo PET-GAEA.

Contato: raslima@usp.br

Tatiana Heidorn Alvarez de Aquino Pereira

Professora de Geografia e Robótica da Escola Municipal de Águas de São Pedro (SP); Mestre em Ciências pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) e pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA), da Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Cidade São Paulo (Unicid). Geógrafa formada pela Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul).

Contato: tatiana.heidorn@usp.br

Vanice Selva

Geógrafa/ UFPE, Doutorado em Geografia/ UFRJ, Rio de Janeiro.C-USP. Pós-Doutorado na Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade nova de Lisboa, Portugal (CNPq). Professora Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, campus Recife, atuando nos cursos de graduação em Geografia e em Turismo e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente- PRODEMA.

Contato: vanice.selva@gmail.com

Yuney Sosa Triana

Trabalha no Instituto de Geografía Tropical, Agencia de Medio Ambiente, Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente de Cuba

Contatos: yuney@geotech.cu



ISBN: 978-85-68066-28-7